

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL - CODESUL
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO
INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES

O PAPEL SOCIAL DO PEQUENO ESTABELECIMENTO RURAL NO PARANÁ

CURITIBA
AGOSTO/1978

**O PAPEL SOCIAL DO PEQUENO
ESTABELECIMENTO RURAL NO PARANÁ**

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL - CODESUL

PRESIDENTE - ANTONIO CARLOS KONDER REIS

Governador de Santa Catarina

VICE-PRESIDENTE - SINVAL GUAZZELLI

Governador do Rio Grande do Sul

VICE-PRESIDENTE - JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Paraná

MEMBROS - JORGE KONDER BORNHAUSEN

Representante de Santa Catarina

EDUARDO E. MAURELL MULLER

Representante do Rio Grande do Sul

JAYME ARMANDO PROSDÓCIMO

Representante do Paraná

EWALDO VITA

Presidente do BRDE

RUY FERREIRA BORBA FILHO

Secretário Executivo.

SECRETARIA EXECUTIVA

Secretário Executivo - RUY FERREIRA BORBA FÍLHO

Secretários Assistentes:

SC. - AMAURI CAMILO CANTO

RS. - CARLOS ROBERTO MARTINS BRASIL

PR. - ARIO TABORDA DERGINT

APRESENTAÇÃO

O bimônio "qualidade do solo/estrutura da demanda", aliado às características históricas específicas, definem o modelo de distribuição escalar da propriedade fundiária de determinada região. O grupamento constituído de pequenas áreas, normalmente, de pouca responsabilidade na participação da riqueza gerada, possui posição de destaque no aspecto social. No escopo de evidenciar essa realidade nas suas mais variadas circunstâncias, é que a CODESUL, pelo seu Escritório de Curitiba, fez desenvolver o presente trabalho. Assim espera, seja este também, mais uma contribuição ao equacionamento da problemática da organização sócio-econômica da Região Sul. Sua elaboração esteve a cargo do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES.

CODESUL, Agosto de 1978.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| APRESENTAÇÃO..... | 3 |
| INTRODUÇÃO..... | 7 |
| 1 - DELIMITAÇÃO DO ÂMBITO DE ESTUDO E OBJETIVOS..... | 7 |
| 1.1 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS..... | 11 |
| 2 - APANHADO HISTÓRICO DO POVOAMENTO E SEUS ASPECTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS..... | 17 |
| 2.1 - O PROCESSO DE OCUPAÇÃO POPULACIONAL DIFE- RENCIADO..... | 17 |
| 2.2 - PARANÁ TRADICIONAL..... | 18 |
| 2.2.1 - O Paraná Tradicional e a Economia Brasi- leira Colonial..... | 18 |
| 2.2.2 - Atividades Econômicas Pós Economia Colo- nial..... | 23 |
| 2.3 - NORTE DO PARANÁ..... | 52 |
| 2.3.1 - Ocupação Inicial do Norte Velho..... | 52 |
| 2.3.2 - Ocupação do Norte Novo..... | 60 |
| 2.3.3 - Ocupação do Norte Novíssimo de Umuarama... | 72 |
| 2.4 - SUDOESTE - OESTE PARANAENSE..... | 75 |

| | |
|---|------------|
| 2.5 - ASPECTOS CONCLUSIVOS SOBRE O PROCESSO DE OCUPAÇÃO | 86 |
| 3 - PEQUENOS PRODUTORES DO PARANÁ, SITUAÇÃO RECENTE..... | 91 |
| 4 - EVOLUÇÃO DO SETOR RURAL E ANÁLISE MAIS DETALHADA DO PRESENTE..... | 112 |
| 4.1 - O USO DA TERRA..... | 112 |
| 4.2 - DIVISÃO DA TERRA..... | 112 |
| 4.2.1 - Paraná Tradicional, Campos de Guarapuava e Médio Iguaçu..... | 114 |
| 4.2.2 - Norte do Paraná..... | 117 |
| 4.2.3 - Oeste - Sudoeste Paranaense..... | 121 |
| 4.3 - UTILIZA O DA TERRA - PRODU O..... | 125 |
| 4.3.1 - Principais Culturas do Estado..... | 127 |
| 4.3.2 - Análise da Produ o a Nível dos Agregados Regionais..... | 130 |
| 4.4 - DISTRIBUI O DA POSSE DA TERRA..... | 153 |
| 4.4.1 - Paraná Tradicional, Campos de Guarapuava e Médio Iguaçu..... | 156 |
| 4.4.2 - Norte do Paraná..... | 159 |
| 4.4.3 - Oeste e Sudoeste Paranaense..... | 162 |
| 4.5 - PESSOAL OCUPADO NA AGRICULTURA PARANAENSE.. | 164 |
| 4.5.1 - Análise de Pessoal Ocupado a Nível dos Agregados Microrregionais..... | 168 |
| 4.5.2 - Tendência de Transforma o Tecnológica na Agricultura..... | 172 |

| | |
|---|-----|
| 4.6 - PROCESSO DE MUDANÇA DO SETOR RURAL CARAC- TERIZAÇÃO INICIAL..... | 178 |
| 5 - PROBLEMÁTICA TEÓRICA E CONCLUSÕES..... | 183 |
| 6 - ANEXO ESTATÍSTICO..... | 194 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 278 |
| EQUIPE TÉCNICA..... | 281 |

INTRODUÇÃO

1 - DELIMITAÇÃO DO ÂMBITO DE ESTUDO E OBJETIVOS

A realização de um estudo sobre a pequena propriedade no Estado do Paraná, considerando como critério definidor sua área de extensão, é de suma importância tanto pelo seu papel na produção como pelo contingente de pessoal que ocupa.

No entanto, é necessário distinguir as várias formas de produção que se encontram atrás de um mesmo estrato definido pela área total.

É importante verificar em que condições se realiza a produção, dado que a área ocupada está longe de indicar diretamente se uma fazenda possui as condições de produção que possam caracterizá-la como empresa capitalista, ou uma pequena economia camponesa.

A distinção entre as formas de produção podem ainda indicar o grau de desenvolvimento do capitalismo na agricultura paranaense. Em outras palavras, pode apontar a "modernização" nas condições de produção, isto é, o incremento da produção mediante a utilização de máquinas e outros instrumentos que elevam a produtividade do trabalho. O emprego de trabalhador as-

salariado, isto é, a relação social capitalista típica que pressupõe a separação entre o trabalhador e as condições objetivas da produção (objeto e meios de trabalho) constituem, juntamente com os dados relativos a gastos com máquinas e adubos, os indicadores mais diretos do capitalismo na agricultura. E na medida que a produção capitalista necessita realizar um excedente cada vez maior transformando as condições materiais de trabalho, o montante de capital a ser investido na compra dos meios de produção passa a ser relativamente superior ao dispendido no pagamento dos trabalhadores assalariados.

Comparativamente, para o camponês, a terra é a condição indispensável do trabalho e do capital, colocando-se como principal instrumento de produção. O processo de trabalho camponês, tal como ele existe, caracteriza-se pela propriedade ou posse efetiva da terra e de outros meios de produção; a força de trabalho utilizada é a família; o nível de mecanização e adubação é o mínimo e a utilização de insumos industriais é pouca. Parte significativa do produto agrícola transforma-se em meios de subsistência enquanto outra parte converte-se em mercadoria, adquirindo valor de troca porque há condição para sua comercialização. Não é necessário, no entanto, que o preço de mercado cubra o valor do preço de produção do produto. E enquanto for possível permanecerá na terra, submetendo-se muitas vezes a salários reduzido ao mínimo vital. Deste modo, o preço mais baixo de seus produtos significa não um aumento da produtividade do trabalho, mas a gradativa deterioração da condição de vida do pequeno produtor. E na medida que a produção camponesa necessita competir com a produção capitalista, a manutenção da renda do camponês pode resultar, ou do aumento das horas

de trabalho, inclusive da incorporação de outros membros da família ou, ainda, da redução das suas necessidades.

Para efeito deste estudo e apresentação, está se considerando como componês todo pequeno produtor, pelo montante da produção, seja proprietário ou não das terras: como parceiro, arrendatário ou ocupante. Talvez pudesse ser estabelecidas as devidas distenções adotando-se um postura mais rívida. No entanto, não se encontrará em tal discussão pois o objetivo deste trabalho é, considerando estes pequenos produtores como camponeses, avaliar suas condições de sobrevivência e perspectivas. E, neste caso, está se admitindo que tanto proprietários, parceiros ou arrendatários enquanto pequenos produtores se encontram numa situação de transição numa sociedade concreta, cuja tendência é expansão da produção na forma capitalista. Assim, as formas de produção diferenciadas, comparativamente à capitalista, significam perspectivas e condições, seja a curto ou a médio prazo, de sobrevivência também diferenciadas para estes produtores enquanto agentes sociais.

Pode-se supor que esteja ocorrendo uma expansão acelerada do atual "movimento modernizador" que penetra a área rural do Estado. E considerando-se que a pequena propriedade camponesa não é a forma típica de produção numa formação social onde o modo de produção capitalista é dominante, torna-se necessário avaliar suas condições de existência e reprodução.

Trata-se de conhecer o processo efetivo que está ocorrendo e qual o seu sentido, na medida que a produção capitalista penetra em mais e novos setores. Deste modo, trata-se de

entender a pequena produção como uma forma de produção em transição, isto é, como parte de um movimento de transformação. A penetração de relações capitalistas de produção na agricultura é resultado da expansão e desenvolvimento capitalista na sociedade como um todo que tem como consequência direta a ampliação da divisão do trabalho.

No entanto, este nível genérico de explicação não mostra as transformações concretas que estão ocorrendo no Paraná, nem as condições específicas que estão movimentando tal processo.

O nível aparente do processo apresenta-se como uma especialização da produção, por sua vez, regionalizada. E na medida que se observa o fenômeno, a nível global (de Estado ou Nação), conclui-se que a produção está se diversificando e, para completar, em condições de produção "modernizadas". O aspecto quase nunca observado é a maneira como o capital penetra na agricultura, expropriando o excedente dos produtores e transformando a produção, imprimindo determinações diversas ao processo de trabalho camponês.

As transformações da agricultura camponesa para mercantil leva, geralmente, à substituição de produtos com toda a gama de implicações no processo de produção e trabalho. Como já foi afirmado, não só a terra mas o capital passa a desempenhar um papel na agricultura moderna. A principal tendência consiste precisamente em que a pequena exploração se transforma em grande pela produção. Os reflexos na estrutura fundiária podem ser a concentração da terra, isto é, incremento na produção ex-

tensiva com aumento nas dimensões da propriedade. Ou, um incremento da produção intensiva, fragmentando-se ou aumentando o número de propriedades.

O principal aspecto deste processo, no entanto, é a forma de como este se reflete na vida dos camponeses. Pode significar a deteriorização das condições de vida e trabalho dos pequenos produtores aumentando as horas de trabalho, individualmente, deterioração das condições de alimentação e meios de trabalho. O que levaria necessariamente, mas não num sentido imediato, a um processo de migração. Poderia, ainda, o camponês se reproduzir como camponês em novas fronteiras, onde a condição de trabalho fundamental - terra - fosse relativamente mais barata. Ou poderia sofrer um completo processo de expropriação em relação aos meios de produção e subsistência, tornando-se mais um proletário rural e/ou urbano. Esta questão, em síntese, apresenta-se como de fundamental importância: o papel do capitalismo no campo e a ruína do pequeno produtor.

1.1 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Pretende-se observar as mudanças que estão ocorrendo nas atividades agrícolas do Paraná considerando, principalmente, seus reflexos nas condições de produção dos pequenos produtores, centrando-se em três pontos: 1960, 1970 e 1975. Tal corte analítico, não implica que não se estará considerando a situação histórica anterior. Pelo contrário, torna-se fundamental tentar entendê-la, claramente, para estabelecer as alterações que hoje estão ocorrendo.

Por este motivo este estudo vai apresentar praticamente duas partes. Na primeira será realizado um apanhado histórico do povoamento do Estado. A introdução desta parte tem por objetivo apreender num âmbito mais geral as formas de produção que caracterizaram a ocupação da terra no Paraná. Enquanto, na segunda, será apresentado a evolução da agropecuária no período recente, conforme a análise de algumas variáveis consideradas fundamentais para demonstrar o processo de transformação da agropecuária do Estado.

As informações que permitiram esclarecer o passado histórico, baseavam-se principalmente na produção historiográfica do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná e será discriminada nas referências bibliográficas deste estudo.

Para se apreender a evolução recente analisaram-se as informações obtidas nos Censos Agropecuários do IBGE, Estatísticas Cadastrais e outras fontes pertinentes. Dentre as dificuldades encontradas, às relativas as fontes de informações do IBGE, que, em parte, por refletir a situação histórica anterior, não permitem observar os dados desagregados a nível microrregional, nos períodos históricos anteriores e, em relação a 1975, os dados estão apresentados em caráter preliminar. E ainda, ocorrem problemas devido às mudanças de critérios e/ou conceitos nas pesquisas ou sistematização de informações nos vários períodos censitários. Estes problemas serão apontados especificamente à medida que as dificuldades forem se apresentando.

Outro procedimento adotado refere-se ao estudo das

unidades produtivas segundo sua localização regional. Isto é, tendo-se por critério os estudos históricos que caracterizavam a época que foi povoado o território, a origem das populações que ocuparam as terras e as formas de produção incorporadas, dividiu-se o Estado em grandes agregados microrregionais que estão apresentados na prancha 1. Deve-se ressaltar que este procedimento de maneira alguma pretendeu ser inédito. De certa forma ele já se tornou "uma praxe" nas apresentações (estudos, trabalhos, teses, etc.) da formação histórica do Estado. No entanto, o objetivo e a intenção de mais uma vez realizar tal agrupamento foi de vincular o processo de ocupação, em situações específicas de cada região, com o movimento geral da economia paranaense. Ainda, na segunda parte deste estudo, utilizou-se a divisão de grandes agregados microrregionais (ver prancha 2) que permitem uma análise comparativa das transformações que estão se processando na agropecuária do Estado, entre a situação recente e a anterior e entre as várias regiões.

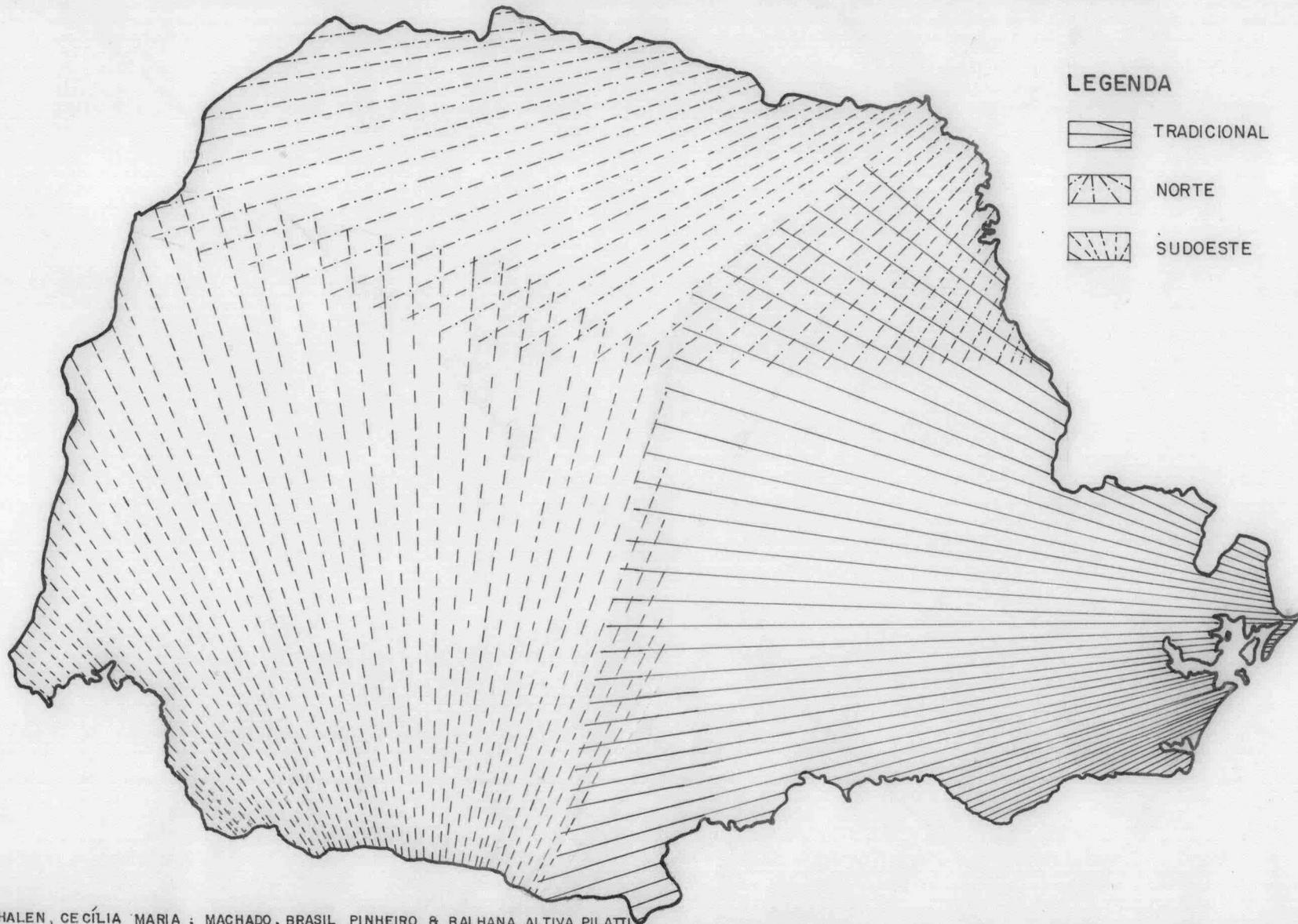
Deste modo, obteve-se uma visão da totalidade dos produtores paranaenses em particular dos pequenos produtores, das condições de produção e trabalho e, basicamente das suas possibilidades de sobrevivência enquanto categoria social, nas condições de transformação da agropecuária do Estado.

Com base na identidade do tipo e época de ocupação populacional que sofreram, algumas áreas mínimas foram agrupadas em agregados regionais para fins de análise:

PARANÁ TRADICIONAL

01 - Curitiba

PRANCHA 01 - OCUPAÇÃO POPULACIONAL PARANAENSE, SEGUNDO ORIGEM DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS



WESTPHALEN, CECÍLIA MARIA ; MACHADO, BRASIL PINHEIRO & BALHANA, ALTIVA PILATTI

FONTE : NOTA PRÉVIA AO ESTUDO DA OCUPAÇÃO DA TERRA NO PARANÁ MODERNO . BOLETIM DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - DEPTO . DE HISTÓRIA , CURITIBA , (7) PÁGINA INICIAL - FINAL , 1968 .

- 02 - Litoral Paranaense
- 03 - Alto Ribeira
- 04 - Alto Rio Negro Paranaense
- 05 - Campos da Lapa
- 06 - Campos de Ponta Grossa
- 07 - Campos de Jaguariaíva
- 08 - São Mateus do Sul
- 09 - Colonial de Irati
- 10 - Alto Ivaí

NORTE VELHO

- 11 - Norte Velho de Wenceslau Braz
- 12 - Norte Velho de Jacarezinho
- 13 - Algodoeira de Assaí

NORTE NOVO

- 14 - Norte Novo de Londrina
- 15 - Norte Novo de Maringá
- 16 - Norte Novo de Paranavaí
- 17 - Norte Novo de Apucarana

As demais áreas mínimas analisadas são as seguintes:

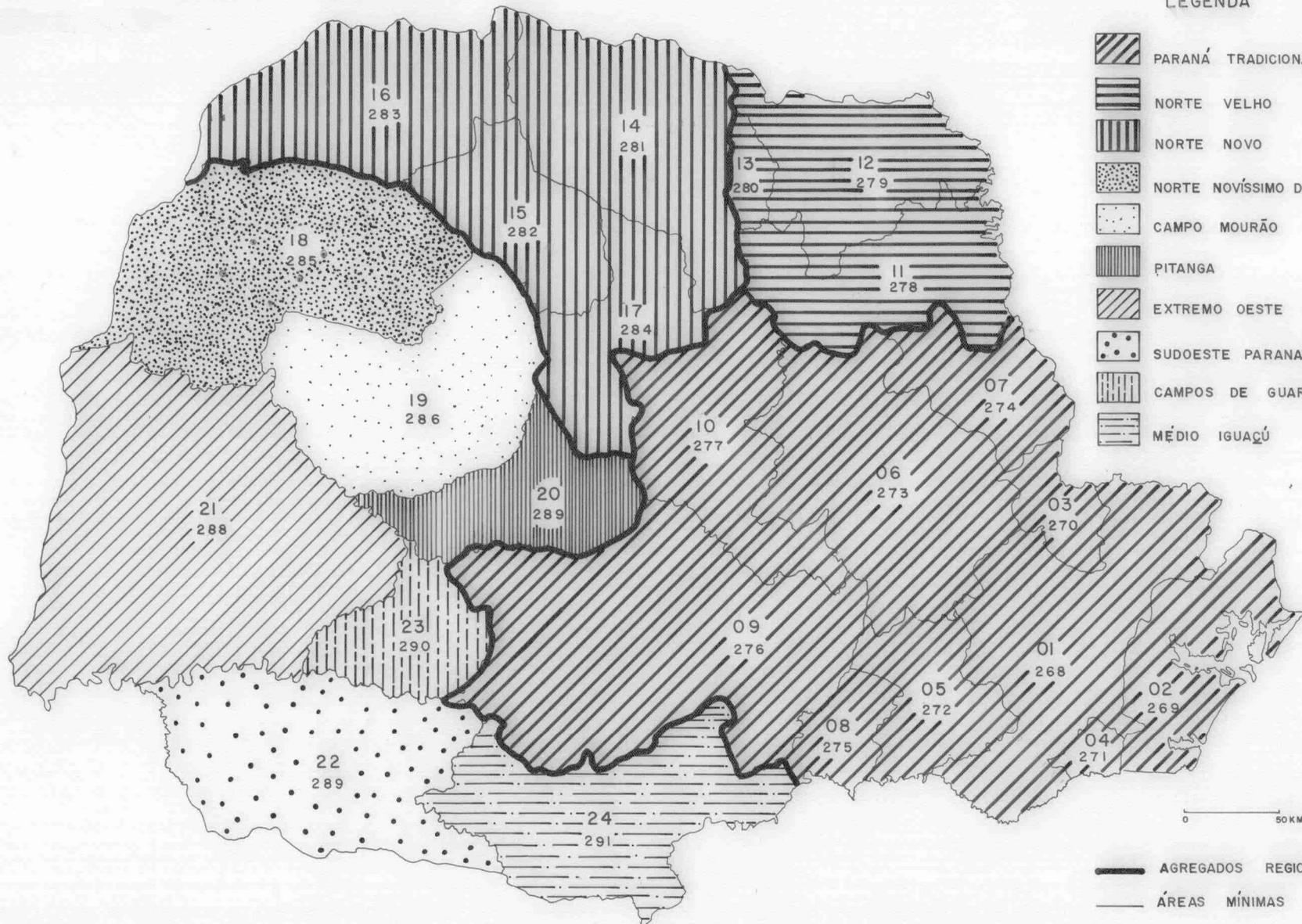
- 18 - Norte Novíssimo de Umuarama
- 19 - Campo Mourão
- 20 - Pitanga
- 21 - Extremo Oeste Paranaense
- 22 - Sudoeste Paranaense
- 23 - Campos de Guarapuava
- 24 - Médio Iguaçu

PRANCHA

- AGREGADOS REGIONAIS

LEGENDA

-  PARANÁ TRADICIONAL
-  NORTE VELHO
-  NORTE NOVO
-  NORTE NOVÍSSIMO DE UMUARAMA
-  CAMPO MOURÃO
-  PITANGA
-  EXTREMO OESTE PARANAENSE
-  SUDOESTE PARANAENSE
-  CAMPOS DE GUARAPUAVA
-  MÉDIO IGUAÇÚ



2 - APANHADO HISTÓRICO DO POVOAMENTO E SEUS ASPECTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS

2.1 - O PROCESSO DE OCUPAÇÃO POPULACIONAL DIFERENCIADO

A introdução de um item específico sobre a ocupação populacional do Estado tinha como objetivo primeiro entender, principalmente, o tipo de produtor rural que se instalou no Paraná. E, ainda tentou-se relacionar estes movimentos de população com o tipo e padrão de desenvolvimento econômico do Estado e do país e não somente discorrer sobre os fatos e datas.

Isto porque entende-se que o processo de pensamento, na reprodução do real, necessita de um enfoque, de uma estratégia de abordagem. Deste modo, as várias frentes de migrantes que ocuparam o solo paranaense deveriam se caracterizar dentro de relações sociais singulares. E este foi o objetivo fundamental, perceber as especificidades do processo de produção que envolve tanto uma combinação dos fatores de produção como um tipo de relação entre os homens.

Por outro lado, não havia uma frente aberta de pesquisa que esclarecesse sobre os determinantes das migrações rurais para o Estado. Na maioria dos estudos sobre migrações internas observa-se uma abordagem um tanto "naturalista" do problema. Não

ocorre uma preocupação de relacionar estes fluxos de população com o tipo de desenvolvimento do capitalismo. De forma simplificada, pode-se afirmar que a população não está condicionada a uma economia agrícola fortemente ligada às condições naturais de produção. E, ainda, deve-se levar em conta que prevalece na produção capitalista a separação crescente entre trabalhadores e os meios de produção. Estes resultados são condicionados pelo próprio desenvolvimento tecnológico capitalista. É contraditório em si, por liberar contingentes de população superiores à capacidade de absorção nos vários setores da economia.

Deste modo, o produtor rural para se manter, enquanto uma categoria social, proprietário dos seus meios de produção e subsistência, deve migrar na medida que houver disponibilidade de terras. Esta, em síntese, foi a preocupação de estudo e o enfoque adotado para a análise dos problemas.

2.2 - PARANÁ TRADICIONAL

2.2.1 - O Paraná Tradicional e a Economia Brasileira Colonial

A escravização de indígenas e a mineração foram as atividades que introduziram o Paraná na economia do Brasil colônia.

Essa economia colonial é constituída, basicamente, por um setor exportador e um setor voltado para a produção de alimentos. Serve aos interesses do capitalismo da metrópole que tem na empresa colonial um "instrumento de acumulação".

Esse capitalismo desenvolveu na colônia formas de produção, como a escravatura, convenientes e necessárias à sua reprodução. A produção mercantil colonial era uma produção "complementar" à da metrópole, quer dizer, complementar no sentido de não-concorrente. Essa complementaridade traduzia-se na exportação de produtos, como metais preciosos e produtos agrícolas, para o mercado internacional por parte da colônia (comércio monopolizado pela metrópole), que por outro lado importava os produtos manufaturados.

A economia colonial faz parte então de um amplo processo de consolidação do capitalismo mundial, e sua dependência em relação à metrópole expressa-se no fato de sua dinâmica própria lhe ter sido retirada "...pela impossibilidade de acumular autonomamente ao se estabelecer a apropriação e o controle do excedente pela burguesia comercial metropolitana".¹

O trabalho compulsório, no caso o trabalho escravo, é então uma das características da economia colonial e os indígenas foram a primeira mão-de-obra escrava a trabalhar na colônia. Essa atividade foi desenvolvida no Paraná numa ampla área, pois as reduções indígenas espalhavam-se pelo Estado, compreendendo o Norte, o Oeste, o Centro e o Centro-Sul. No Paraná Tradicional as aldeias localizavam-se em regiões que hoje correspondem a Campos de Ponta Grossa, Colonial de Irati e Alto Ivaí e, ainda, Campo de Guarapuava.

¹ Mello, João Manuel Cardoso de, O Capitalismo Tardio, tese de doutoramento apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1975, pag.32

A região do Alto Ribeira e o Litoral constituíram no agregado Paraná Tradicional a área de ação da economia mineradora, segunda atividade desenvolvida no Paraná ainda dentro de uma produção tipicamente colonial.

a - A Escravização de Indígenas

Já no século XVI, a parte ocidental do atual território paranaense, pertencente naquela época aos espanhóis, começou a ser por eles explorada. Partindo de Assunção, ocuparam terras próximas ao Rio Paraná e fundaram alguns vilarejos, entre eles a "Ciudad Real del Guairã".

Esses povoadores espanhóis procuraram escravizar os indígenas locais utilizando-os principalmente na coleta da erva-mate. Porém, os indígenas reagiram fortemente e chegaram mesmo a bater algumas tropas espanholas. Com o agravamento da situação, houve quem recomendasse ao governo espanhol que a questão da pacificação e conversão dos indígenas fosse entregue aos jesuítas.

Assim foi criada, em 1609, a Província Jesuítica do Paraguai. Várias aldeias apareceram em poucos anos, inicialmente em Guaíra. Eram as chamadas reduções, onde, dirigidos pelos padres, os índios cultivavam a terra e criavam gado num sistema comunal.

Esses aldeamentos, base do trabalho catequista dos jesuítas, serviram de alvo às bandeiras paulistas que organizadas para capturar e escravizar indígenas, atacavam as reduções onde

se concentravam os índios pacificados, bem como as aldeias estabelecidas no litoral sul.

Os indígenas eram escravizados para servirem aos paulistas de mão-de-obra doméstica, agrícola e pastoril e para serem exportados às plantações de açúcar do Nordeste, base da economia colonial no séc. XVII.

À medida em que as aldeias iam sendo arrasadas, frente aos constantes ataques, os jesuítas e os índios que escapavam à escravatura, abandonavam as reduções.

Em termos econômicos, uma vez que não provocou a fixação dos exploradores nas regiões envolvidas, a escravização de indígenas não motivou de maneira significativa o surgimento de outras atividades. Acrescente-se a isso o fato de ser a escravização uma peça fundamental do esquema de exploração que se estabeleceu entre metrópole e colônia.

A penetração das bandeiras limitava-se à ação escravista e atingido o objetivo elas retornavam a São Paulo, onde a exportação dos escravos índios para as plantações de açúcar parece ter sido importante, chegando, no séc. XVII, a ter um valor correspondente a um terço das exportações anuais de açúcar do Nordeste, segundo Francisco Magalhães Filho.

Assim sendo, esse tipo de penetração não teve como consequência uma ocupação efetiva das regiões próximas às reduções. Mais tarde, poder-se-á atribuir certa importância a algumas delas que serviram de base para a formação de vilarejos e cidades.

b - Economia de Mineração

Nessa mesma época, fins de séc. XVI e início do séc. XVII, os paulistas se dirigiram à costa paranaense à procura de ouro. O ouro de aluvião encontrado nos rios próximos a Iguape e Cananéia logo se esgotou e, à busca de mais reservas, se estenderam à baía de Paranaguá e Vale do Ribeira. Novamente, as reservas logo se tornaram escassas e a população litorânea seguiu em direção ao 1º planalto, para os Campos de Curitiba, onde encontraram ouro nos leitos de rios formadores do Iguaçu.

A ocupação do litoral paranaense e da região do planalto curitibano pode então ser vista como um prolongamento da atividade extrativa exportadora que tinha lugar no litoral do atual estado paulista. Desse tipo de exploração nasceram vilas como Antonina, Morretes, Paranaguá, Curitiba e outros pequenos núcleos.

A agricultura desenvolvida na época atendia as necessidades dos povoados que foram surgindo. Uma agricultura incipiente, basicamente voltada para a produção de alimentos, e que passou a ser quase que a única atividade produtiva, ao lado de um de artesanato doméstico, à medida em que a extração mineral se retraía na região.

Tanto a escravização dos indígenas como a atividade mineradora, devido a seu caráter extrativista, tiveram uma duração limitada pelo esgotamento dos "produtos" que tinham como objetivo explorar. No primeiro caso, esse esgotamento se traduziu na dispersão dos indígenas restantes pelo território, na

tentativa de escapar à escravidão. No segundo, foi o esgotamento literal do ouro de aluvião.

Porém, o que diferencia uma da outra e, de certa forma, confere um papel mais importante à segunda atividade é o fato de a extração mineral ter conseguido povoar sua área de ação, talvez por ter se processado no litoral e em locais próximos a ele. Ainda assim, tal ocupação contava com uma pequena população dispersamente distribuída. Mas desencadeou o surgimento de outras atividades, como agricultura e criação de gado, que consolidaram a fixação dos povoadores nos núcleos por eles formados.

2.2.2 - Atividades Econômicas Pós Economia Colonial

A escravização de indígenas e a mineração, atividades que precederam o comércio de tropas no Paraná, foram desenvolvidas numa época em que toda a produção estava voltada para os interesses do capitalismo da metrópole, e nessa medida não geraram lucro algum para a colônia, muito menos para o Paraná.

Em termos de ocupação, elas também não tiveram muita importância. Podem ser vistas não como atividades econômicas paranaenses, mas como atividades que se desenvolveram no Paraná a serviço de uma economia extremamente dependente do capitalismo europeu em sua fase concorrencial.

Para o Estado, a importância das atividades econômicas que se seguiram à escravização de indígenas e a mineração pode ser caracterizada tanto pela riqueza por elas gerada, e não só

isso, mas pela possibilidade de se investir no próprio Estado essa riqueza, como pela ocupação populacional delas resultantes. O grau em que esses dois elementos se fazem presentes contribui para que se tenha uma idéia do nível de modernização em que se encontrava ou poderia vir a se encontrar o Estado.

Depois da mineração, a atividade central da economia paranaense foi o tropeirismo. Como um suporte da mineração que se desenvolveu no planalto central brasileiro, pouco se diferenciou das atividades que o antecederam no Estado. Porém, a certa altura de seu desenvolvimento, o tropeirismo indiretamente faz parte do movimento que constitui a passagem da economia brasileira colonial para a "economia exportadora capitalista nacional".

a - Tropeirismo

A economia açucareira do Nordeste, que por longo período dominou a estrutura econômica do Brasil, seguiu-se a economia de mineração com a descoberta de ouro no planalto central brasileiro. O abastecimento de animais dessa região era feito pelas zonas de criação de gado localizadas no Sul do Brasil.

O escoamento dos minérios para o Rio de Janeiro, principal porto de exportação dessas mercadorias, era feito, e só podia ser feito, por tropas de animais de carga, especialmente por muares.

No século XVIII, o Governo Central, entre outras de-

terminações, estabelecia que a criação de muares ficaria exclusiva ao Rio Grande do Sul. Essa medida mais a concessão de sesmarias nessa área, visavam assegurar as fronteiras sulinas e integrar o Rio Grande à economia brasileira.

A crescente procura de animais para transporte, em função do crescimento da atividade mineradora, fez dessa zona o ponto de partida das tropas de animais que passando pelos campos paranaenses para serem engordados eram em seguida levados a Sorocaba, onde alcançavam altos preços.

Nos planaltos paranaenses, o gado submetia-se às invernadas, para depois seguir rumo a São Paulo e Minas Gerais. O tropeirismo, como foi chamado o comércio de muares, provocou o surgimento de vários arraiais nas rotas das tropas. Curitiba era o núcleo que concentrava a riqueza produzida por essa atividade comercial, uma vez que era o local onde se realizava o arrecadamento da taxa de passagem dos animais.

O Caminho do Viamão, a mais antiga rota de ligação entre o Rio Grande do Sul e Sorocaba, passando pelos campos de Vacaria, Lages e Curitiba, tinha então como um de seus principais pontos de pouso a região dos campos paranaenses e isso foi decisivo para a ocupação, ainda que escassa, dessa área.

A criação de gado e o comércio de muares, e a consequente necessidade de grandes extensões de terras próprias para as invernadas, provocaram a ocupação dos Campos Gerais e mais tarde dos Campos de Palmas e Guarapuava.

Os fazendeiros proprietários de terras em campos paranaenses tiveram nas invernadas uma nova e importante maneira de auferir rendas. Muitos deles, motivados pela sua lucratividade, começaram a exercer as atividades do tropeiro, o que resultou num abandono da criação de gado bovino.

O tropeiro era o intermediário desse tipo de comércio, o mediador dessa relação de troca entre os criadores do sul e os compradores da feira de Sorocaba, onde a venda anual de animais chegou no seu auge a 200.000 cabeças.²

O aluguel de terras para engorda do gado surge como um sistema de arrendamento em que o fazendeiro arrendava ao tropeiro "toda a organização da fazenda que, não obstante, continuava na sua administração, geralmente por meio de um capataz. As cláusulas de um contrato de arrendamento, de 1862, esclarecem o negócio: o fazendeiro arrendava uma "boa invernada com macega de dois anos, para 650 ou 700 mulas", recebia a tropa e dela "cuidaremos com os nossos cavalos, daremos sal de 15 em 15 dias", e depois de alguns meses, "mandaremos conduzir a tropa para a feira de Sorocaba, com nossos peões e capataz". O arrendatário tropeiro "paga os potreiros e dá 10 mulas mansas para a condução da tropa e nós entramos com o resto dos cavalos", o pagamento seria feito na Feira de Sorocaba por ocasião de

²Magalhães Filho, Francisco - "Evolução Histórica da Economia Paranaense". Diretório Acadêmico Rocha Pombo do Paraná - pág. 4 (tal número é considerado pelo autor exagerado, a estimativa é de Roberto Simonsen).

vendas das mulas "a 5 mil réis por besta"³.

Era ainda baixa a densidade da população no Centro-Sul Paranaense após a época do tropeirismo, embora tenha este contribuído para a ocupação de extensas regiões antes praticamente despovoadas. No final do séc. XIX, inúmeras fazendas cobriam completamente os campos do 1º e 2º planaltos.

É inegável portanto, a importância que teve o tropeirismo para o povoamento de grandes áreas dos campos paranaenses.

A renda produzida por essa atividade comercial foi em parte responsável pelo enriquecimento de Curitiba e muito contribuiu para a emancipação da província: "É esse enriquecimento da Comarca de Curitiba que exige e permite o movimento emancipador que culmina no dia 19 de dezembro de 1853"⁴.

Segundo Brasil Pinheiro Machado, tão altos eram os lucros obtidos pelos tropeiros no auge do comércio de muares (1855-1860), que alguns fazendeiros paranaenses não só tentaram eliminar esses intermediários da transação indo ao Rio Grande comprar as mulas e depois a Sorocaba para vendê-las, como também eliminar os próprios criadores gaúchos, adquirindo propriedades no Rio Grande do Sul. Outra alternativa, foi a tentativa de abertura de uma estrada que ligava Xapecô diretamente a Cor-

³ Machado, Brasil Pinheiro, "Formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais, in "Contribuição ao estudo da história agr. do Paraná", Boletim da Universidade do Paraná. Depto. de História, nº 3, pág.19.

⁴ Magalhães Filho, Francisco, "Uma sucessão de economias", in revista "Referência em Planejamento", ano 1, 3º trimestre 76, nº 3. pág. 2.

rientes, facilitando desse modo o acesso a um dos centros de onde vinha boa parte dos animais.

No relatório do Presidente Zacarias de 1854, citado pelo referido historiador, consta que a maior parte do capital investido no comércio de muares sem dúvida pertencia à província do Paraná e que a maioria dos intermediários eram "os filhos dessa província".

Esses fatos são indicadores de que realmente o tropeirismo foi uma atividade altamente lucrativa. Porém, com seu declínio, os fazendeiros entraram num acelerado processo de empobrecimento. Viram-se numa situação em que a única riqueza que possuíam eram as suas propriedades, pois nem mesmo o gado bovino, cuja criação eles haviam deixado para segundo plano, estava em condições de concorrer com o gado que São Paulo agora criava.

Parece então que os altos lucros obtidos com o comércio de muares ficaram em mãos daqueles cuja atividade era a compra e venda dos animais, ou seja, dos intermediários. Aqueles que simplesmente alugavam suas terras para as invernadas não foram os maiores beneficiários.

A abertura de ferrovias, ligando as áreas de cafeicultura aos portos, levou à retração definitiva do tropeirismo, principalmente a partir de 1875.

Essa é uma época em que a economia de exportação do mate já se colocava, desde alguns anos, como a atividade mais importante da Província.

O Tropeirismo e a Economia Cafeeira Escravista - Na segunda metade do séc. XIX, o desenvolvimento do café em São Paulo reimpulsionou o tropeirismo que, então, atravessou um curto período de efervecência. Nessa época, várias transformações ocorreram, tanto na área rural como na área urbana do Paraná.

No início do tropeirismo não era muito difícil o estabelecimento de uma fazenda para engorda de muares em campos paranaense, lembrando-se que nos primeiros anos do séc. XVIII, tão baixo era seu valor que as fazendas e sítios não apareciam na relação de bens de inventários, e já no seu auge, isso não só era feito através da compra de uma propriedade, e não mais havia concessão, a partir da Lei de Terras de 1851, como também essa aquisição implicava num elevado investimento. Isso seria apenas uma das transformações, a valorização da terra.

Com o tropeirismo houve também um grande desenvolvimento da economia monetária, no setor comercial, e as cidades começaram a assumir um papel predominante na economia da região dos campos. Brasil Pinheiro Machado diz que "era exagerado o número de casas comerciais nas cidades em relação à população. Vendiam de tudo: remédios, alimentação, tecidos, ferragens, louças, jóias, artigos de couro etc." O comércio das mulas era realizado unicamente em moedas de ouro (libra esterlina), que eram conseguidas pelos tropeiros através de "banqueiros" do Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba aos quais ele pagava com juros em moeda nacional.

Esse desenvolvimento do comércio nas cidades foi, provavelmente em grande parte, devido à iniciativa daqueles que

mais lucraram com o tropeirismo, ou seja, os próprios tropeiros.

Entre 1855 e 1860 situa-se o auge dessa atividade e é justamente entre 1860 e 1870, e daí em diante, que o desenvolvimento do comércio em cidades como Campo Largo, Ponta Grossa, Lapa, Castro, e Palmeira, todas localizadas na região dos Campos, chama a atenção do Governo local.

Essas transformações sugeriam que a região dos Campos estaria se dinamizando economicamente. Porém, quando cessa a atividade tropeira, praticamente a partir de 1875, a vida econômica dos campos paranaenses não mostra essa tendência, entrando, ao contrário, num período quase que de estagnação.

Nas fazendas, onde além das invernadas praticava-se uma pequena agricultura e fabricavam-se laticínios como atividades secundárias, a relação de trabalho predominante era a escravidão. Porém, agravando-se a situação da atividade tropeira, os fazendeiros reduzem o número de escravos ao necessário para os trabalhos domésticos. Possivelmente, houve um incremento das vendas desses escravos para fazendeiros paulistas que na época sofriam as restrições da compra de escravos devido ao cessamento do tráfico internacional.

É possível ver que essas transformações e características do tropeirismo, provavelmente, se relacionam com a formação do capital comercial nacional.

Essa relação do tropeirismo com formação do capital comercial nacional se deu através de sua ligação com a economia

cafeeira escravista. Essa ligação talvez esclareça porque o desenvolvimento do setor comercial e da economia monetária que ocorreu nos campos paranaenses nessa época, não foi suficiente para que findo o tropeirismo a região desse prosseguimento a esse dinamismo.

A economia colonial adequava-se ao seu papel de "instrumento de acumulação" na medida em que se estabeleciam certos mecanismos de exploração entre metrópole e colônia, através dos quais:

1 - a economia colonial produzia um excedente que comercializado no mercado externo se transformava em lucros;

2 - a colônia funcionava como mercado para os produtos da metrópole;

3 - a metrópole se apropriava quase totalmente desses lucros.

A crise da economia colonial transparece no momento em que "a queda do "exclusivo metropolitano" e, em seguida, a formação do Estado Nacional criaram a possibilidade que se nacionalizasse a apropriação do excedente e de que se internalizassem as decisões de investir"⁵.

⁵Mello, João Manoel Cardoso de, "O Capitalismo Tardio" tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1975, p.52.

Essa crise coincide com a constituição da "economia mercantil - escravista cafeeira nacional", que apesar de se utilizar ainda do trabalho escravo e ser uma produção mercantil, é agora uma economia nacional.

A economia cafeeira que se desenvolveu em São Paulo (baseada ainda no trabalho escravo), responsável pela fase mais importante do tropeirismo, foi uma economia de transição. A passagem da economia colonial para a economia exportadora capitalista nacional se fez via "economia mercantil-escravista cafeeira nacional". Esta é "obra do capital mercantil nacional, que se viera formando, por assim dizer, nos poros da colônia".⁶

Os lucros produzidos pelo tropeirismo em mãos dos intermediários, como já foi visto, foram em parte investidos no comércio das cidades e outras atividades urbanas. Mas, por outra parte, esses mesmos lucros, é bem possível tenham sido transferidos para a economia cafeeira paulista, portanto, para fora do Paraná: "Está fartamente demonstrado, em primeiro lugar que inúmeras fazendas de café, certamente as mais significativas, foram organizadas com capitais transferidos diretamente do setor mercantil (comércio de mulas* capital usuário, tráfico de escravos etc.)".⁷

Vendo o tropeirismo dentro desse processo, o da passagem da economia colonial à economia capitalista exportadora nacio-

⁶ Op.cit., pág. 47

⁷ Op.cit., pág. 48

* Grifo nosso.

nal, é possível ter uma visão mais clara da situação da economia dos campos paranaenses, após seu declínio.

A atividade paranaense que surgia após o tropeirismo, o mate, não exigia grandes investimentos na medida em que ele era encontrado em estado natural.

Daí o fato de a área dos campos paranaenses, embora dinamizada pelo tropeirismo, não ter dado continuidade a esse dinamismo. O tropeirismo não possibilitou uma acumulação na província paranaense. Ao invés disso, ele serviu secundariamente àquela acumulação que fez emergir o capital nacional com base na economia cafeeira escravista de São Paulo.

b - Erva-mate

Antes de surgir como atividade econômica expressiva, a erva-mate nativa nas florestas paranaense era tradicionalmente extraída e consumida entre os indígenas, já nos primeiros anos da colonização.

O atendimento aos mercados platinos de mate era feito, desde o séc. XVI, pelo Paraguai, de início com a produção dos ervais das reduções jesuíticas e mais tarde com a produção das grandes fazendas paraguaias.

Na primeira metade do séc. XIX, por volta de 1820-1830, o mate paranaense tem a oportunidade de ganhar esses mercados quando dos conflitos políticos entre eles e o país exportador, o Paraguai.

Embora existindo em várias regiões do Paraná, os ervais concentravam-se especialmente no Alto do Iguaçu, onde a produção foi mais intensa.

A época da emancipação da Província, a exploração de mate já era uma atividade expressiva. As reivindicações dos paranaenses quanto à emancipação provincial referiam-se principalmente à necessidade de expandir o setor comercial, representado pelo comércio de tropas e pelo comércio exportador de erva-mate. Estas eram as duas atividades econômicas predominantes. Elas absorviam a maioria da população da província, face aos elevados lucros que proporcionaram.

A agricultura de subsistência era muito pouco desenvolvida e o abastecimento da nova província era feito em grande parte pela importação de mercadorias diversas do exterior e de outras províncias.

A dedicação da maioria da população ao mate e a situação de abandono da agricultura preocupavam constantemente o governo provincial: "a indústria não pode deixar de estar na infância, quando sem progresso se acha a agricultura, cujos produtos a alimentam"⁸.

Da mesma forma, o desequilíbrio entre exportações e

⁸Relatório do Presidente da Província do Paraná, Francisco Liberato de Mattos à Assembléia Legislativa Estadual em 7/1/59 pag.33 - extraído de Balhana, Machado, Westphalen, História do Paraná. p. 112

importações era motivo de preocupação para o governo que tentou incentivar a importação de produtos estrangeiros diretamente do exterior para ficar livre a província dos intermediários do Rio. Para que isso fosse viável, o governo reconhecia a necessidade de se produzir mercadorias exportáveis aos países da Europa.

Uma característica importante na economia paranaense era então sua extrema dependência externa : dependia dos mercados importadores de mate, da cafeicultura paulista que passou a demandar parte significativa dos mares, e da importação de diversos produtos de outras províncias e do exterior para seu abastecimento, principalmente doméstico.

A partir de 1865, mais ou menos, as fazendas de café em São Paulo passaram a exigir mais braços e os escravos do Paraná começaram a ser requisitados, por compra ou arrendamento, para suprir a carência de mão-de-obra enfrentada nos cafezais, que se agravava com a extinção do tráfico de escravos.

Isso piorou ainda mais a situação da agricultura de abastecimento paranaense o que motivou o governo no sentido de desenvolver uma política imigratória. Os imigrantes seriam a solução para o problema.

As décadas de 1850 e 1870 assinalam as duas arrancadas da economia ervateira. Em 1858 são introduzidos os engenhos a vapor o que dá um forte impulso às exportações.

As tabelas a seguir ilustram a importância da erva mate no total das exportações paranaenses entre 1851 - 1856:

TABELA 2.2 - 01 - EXPORTAÇÃO PARANAENSE (EM MIL RÉIS) - 1851/1856

| ANOS | FORA IMPÉRIO | IMPÉRIO | EXPORTAÇÃO E BALDEAÇÃO | TOTAL |
|-------|--------------|---------|------------------------|-----------|
| 51/52 | 884:020 | 74:082 | 9:964 | 968:066 |
| 52/53 | 551:140 | 70:283 | 8:019 | 629:442 |
| 53/54 | 872:453 | 89:745 | 7:991 | 970:189 |
| 54/55 | 811:622 | 68:998 | 74:254 | 954:874 |
| 55/56 | 1.664:428 | 89:294 | 40:458 | 1.794:180 |

TABELA 2.2 - 02 - EXPORTAÇÃO PARANAENSE DE ERVA-MATE - 1851/1856

| ANOS | FORA IMPÉRIO | IMPÉRIO | | TOTAL |
|-------|--------------|---------|---|-----------|
| 51/52 | 830:666 | 14:568 | - | 845:234 |
| 52/53 | 514:348 | 13:272 | - | 527:620 |
| 53/54 | 825:195 | 14:219 | - | 839:414 |
| 54/55 | 925:195 | 16:235 | - | 731:885 |
| 55/56 | 1.558:536 | 13:325 | - | 1.571:861 |

FONTE: Balhana, Machado, Westphalen - História do Paraná, pág.138.

A partir das tabelas anteriores foi possível obter a participação percentual da exportação do mate em relação à exportação total paranaense:

TABELA 2.2 - 03 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA EXPORTAÇÃO DO MATE NA EXPORTAÇÃO TOTAL PARANAENSE - 1851/1856

| ANOS | FORA IMPÉRIO | IMPÉRIO | TOTAL |
|-------|--------------|---------|-------|
| 51/52 | 94,0% | 19,7% | 87,3% |
| 52/53 | 93,0% | 18,9% | 83,9% |
| 53/54 | 95,0% | 15,8% | 86,5% |
| 54/55 | 88,2% | 23,5% | 76,6% |
| 55/56 | 94,0% | 14,9% | 87,6% |

FONTE: Tabelas 2.2 - 01 e 2.2 - 02.

Fica evidente a importância maior das exportações do produto para o estrangeiro quando comparadas com as exportações para outras províncias do império. É clara também a importância da exportação do mate dentro do quadro geral das exportações paranaenses.

Por volta de 1870, a exploração do mate se desenvolveu muito em função dos melhoramentos efetuados nos meios de transporte. A expansão das estradas de ferro e a introdução dos carroções pelos alemães do Volga facilitaram a circulação do produto e sua exportação atravessa aí um processo de rápido crescimento.

O comércio e transporte do mate bruto era dirigido em grande parte por esses imigrantes alemães trazidos ao Paraná na tentativa de se solucionar o problema da agricultura de subsistência. O beneficiamento final nos engenhos e a exportação do produto estavam nas mãos dos grandes comerciantes fixados na região próxima ao litoral. "A mão-de-obra empreiteira na extração do erval, em geral cabocla, sempre foi instável e flutuante"⁹.

Esses comerciantes que dominavam a industrialização e exportação do mate "é uma burguesia industrial, nacional, que ascende ao comando político do Estado quando a substituição do Império pela República coincide com a lenta decadência final do

⁹ Barthelmess, Artur, "Ocupação e Organização do Paraná Velho", Boletim Paranaense de Geografia, 1962, n.º 617, p.52.

tropeirismo"¹⁰.

As duas atividades predominantes, mate e tropeirismo, foram então atividades que por pouco tempo se cruzaram: o momento do auge (1855-1860) e declínio (1875) do tropeirismo coincidiu com o da consolidação do mate como "o negócio fundamental para as rendas da comunidades"¹¹.

A economia do mate ocupava grande parte da população nos campos. Além da proximidade das áreas de uma e outra atividade, o transporte do mate, até o aparecimento dos carroções introduzidos pelos imigrantes, era feito por tropas de muares. O desenvolvimento do setor comercial não foi obra exclusiva do tropeirismo. A economia do mate também deu sua contribuição nesse sentido. À sua volta surgiram atividades complementares como a fabricação de surrões de couro e barricas de madeira, com o que é incentivada a exploração de madeira no Paraná.   importante ainda lembrar que aqueles que comandavam a atividade tropeira e os grandes comerciantes do mate juntos promoveram a emancipa o do Paraná em 1853. Porém, esses grandes negociantes paranaenses do comércio exportador de mate eram de Parana-gu  e Curitiba, região onde se encontravam os engenhos de beneficiamento final.

¹⁰ Magalhães Filho, Francisco. - "Uma sucessão de economias", in Revista Referência em Planejamento, ano 1, 3  trimestre 76, n  3, pág. 2.

¹¹ Balhana, Machado, Westphalen, História do Paraná, 1  vol., 2.  edi o, pág. 131.

Foram, portanto, o tropeirismo e o mate duas atividades num certo período simultâneas e complementares, mas impulsionadas e comandadas por economias e grupos independentes. Os mercados importadores do mate, tendo como maior representante a Argentina, e dois dos grupos envolvidos no seu comércio, o que dominava o transporte por carroções e o que controlava o beneficiamento final e exportação no litoral, eram diferentes dos que se ligavam ao tropeirismo.

Os lucros obtidos com a economia do mate não se desviaram, ao que parece, para atividades desenvolvidas em outras províncias. Nada leva a crer que o mate tenha alguma ligação mais estreita com a formação do capital comercial nacional, como no caso do tropeirismo em relação ao café. O desenvolvimento das estradas de ferro e carroçáveis, a organização da navegação fluvial e o surgimento de algumas indústrias na época da economia ervateira sugerem que com ela houve uma possibilidade e mesmo necessidade de se interiorizar os investimentos desses lucros no próprio Paranã. Em termos de economia paranaense o mate significou muito mais que o tropeirismo.

É verdade que os ervais do Iguazu e do Paranã sofreram a exploração depredatória de companhias particulares estrangeiras, em geral inglesas e argentinas, dedicadas à extração do mate e da madeira. Ou seja, não era toda a exploração do mate controlada por paranaenses.

De qualquer modo não se pode negar que com o mate houve uma certa "modernização" da economia paranaense, em função da possibilidade de investir internamente os lucros.

Para Francisco Magalhães Filho, a importância da economia do mate não se restringe ao fato de ter sido esta por um longo período a base sobre a qual se sustentou a economia do Estado. Além disso, o mate determinou o aparecimento da indústria e introduziu relações capitalistas de produção, modificando portanto o quadro da vida econômica centro-sul paranaense.

Na verdade, o mate trouxe algumas indústrias, e considerando que a economia paranaense é até hoje basicamente agrícola, e que é com o café, atividade também primário-exportadora, que a economia paranaense realmente cresceu, o processo que ocorreu talvez possa ser sintetizado nas palavras do próprio Magalhães, o Estado veio "desindustrializando-se em termos relativos"¹². As razões pelas quais o Paraná não realizou um salto qualitativo, consolidando-se como industrial, merecem uma análise específica.

O mate continuou a ser o principal motor da economia paranaense até o período compreendido entre as duas guerras mundiais. Porém, desde o início deste século, a Argentina, principal importadora do produto, começou a aumentar o cultivo do mate, inclusive com técnicas melhores, e, portanto, a reduzir essas importações. A queda das exportações do mate paranaense se acentua em 1930, quando a depressão da economia mundial também contribui para o agravamento da situação.

¹² Magalhães Filho, Francisco, "Perspectivas Industriais do Paraná", Diretório Acadêmico Rocha Pombo do Paraná, pág. 5.

Perdendo quase que completamente seu maior mercado importador e não contando com um mercado interno significativo, o mate, hoje, representa muito pouco para a economia paranaense.

Imigração Européia - A política imigratória que se desenvolveu no Brasil entre os séculos XIX e XX não teve as mesmas características nos diferentes estados. Os problemas econômicos por eles enfrentados, em função dos quais se fazia necessária a imigração, estavam vinculados ao tipo de produção que neles se desenvolvia.

Em São Paulo, onde a produção de café se processava em grandes fazendas, primeiro o colonato, depois o trabalho assalariado, foram as formas de trabalho que atenderam a carência de braços nas grandes lavouras, agravada com o processo abolicionista. Mais especificamente, foram as formas de trabalho que atenderam as necessidades de uma produção capitalista emergente.

O grande problema da economia no Paraná era o da agricultura de subsistência. Com a maioria da mão-de-obra do Estado empregada em atividades ligadas ao mate, a produção de alimentos enfrentou uma séria situação, chegando os preços dos produtos alimentares a níveis nunca atingidos.

O processo imigratório no Paraná orientou-se no sentido de estabelecer pequenas propriedades onde os imigrantes cultivassem principalmente os produtos de consumo alimentar.

As razões do tipo de colonização empreendida pelo go-

verno no Paraná acham-se claramente colocadas no texto que se segue:

"Não há por ora na província estabelecimentos rurais importantes, que demandem para seu custeio grande número de braços, nem a indústria agrícola se acha nela tal pé que torne praticável o sistema de parceria que tão bons resultados tem produzido na província vizinha. Assim se o governo provincial quizer promover a colonização na escala em que o autoriza o orçamento vigente, ou há de ser por meio de venda de terras devolutas aos colonos, ou empresas que quizerem importá-los, ou há de tornar-se empreendedor de indústria, montando por sua conta estabelecimentos agrícolas e coloniais aonde os colonos apenas importados achem logo trabalho apropriado e lucros correspondentes...

Fica entendido que, quando assim me exprimo refiro-me unicamente à colonização propriamente dita, isto é, à que se promove no intuito de cultivar as nossas terras, e não a importação, por conta do governo, de operários e gente própria para o serviço de estradas e obras públicas, aos quais nunca pode faltar pronta ocupação e imediatos lucros n'uma província nova, balda do pessoal preciso aos trabalhos deste gênero"¹³

Desde 1830 até o início deste século, as várias tentativas de colonização agrícola nos Campos Gerais não foram bem sucedidas. Depois de vários empreendimentos fracassados, em 1877 chegaram ao Paraná imigrantes russos para serem instalados nos campos de Ponta Grossa, Palmeira e Lapa, onde se dedicariam à plantação do trigo, mas até que sua instalação nas colônias pudesse ser realizada, esses imigrantes, alemães do Volga, esperavam instalados em casas particulares, às vezes por alguns meses. Sabe-se que apenas 3.809 imigrantes russos chegaram dos

¹³Relatório apresentado à Assembléia Legislativa provincial, 7/1/57, pelo Vice-Presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes, in Balhana, Altiva Pellati, "Mudança na Estrutura Agrária dos Campos Gerais, Boletim da Univ. do Paraná, Depto. de História, nº 3, pág. 29.

20.000 que eram aguardados. Daqueles, menos da metade permaneceu nos Campos Gerais.

As colônias foram organizadas em antigas fazendas daquelas três cidades e os núcleos coloniais de cada uma não se achavam muito próximos uns dos outros.

Apesar de razoavelmente equipadas com gado vacum e cavalos, arados, carros e sementes, as primeiras colheitas tiveram resultados decepcionantes. Em seguida, os imigrantes começaram a deixar a província, muitos deles com o desejo de repatriação.

As explicações para esse fracasso são as mais controvertidas possíveis. Uns alegam as inconveniências de um clima impróprio, terras não muito férteis e outras razões desse gênero. Outros apontam o fato de emissários argentinos terem atraído muitos colonos para aquele país alegando a superioridade de suas terras. Ainda há os que acusam os imigrantes de "ignorantes, teimosos, insolentes e invejosos".

De qualquer maneira, houve uma retirada em massa desses imigrantes. Os remanescentes nas colônias dedicaram-se ao cultivo de culturas como milho, feijão, centeio, trigo, batata, fumo e hortaliças, cuja produção destinava-se apenas ao seu próprio consumo. Alguns acharam emprego na construção e reparo de estradas. Mas foi no transporte da erva-mate que sua sobrevivência foi garantida. Muitos controlaram o negócio e chegaram mesmo a prosperar.

Como essa, outras tentativas foram realizadas, mas os novos imigrantes que aqui chegaram deparavam com a idéia generalizada de que os campos não eram próprios ao cultivo e sim à criação. Com isso, "os colonos cultivando as terras da mata e utilizando o campo para o pasto, ingressaram na rotina do sistema de rotação de terras, adaptando-se às práticas agrícolas da estrutura arcaica"¹⁴.

Mesmo para o sistema de rotação de terras primitivo, esses imigrantes não tinham muita condição de sucesso. Artur Barthelmess esclarece que os lotes coloniais tinham sempre 10 alqueires (25ha) e que para esse sistema uma família necessita no Paranã de 40 alqueires (100 ha), ou seja, o mesmo que 4 lotes coloniais. Num único lote, a degradação da terra em pouco tempo era inevitável. Na maioria das colônias o resultado foi a concentração da propriedade e conseqüentemente o êxodo da maioria da população.

Para Altiva Balhana o fracasso das tentativas de colonização foi "...motivado por um concurso de circunstâncias dentre as quais se pode destacar a escassez de conhecimentos relativos às insuficiências dos solos e dos recursos necessários para corrigi-las, a ausência de uma economia de mercado, bem como de assistência técnica e financeira aos núcleos coloniais, aliado a outros fatores" o que "criou um clima desfavorável a novos empreendimentos de colonização agrícola naquela área"¹⁵.

¹⁴Op. cit., pág. 41.

¹⁵Op. cit., pág. 51.

Quanto à falta de uma economia de mercado, as cidades situadas nas áreas dos campos tinham já um setor comercial razoável, como foi abordado ao se tratar do tropeirismo, e se ressentiam de produtos agrícolas para seu abastecimento. Provavelmente o que acontecia é que o excedente que poderia ser comercializado nesses centros comerciais, esbarrava com o problema dos transportes que, dificultando seu escoamento, onerava a produção das colônias e desestimulava o cultivo.

Talvez a falta de assistência técnica e financeira, a escassez de conhecimentos relativos às insuficiências dos solos e recursos necessários para corrigi-las sejam as razões de maior peso. Tal hipótese encontra apoio no fato de as novas correntes imigratórias, resultantes da iniciativa particular, terem dado certo. E certamente não deram certo ao acaso. As companhias particulares de estrada de ferro deram início a essas novas tentativas no começo deste século com imigrantes holandeses e alemães, e famílias brasileiras. Ofereciam lotes maiores, entre 60 e 70 ha mais ou menos, e bons equipamentos, o suficiente para atraí-los. Assim, a Brazil Railway Company foi a responsável pela primeira colônia bem sucedida no Paraná, a colônia Carambeí, situada entre Castro e Ponta Grossa, destinada inicialmente à cultura do trigo. Logo a indústria de laticínios na colônia, constituída em sua maioria por holandeses, tornou-se a atividade mais importante. Em 1925 eles formaram uma sociedade cooperativa que 15 anos mais tarde é oficialmente reconhecida pelo governo brasileiro como Cooperativa Batavo.

Como essa, outras colônias progrediram, entre elas Terra Nova, Castrolanda e Witmarsum, esta formada por imigrantes

alemães procedentes de Santa Catarina e Santa Cruz.

É então a partir do sucesso destas colônias que se faz o reaproveitamento dos Campos Limpos para o cultivo associado à pecuária, sistema por tanto tempo considerado impróprio nessas terras. Também caberia uma análise das condições de produção e, das formas de como estes imigrantes se associaram, inclusive formando cooperativas, para se auxiliarem no processo de sobrevivência.

c - Madeira

A exploração da madeira, tal como a do mate, era feita em pequena escala desde a colonização. De início, fabricavam-se alguns artigos para consumo local. Na época da emancipação provincial eram exportadas por Paranaguá várias madeiras de lei do litoral, principalmente para o Rio de Janeiro.

Com o crescimento da economia ervateira surge uma demanda crescente por fabricação de barricas para o transporte do mate, o que impulsiona bastante a atividade madeireira.

Os meios de transporte entre o planalto e o litoral eram muito precários para que fosse possível a exportação da madeira de pinho. Esta, somente começa a se desenvolver no fim do século passado, em função da melhoria dos meios de transporte e da ampliação dos mercados brasileiro e argentino.

Em 1872, uma primeira tentativa de exploração de pinho é feita pela Companhia Florestal Paranaense, criada pelos irmãos

Rebouças. Um deles tomou parte na construção da estrada de ferro que liga Curitiba a Paranaguá. Mas a comunicação com o litoral era ainda fraca e isso contribuiu para que as expectativas da Companhia de ampliação da exportação de pinho não se concretizassem, o que levou à sua dissolução.

A mesma Companhia estrangeira que com sucesso promoveu a imigração européia nos Campos Paranenses foi a maior representante da entrada de capital estrangeiro na exploração de madeira no Paraná. A exploração dessa matéria-prima sempre foi um dos objetivos da Brazil Railway, que então contava com imensas propriedades, concedidas pelo governo brasileiro como uma das formas de pagamento pela construção das estradas de ferro.

Com utilização de técnicas modernas a Southern Brazil Lumber e Colonization Co., subsidiária da Brazil Railway, dominou o setor madeireiro nas duas primeiras décadas deste século. Esse domínio foi conquistado através de inúmeras manobras pelas quais a Companhia conseguia privilégios fiscais, fazia discriminações na distribuição de vagões para o transporte de pinho serrado, impunha taxas ilegais aos usuários da ferrovia e foi assim expandindo o controle da indústria da madeira no sul do Brasil. Chegou mesmo a criar e dirigir o sindicato de Madeiras do Brasil e a aliar-se a políticos, obrigando seus funcionários a voltarem naqueles que protegessem os interesses da Companhia.

A Lumber, que em alguns anos "...conseguiu transformar a região, na opinião de um trabalhador da Companhia, "em quase um deserto", pois a devastação das matas foi com-

pleta..."¹⁶, só deixou de atuar quando da vitória da Revolução de 30.

É no período da 1.^a guerra mundial, com as dificuldades criadas para a importação brasileira de madeira da Europa, que o setor madeireiro paranaense toma vigoroso impulso.

O mercado interno nacional, agora já mais desenvolvido em função da economia cafeeira, e o mercado plantio, representado principalmente pela Argentina, afetado também na importação de madeira européia por causa da guerra, passam a demandar a madeira do Paraná que no período entre guerras se firma como o centro madeireiro mais importante do país, tendo na região dos planaltos sua principal zona fornecedora da matéria-prima.

Após um breve período de retração das exportações em 1930, depois da 2.^a guerra a madeira recebeu um novo e forte estímulo na medida em que "...a reconstrução da Europa coincidia com a colonização no Norte do Paraná, quando foram feitas grandes derrubadas para o plantio de café"¹⁷. A exploração das reservas do norte do Estado foi a primeira atividade exercida pela Cia. de Terras do Norte do Paraná, depois Cia. Melhoramentos do Norte do Paraná, ao empreender a colonização daquela área.

¹⁶ Wachowicz, Ruy Christovam, O Comércio da Madeira e a atuação da Brazil Railway no Sul do Brasil, Separata dos anais do V Simpósio Nacional de professores Universitários de História, Campinas, 1971, pág. 316.

¹⁷ "Um ciclo devastador", in Revista "Referência em Planejamento", nº 3, pág. 64.

A exploração da madeira no Paraná foi extremamente devastadora em todo o Estado. No Norte do Paraná a implantação da cafeicultura levou ao desmatamento total das reservas da região. Atualmente, as poucas reservas ainda existentes concentram-se no Sudoeste e Sul do Estado.

A exploração intensiva da madeira no Paraná deu-se sob o regime de mão-de-obra assalariada, empregada em grandes propriedades, e foi responsável pelo fortalecimento de uma burguesia industrial local que se viera formando desde a época da exploração do mate.

Das economias anteriores ao café, a exploração da madeira foi uma das que menos contribuíram para estender a área ocupada do Paraná, embora tenha sido desde o declínio do mate até 1940, uma das principais atividades econômicas paranaenses.

Atualmente, o setor madeireiro do Estado vem tentando recuperar a escassez da matéria-prima, provocada pelo desmatamento indiscriminado, através dos reflorestamentos e de uma atualização técnica da indústria extrativa e de beneficiamento.

Contudo o fechamento de inúmeras serrarias é uma constante nos últimos anos e as alternativas que algumas delas estão encontrando, principalmente as do Norte, é a de tornarem-se intermediárias da madeira proveniente do Estado de Mato Grosso.

O "ciclo da madeira" fecha o período das chamadas economias tradicionais do Paraná. Duas características comuns marcam estas economias, a região que ocuparam e a forma como a

TABELA 2.2 - 04 - PARANÁ - ÁREA COLHIDA DAS CULTURAS DE MILHO, FEIJÃO, TRIGO, ARROZ E SOJA DAS REGIÕES DO ALTO IGUAÇU E TIBAGI - 1950, 1960 e 1970.

| CULTURAS | ANOS ÁREA COLHIDA | 1950 | | | 1960 | | | 1970 | | |
|--------------------|----------------------|------------|--------------|------|------------|--------------|------|------------|--------------|------|
| | | Σ REGIONAL | TOTAL ESTADO | % | Σ REGIONAL | TOTAL ESTADO | % | Σ REGIONAL | TOTAL ESTADO | % |
| MILHO | | 122 201 | 591 861 | 20,6 | 155 989 | 843 932 | 18,5 | 131 503 | 1 883 309 | 7,0 |
| TRIGO | | 37 400 | 56 983 | 65,6 | 42 865 | 82 495 | 52,0 | 72 230 | 287 598 | 25,1 |
| FEIJAO | | 48 334 | 299 408 | 16,1 | 57 910 | 382 488 | 15,1 | 84 492 | 790 139 | 10,7 |
| ARROZ | | 3 365 | 82 651 | 4,1 | 20 834 | 206 694 | 10,1 | 36 099 | 462 191 | 7,8 |
| SOJA ^{**} | | - | - | - | 115 | 5 059 | 2,3 | 7 086 | 384 211 | 1,8 |

FONTE: Diagnose Sócio-econômica das Regiões do Alto e Médio Iguaçu e Tibagi - Volume II - Elementos auxiliares e anexos.

*
Σ Regional = Região do Alto e Médio Tibagi + Região do Alto e Médio Iguaçu.

** Os dados referentes a soja dizem respeito apenas à região do Alto e Médio Tibagi.

desenvolveram. Seus métodos de produção, praticamente, somente a extração, não permitiram sua consolidação enquanto economias. Seus resquícios mais evidentes, observando-se empiricamente e através de alguns dados secundários, é a grande propriedade relativamente ao resto do Paraná. Parece que após o declínio destas economias as médias e grandes propriedades passaram por um processo de "fechamento". Isto é, permaneceram não utilizando a terra com uma preocupação de produção comercial. A população ocupada nas atividades agrícolas responsáveis pela pequena produção (basicamente produtos alimentares) que pode, inclusive, estar numa relação de parceria ou arrendamento com os grandes proprietários, continuou produzindo, mas a participação da produção agrícola desta região veio perdendo relativamente importância para o conjunto do Estado (Tabela 2.2 - 04). Isto pode ser sintoma de que a produção da região não acompanhou o ritmo de crescimento das demais regiões. De qualquer modo significa uma relativa pobreza para a população rural. Por outro lado, esta região principalmente no eixo Ponta Grossa/Curitiba, foi a que sofreu o maior incremento industrial e urbano. Isto é, pode ter se processado uma divisão, interna ao Estado, de divisão de trabalho. Mas considerando-se como um indicador a distribuição de população urbana e rural pode-se verificar ainda o peso da região, quando se exclui a de Curitiba, em termos agrícolas.

Deste modo cabe observar as transformações que ocorrem nesta região a partir de 1960, quando o café marca a passagem para uma nova fase da economia paranaense, principalmente, um intenso processo de crescimento econômico.

2.3 - NORTE DO PARANÁ

2.3.1 - Ocupação Inicial do Norte Velho

Até o final do século XVIII, o Sul do Paraná e a região dos Campos Gerais eram as únicas áreas ocupadas. Desenvolvia-se nestas regiões uma economia baseada nas atividades pecuária e pequena agricultura de subsistência. Como já foi apontado, a região permaneceu com uma população rarefeita e a produção fora a comercial, seja mate ou madeira, não era significativa.

Porém, o Norte, "(...) não chegara a ser tocado pelos colonos e criadores de gado que se integravam nas rotas de muires vindos de Rio Grande do Sul"¹⁸. Provavelmente, por ser região de florestas o Norte não despertara interesse dos fazendeiros de gado. Permanecera praticamente desabitado até meados do século XIX.

A primeira tentativa de ocupação surgiu da necessidade de efetuar a posse da região e resolver conflitos existentes entre brasileiros e paraguaios "(...) já em 1850 havia se organizado uma linha de defesa nas regiões fronteiriças com Mato Grosso e a ela se juntaria a Colônia Militar de Jataí"¹⁹. Sendo assim, em 1855 o Governo Imperial criou a Colônia Militar de Jataí²⁰, com elementos nacionais, à margem direita do Rio Tiba-

¹⁸ LEMOS, Renato do Couto Neto, "O café no Norte do Paraná", in Revista do Comércio de café, n° 628, Rio de Janeiro, Outubro de 1977, pág.17.

¹⁹ Op. Cit., nota 1, pág. 17.

²⁰ A Colônia Militar de Jataí foi criada pelo decreto n° 751 de 02 de janeiro de 1851.

gi.

Segundo Pedro Calil Padis, a criação da Colônia de Jataí deveu-se exclusivamente à necessidade de se fiscalizar o trânsito de tropas e mercadorias que então se fazia para Mato Grosso e Paraguai.

Pouco tempo depois, outro núcleo colonial se organizava na margem esquerda do rio, São Pedro de Alcântara. A junção destes dois núcleos deu origem a atual cidade de Jataizinho. Em 1859, foi fundada São Jerônimo da Serra à beira do Caminho que ligava a Jataí à Curitiba.

Segundo alguns autores, a Colônia Militar de Jataí não progrediu devido à distância em que se achava dos mercados consumidores, isso aliado à existência de escassos meios de comunicação que facilitassem o escoamento da produção.

Em parte a estagnação da Colônia pode ser explicada pela natureza da mesma, cuja principal função era evitar possíveis conflitos na fronteira e o contrabando de mercadorias. A Colônia não possuía caráter colonizador propriamente dito, isto é, de trabalhar a terra, obter o máximo de rendimentos do solo. Este talvez tenha sido o maior entrave ao desenvolvimento da Colônia, aliado aos problemas de infra-estrutura. Pode se supor que a população da Colônia, cujo número era relativamente baixo, deveria cuidar de produzir o necessário para o consumo familiar.

Como foi visto, embora a primeira tentativa de ocupar

o norte do Paraná remonte a 1855, o quadro ocupacional da região sofreu modificações somente a partir de 1860 com a expansão cafeeira que ultrapassou as fronteiras paulistas atingindo as terras roxas do Paraná.

Esta década marca a entrada da cultura cafeeira no Norte Velho, caracterizando uma nova fase para a economia paranaense que posteriormente se afirmará com base numa produção primária - exportadora, o café.

Exatamente nesta época, processa-se em São Paulo acentuadas mudanças nas relações de trabalho agrícola. Enquanto as novas regiões produtoras (Centro-Sul) aderem ao trabalho assalariado e às técnicas agrícolas mais modernas, no Vale do Paraíba, a mais velha região cafeeira paulista, os produtores de café insistem em utilizar a mão-de-obra escrava e técnicas agrícolas rudimentares.

"No vale, o café constituiu-se a cultura dominante durante um extenso período, que teve como marco histórico o ano de 1830, quando o Brasil passou a fornecer cerca de 40% do consumo mundial do café"²¹.

A partir deste momento o café, e principalmente o da zona norte paulista, passa a ser a maior fonte de renda do Brasil, cujos lucros provenientes das exportações ainda não são suficientes para restabelecer o equilíbrio econômico brasileiro.

²¹ da Vinha, Valéria Gonçalves "Cidades Mortas, Conseqüências da Erradicação de Cafezais", in Revista do Comércio do Café, nº 628, Rio de Janeiro, outubro, 1977, pág. 35.

Somente após o desenvolvimento da lavoura cafeeira no centro-sul paulista o Brasil restaura seu equilíbrio econômico. Inicia-se por volta de 1860 um surto de industrialização com o capital oriundo da comercialização do café.

E a decadência da zona norte, ou seja, do Vale do Paraíba, acelera-se ainda mais "...já em 1855 a crise no sistema de abastecimento dos gêneros de primeira necessidade, repercutiu-se diretamente sobre a economia da zona norte, onde a agricultura de subsistência não fora suficientemente praticada"²².

Com o esgotamento das reservas de escravos do Nordeste brasileiro, o seu preço eleva-se cada vez mais contribuindo para o endividamento e empobrecimento dos fazendeiros de café do Vale.

A região cafeeicultora que outrora fora o maior centro produtor do Estado não suporta a concorrência com o centro-sul paulista.

"Com perecimento completo dos cafezais, começou a ocupar seu lugar nas fazendas, o gado trazido pelos pecuaristas/mineiros, que aos poucos vão adquirindo a preços baixos todas as fazendas decadentes do vale paulista. Estabeleceu-se com os vaqueiros novo estilo de modo de vida na região, sem mais os requisitos exigidos pela aristocracia do café; erradicam os últimos cafezais e transformam tudo em pasto para bois"²³.

²² Op.cit., nota 4, pág. 41.

²³ Op. cit., nota 4, pág. 44.

A hipótese que se pode levantar é que uma parcela destes fazendeiros decadentes tenham vindo para o Paraná com o capital adquirido com a venda das antigas fazendas de café. O Norte do Paraná, grande reserva de solos propícios à atividade agrícola até o momento permanecera completamente desabitado. Pode-se supor que as terras não possuíam um preço elevado relativamente a São Paulo, o que poderia permitir a sua instalação sem elevados investimentos, considerando que assumir a concorrência de se instalar no centro-sul paulista implicaria, inclusive, em assumir os custos da nova forma de produzir, isto é, com trabalho assalariado.

Costuma ser observado em vários estudos, sobre as características da ocupação da região / Norte do Estado, descrições como "as técnicas agrícolas e o regime de trabalho são todos um prolongamento das práticas tradicionais paulistas"²⁴.

Empiricamente, parece comprovado o fato dos núcleos colonizados nos anos 1860 - 1870 terem se constituído de fazendeiros que possuíam grandes propriedades. Estes fazendeiros com suas famílias, fixaram-se espontaneamente no Norte Velho, adquirindo terras do Governo do Estado, de posseiros ou de antigos concessionários da região. Instalaram suas fazendas e iniciaram a plantação de café e em menor escala a criação de gado.

²⁴WESTPHALEN, Cecília Maria e outros, Nota Prévia ao Estudo da Ocupação da Terra no Paraná Moderno, boletim da U.F.P., Departamento de História, nº 7, 1968, pág. 17.

No entanto, resta como dúvida, o regime de trabalho que predominava nesta época. Apontar "como práticas tradicionais paulistas" significa dizer que estes fazendeiros continuaram a usar a mão-de-obra escrava na produção.

Realmente, esta parece a hipótese mais viável considerando-se os seguintes pontos:

1 - A mão-de-obra nacional, provavelmente seria escassa e poderia optar, no mínimo, pela posse da terra em relação a ser empregado em fazendas, considerando a disponibilidade de terras existentes no Paraná, nesta época.

2 - A mão-de-obra colona, isto é, emigrantes estrangeiros, como foi apontado no item anterior, não chegou ao Paraná em volume suficiente. Não existiu na época, se comparado a outros estados como São Paulo e Rio Grande do Sul, principalmente, uma política orientada de forma eficiente que tratasse sobre a importação de trabalhadores para agricultura paranaense.

3 - Como foi descrito, no item anterior, neste época os fazendeiros que ocupavam a região centro-sul do Estado, estavam vendendo seus escravos com o declínio da atividade tropeira. Esta condição facilitaria a aquisição destes escravos pelos fazendeiros de café.

Somente dentro destas condições, terra mais barata e trabalho escravo, é que parte destes grandes fazendeiros sobreviveram dentro da mesma categoria social. Esta frente agrícola permitiu a reprodução de condições de produção relativamente atra-

sadas se comparadas com a produção de café em São Paulo que já entrava numa nova fase histórica.

Embora já se desenvolvesse na região a lavoura de café, a produção se tornaria expressiva somente após o Convênio de Taubaté.

Após este acontecimento inicia-se nova fase para agricultura paranaense, intensifica-se a produção de café, ao mesmo tempo que se expande o povoamento da região para novas áreas do Norte Velho.

O Convênio de Taubaté fora firmado em 1906 entre os governos de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Adotou-se medidas destinadas a limitar a produção de café nestes estados evitando a superprodução do produto.

Quando estas medidas foram tomadas, deveria existir no Paraná milhares de pés de café, conforme a questão levantada por Cecília Maria Westphalem: "Este estado por não haver ultrapassado as suas quotas estava fora das medidas restritivas ao plantio de café, advindo da crise de produção, não incidindo sobre seus cafeeiros as taxas que já gravavam, por exemplo, aqueles de São Paulo"²⁵.

A lavoura cafeeira se expandiu aceleradamente no Norte

²⁵Op. cit., nota 7, pág. 17.

Velho, em 1924, a zona produtora abrangia uma área de 700 mil alqueires. No entanto, como mostra a tabela abaixo, em 1924/1925 o café ainda não superava a geração de renda do produto tradicional, o mate.

TABELA 2.3 - 01 - VALOR DAS EXPORTAÇÕES DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1924/1926.

| PRODUTOS | VALOR DAS EXPORTAÇÕES | |
|----------|-----------------------|--------------------|
| | 1924/1925 | 1925/1926 |
| Mate | 72.267: 954 \$ 300 | 10.441: 902 \$ 300 |
| Madeira | 20.020: 409 \$ 410 | 18.273: 189 \$ 960 |
| Café | 6.912: 177 \$ 000 | 28.702: 364 \$ 500 |
| Gado | 3.106: 232 \$ 710 | 3.149: 120 \$ 000 |
| Diversos | 14.725: 087 \$ 350 | 26.869: 356 \$ 757 |

FONTE: Mensagem do Presidente do Estado, 1.921, pág. 78, citado por Renato Luiz do Couto Neto e Lemos in "O café no Norte do Paraná".

Porém, a partir de 1925, o café passa a suplantar a renda dos dois tradicionais produtos paranaenses: mate e madeira.

A produção de café nesta região estendeu-se até 1930 aproximadamente. A estrutura fundiária permaneceu com o predomínio de grandes propriedades e a relação de trabalho predominante, provavelmente, passou a ser a parceria dada a extensão das áreas plantadas com o café.

Atualmente, a região sofre grandes transformações, considerando que novos produtos assumiram maiores áreas plantadas relativamente ao café, trazendo consequências a nível da estrutura fundiária, posse da terra e relações de trabalho.

2.3.2 - Ocupação do Norte Novo

O roteiro do café avança da Região Norte do Estado para a Noroeste. No entanto, com características muito distintas da primeira ocupação.

A ocupação desta área foi levada avante pelas companhias colonizadoras, que a partir de 1923 começam a atuar na região, originando um movimento colonizador até então não verificado no Norte do Paraná.

Instaura-se na região o processo de colonização que a partir deste momento passa a ser planejado e dirigido. A posse da terra será obtida mediante contrato de compra e venda efetuado entre o futuro proprietário e a companhia vendedora. Nesta fase desaparece o caráter espontâneo de ocupação da terra.

As empresas como a Concessionária Corain e os empreendimentos individuais de Leopoldo Vieira e Manuel Firmino de Almeida foram os primeiros empreendedores deste novo movimento colonizador. Adquiriram do Governo do Estado concessões de terras (50 mil hectares cada uma) para o loteamento público. As concessões foram divididas em pequenas e médias propriedades policulturas, sendo raras as fazendas de 300 hectares.

Embora tenha sido a Coraim e os empreendimentos individuais, os pioneiros da colonização dirigida, somente mais tarde, com a atuação da CTNP - Cia de Terras Norte do Paraná - a ocupação da região se expandiria definitivamente transformando o Norte Novo em frente pioneira dinâmica.

Esta caracterização bastante genérica, no entanto, mostra o tipo diferenciado da colonização da região comparativamente ao Norte Velho do Estado. Primeiramente, o papel preponderante das companhias colonizadoras (que será mais evidenciado posteriormente). Em segundo lugar, a estrutura fundiária criada por estas companhias, considerando que o objetivo era plantar, principalmente, café. Este tradicionalmente era típico da grande propriedade, em média 200 alqueires (500 ha aproximadamente), em São Paulo. Esta caracterização fecha-se, por outro lado, com outra questão: por que o café passou a ser plantado, no Paraná, em pequenas propriedades, e ainda assumido a liderança na produção total brasileira? Este item do trabalho tentará esclarecer, ainda que de forma sucinta, e a título de hipóteses, este movimento específico da produção de café no Paraná.

a - Papel da Companhia Colonizadora

Em 1924, o Norte do Paraná fora visitado por um grupo de capitalistas e técnicos ingleses, integrantes da Missão Montagu. Inicialmente o objetivo da Missão era pesquisar as possibilidades de "(...) adquirir terras e realizar o plantio, a

produção e beneficiamento do algodão no Brasil"²⁶, matéria-prima que se escasseava, em relação à demanda das indústrias inglesas de fiação e tecelagem.

Porém no final do ano de 1924, verificou-se a queda do algodão no mercado mundial, ao mesmo tempo que ascendia o preço do café.

Em 1925 voltaram ao Brasil e adquiriram do Governo do Estado do Paraná 500.000 alqueires de terras, situadas no planalto entre os rios Paranapanema, Ivaí e Tibagi. Deve-se acrescentar que esta não foi a única Companhia que atuou na região, inclusive, o Estado foi grande vendedor direto de terras. No entanto, esta foi a mais importante pelo volume de terras que negociou.

Fundaram a CTNP, com sede em Londrina (Pequena Londres), com capital e ações no valor de Cr\$ 18.500.000,00, sendo a maior acionista a Firma Paraná Plantations Limitada de Londres²⁷.

No contrato de compra das terras estipulava-se algumas obrigações que a CTNP teria que cumprir, entre elas, a construção de uma linha ferroviária que entroncaria com a Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande do Sul. Fundou-se então, a companhia Ferroviária São Paulo - Paraná, sendo utilizado o trecho já

²⁶Op. cit., nota 1 pág. 20.

²⁷IBGE, Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, Paraná, 1953 pág. 306.

existente que ligava Ourinhos a Cambará.

Neste ano iniciaram os estudos topográficos e como o Norte era constituído de uma vasta região de florestas era necessário, primeiro, desmatá-lo antes de prosseguir com os serviços de construção de ruas, estradas, demarcação dos lotes urbanos e rurais, instalação de águas e energia elétrica e primeiras construções. Sendo assim, a primeira atividade econômica da região foi a exploração da madeira. Os trabalhos de derrubada foram realizados por mão-de-obra contratada pelo CTNP, "paus de arara", vindos de outras regiões.

Quanto à madeira, certamente uma parte se escoaria para as serrarias do Sul do Estado, outra parte seria vendida mais tarde aos próprios compradores de terras para a construção de suas casas.

Como se observa, a CTNP não só obteve lucros com a venda de lotes rurais e urbanos, mas também com o comércio da madeira. Isto significa que em pouco tempo o capital investido na compra das terras retornou aos cofres da CTNP.

Antes de iniciar a colonização (1929), a CTNP tentou esclarecer os títulos de propriedade da terra. Havia posseiros na região e estes viam-se frente a duas opções: ou abandonavam as terras, ou se integravam no novo processo de colonização, adquirindo a posse legal da terra. Ocorreram, no entanto, conflitos pela posse da terra, mas relativamente aos de outras regiões não apresentaram uma situação de gravidade.

Logo após lançaram intensa propaganda divulgando a fertilidade das terras roxas e as condições da colonização com objetivo de atrair compradores para as propriedades da região.

A atuação da CTNP foi decisiva para ocupação rural - urbana do Norte Novo do Paraná. Quanto em 1944, período da segunda guerra mundial, o governo brasileiro proíbe a propriedade da terra por estrangeiros, a companhia inglesa é vendida a um grupo de capitalistas de São Paulo. Nesta época já havia vendido 1.038.180 acres de terras agrícolas, 34,4% da concessão original e 6.122 lotes urbanos, expandido a ferrovia umas 40 milhas, de Londrina a Apucarana e constituído 927 milhas de estradas. O restante da concessão foi vendido no período de 1945 a 1950, assim distribuído: 1.166,440 acres para a agricultura; 12.071 acres para o setor urbano e a ferrovia estendera-se umas 45 milhas adiante de Maringá, rumo ao Oeste e construiu-se mais 936 milhas de estradas ^{*28}.

A CTNP introduziu a grande empresa colonizadora, lançou um novo tipo de colonização até então não verificado no Brasil. A produção primário-exportadora até o advento da crise econômica de 1929 era praticada em grandes propriedades monoculturas. O projeto colonizador elaborado pela CTNP representava um desafio às formas tradicionais da agricultura de exportação. Tão planejada fora a colonização que embora efetuada em

^{*28} Dados retirados de Nicholls, H. Williams, "A Fronteira Agrícola na História Recente do Brasil: O Estado do Paraná, 1920-65 in Revista Paranaense de Desenvolvimento, nº 26, Curitiba, Paraná.

pequenas e médias propriedades policultoras, afirmou-se tanto quanto outras formas de exploração comercial voltadas para a exportação.

A divisão da terra para a agricultura em regime de pequenas e médias propriedades, cujas dimensões variavam entre 10, 15 até 20 alqueires, com frente para estrada e fundos para um ribeirão, facilitando a obtenção de água tinham outra característica. A produção, em princípio, de policultura, garantiria a sobrevivência e a renda do produtor na medida que este deveria esperar a maturação e a produção do café. O produtor venderia o excedente da produção de subsistência aos maquinistas e intermediários que comercializariam o produto nos centros consumidores maiores. A produção de alimentos continuou simultaneamente com o café devido ao tipo de trabalhador que lhe foi peculiar.

Tendo-se como objetivo primeiro, entender o deslocamento da fronteira do café para o Paraná e, ainda, a sua forma de produção específica, levanta-se as seguintes hipóteses²⁹:

A economia cafeeira durante o período da segunda metade do século XIX às primeiras décadas do século XX foi o principal motor de geração de riqueza no Brasil. Pode-se inclusive relacionar a industrialização brasileira como um produto da acumulação de capital originária da economia cafeeira. O cres-

²⁹ Seria necessário uma pesquisa específica sobre o "roteiro do café" no Paraná: as hipóteses que ora se levanta ficam sujeitos a uma comprovação empírica.

cimento da produção do café forneceu as bases para aquele processo, na medida que concentrou em poucas mãos um volume de capital monetário (do comerciante, plantador financista), que poderia se transformar em capital industrial.

Criou um mercado de força de trabalho, e ao mesmo tempo de consumo à medida que se acentuou a divisão social do trabalho; estes os elementos que permitiram a constituição da infra-estrutura necessária à expansão do capitalismo.

Esta relação entre produção cafeeira e industrialização é bastante conhecida. No entanto, o que se está pretendendo demonstrar é que anteriormente à fase industrial do Brasil (principalmente à partir de 1930) e conseqüentemente à do domínio do capital industrial, havia o domínio do capital cafeeiro. Este transcendia os limites das fazendas, exercendo múltiplas funções, as do capital agrário, do bancário, do comercial.

Esta é a característica principal do período cafeeiro que se desenvolveu basicamente na região de São Paulo, a geração e a acumulação de riqueza realizava-se fundamentalmente ao nível do comércio.

Uma primeira conclusão é que a transferência da produção cafeeira para o Paraná, que se intensificou a partir de 1930, se fez num momento em que a nível da economia brasileira a acumulação de capital passou a ser dirigida pela indústria, isto é, o capital cafeeiro havia perdido sua hegemonia. As opções de investimentos mais rentáveis se concentravam na indústria e especialmente, em São Paulo.

Não significa que a renda gerada pelo café não era importante a nível de economia, pelo contrário, ela continuou contribuindo no financiamento da industrialização na medida que possibilitava a importação de bens necessários à implantação e consolidação da indústria, principalmente a partir de 1955.

Quando a produção cafeeira se consolidou no Paraná a partir de 1930/40, é um fato que São Paulo havia saído de fases de superprodução, como mostram os dados abaixo, sobre a produção média dos períodos:

| | | |
|---------|-------|-------------------------------------|
| 1919/20 | _____ | 14,1 milhões de sacos |
| 1923/24 | | |
| 1924/25 | _____ | 18,2 milhões de sacos |
| 1928/29 | | |
| 1929/30 | _____ | 24,2 milhões de sacos ³⁰ |
| 1933/34 | | |

É provável que na época muitos produtores tenham se desestimulado do plantio de café. E, o dinheiro concentrado em poucas mãos voltava-se para investimentos na indústria, sendo que produzir ou realizar atividades do complexo cafeeiro se tornavam secundários.

Somando-se esta situação a outros fatores econômicos e

³⁰ João Manuel. pág. 172 e 188.

políticos, nacionais e internacionais, configurava-se, no fim da década de 20 e início da próxima, uma situação de crise para a economia brasileira e mesma internacional. Mas o que interessa evidenciar, é que "os preços" internacionais do café caíram efetivamente cerca de 60% entre 1929 e 1933³¹.

Outra hipótese que se levanta é que esta situação também desestimulava grandes produtores. Uma das razões de se planejar a produção de café em pequenas propriedades tenha sido a forma pensada de se controlar a capacidade produtiva da atividade cafeeira. E a produção numa região de alta fertilidade natural do solo para o café, permitia um montante razoável do produto sem grandes investimentos.

O regime em pequena e média propriedade pela CTNP, assim como representou precaução contra futuras crises na produção de café, também poderia ter sido uma forma de atrair certo tipo de clientela para a região: colonos e antigos assalariados de fazendas, ou mesmo fazendeiros de café que se viram afetados pela crise econômica de 1929 em outras regiões produtoras, já que os possíveis grandes investimentos deveriam se dirigir para o outro setor que passara a assumir a liderança do processo econômico.

A opção por este tipo de estrutura fundiária tinha como objetivo favorecer o pequeno proprietário possuidor de pou-

³¹ João Manuel - pág. 172 e 188

cos recursos financeiros. O que não quer dizer que estivessem excluídos aqueles de maiores recursos, que poderiam adquirir mais de um lote rural desde que aceitassem os preços estipulados pela companhia.

Este favorecer o pequeno proprietário pode ter outra implicação. A intensa propaganda e a assistência fornecida aos produtores poderia ser parte de uma política empresarial adotada com o objetivo de atrair um maior contingente populacional para a região. Aumentar a demanda e, conseqüentemente, os preços da terra elevaria a taxa de lucros da empresa com a venda dos lotes urbanos e rurais.

Em síntese o que se pode pensar é que, no fim da década de 20 e início de 30, pessoas que concentravam grande riqueza tenham investido em setores que na época apresentava-se com perspectivas de maior rentabilidade, deixando suas atividades ligadas ao café.

Por outro lado, para o Paraná a produção de café passou a ser principal atividade geradora de renda, principalmente, a partir do ano de 1945, mas no período de instalação destes produtores que muito provavelmente possuíam poucos recursos, considerando ainda que parte da sua riqueza disponível tenha se diluído na compra da terra, a produção de café tenha sido marginal em relação à produção de alimentos. Esta seria necessária para garantir sua reprodução e ainda baratearia o preço do café.

As relações de trabalho características da cafeicultu-

ra paranaense, segundo os resultados da pesquisa do I.B.C. em 1961, prioritariamente se deram à parceria, colono, famílias de proprietários e diaristas. Nas propriedades de menor porte a exploração familiar e a parceira. Nas de maior dimensão, a exploração por colonos e diaristas.

O I.B.C. não esclareceu os critérios de maior ou menor dimensão das propriedades, mas sabe-se através dos dados do IBGE que os estabelecimentos em 1960, no Norte Novo, até 20 ha representaram 64,9% do total da região.

Mais especificamente o I.B.C. apresenta que do total das propriedades cafeeiras do Estado 35,3% eram exploradas por parceiro ou meeiro; 32,6% por famílias de proprietários; 11,0% por colonos; 6,8% por diaristas e as 14,3% restantes por outras modalidades e combinações.

Estes dados foram apresentados com o objetivo de argumentar a favor da hipótese que a grande maioria dos produtores que se instalaram no Paranã produzindo café eram pequenos produtores. Isto é, estes produtores não se instalaram com condições de produção capitalistas, pelo contrário a terra exercia um papel fundamental para garantir sua sobrevivência. No entanto, o pequeno produtor havia comprado sua terra o que significava a necessidade de obter rendas para pagá-la. Deste modo considerando que em 1944 já haviam sido vendidos 34% dos lotes agrícolas e que já haviam se expandido as ferrovias até Londrina/ Apucarana, os produtos como milho e feijão deviam entrar com grande peso no mercado regional e de São Paulo.

Pela tabela seguinte verifica-se o peso das culturas alimentares em relação ao café, isto já no ano de 1949. No Paraná, ao contrário do que acontecera principalmente em São Paulo, onde a expansão da lavoura cafeeira reduzia em algumas áreas

TABELA 2.3-02- A CULTURA ASSOCIADA - PARANÁ - 1949

| 1949 | Área ocupada (em ha) Cultura simples. | Zona de Café | Cultura associada. | Zona de Café |
|--------|---------------------------------------|--------------|--------------------|--------------|
| Milho | 308.719 | 28,8% | 375.800 | 79,9% |
| Feijão | 38.862 | 60,2% | 212.539 | 79,7% |
| Arroz | 36.089 | 81,3% | 43.994 | 99,6% |

FONTE: J.Kretzen, in Op. Cit., nota 1, pág. 4.

a agricultura de subsistência, a qual não fora praticada suficientemente gerando sérios problemas no seu sistema de abastecimento, a produção de alimentos acompanhou o incremento da cafeeicultura.

Comparando-se pela tabela abaixo, ainda no ano de 1949 a área plantada com café era inferior a área plantada com culturas simples. E ainda que esta área significa aproximadamente um décimo da área plantada no Estado de São Paulo. Pode-se imaginar que o Paraná tenha levado ainda alguns anos para suplantat a produção do Estado de São Paulo.

TABELA 2.3 - 03 - ÁREA PLANTADA COM CAFÉ (EM HA)

| ESTADOS | 1941 | 1949 |
|----------------|-----------|-----------|
| São Paulo | 1.292.790 | 1.322.088 |
| Minas Gerais | 528.539 | 559.524 |
| Espírito Santo | 221.341 | 227.973 |
| Paraná | 106.728 | 241.838 |

FONTE: J. Kretzen, in Op. Cit., nota 1, pág. 4.

Deve-se acrescentar que à medida que a produção da região torna-se importante comercialmente, o preço da terra elevava-se "...a companhia de terras Norte do Paraná, adquiriu as suas glebas do Governo do Estado, à razão de 20 mil réis por alqueire paulista, em 1925. Quinze anos depois, em 1940, ela os vendia à razão de 500 mil réis"³². Isto significa que em quinze anos seu preço subiu 25 vezes. Supõe-se que pode ter ocorrido, simultaneamente, a partir dessa época, um processo de concentração da terra na região e um incremento da produção do café. E este tipo de desenvolvimento deve ter favorecido o aparecimento de novas categorias de trabalhadores agrícolas como colonos e diaristas. Este tipos de trabalhadores são mais característicos da grande propriedade produtora. Em relação aos colonos, porque geralmente estes moram com sua família na propriedade, em seus contratos de trabalho é estipulado uma remuneração monetária e a possibilidade de plantar em pequenas áreas da propriedade sua subsistência. A categoria de diarista se aproxima do assalariado, um trabalhador que recebe somente a remuneração pela venda do seu trabalho a empresas, no caso rurais.

A partir de 1945 esta frente atravessará o leito do rio Ivaí, em direção das terras do atual Norte Novíssimo que também foi ocupado com o crescimento da lavoura cafeeira.

2.3.3 - Ocupação do Norte Novíssimo de Umuarama

No Norte Novíssimo, a colonização recente enfrentou sé-

³²Pedro Calil, Formação de uma Economia Periférica: O caso Paranaense, São Paulo, 1970, pág. 102.

rios conflitos em relação à posse da terra. As relações entre posseiros já radicados na região e os futuros proprietários tornaram-se cada vez mais tensas. Estes fatos podiam significar que a fronteira agrícola estava encontrando limites para uma utilização não comercial do uso da terra.

Os maiores conflitos de terras se verificaram em Peabiru e Campo Mourão, áreas ocupadas por gaúchos e catarinenses que participavam de um movimento migratório do Sul do país para o Paraná. Era o momento histórico do encontro de duas frentes de migração.

O Governo do Estado tentou resolver o problema, prometendo novas terras aos posseiros e pequenos proprietários, se estes se retirassem das terras. Isto de certa forma aliviou as tensões, mas como o Governo não cumpriu a sua parte no contrato a luta prosseguiu mais alguns anos.

Os dados da tabela a seguir, apontam o crescimento da população do Norte do Paraná em relação ao total do Estado. Qua-

TABELA 3.2-04- CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO DO NORTE DO PARANÁ - 1940, 1950 - 1960.

| ANO | 1940 | 1950 | 1960 |
|--|---------|-----------|-----------|
| População | 340.449 | 1.029.025 | 1.843.679 |
| Aumento % em relação ao total do Estado. | 27,5% | 48,6% | 43,1% |

FONTE: Dados citados in Op. Cit., nota 3.

se dobrou sua participação na década de 1940, crescendo num ritmo menor na década seguinte.

Na década de 1950, o Norte perde participação no Estado, apesar de incremento absoluto, devido a novos fluxos migratórios mais intensos nas regiões de ocupação mais recente, tabela 3.2-04.

Por outro lado, começava a se instalar na região do Norte Novo e Novíssimo outro tipo de atividade que ocupava uma relação homem/área relativamente menor que a atividade cafeeira.

Já na segunda metade da década de 1950, a companhia incentivava a instalação de fazendas destinadas à pecuária de corte, nas áreas ainda em fase de colonização situadas no Norte Novo e Norte Novíssimo.

"As pastagens, todas artificiais, formadas em terras novas, com a derrubada da mata virgem, foram implantadas à razão de 1.500 hectares por ano, em média, a partir de 1957"³³.

Numa breve descrição foram estes os traços fundamentais da ocupação da terra e de população nesta região. Cabe verificar as transformações que ocorreram no período posterior, ao fim da década de 1950.

³³ Colonização e Desenvolvimento no Norte do Paraná, Publicação Comemorativa do Cinquentenário da Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná, 24 de setembro de 1975, pág. 274/275.

A característica geral da ocupação da terra no Paraná, Norte, Oeste e Sudoeste, principalmente, foi a pequena propriedade policultora. Embora o café tenha sido o motor da economia do Estado e a maior fonte geradora de renda, isto é resultado do seu preço elevado nos mercados, relativamente aos produtos alimentares.

2.4 - SUDOESTE - OESTE PARANAENSE

A análise histórica da ocupação do Oeste-Sudoeste do Paraná deverá centrar-se mais criticamente em duas características, em geral superficialmente abordadas quando se faz este tipo de trabalho.

Em relação à primeira, pretende-se verificar as condições sociais e econômicas da população que ocupou a região e os motivos que originaram os fluxos migratórios.

A segunda, deverá abordar a relação econômica que se estabeleceu entre os novos produtores da região e o resto da economia paranaense/brasileira.

Este nível de análise pretende descartar as descrições que se fazem onde os sujeitos da história se confundem com entidades abstratas como população gaúcha/catarinense, relação cidade/região.

Este tipo de abordagem que se faz dos fluxos migratórios não chega a explicar as características sociais dos migrantes, isto é, sua colocação na estrutura social; e, ainda por

não explicarem os fatores condicionantes da migração dificilmente conseguem demonstrar o processo que uma classe social pode sofrer em termos de mudanças na situação de classe. Em outras palavras, o processo de diferenciação que setores, camadas ou classes podem sofrer segundo o tipo e a forma de desenvolvimento do capitalismo na sociedade.

O processo de ocupação populacional da região Sudoeste-Oeste do Paraná é tradicionalmente explicado mediante um enfoque "naturalista" em relação à dinâmica da pequena propriedade: uma economia agrícola fortemente ligada às condições naturais de produção. Pode-se citar, entre outras, as descrições que pouco variam no estilo:

"Continuara a entrada, nessa região das famílias descendentes de antigas zonas coloniais do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Nas áreas coloniais Rio-Grandenses, desde o final do século XIX vinha acentuando-se a insuficiência de terras face ao aumento da população de agricultores descendentes dos imigrantes italianos e alemães"³⁴.

"Este movimento migratório para o Sudoeste começou a tomar vulto a partir de 1945, e resulta de problemas relacionados, às densidades agrárias, à subdivisão fundiária, e ao

³⁴ Westphalen, Maria Cecília e outros, Nota prévia ao Estudo da Ocupação da Terra no Paraná Moderno, Boletim da UFP, Dpto de História, nº 7, 1968, Curitiba, Paraná, pág. 6.

esgotamento dos solos nas regiões coloniais de povoamento mais antigo"³⁵.

As várias formas de descrever o problema resumem-se: a densidade demográfica cresce além daquilo que a terra comporta (tamanho ou qualidade do solo) e a atividade exige, conseqüentemente origina-se migrações de agricultores em direção a novas terras.

Deste modo, cabe explicar quem são estes "novos povoadores", agricultores e os reais problemas que estariam motivando tais saídas.

Pode-se afirmar que na época em que os migrantes alemães e italianos ocuparam o RS e SC (aproximadamente em 1826 e 1870, respectivamente) as condições de produção estivessem fortemente associadas a um baixo índice de divisão de trabalho e à mínima utilização das técnicas de cultivo. Portanto, as possibilidades, de um aumento de produção estariam vinculadas ao número de braços disponíveis e à disponibilidade de terras.

Se for comparada esta situação com a que prevalece na época em que se originaram os fluxos migratórios para o Paraná, (principalmente à partir de 1940) tem-se que o modo de produção capitalista é dominante e que este dita as condições técnicas de produção para os diversos setores produtivos. Além de que a

³⁵Correa, Roberto Lobato, Cidade e região no Sudoeste, Paranaense, IBGE, Dpto. de Geografia.

separação da população das condições naturais da produção obedece a um condicionamento histórico contraditório. Isto significa que a transformação da terra em pastagens e o desenvolvimento da agricultura capitalista libera uma parcela superior às necessidades de mão-de-obra na indústria e na agricultura capitalista, tendo em vista a utilização crescente de tecnologias.

O que se pretende dizer é que neste momento histórico não existiam condições de subsistência que pudessem ser isoladas das determinações da produção capitalista e, portanto, somente será possível caracterizar excedentes populacionais relativos ao movimento geral da economia.

Em termos gerais os produtores possuíam as mesmas características econômicas e sociais, isto é, podiam ser definidos como camponeses nos momentos históricos diferentes. Mas a articulação destes produtores com o modo de produção dominante se realizava de forma diferenciada, refletindo em suas condições de produção consequências também diferenciadas.

Cabe fazer uma ressalva que somente será retratado, sumariamente, o contexto histórico das migrações de colonos italianos, isto porque eles representam, quanto à origem, a percentagem superior da população no Sudoeste do Paraná. "A população é em sua maior parte, originária das zonas coloniais do Rio Grande do Sul e também de Santa Catarina, distanciando-se os elementos de origem italiana, que representam cerca de 60% do total"³⁶.

³⁶ BERNARDES, Lúcia Maria Cavalcanti, O problema das "frentes pioneiras" no Estado do Paraná, Revista Brasileira de Geografia, nº 3, julho, setembro/53.

É praticamente impossível, por limitação de tempo, uma pesquisa histórica sobre as condições das migrações alemãs. E ainda, pressupõe-se que, respeitando-se as especificidades, as condições de sobrevivência dos produtores alemães tenham se assemelhado ao processo vivido pelos colonos italianos. Isto é, nas formas de articulação da produção camponesa alemã e resto da economia que se estabeleceram condições mais ou menos favoráveis que permitiram a reprodução destes como uma categoria social.

A colonização italiana no Brasil (RS) deu-se a partir do ano de 1875, após a criação da Lei de terras (1851), sob a égide da propriedade privada da terra. O significado deste fato, é que a terra passou a constituir uma mercadoria, condicionando-a como objeto de compra para o migrante. Deste modo o camponês do Brasil deve realizar-se como criador de trabalho excedente e produtor de mercadoria para, no mínimo, pagar a terra cuja apropriação se faz mediada pelo valor de troca; não se considerando que deveriam existir outras necessidades de consumo doméstico que sô poderiam ser supridas através da troca, devido não serem produzidas na própria unidade.

A ocupação do solo no RS, nas regiões de colonização estrangeira, caracterizou-se pelo domínio da pequena propriedade e com traços muito semelhantes em relação à produção. A policultura (feijão, milho, mandioca, arroz, trigo) e, especialmente, o binômio milho -suínos dominavam a região.

As unidades camponesas se constituem em geral da junção da produção agrícola e artesanal ambas movidas pelo traba-

lho da família. O que individualizava a área que iniciou a colonização a partir de 1870 (Colonial Antiga) era a produção de uva e principalmente o vinho que apesar da prática da policultura, se tornaram os produtos comerciais característicos.

Os colonos camponeses que ocuparam a região do alto Uruguai (RS) e Vale do Rio do Peixe (SC), possivelmente elementos descendentes dos antigos colonos instalados em outras áreas, colocavam no mercado uma parcela dos cereais que produziam com a finalidade principal de garantirem a subsistência. Aliada à produção significativa do milho estava a criação de suínos que estimulou pouco a pouco a instalação de frigoríficos na região.

Pode-se supor que a sobrevivência e a reprodução dos colonos, enquanto pequenos produtores, foi possível pelas condições históricas que, nos anos 90 do século anterior, definiram uma divisão do trabalho na qual estas unidades entraram como supridoras de gêneros alimentícios para o mercado interno; onde o café e a indústria tiveram pesos inicialmente ponderáveis³⁷.

Observando-se especificamente as mudanças que alteraram substancialmente as condições de produção dos colonos italianos da região Colonial Antiga³⁸, na época aproximada às saídas dos grandes fluxos migratórios, a constituição, na década

³⁷ Descrição mais pomenorizada; Singer, Paul, Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana, SP, Nacional EDUSP, 1968, cap.4.

³⁸ A região de colonização antiga no RS corresponde em sua quase totalidade a microrregião Vinicultora de Caxias.

de 30, da indústria no setor vinícola³⁹, foi de fundamental importância. Ainda, cabe ressaltar que a consolidação desta foi acompanhada de restrições econômicas e de legislação (os preços da uva foram fixados pelo Estado desde 1939 pelo Instituto Rio Grandense do Vinho e depois pela Secretaria de Agricultura).

Este processo vem caracterizar as condições históricas e sociais da subordinação do trabalho camponês ao capital e a deterioração das suas condições econômicas.

Em torno de 1890, o vinho produzido pelo camponês na forma de artesanato doméstico, inclusive num compartimento situado embaixo da moradia, a cantina, já era exportado para fora da região Colonial.

O vinho era negociado com comerciantes que à medida que ampliavam seu capital montavam estabelecimentos de fabricação ao lado das casas comerciais. E suas chances de aumentarem este capital vão ficando cada vez maiores, pois realizavam a diferença entre preço de compra do vinho do camponês e a revenda do mesmo; simultaneamente compram a matéria-prima (uva) e, ainda, negociam produtos industriais da sua loja.

A partir de 1900 a 1925 cria-se uma série de casas comerciais com essas características e finalidades descritas acima.

³⁹ Ver análise da Indústria Vinícola, na dissertação de Mestrado de Santos, José Tavares dos, mimeo, UPS, SP, 1978.

Em 1929 foi constituída por "exportadores de Vinho" a "Sociedade Vinícola" que tinha como objetivo imediato constituir a indústria capitalista do vinho.

Deste modo, os meios de produção do vinho dispersos em várias cantinas passam a centralizar-se numa única empresa. Através de uma legislação rígida, a sociedade passou a exigir o vinho produzido em condições técnicas que poucos camponeses puderam realizar. Isto significava um avanço qualitativo das condições de produção de vinho, em que poucos dispunham de capital suficiente para investir. Além de que a sociedade produzia em escala e qualidade estabelecendo uma séria concorrência⁴⁰.

Este processo de destruição do artesanato doméstico converteu os camponeses em agricultores puros, concentrando a força de trabalho antes dedicada ao artesanato, na produção e venda da matéria-prima.

A formação das cooperativas vinícolas fundadas no período de 1929 a 1940, provocaram o mesmo processo de centralização da poupança dos camponeses e a destruição da fabricação doméstica do vinho.

Pode-se supor que um processo semelhante tenha ocorrido nas regiões do Alto Uruguai e Vale do Rio do Peixe. Os camponeses nessas regiões especializaram-se principalmente na

⁴⁰A expansão da indústria vinícola é de tal ordem que no fim da década de 30 até 1948 o RS detinha 80% da produção nacional do vinho.

produção de suínos como matéria-prima para os frigoríficos regionais. No entanto, à medida que a industrialização se acentua, os camponeses necessitam aprimorar seu produto devido as exigências técnicas para formar rebanhos homogêneos de tipo, peso, etc, que se acentuam. Este processo vai formando uma seleção e diferenciação social dos camponeses que podem realizar as imposições determinadas pelos setores produtivos mais avançados.

Nesta análise seria necessário avaliar os incentivos de políticas econômicas, principalmente o crédito, para se perceber como este atingem e contribuem para a reprodução da unidade camponesa. Sabe-se que em princípio podem estimular os colonos às compras de meios de produção e matéria-primas industriais. No entanto, à medida que os produtos agrícolas recebem um preço relativamente mais baixo, ocorre, no tempo, a deterioração nos termos de troca. De qualquer forma, avaliar o significado do impacto destas políticas nas condições de produção e reprodução dos camponeses exigiria uma pesquisa específica.

Em relação a estes movimentos gerais da economia como um todo é que se pode entender as condições e possibilidades de sobrevivência dos camponeses, enquanto uma categoria social. Relativamente a estes processos simultâneos no tempo que reduzem substancialmente a renda da unidade familiar camponesa, a pressão demográfica deve ter se acentuado. Ao mesmo tempo que sofriam um processo de expropriação sucessiva que, na época, beneficiava o industrial-comerciante, não permitindo a incorporação de tecnologias no processo produtivo um outro fator deve ser agregado. O processo de industrialização e urbanização que se acentuou no RS, após a década de 30, e a procura de terras

com fins produtivos ou especulativos devem ter provocado o aumento do preço da terra. Estas condições de redução da renda e aumento do preço da terra devem ter contribuído para impossibilitar a aquisição de mais terras pelos produtores para aumentar suas propriedades, considerando-se que a terra é o meio fundamental da produção camponesa.

Diante de tal situação, a migração para a "terra nova" do Paraná permitiu que os camponeses se reproduzissem socialmente por mais algum tempo. O processo de trabalho camponês manteve-se, compondo-se sempre da força de trabalho familiar, da propriedade ou posse da terra e meios de produção.

Pode-se supor que a possibilidade de se reconstituir no Paraná como produtores de uma frente de expansão, deve-se a que na época havia uma disponibilidade de terra dado o grau insuficiente de utilização capitalista da terra. O que significava a possibilidade de adquirir terras a preços mais baixo ou mesmo de somente ocupá-la. Um fator que confirma tal pressuposto é o fato das terras não terem sido comercializadas via uma atuação intensiva de companhias colonizadoras e mesmo por incentivos particulares, comparativamente ao Norte do Paraná. Houve predomínio da ocupação espontânea, quando o camponês adquiria do caboclo (habitante tradicional da região) o direito de posse, ou apenas se instalava numa área desocupada (posseiro). Ainda hoje, o Oeste-Sudoeste é uma das regiões onde se concentra o maior número absoluto e relativo de posseiros. A legalização e medição da terra foi feita, por alguns, no decorrer do tempo.

Os negócios de terras, através de companhias colonizadoras se fez somente na região Oeste (acima do Rio Iguaçu), sendo a principal, a Companhia Industrial Madeireira Colonizadora do Paraná S.A. - Maripa, constituída por capital gaúcho. A área que esta companhia colonizou de 1946 e 1951 correspondia a 20% da área colonizada pela Companhia Norte do Paraná: 107.107 alqueires e 515.000 alqueires, respectivamente. O ritmo imprimido à colonização da região após 1940 - 45, não foi realizado de maneira tranquila pois houve, até fins da década de 1960, lutas pela posse da terra.

Os novos produtores camponeses que se instalaram no Paraná deram uma configuração à região que a distinguiu das demais do Estado. Esta foi intensivamente habitada por produtores que desenvolviam a produção em pequenas propriedades fundiárias (média de 20 ha), utilizando trabalho familiar e ocupando-se com a policultura (milho, feijão, soja, trigo e criação de suínos). Não existe especialização da produção a nível das unidades produtivas. A região Sudoeste-Oeste do Paraná passou a definir-se quanto a produção agrícola dentro de uma divisão social do trabalho como importante produtora, sobretudo de gêneros alimentícios. Pode-se afirmar que a soma dos excedentes de produção resulta globalmente importante dentro dos circuitos comerciais.

No Paraná, as condições de sobrevivência e reprodução dos produtores desta região vão ser definidas pelas relações comerciais que se estabelecem entre estes e os vários tipos de intermediários. Nesse circuito, que vai do produtor ao consumidor, o produto recebe acréscimos sucessivos sobre o valor da

produção que se constituem os lucros dos intermediários e é a forma destes drenarem o trabalho excedente e, muitas vezes, o necessário, dos pequenos produtores. Cabe indagar o porquê da incapacidade do pequeno produtor expedir sua produção. Pode-se supor que um dos motivos é devido ao montante colocado para ser comercializado. O que está condicionado pela sua condição enquanto produtor. Trabalha geralmente em pequenas extensões de terra: dedica somente o trabalho da família, sem utilização de sofisticadas tecnologias e ainda cultiva de três a quatro tipos de produtos. O resultado acaba sendo uma pequena produção por unidade de área que retirada a parte relativa ao consumo, a parte a ser colocada no circuito comercial acaba sendo muito pequena.

Esta características terminam por revelar a finalidade da utilização da terra para o produtor-camponês. É em última análise atender as necessidades da família, seja através do consumo de parte da produção, seja servindo-se da parte comercializada para obtenção de outros bens não produzidos na unidade familiar. Não realizam portanto, uma agricultura com fins de especulação comercial.

2.5 - ASPECTOS CONCLUSIVOS SOBRE O PROCESSO DE OCUPAÇÃO.

O objetivo colocado para análise deste item, isto é, entender o tipo de produtor rural que se instalou no Paraná apresentou-se um tanto abrangente. Isto é, o objetivo da realidade ficou mal colocado considerando-se que não houve um momento de redução conceitual, dado os limites das totalidades

propostas.

Deste modo as conclusões, a seguir, devem assumir em caráter preliminar cujo aprofundamento deverá ser resultado de novos estudos, tanto empíricos como teóricos.

Estabelecendo-se, teoricamente, que a fronteira político-administrativa do Estado pode delimitar uma formação social concreta, específica, pode-se afirmar que o modo de produção capitalista, sempre foi dominante sobre as demais formas de produção. Isto é, a reprodução do capital subordina as demais relações sociais, mas não necessariamente da mesma forma. As relações típicas capitalistas baseadas no trabalho assalariado, que comandam a produção de valor, devem ser dominantes, mas não necessariamente generalizados ou quantitativamente predominantes.

No caso do Paraná, pode-se afirmar que até fins da década de 1960, prevaleceram formas de produção "atípicas". O pequeno produtor, cuja forma de produção de tipo camponesa, sempre predominou sobre o conjunto de relações de produção no campo. As várias frentes de produtores agropecuários que se instalaram no Paraná apresentaram, de forma disseminada pelo território, um processo de trabalho "típico" camponês. A grande maioria se dirigiu ao Estado assumindo a compra da terra o que significou deter a propriedade da terra e meios de trabalho, conseqüentemente possuir os meios de vida necessários a sua manutenção enquanto produtores. E, o fundamental é que o processo de trabalho camponês era movido pela força de trabalho familiar. Este dados foram observados no decorrer da pesquisa pra-

ticamente para os produtores das diversas regiões do Paraná. Inclusive no Norte, os proprietários ou arrendatários e parceiros produtores de café, apresentavam com frequência uma produção movida pela força de trabalho familiar. Para o caso do Oeste e Sudoeste Paranaense, parece já ter sido enfatizada a predominância dos pequenos produtores que desenvolvem uma agricultura de cereais e produção de suínos.

Pode-se, no entanto, supor excepcionalmente uma "passagem" de pequena produção em "produção complexa", como um certo número de produtores de soja e café. Estes produtores podem estar aparentemente com as condições de produção idênticas as dos camponeses, no entanto puderam realizar um processo de acumulação de riqueza transformando-se em "camponeses ricos". Este processo de diferenciação social de produtores deveria ser melhor estudado e pesquisado dado sua importância relativa no conjunto de produtores do Estado.

Pode-se perceber também que a reconstituição de pequena produção no Paraná, principalmente a partir de 1930, deu-se por um lado, dado o excedente de força de trabalho originado do próprio desenvolvimento do capitalismo nas demais regiões do país. E, por outro, pelo grau insuficiente de utilização plenamente capitalista da terra no Paraná. Estas situações foram observadas em relação a expulsão dos camponeses gaúchos e catarinenses. Os meios de produção e subsistência se tornaram insuficientes para sustentar os produtores e suas famílias, na medida que se iniciou o processo de centralização de capitais destruindo as indústrias domésticas que garantiam simultaneamente as atividades essencialmente agrícolas às unidades produ-

toras familiares.

Em relação a transferência dos produtores de café, mineiros e paulistas para o Paraná, pode-se perceber que, no momento histórico, estes podiam ser considerados expulsos de suas regiões de origem. De maneira simplificada, observou-se que o capital hegemônico, a partir de 1930, deixou de ser comercial (cafeeiro) assumindo o industrial. Os empresários cafeicultores paulistas que não possuíam capitais acumulados suficientes para se transferirem para os negócios mais rentáveis da época, (a indústria) em parte, mudaram-se para o Paraná. Puderam, provavelmente, além de comprar terras a preços mais baixos relativamente a São Paulo, usufruir de uma renda diferencial devido a qualidade dos solos.

Não se pode esquecer do papel desempenhado pelas companhias colonizadoras no Estado, que muito devem ter contribuído para a valorização das terras e conseqüente especulação imobiliária.

Este estudo concentrou-se principalmente nas características "internas" da produção camponesa isto é, da típica unidade de produção familiar. Seria, de fundamental importância, verificar as formas de apropriação do excedente e subordinação do trabalho na agricultura pelo capital. A produção camponesa está subordinada ao capital, no entanto, apesar de no processo de circulação haver uma unidade na acumulação de capital, existem diferentes tipos de dominação deste sobre a produção. Isto é, o capital financeiro, o comercial e o industrial se articulam com a produção camponesa, imprimindo ou não mudan-

ças no processo de produção. A título de hipótese, pode-se supor que o capital comercial, domina a produção de alimentos. É o tipo relativamente "mais atrasado" que mantém as condições de produção a níveis também "mais atrasados", para extrair na intermediação "do comprar barato e vender caro" o maior lucro possível. Este já não é o caso dos produtos essencialmente comerciais como café, soja, algodão, etc., onde o capital industrial e/ou financeiro asseguram a reposição dos meios de trabalho a cada ciclo agrícola. No entanto, estão somente facilitando o caminho à indústria, pois, na medida que permitem ao produtor comprar insumo e tecnologia estão favorecendo condições desiguais de trocas.

Estas situações concretas somente podem ser resultado de pesquisas específicas. São de fundamental importância para verificar determinações sociais e econômicas que sofrem o pequeno produtor paranaense.

3 - PEQUENOS PRODUTORES DO PARANÁ. SITUAÇÃO RECENTE

Tomando-se os dados dos Censos Agropecuários e outras fontes secundárias, nos anos de 1960 e 1970, pretende-se definir quem é o pequeno produtor, seu papel na produção paranaense e ainda, na medida que os dados permitirem, suas condições sociais de sobrevivência.

A caracterização dos produtores como pequenos ou grandes deveria resultar na prática, não pela consideração da superfície apropriada, mas sim pelo montante de capital investido na terra. Os dados de gastos em adubos, máquinas e pagamentos de salários deveriam se constituir na expressão mais precisa do grau de intensificação da agricultura¹. Quando se tem em conta apenas a quantidade de terra, não é possível expressar toda a passagem a um sistema superior de cultivo cujo resultado é o aumento do volume de produção.

A caracterização do pequeno produtor paranaense se realizou tendo-se como parâmetro fundamental a "renda disponível" que estes recebem após o processo produtivo. Tomou-se o mínimo necessário dado institucionalmente (Salário Mínimo) e comparou-se com o auferido pelos produtores paranaenses. O resultado não

¹ Os dados disponíveis nos Censos Agropecuários não oferecem o grau de aprofundamento e mesmo cruzamento das variáveis que permitam tal caracterização.

foi dos mais promissores, como se verá a seguir. Pode-se deduzir que estes produtores não chegam a possuir as condições financeiras mínimas para transformar seu processo produtivo para trabalhar em bases adequadas que garanta o nível de produção e renda compatível socialmente. Isto apesar do empenho enquanto produtores e do papel significativo dos seus produtos na geração de renda do Estado.

Os dados sobre valor da produção em 1970 (tabela 3.01) evidenciam o significativo empenho dos produtores que possuem áreas até 50 ha. Estes ocupam 41,8% da área total dos estabelecimentos agrícolas e realizam praticamente 61,2% do valor da produção agropecuária do Estado. A relação do valor produzido por unidade de área confirma que os produtores que possuem área menor de 50 ha, utilizam mais intensivamente suas áreas. Os valores da produção decrescem ao aumentar a área total dos estabelecimentos, chegando ser quase quatro vezes inferior o valor produzido, por ha de área, nas propriedades de mais de 1.000 ha em relação às de até 10 ha. Pode-se, em princípio, pensar numa maior produtividade do trabalho realizada nesses estabelecimentos. No entanto, a maior parte desses estabelecimentos utilizavam apenas o trabalho humano como principal força produtiva. Poucos eram os que investiam em força animal e mecânica e muito menos os que utilizavam qualquer tipo de fertilizante (tabela 7.3.01). Pode-se supor que a intensidade da exploração agrícola nos menores estratos é dada pelo aumento das horas de trabalho nas jornadas diárias.

TABELA - 3.01 - VALOR DA PRODUÇÃO POR ÁREA SEGUNDO GRUPOS DE ÁREA - PARANÁ - 1970.

| Valor da Produção | | Área Total dos Estabelecimentos | % | Valor da Produção | % | |
|---------------------------|------------------|---------------------------------|-------|-------------------|-------|------|
| Grupos de Área Total (ha) | | | | | | |
| 1 | a menos de 5 | 536.987 | 3,7 | 304.703 | 9,9 | 1,76 |
| 5 | a menos de 10 | 1.038.037 | 7,1 | 427.480 | 13,9 | 2,42 |
| 10 | a menos de 20 | 1.769.431 | 12,1 | 564.947 | 18,2 | 3,13 |
| 20 | a menos de 50 | 2.767.110 | 18,9 | 590.707 | 19,2 | 4,68 |
| 50 | a menos de 100 | 1.560.825 | 10,7 | 236.540 | 8,3 | 4,77 |
| 100 | a menos de 200 | 1.358.902 | 9,3 | 167.419 | 5,4 | 8,11 |
| 200 | a menos de 500 | 1.772.230 | 12,1 | 277.462 | 9,0 | 6,38 |
| 500 | a menos de 1.000 | 1.089.617 | 7,4 | 185.290 | 6,0 | 5,88 |
| | 1.000 e mais | 2.732.390 | 18,7 | 316.828 | 10,3 | 8,62 |
| | Sem Declaração | - | | 11.497 | 0,3 | - |
| T O T A L | | 14.625.530 | 100,0 | 3.082.873 | 100,0 | 4,74 |

FONTE: Censo Agropecuário do Paraná - 1970 - Tabela 09 e 34

A tabela 3.02 evidencia que as despesas segundo estratos de área acompanham as de valores. Se nos menores estratos de área está concentrada a maior geração de valor, também está concentrada as de despesas. Isto significa uma relativa igualdade para os vários tamanhos de estabelecimentos quando se observa o montante de valor gerado por unidade de despesa. Os estratos intermediários, entre 50 e 200 ha, poderiam ser considerados os menos rentáveis; pois a geração de valor é relativamente menor por unidade de despesa, inclusive à média do Estado. Esta situação poderá ser compreendida se for considerada a composição das despesas que só podem ser diferenciada quando se considera os vários tamanhos de estabelecimentos.

Pode-se observar pelas tabelas A.3.02 e A.3.03 que correspondem aos maiores estratos as despesas com pagamento de trabalho. O pagamento de salários, quota parte e empreitadas somam 48,2% e 53% dos gastos respectivamente para os estabelecimentos com mais de 100 ha e 1000 ha. Outro tipo de despesa com peso significativo para estes estabelecimentos são os insumos como adubos, sementes, inseticidas etc.

Estes dados podem ser um indicador do tipo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura paranaense. O crescimento da produção extensiva, isto é, o desenvolvimento do capitalismo se traduz no aumento das dimensões das propriedades. E o processo de transformação da estrutura fundiária confirma a hipótese acima. O progresso agrícola está expresso no aumento das inversões de capital em insumos e principalmente no pagamento de trabalho. Estes dados configuram o desenvolvimento de uma agricultura baseada no progresso técnico. Seria necessário conhecer

TABELA: 3 - 02 - VALOR DA PRODUÇÃO* POR PESSOAL OCUPADO SEGUNDO GRUPOS DE ÁREA - PARANÁ - 1970

| Grupos de Área Total (ha) | Valor da Produção | Valor da Produção Animal e Vegetal | Frequência | Despesas Totais | Frequência | Valor da Produção p/Unidades de Despesas | Valor Líquido da Produção | Pessoal Ocupado | Valor Bruto Per Capita (Anual) |
|---------------------------|-------------------|------------------------------------|------------|-----------------|------------|--|---------------------------|-----------------|--------------------------------|
| 1 a menos de 5 | 5 | 304.703 | 9,9 | 119.673 | 8,8 | 2,5 | 185.030 | 387.416 | 786,00 |
| 5 a menos de 10 | 10 | 427.480 | 13,9 | 166.738 | 12,3 | 2,5 | 260.742 | 441.980 | 967,19 |
| 10 a menos de 20 | 20 | 564.947 | 18,3 | 217.936 | 16,1 | 2,6 | 347.011 | 484.728 | 1.165,49 |
| 20 a menos de 50 | 50 | 590.707 | 19,2 | 251.140 | 18,6 | 2,3 | 339.567 | 387.497 | 1.524,41 |
| 50 a menos de 100 | 100 | 236.540 | 7,8 | 127.655 | 9,4 | 1,8 | 108.885 | 107.928 | 2.191,64 |
| 100 a menos de 200 | 200 | 167.419 | 5,4 | 111.988 | 8,3 | 1,4 | 55.431 | 59.946 | 2.792,23 |
| 200 a menos de 500 | 500 | 277.462 | 9,0 | 147.275 | 10,9 | 1,8 | 130.187 | 52.822 | 5.252,74 |
| 500 a menos de 1000 | 1000 | 185.290 | 6,0 | 79.808 | 5,9 | 2,3 | 105.482 | 24.992 | 7.413,97 |
| 1000 e mais | | 316.828 | 10,3 | 131.949 | 9,7 | 2,4 | 184.879 | 34.097 | 9.291,96 |
| Sem Declaração | | 11.497 | 0,3 | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL | | 3.082.873 | 100,0 | 1.354.477 | 100,0 | 2,2 | 1.728.396 | 1.981.471 | 1.555,90 |

FONTE: Censo Agropecuário do Paraná - 1970. Tabelas: 16,31,34

Valor do Salário Mínimo (em 1970) 1ª sub-Região: 170,40

* Valores correntes

2ª sub-Região: 156,00

$\bar{X} = 163,20 \times 12 = 1.958,40$

um outro tipo de inversão de capital tecnicamente distinto, os aparelhos de trabalho e máquinas que não se encontram disponíveis na apresentação desta tabela nos Censos Agrícolas. No entanto, os dados apresentados mostraram a relação entre o tamanho das propriedades e os tipos de despesas que podem ser caracterizados como inversões de capital.

Enquanto que para os produtores que possuem os menores estratos, concentram-se os gastos de pagamento de terras e alimentação de animais. Os gastos com insumos agrícolas são, relativamente, muito baixos. Estas condições refletem a fragilidade do pequeno produtor em dois sentidos. Primeiro, pode-se supor o peso significativo dos parceiros e arrendatários enquanto pequenos produtores. A predominância desta forma de trabalho caracterizam que o desenvolvimento do capitalismo no campo paranaense ainda não dominou todos os ramos da agricultura na sua forma plena. Isto é, o capitalista ou capital hegemônico não pode se responsabilizar pela reprodução total da força de trabalho, nem transformar a produção, colocando-a dentro das bases técnicas que lhe são próprias. Os responsáveis pela produção e suas famílias produzem parte da sua subsistência, além de ter que garantir uma parte para ser comercializado pois necessitam pagar o aluguel da terra. Geralmente esta situação os colocam numa total dependência do proprietário da terra pois acabam se subordinando em relação ao proprietário via "retransferência" do crédito, empréstimos de dinheiro, ou na comercialização dos produtos.

As categorias de arrendatário e parceiro estão sendo tratadas no conjunto, pois supõe-se que, empiricamente, estes

pouco podem se diferenciar. O arrendatário tal como existe está distante do empresário capitalista que paga a renda da terra deduzida do lucro gerado pelo capital, restando-lhe o lucro médio vigente em outros ramos da produção. Estes, do mesmo modo que o parceiro, remuneram ao proprietário pelo uso da terra, não só com o seu lucro (produção excedente) mas também com parte do salário normal que noutras condições receberia pela mesma quantidade de trabalho. Isto significa subtrair do trabalhador fração do salário, a qual passa constituir parte integrante do arrendamento e assim sob máscara de renda, meia, etc., vai para o proprietário da terra e não para o trabalhador.

O segundo problema que se apresenta para os pequenos produtores sejam proprietários, parceiros ou arrendatários, é que na sua estrutura de despesas não está contemplada a remuneração dos membros da família que trabalham na propriedade. Como já foi afirmado estes são basicamente os responsáveis pela atividade total das unidades de produção.

Por este motivo, para se ter um indicador razoável do valor bruto "per-capita" para o pessoal ocupado nos estabelecimentos, segundo os vários estratos de área, dividiu-se o lucro bruto pelo número de pessoas ocupadas.

Os resultados verificados na tabela 3.02 confirmam a total inviabilidade de sobrevivência dos pequenos produtores quanto uma categoria social. Considerando, que em 1970 o salário mínimo anual para o Paraná era, em média, Cr\$ 1.950,00, somente as pessoas ocupadas nos estabelecimentos com mais de 50 ha poderiam se considerar em condições socialmente razoáveis de vida.

O pessoal ocupado nas unidades com até 10 ha recebiam em torno de 50,0% menos que o salário mínimo, enquanto os de 1000 ha recebiam 5 vezes mais. Cabe lembrar, como mostra a tabela A - 3.04. que, em 1970, as propriedades até 50 ha eram responsáveis pela absorção de 85,9% da mão de-obra agrícola. Em outras palavras, a perspectiva de vida de todo este contingente de população que possuem propriedades em torno de 50 ha, apresenta-se potencialmente negativa.

Estes dados são bastante consistentes para supor a existência de um contingente de população que necessita complementar a renda familiar com o recurso do trabalho temporário. E a possibilidade de conjugar duas formas e frentes de trabalho é o que garante sua sobrevivência e a reprodução de suas condições de trabalho por algum tempo. Pode-se supor que muitos tendem a perder suas propriedades e tornarem somente trabalhadores rurais. No período até 1975 estes estabelecimentos já haviam perdido população em termos absolutos.

Toda esta caracterização é interna às pequenas unidades produtoras. Pode-se afirmar que as relações de troca desta com o resto da economia não apresentam melhores perspectivas. Os pequenos produtores geralmente enfrentam outros tipos de problemas; aqueles travados com comerciantes de produtos e insumos agrícolas, com agroindustriais, por crédito e o principal com agentes financeiros e "intermediários" por melhores preços para seus produtos.

Os dados a seguir tentam demonstrar por um lado, o peso e o papel significativo dos produtores de alimentos. E, ainda,

os indícios de mudança tanto na parte dos produtos do Estado como a conseqüente mudança na estrutura fundiária. Parece que a tendência principal de mudança consiste no deslocamento da pequena propriedade, pela grande propriedade com dois tipos principais de produtos, pela área ocupada: soja e pecuária intensiva. E ainda grandes extensões de terra que podem estar sendo apropriadas com fins especulativos e se encontram de certa forma, subutilizadas, principalmente com uma produção bovina extensiva.

O Paraná é um Estado que tem no conjunto uma produção agropecuária diversificada muito importante para o total da produção brasileira. Pela tabela seguinte pode-se verificar o peso dos produtos alimentares. O Estado não se caracteriza, seja em termos de renda ou área plantada, como monocultor. É importante ressaltar que esta diversificação de produção se dá historicamente a nível das unidades produtivas. Esta é uma característica fundamental dos pequenos produtores, a policultura.

Na tabela A - 3.05 observa-se que em 1970 os estabelecimentos até 10 ha produziam 43,3% da quantidade total de feijão e ocupavam 41,5% da área da cultura; enquanto estes estabelecimentos ocupavam somente 10,8% da área total dos estabelecimentos. Nas unidades até 50 ha era cultivado 88,1% do feijão paranaense; 46,0% do café; 77,1% do algodão; 79,4% do milho; 74,4% da soja e 78,2% do arroz.

TABELA - 3.03 - PARANÁ: PARTICIPAÇÃO NA QUANTIDADE COLHIDA BRASILEIRA DE VÁRIOS PRODUTOS AGRÍCOLAS 1975.

| Produtos | Participação do Paraná na Quant. Produz. Br. % | Posição do Paraná Entre os Est. Prod. |
|---------------------|---|--|
| Algodão Herbáceo | 28,3 | 2º |
| Arroz | 11,3 | 5º |
| Batata Inglesa | 25,5 | 1º |
| Cebola | 9,9 | 4º |
| Feijão | 26,8 | 1º |
| Milho | 23,3 | 1º |
| Soja | 36,6 | 2º |
| Trigo | 24,8 | 2º |
| Café | 48,3 | 1º |

Fonte: O trabalho Rural Volante na Agricultura Paranaense - IPARDES - 1978.

É a pequena propriedade, considerando sua extensão, através da pequena produção que vai fornecer os alimentos necessários a população urbana.

Cabe considerar que os estabelecimentos até 50 ha ocupavam somente 41,8% da área total dos estabelecimentos agropecuários do Estado. Tabela 3.01. Pelo lado do pequeno produtor esta é a produção que pode realizar pois, por um lado, possibilita sua sobrevivência pelos menos, em termos alimentar, pelos tipos de produtos. E ainda, estas culturas têm um período de maturação

relativamente curto, exigindo menos quantidade de riqueza, isto é, a pequena quantidade de dinheiro disponível deve circular mais rapidamente.

Por outro lado, as condições de produção destes produtos não são atraentes para o grande capital. Estes produtos não oferecem um nível de renda atraente do ponto de vista capitalista, isto é, não oferecem o retorno da taxa média de lucro vigente em outros ramos da economia. Existem outros fatores como: o risco que representa a produção agrícola em relação ao clima; ainda, a produção de alimentos básicos pela grande agricultura implica em elevação dos gastos com uso de insumos modernos e pagamento de força de trabalho, que viria determinar a elevação dos custos de produção comparativamente à utilização intensiva da terra e mão-de-obra familiar da pequena produção. Necessariamente, mesmo que se reduzisse os ganhos da intermediação, ocorreria a elevação dos preços dos produtos a nível do consumidor. E este, é um outro fator a considerar, o preço dos alimentos deve ser baixo ao chegar ao consumidor favorecendo assim seu processo de reprodução mais barato. Pode-se dizer que existe "os pobres do campo produzindo para os pobres da cidade".

No entanto, estão ocorrendo mudanças substanciais em relação ao uso do solo, implicando numa mudança de perspectivas para os produtores. Observa-se nas tabelas seguintes 3.04, 3.05 que no período de 1960 a 1970, as culturas de arroz, milho e feijão tiveram um crescimento de área plantada muito grande relativamente à soja. O crescimento relativo da soja neste período não foi muito importante. Este problema ocorreu porque a área plantada com soja no momento anterior era muito pequena. E

TABELA - 3.04 - ÁREA COLHIDA DAS PRINCIPAIS CULTURAS 1960/70/75 - PARANÁ.
INCREMENTO ABSOLUTO E RELATIVO. (em ha.)

| Culturas \ Área Colhida | Inc. abs | Inc. rel. | Inc. abs. | Inc. rel. | Inc. abs. | Inc. rel. |
|-------------------------|------------------|-------------|------------------|------------|------------------|------------|
| | 60/70 | 60/70 | 70/75 | 70/75 | 60/75 | 60/75 |
| Algodão | 295.474 | 1,9 | -179.653 | -0,7 | 115.821 | 0,4 |
| Arroz | 255.497 | 1,2 | 29.595 | 0,1 | 285.092 | 0,6 |
| Café | -677.700 | -0,4 | -58.967 | -0,1 | -736.667 | -0,4 |
| Feijão | 407.651 | 1,1 | -28.318 | | 379.333 | 1,0 |
| Milho | 1.039.377 | 1,2 | -2.735 | | 1.036.642 | 1,2 |
| Soja | 299.152 | 59,1 | 1.236.829 | 0,8 | 1.562.981 | 309,0 |
| Trigo | 205.103 | 2,5 | 526.689 | 0,6 | 731.792 | 8,9 |
| T O T A L | 2.514.340 | 1,48 | 1.618.593 | 0,3 | 4.132.233 | 2,5 |

FONTE: O Trabalho Rural Volante na Agricultura Paranaense - IPARDES-1978.

TABELA - 3.05 - USO DA TERRA - PARANÁ - 1960/70 - VALORES RELATIVOS.

| Anos \ Uso da Terra | 1.960 | 1.970 |
|---------------------|------------------|-------|
| | Pastagem natural | 16,8 |
| Pastagem plantada | 6,8 | 18,5 |

FONTE: O Trabalho Rural Volante na Agricultura Paranaense - IPARDES - 1978.

é a partir de 1970 que se acelera o plantio da cultura como pode ser observado pelos dados do período 1970/75. Como uma cultura complementar o trigo acompanha o ritmo da soja. Neste mesmo período é evidente a desaceleração que sofre o plantio dos produtos alimentares, inclusive o café. Pode-se afirmar que a partir de 1970 já não havia no Paraná a disponibilidade de terras comparativamente às décadas anteriores. Esta condição faz supor que expansão das áreas com culturas como soja, trigo e as áreas dedicadas as pastagens (tabela 3.05), se dão em detrimento das áreas plantadas com os produtos alimentares. Isto é, pode estar ocorrendo um processo de substituição de culturas que utilizam relativamente maiores extensões de terra implicando numa alteração da estrutura fundiária e de propriedade. Como já foi mostrado, há um grande contingente de força de trabalho ocupada nos estabelecimentos que cultivam os produtos alimentares. E estas mudanças apreendidas no nível mais aparente (substituição de culturas) podem estar significando o deslocamento da pequena pela grande produção.

Observando somente o processo de mudanças da estrutura fundiária, como mostra a tabela A-3.06, pode-se verificar o incremento absoluto e relativo que até 1970 sofreram os estabelecimentos até 50 ha quando chegaram representar 92,6% do total de estabelecimentos do Estado. Em termos percentuais, a área ocupada por estes estabelecimentos sofreu o mesmo incremento. Sabe-se que este processo é explicado pela ocupação das frentes agrícolas do Estado. Isto é, completava-se a ocupação do solo nas regiões do Oeste e Sudoeste que, como foi mostrado, caracterizava-se por pequenos lotes.

No período seguinte, até 1975, o processo inverte-se. Ocorre uma redução em termos absolutos do número total de estabelecimentos enquanto a área ocupada continuou-se expandindo.

Em relação à distribuição interna da estrutura fundiária, a redução do número de estabelecimentos, registrou-se nos menores estratos. O que torna mais crítica a situação é que simultaneamente ocorre uma redução da área ocupada dos estabelecimentos com até 50 ha num ritmo ainda mais acelerado. Pode-se supor um real processo de concentração da terra no período de 1970 a 1975. O resultado deste processo pode ser visualizado na tabela abaixo, onde se vê aonde chegou a evolução da estrutura da terra no Paraná.

TABELA - 3.06 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS ESTABELECIMENTOS COM ATÉ 50 ha - PARANÁ.

| | 1960 | 1970 | 1975 |
|------------------|------|------|------|
| Estabelecimentos | 85,9 | 92,6 | 90,2 |
| Área ocupada | 32,7 | 41,7 | 34,5 |

FONTE: Tabelas: A-3.06 e A-3.07

Apesar da debilidade das categorias utilizadas pelo IBGE, elas indicam a desproporção entre o número de estabelecimentos e a área por eles ocupada. Isto significa que a grande maioria dos produtores pode estar perdendo terra em quantidade e/ou qualidade suficiente para assegurar um nível mínimo de vida para seus habitantes. Por outro lado, pode haver uma mino-

ria de pessoas que se apropriam da maior parte das terras que nem sequer exploram; em muitos casos são investimentos puramente especulativos.

Um dado que comprova a hipótese acima é o grau de utilização da terra. A tabela A-03.08 mostra a quantidade de terra cultivada segundo grupos de área. É justamente nos estabelecimentos menores que se encontra uma maior utilização da terra. Sendo que de 1960 a 1970, houve uma intensificação da quantidade de terra cultivada nos menores estratos e um processo inverso para os maiores.

Considerando-se o índice de cultivo por estrato de área (soma das áreas utilizadas com lavouras, pastagens e matas plantadas), verifica-se que este decresce ao aumentar o tamanho do estabelecimento. Assim, enquanto as pequenas propriedades (com menos de 20 ha) cultivam, em média mais de 75% de suas respectivas áreas, as propriedades com mais de 100 ha cultivam em torno de 50,0%. Sendo que para o ano de 1970 este percentual sofreu um acréscimo superior aos dos menores estratos que pode ser explicado pelo incremento da produção da soja e áreas de pastagens. Se se considerar que a área ocupada com os estabelecimentos com mais de 100 ha é muito superior a área ocupada com estabelecimentos menores, pode-se supor a disponibilidade de terras para serem utilizadas para cultivos. Mas, na medida que estas já se encontram sob propriedade de algumas pessoas, supõe-se que esta utilização só será realizada para cultivos de produtos que apresentem relativamente uma alta rentabilidade.

TABELA - 3.07 - ÍNDICE DE CULTIVO DAS TERRAS - PARANÁ

| Índice de Cultivo das Terras | Grupos de Área Total (ha) | Terras Utilizadas (lav.+past.+matas plantadas) | | Terras Potenciais (matas mat.+ incultas) | |
|------------------------------|---------------------------|---|------|---|------|
| | | 1960 | 1970 | 1960 | 1970 |
| 1 - 5 | | - | 91,4 | - | 4,0 |
| 5 - 10 | | 87,3 | 87,7 | 11,6 | 7,9 |
| 10 - 20 | | 76,0 | 77,2 | 22,5 | 18,3 |
| 20 - 50 | | 58,9 | 61,4 | 38,9 | 34,0 |
| 50 - 100 | | 48,8 | 55,6 | 48,5 | 40,0 |
| 100 - 200 | | 49,3 | 58,2 | 48,0 | 37,8 |
| 200 - 500 | | 51,3 | 63,0 | 46,4 | 33,5 |
| 500 - 1.000 | | 53,2 | 65,5 | 44,1 | 31,1 |
| 1.000 e mais | | - | 54,1 | - | 41,4 |

FONTE: Censo Agrícola do Paraná - 1960 - Tabela: nº 06

Censo Agropecuário do Paraná - 1970 - Tabela: nº 09

Os dados a seguir concretizam a situação social e econômica dos pequenos produtores. Evidenciam, por outro lado, as perspectivas de vida desses produtores relativamente aos demais estados.

Pode-se observar na tabela seguinte 3.08 as diferenças nos preços dos produtos para os vários estados. Historicamente, os preços dos produtos típicos do pequeno produtor no Paraná: arroz, batata, feijão e milho são mais baixos comparativamente. Somente o arroz plantado no RS. recebe relativamente um preço mais baixo, no entanto, as condições de produção deste são bastante

TABELA -3.08 - PREÇOS CORRENTES AO NÍVEL DO PRODUTOS (Cr\$/Kg).

| PREÇOS | PARANÁ | | | | R. G. S. | | | | M. G. | | | | S. P. | | | |
|----------------|--------|------|------|------|----------|------|------|------|-------|------|------|------|-------|------|------|------|
| | 1966 | 69 | 72 | 73 | 66 | 69 | 72 | 73 | 66 | 69 | 72 | 73 | 66 | 69 | 72 | 73 |
| LAVOURAS | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Arroz em casca | 0,21 | 0,37 | 0,79 | 0,83 | 0,17 | 0,27 | 0,56 | 0,63 | 0,23 | 0,35 | 0,82 | 0,84 | 0,25 | 0,41 | 0,85 | 0,91 |
| Batata inglesa | 0,21 | 0,33 | 0,42 | 1,02 | 0,25 | 0,25 | 0,48 | 0,86 | 0,32 | 0,38 | 0,55 | 1,19 | 0,31 | 0,43 | 0,58 | 1,19 |
| Café em coco | 0,25 | 0,57 | 1,40 | 2,39 | - | - | - | - | 0,20 | 0,48 | 1,13 | 1,67 | 0,24 | 0,65 | 1,50 | 2,23 |
| Feijão | 0,31 | 0,65 | 0,95 | 2,44 | 0,31 | 0,48 | 0,89 | 1,94 | 0,45 | 0,82 | 1,11 | 2,97 | 0,44 | 1,02 | 1,32 | 3,31 |
| Milho | 0,06 | 0,14 | 0,27 | 0,36 | 0,09 | 0,17 | 0,39 | 0,46 | 0,10 | 0,17 | 0,37 | 0,48 | 0,08 | 0,17 | 0,31 | 0,46 |
| Trigo | 0,24 | 0,39 | 0,57 | 0,75 | 0,23 | 0,40 | 0,55 | 0,64 | - | - | - | - | ... | ... | ... | ... |

FONTE: Fundação Getúlio Vargas - Centro de Estudos Agrícolas.

- o dado não existe.

... dado desconhecido.

diferenciadas .

Para os produtos essencialmente comerciais (café e trigo) a situação não é a mesma. Isto é, os produtores paranaenses recebem relativamente aos dos demais estados, um preço mais alto nos vários anos. Este é mais um fato que mostra o processo de empobrecimento relativo dos produtores de alimentos tradicionais.

Os preços referidos são os preços pagos dos produtores, o que não significa ser o mesmo que vai chegar ao consumidor.

Pode-se afirmar que no Paraná existem condições muito propícias para o desenvolvimento do capital comercial, não desconsiderando que este representa uma das fases de reprodução do capital produtivo. A nível subordinado este passa a agenciar a movimentação das mercadorias no mercado com um objetivo: a quantidade investida inicialmente na compra de um produto deve ser convertida num valor superior na venda do mesmo. Deste modo o produto deve ser muito barato na sua fonte e esta é uma das razões do capital manter relações atrasadas na produção agrícola. No caso do Paraná, o montante de pequenos produtores é significativo, que é apropriado pelo capital comercial. Os preços pagos aos produtores camponeses não cobrem o valor dos produtos pela predominância do trabalho, com pouca ou nenhuma produtividade, em relação à produção capitalista onde tem vigência um preço de produção social médio.

Outro tipo de pressão sofre o pequeno produtor paranaense: o preço da terra. Quando se compara os preços das ter-

ras agrícolas (tabela abaixo 3.09), seja para arrendamentos ou para vendas, estes se apresentam significativamente mais altos em relação a todos estados brasileiros (não há informações para

TABELA - 3.09 - PREÇOS MÉDIOS DE TERRAS AGRÍCOLAS*

| TERRAS AGRÍCOLAS | PREÇOS MÉDIOS | PARANÁ | | | R.S | | | M.G. | | |
|--------------------|---------------|--------|-------|-------|-------|-------|----|-------|-------|-------|
| | | 73 | 74 | 75 | 73 | 74 | 75 | 73 | 74 | 75 |
| Arrend. de terras | | 210 | 248 | 372 | 76 | 106 | - | 153 | 246 | 297 |
| Terras de lavouras | | 2.457 | 3.891 | 6.654 | 2.172 | 3.685 | - | 1.560 | 2.585 | 4.043 |

FONTE: Fundação Getúlio Vargas - Centro de Estudos Agrícolas

*: 2º Semestre

São Paulo). Esta situação é bastante contraditória, pois se para a grande maioria dos produtos paranaenses, os preços pagos aos produtores são os mais baixos, o que seria determinante do tão alto preço da terra. Em outras palavras, o aumento do preço da terra não se dá em função do aumento dos preços dos produtos. A hipótese que se levanta é que estes preços se estabelecem ou se estabeleceram principalmente como resultado de um processo de especulação imobiliária. E tal situação é bastante afim com o processo histórico de ocupação das terras no Paraná, na medida que este se caracterizou como uma frente de expansão agrícola recente, isto é, de 40 anos. Basicamente a partir de 1930 as terras foram definitivamente ocupadas em termos de propriedade.

O alto preço da terra traz conseqüências imediatas para os produtores. Quando estes se encontram numa situação de não

proprietários, como arrendatários ou parceiros, pode-se supor que o aluguel a ser pago pelo uso da terra acompanha a alta do preço da terra, significando que estes produtores necessitam fazer sempre maiores deduções do "lucro" ou "salário". Ou para compensar o aumento da renda, seria necessário que estes produtores reduzissem seus custos de produção, relativamente. Mas a introdução de tecnologia, com a finalidade de reduzir as horas de trabalho, representa uma inversão de dinheiro que, como foi apresentado, estes produtores não estão em condições de acumular, pois sobrevivem com "salários" abaixo do mínimo institucionalizado.

Enquanto produtores, seja qual for sua condição de posse ou propriedade, o preço da terra permite que seja criada uma situação de pressão aos pequenos produtores por produtores que podem fazer uso da terra com produtos de maior rentabilidade no mercado, ou somente adquirem estas terras, aguardando sua valorização.

Em síntese, a situação do pequeno produtor paranaense é bastante contraditória. Estes produtores que possuem estabelecimentos com área até cinquenta hectares têm uma importância fundamental enquanto produtores de alimentos. Por outro lado, sua situação econômica e social sofre um processo de deterioração: seus meios de vida e produção tendem a se tornar insuficientes, principalmente a terra. Então, as tendências que se apresentam para os pequenos produtores só podem se configurar como novas situações de vida. Podem passar por momentos ainda como produtores diretos vendendo sua terra hoje bastante valorizada no Paraná para ir ocupar-se em novas frentes de expansão agrícola como o Oeste e Norte do Brasil. Mas, na medida que es-

tes vêm sofrendo um processo de miséria e endividamento, muito provavelmente, acontece a sua ruína enquanto pequenos produtores. Assim, torna-se fundamental compreender o papel do capitalismo na agricultura, as transformações que provoca na estrutura social, como no caso destes produtores tornarem-se trabalhadores rurais ou urbanos, isto é, perdendo seus meios de trabalho e de vida.

4 - EVOLUÇÃO DO SETOR RURAL E ANÁLISE MAIS DETALHADA DO PRESENTE

4.1 - O USO DA TERRA

Este item, que pretende caracterizar a situação dos pequenos produtores frente ao processo de transformação da situação da agropecuária do Estado, centrou-se na análise de algumas variáveis: divisão da terra, produção, distribuição da posse e pessoal ocupado. Estas variáveis consideradas configuram o nível mais aparente dos processos de mudança que estão se estabelecendo para a produção agrícola estadual.

Como foi analisado no decorrer do estudo, a preocupação fundamental foi de avaliar, no tempo e espaço, em que medida as modificações da estrutura de posse e uso da terra estão determinando perspectivas da vida e produção diferenciados aos produtores. Como já foi afirmado, os dados empíricos e o tempo disponível, não permitiriam um nível de abstração aprofundado, fundamental para o processo de conhecimento da realidade. No entanto, as linhas genéricas do tipo de desenvolvimento da agricultura do Estado puderam ser observadas.

4.2 - DIVISÃO DA TERRA

A análise da estrutura fundiária do Paranã, em si, tem

como objetivo perceber as alterações que esta vem sofrendo como resultado do processo de transformação da agricultura paranaense, que pode ser observada, em princípio, pela mudança na pauta das culturas principais do Estado.

O dado que ressalta quando se observa a evolução da estrutura agrária do Estado é o incremento absoluto do número de estabelecimentos na década de 1960 (235.342), que praticamente dobrou em relação ao número já existente na agricultura. A expansão da área não acompanhou este ritmo. O avanço de 3.240.608 ha, significou o aumento de 1/3 sobre a área já ocupada (tabela A-4.01). Esta dinâmica da estrutura fundiária indica a dimensão do processo de expansão de fronteira agrícola que se realizava no Estado, neste período. A ocupação das terras das regiões do Norte Novíssimo e Oeste-Sudoeste terminaram por impor o limite máximo, em termos extensivos, da expansão da fronteira agrícola do Estado. Outra hipótese que se pode levantar, é que pode ter havido uma "distribuição" da terra para pequenos produtores, pequenas parcelas para arrendatários e parceiros.

A característica do estabelecimento que preponderou nesta fase de ocupação das terras no Estado, foi a pequena dimensão destes, em termos de área. Em 1970, 53,3% do total de estabelecimentos do Estado possuíam até 10 ha e 92,7% até 50 ha (tabela A-4.02). Esta expansão acelerada de pequenos estabelecimentos contribui de forma significativa para redução das áreas médias dos estabelecimentos.

Pode-se afirmar, observando-se os dados da estrutura fundiária em 1975, que as mudanças que ocorreram neste período

devem-se muito mais a uma reestruturação do padrão anterior da estrutura fundiária, do que à expansão quantitativa dos estabelecimentos e área como se deu na década de 1960.

De início, tem-se uma redução, em termos absolutos, de 75 631 estabelecimentos, enquanto que área continuou-se expandindo (tabela A-4.03). Quando se verifica a que estratos da área correspondiam estes estabelecimentos que desapareceram, conclui-se pela perda de participação gradativa dos pequenos estabelecimentos, principalmente dos de até 10 ha (tabela A-4.04).

A análise da estrutura fundiária esclarece uma das dimensões do processo que sofre o pequeno produtor. Pode em princípio perder parte da terra, isto é, reduzindo a área média da propriedade. Como pode perder a propriedade ou mesmo a posse da terra que acaba se concentrando em mãos de um número cada vez menor de proprietários.

4.2.1 - Paranã Tradicional, Campos de Guarapuava e Médio Iguaçu

Estas regiões do Estado, apresentam uma conformação diferenciada da estrutura fundiária. Relativamente apresentam as maiores áreas médias dos estabelecimentos agrícolas. Foi a região que não sofreu na década de 1960/70 incremento significativo do número de estabelecimentos e área, comparativamente às demais regiões, no total do Estado. Este dado pode significar uma relativa estabilidade em termos de transformações da estrutura fundiária. Em outras palavras, as mudanças nas demais regiões apresentavam uma dinâmica mais acentuada.

No período 1970/75, quando as demais regiões tenderam a uma estabilidade, a participação relativa dos estabelecimentos e área do Paraná Tradicional aumentavam em relação ao Estado. No entanto, as áreas mínimas de Campos de Guarapuava e Médio Iguaçu não tinham grande representatividade em relação ao total de estabelecimentos do Estado.

Estas regiões também se caracterizam por terem, comparativamente às outras regiões, menor participação dos estabelecimentos até 50 ha. Em 1960, chegaram a representar 80,0% no Paraná Tradicional, 69,0% em Campos de Guarapuava e 79,0% no Médio Iguaçu. Ocorreu até início da década de 1970, um incremento médio de 9 pontos percentuais para as duas primeiras regiões, e apenas 3 pontos para a região do Médio Iguaçu. A área ocupada por estes estabelecimentos era relativamente elevada em 1960 e sofreu, em 1970, uma redução bastante acentuada, não acompanhando o incremento relativo do número de estabelecimentos (calculado a partir da tabela A-4.05).

O outro lado desta situação é a elevada participação de estabelecimentos com mais de 50 ha. Na década de 1970, estes estabelecimentos aumentaram significativamente a respectiva área ocupada.

É possível verificar que, em determinados grupos de área, certas áreas mínimas do Paraná Tradicional têm um peso importante nesse percentual do agregado em relação ao Estado, de 60 a 75. Nos grupos de área até 100 ha, as áreas mínimas que mais contribuem em termos de percentual em relação ao Estado são Curitiba, Colonial de Irati e Alto Ivaí. Entre 100 e 1000

ha, além dessas duas são também significativas as presenças de Campos de Ponta Grossa, Alto Ivaí e Campos da Lapa. Acima de 1000 ha, têm importância Campos de Ponta Grossa, Colonial de I-rati, Campos de Jaguariaíva e Litoral Paranaense. Existe então uma correspondência entre o tipo de ocupação que houve nos Campos paranaenses, em grandes fazendas, e a estrutura fundiária que ainda em 1975 caracteriza essas áreas.

A região de Campos de Guarapuava é a que apresenta um movimento inverso ao comportamento geral do Estado e das várias regiões.

A participação percentual de Campos de Guarapuava no total do Estado é muito pequena. Em termos de estabelecimentos a participação diminui entre 1960/70 e aumenta entre 1970/75. A participação de área comporta-se exatamente ao inverso, aumentando entre 1960/70 e diminuindo no período seguinte, quando Campos de Guarapuava é a única área mínima que apresenta variação percentual total negativa para área.

Campos de Guarapuava é a área mínima em que o decréscimo de área média é o menos significativo do Estado. Entre 1960/70 ela passa de 69,9 ha para 69,7 ha, ou seja, praticamente permanece nos 70 ha. No período seguinte como a variação 1970/75 é positiva para estabelecimentos e negativa para área, a área média diminui, atingindo 62,3 ha, comportamento que se desvia do que ocorre no Estado. (tabela A-4.06).

Os dois primeiros grupos de área, de menos de 10 ha e de 10 a menos de 100 ha, apresentam comportamentos semelhantes

quanto às participações percentuais em relação ao Estado. Entre 1960/70, esses percentuais praticamente não variam, e no período seguinte aumentam. A queda na área média é constante durante todo o período. No grupo de área de 100 a menos de 1000 ha os percentuais aumentam entre 1960/70 e diminuem entre 1970/75, e a área média aumenta de 1960 a 75. O grupo acima de 1000 ha tem o percentual de estabelecimentos diminuído entre 1960/70 e aumentado entre 1970/75. Ocorre exatamente o inverso com área. A área média aumenta entre 1960/70 e diminui no intervalo seguinte.

No Médio Iguaçu, como acontece a nível de Estado e na maioria das áreas mínimas, o comportamento da área média é bem dividido entre estabelecimentos menores e maiores que 100 ha. Até 100 ha ela diminui, via de regra porque os estabelecimentos crescem, proporcionalmente, mais que área. Nos estabelecimentos maiores que 100 ha a área média aumenta, ou porque área cresce mais que estabelecimentos, ou porque se perde menos área que estabelecimentos. No total, a área média diminui como em todas as regiões, e os aumentos de área média nesses grupos maiores não constituem exceções dentro do Estado.

O que se conclui para essa região em relação à estrutura fundiária, é que embora elas acompanhem de um modo geral as tendências do Estado, seu comportamento carece de expressividade. Talvez isso seja devido ao fato de serem regiões cuja estrutura fundiária é razoavelmente estável, ou seja de serem regiões de ocupação mais antiga, tradicionais.

4.2.2 - Norte do Paraná

Antes de se iniciar a análise de transformações fundiárias ocorridas no Norte do Paraná, num período mais recente, a partir de 1960 até 1975, é importante fazer algumas referências ao processo de ocupação da terra. A região do Norte Velho, colonizado no século XIX, por grandes e médios fazendeiros cafeicultores, praticamente já havia esgotado suas fronteiras. Das regiões que formam o Norte Velho, algodoeira de Assaí constitui uma exceção, foi colonizada por Companhia de Terras, com propriedades com área em torno de 10 alqueires, sendo o algodão o principal produto cultivado.

O Norte Novo sofreu um processo idêntico de colonização em pequenas propriedades, empreendido pela Companhia de Terras Norte do Paraná; 16,0 alqueires era a área média das propriedades.

Os dados dos censos de 1960/70, mostram a expansão da fronteira agrícola do Norte do Paraná para as terras do Norte Novíssimo de Umuarama. Esta região passa a ser incorporada à agricultura do Estado impondo o limite máximo, em termos extensivos, da expansão da fronteira agrícola na região Norte do Estado. A região Norte do Paraná como um todo, concentrava 46,0% dos estabelecimentos do Estado e 37,4% da área, em 1960. Nesta década, embora com crescimento absoluto de estabelecimentos e área, decresce a participação relativa da região, o que reflete o aumento do número de estabelecimentos nas demais regiões do Estado (tabelas A-4.07 e A-4.08).

Considerando o tamanho dos estabelecimentos em 1960, o Norte Velho e Norte Novo possuíam respectivamente, 13,2% e 27,0%,

de estabelecimentos com até 50 ha, em relação ao total do Estado, enquanto esta percentagem só atingia 8,2% no Norte Novíssimo (calculado a partir da tabela A-4.05). No ano de 1970, a situação já se apresenta de forma diferenciada. O Norte Velho e o Novo perdem participação relativa, dos estabelecimentos com até 50 ha, e o Norte Novíssimo sofre um incremento superior ao do total do Estado, o que o caracteriza como uma frente de expansão do Estado na década de 1960. Pode-se dizer que esta década marcou-se pela proliferação dos pequenos estabelecimentos. A área média dos estabelecimentos, principalmente dos menores estratos, sofreu uma redução, o que significa que a expansão do número de estabelecimentos ocorreu num ritmo superior à expansão da área. Será necessário qualificar esta expansão acentuada dos pequenos estabelecimentos. Parte-se do pressuposto que esta expansão só pode ter significados diferentes quando se dá em regiões onde a ocupação da terra já havia se dado de forma definitiva (Norte Velho), ou onde as terras se achavam praticamente desocupadas, cujo processo de expansão da propriedade dinamizou-se a partir de 1960. No período posterior, 1970/75, o Norte como um todo perde participação no total geral de estabelecimentos. Quando se observa segundo o tamanho dos estabelecimentos, verifica-se que o ritmo decrescente do número de estabelecimento é bem superior ao da perda da área. E este movimento é tão mais válido quanto menor for o tamanho do estabelecimento.

A tendência estadual e regional foi diminuir os estabelecimentos nos estratos com menos de 100 ha, sendo que a área cresceu sempre num ritmo superior, o que repercutiu positivamente na área média.

Na região do Norte Velho houve um crescimento relativo, negativo no período de 1960/70, dos estabelecimentos dos estratos de mais de 100 ha, inclusive da área, o que significou uma redução da área média. Ao mesmo tempo há um crescimento positivo dos estabelecimentos até 50 ha.

Os dados da tabela A-4.02 mostram que em 1960, 88,4% dos estabelecimentos da região se encontravam nos estratos de menos de 50 ha. Em 1970 estes passaram a somar 93,3% com 40,5% de área. Este percentual elevado de pequenos estabelecimentos não significa que não haja uma concentração da propriedade na região, quando se considera a área por eles ocupada. Um indicador razoável de tal fato é a área média (10,8 ha) destes estabelecimentos (calculado a partir da tabela A-4.05). E, realmente, os estabelecimentos respectivos aos estratos de 10 a 20 ha e 20 a 50 ha, não aumentaram sua participação relativa na mesma proporção que os de menos de 10 ha. A exceção se faz à região de algodoeira de Assaí que perdeu área e estabelecimentos no estrato de menos de 10 ha, porém não perdeu em termos de área total, o que pode significar a incorporação destes estabelecimentos por outros maiores.

No período de 1970/75 ocorre o mesmo movimento do total do Estado. Diminui a participação relativa da área e número dos pequenos estabelecimentos. O estrato que aumenta a participação é o de 100 a 1000 ha. O resultado que confirma este movimento é o aumento da área média para os estabelecimentos de todos os estratos.

Na região do Norte Novo, em 1960, 90,0% dos estabelecimentos se encontravam nos estratos de menos de 50 ha e ocupavam 36,2% de área. Na década de 70, estes estabelecimentos passaram a

representar 94,0% e 43,1% da área (tabela A-4.02). Sendo a área média, respectivamente 15,3 ha e 11,1 ha para 1960 e 1970 (calculado a partir da tabela A-4.05). Os estabelecimentos com menos de 10 ha em 1960, correspondiam a 36,5% do total da microrregião, com apenas 6,2% da área total da região. O ritmo de incremento na década seguinte destes estabelecimentos continuou de forma acentuada aumentando 19,4 pontos percentuais (tabela A-4.02).

Manteve-se praticamente a mesma área média, em torno de 5,7 ha (tabela A-4.09). No período de 1970 a 1975, tem-se um processo de eliminação ou incorporação dos pequenos estabelecimentos. O crescimento relativo destes foi bastante inferior ao ocorrido para os estabelecimentos dos estratos com mais de 100 ha.

O Norte Novíssimo de Umuarama, apesar de em 1960, concentrar 94,0% dos estabelecimentos com até 50 ha, estes ocupam uma área relativamente maior, 50,2% do total da região. Em 1970 tanto os estabelecimentos como a área aumentaram 3 pontos percentuais. O maior acréscimo correspondeu aos estabelecimentos com até 10 ha (tabela A-4.02).

No período posterior há um decréscimo relativo do número de estabelecimentos para todos os estratos de área; enquanto que o mesmo não acontece em relação a área por eles ocupada. Tem-se como resultado, um aumento da área média dos estabelecimentos.

4.2.3 - Oeste - Sudoeste Paranaense

Esta análise da estrutura fundiária abrange as áreas mínimas de colonização mais recente do Estado, como se pode perceber pelo histórico: Campo Mourão, Pitanga, Extremo Oeste e

Sudoeste Paranaense.

Na região de Campo Mourão a participação dos estabelecimentos com até 50 ha chegou, em 1970, a 95,7% do total de estabelecimentos, ocupando 51,2% da área total dos estabelecimentos. No período de 1960 a 1970, o maior número de estabelecimentos e área se concentravam no estrato de menos de 10 ha e tendiam a concentrar-se ainda mais (tabela A.4-02).

O incremento absoluto de estabelecimentos foi 26.695 e 140.732 ha na área, a área média decresceu apenas 0,1%. Campo Mourão é uma das microrregiões do Estado que mais incrementou área no estrato de menos de 10 ha neste período (tabelas A.4-01 e A.4-09).

No período de até 1975 o comportamento da região não foge à regra geral. Os estabelecimentos dos estratos até 100 ha têm crescimento negativo, inclusive em relação à área. A partir deste estrato o crescimento passa a ser positivo.

A participação de Pitanga é inexpressiva, considerando a participação relativa dos estabelecimentos e área no conjunto do Estado.

No período 60/70, em Pitanga, a tendência era aumentar pequenos estabelecimentos, e diminuir nos estratos de 100 a menos de 1000 ha. Atendo-se à variação percentual do total de estabelecimentos, esta é uma das microrregiões que menos aumenta estabelecimentos no conjunto do Estado.

No período 70/75, o acréscimo de participação de Pitanga no Estado continua sendo inexpressivo em relação às demais regiões. Deduz-se que Pitanga é uma região de pouco peso na agricultura paranaense. Em todo período, a tendência foi de diminuição das áreas médias dos estabelecimentos. Pode-se imaginar que esta área mínima, por suas condições de solo desfavoráveis, tenda a ser ocupada por pequenos proprietários que estejam se deslocando para regiões onde possam adquirir terras de forma mais acessível.

Os estabelecimentos com menos de 50 ha, tendem a ter uma área média bastante inferior às das demais regiões.

O Extremo Oeste Paranaense é a região que mais nitidamente tem se caracterizado como uma frente de expansão na década de 1960. Foi a região que, no conjunto do Estado, mais aumentou estabelecimentos, principalmente os de até 50 ha. Os estabelecimentos até 10 ha representavam 18,1% no total da região, em 1960, sendo, em 1975, 55,1% sua participação (tabela A.4-10). Este aumento violento de pequenos estabelecimentos significou, de 1960 para 1970, a maior redução da área média do total de estabelecimentos em relação às demais regiões do Estado — de 44,4 ha para 19,5 ha (tabela A.4-06). Este aumento de pequenos estabelecimentos compensou em termos relativos o decréscimo da participação destes nas demais regiões do Estado.

No período de 1970/1975, a área ocupada pelos estabelecimentos agrícolas acompanhou a expansão dos estabelecimentos, sendo esta uma das regiões em que a área média das unidades agrícolas não sofre redução, permanecendo praticamente a mesma:

19,5 ha e 19,7 ha respectivamente (tabela A.4-06).

A região Sudoeste do Estado não apresentou a mesma dinâmica em relação ao Oeste do Estado, parecendo estar sua estrutura relativamente mais consolidada. No período de 1960 a 1970, o Sudoeste perde participação no total de estabelecimentos e área do Estado, sendo mínimo o acréscimo de participação para os estabelecimentos dos menores estratos. No entanto, esta foi a região que se formou historicamente com uma estrutura de pequenos estabelecimentos, tanto que, em 1960, apresentava o maior percentual (89,0%) com estabelecimentos até 50 ha, atingindo 94,0% em 1970 (tabela A.4-02). Relativamente às demais regiões do Estado, a área média dos estabelecimentos agrícolas do Sudoeste Paranaense sempre foi das mais baixas, sendo em torno de 20 ha em 1970 e 1975 (tabela A.4-06).

Pela variação percentual dos estabelecimentos e área, no período de 1960 a 1975, verifica-se que esta região não está sofrendo grandes transformações na estrutura fundiária. O incremento de estabelecimentos e área é relativamente proporcional para os vários estratos. Pode-se pensar que mesmo ocorrendo um processo de modernização da produção agrícola, a estrutura fundiária não sofrerá grandes transformações, em parte pelas características do solo da região.

Em síntese, a análise a nível regional indica a preponderância dos pequenos estabelecimentos até 50 ha no Estado, até 1970. No entanto, esta situação tende a mudar à medida que estes pequenos estabelecimentos começam a sofrer uma redução em termos absolutos e mesmo relativos. Do mesmo modo que começam a

perder parte da área que lhes era pertinente.

Pode-se observar de forma bastante clara as regiões de predominância de grandes estabelecimentos relativamente às que concentram pequenos estabelecimentos. No primeiro caso, encontram-se a região do Paraná Tradicional, Campos de Guarapuava e Médio Iguaçu. Enquanto, o Sudoeste e o Extremo Oeste Paranaense apresentam os estabelecimentos de menores áreas médias.

Como o histórico da ocupação destas regiões demonstram, existe muita relação entre o tipo de produção em torno destas regiões e a estrutura fundiária.

Em termos de tendências gerais pode-se concluir que as regiões do Paraná Tradicional apresentam uma certa estabilidade em relação à propriedade da terra, em termos de média e grandes. Comparativamente à Região Norte e Norte Novíssimo, estas claramente configuram mudanças no sentido de aumento das áreas das propriedades, mas não pela incorporação de áreas inaproveitadas, pelo contrário, pela concentração dos pequenos estabelecimentos. Enquanto nas regiões do Sudoeste e Oeste Paranaense e parte do Centro-Oeste, dado seu período recente de ocupação pode-se pensar na possibilidade do aumento do número de estabelecimentos, mas em áreas cada vez mais marginais, tanto pela qualidade como pela distância de centros consumidores.

4.3 - UTILIZAÇÃO DA TERRA - PRODUÇÃO

A análise dos dados sobre utilização das terras tem como principal objetivo verificar as implicações das tendências

de expansão de culturas essencialmente comerciais, que vêm se manifestando no Paraná, nas últimas décadas, para o pequeno estabelecimento rural, unidade produtora predominantemente de produtos alimentares.

O estudo desses dados por agregados e áreas mínimas possibilita que se identifique as origens dessas tendências, pois as formas de utilização das terras são bem definidas nas diversas regiões.

A análise por grupos de área total dos dados referentes a produtos, permite que se percebam as relações entre a importância que certos produtos vêm obtendo e o tamanho dos estabelecimentos onde são principalmente produzidos.

Observando-se os dados sobre utilização das terras no Paraná, segundo os estabelecimentos por grupos de área total, em 60 e em 70, verifica-se que nesse período ocorreram mudanças nas formas de utilizar as terras.

Nos grupos de área até 50 ha predominaram as áreas de lavouras permanentes e principalmente temporárias. Acima de 50 ha é significativa a presença de áreas de pastagens naturais. As áreas de pastagens plantadas, em 60, não se localizam claramente nesta ou naquela faixa de grupos de área, porém, em 70, passam a ter um peso importante nos grupos de área acima de 50 ha. As matas naturais estão mais concentradas nos grupos de área acima de 20 ha. As matas plantadas, tanto em 60 como em 70, aumentam em importância à medida que aumentam os grupos de área.

Em 60 e 70, a tônica principal das mudanças foi o acréscimo relativo considerável na utilização de áreas para lavouras temporárias e decréscimo para lavouras permanentes, isto é, a perda de importância em área plantada do café.

Em relação à pastagens há um acréscimo no percentual da área de pastagens artificiais e queda para pastagens naturais.

Quanto a matas naturais, há decréscimo no percentual de todos os grupos, com exceção do menor. Esse comportamento também ocorre para os grupos de área até 500 ha, em relação à área de matas reflorestadas.

0 nível de Estado, entre 60 e 70, o comportamento dos percentuais relativos à utilização das terras mostra que o acréscimo havido para área de pastagem foi bem grande em comparação com o que houve para lavouras. Esse acréscimo em pastagens é devido ao aumento da participação de pastagens artificiais:

TABELA 4.3-01 - PARANÁ - UTILIZAÇÃO DAS TERRAS - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL - 60/70

| | Área Total | Lavouras | Pastagens | Matas | Terras Incultas |
|----------|------------|----------|-----------|-------|-----------------|
| Total/60 | 100,0 | 31,0 | 24,4 | 27,3 | 17,3 |
| Total/70 | 100,0 | 33,7 | 32,2 | 18,4 | 15,7 |

FONTE: Tabela A.4-16

4.3.1 - Principais Culturas do Estado

É possível verificar com base nos dados do quadro ante-

rior, que apenas aproximadamente 30,0% da área total dos estabelecimentos do Paraná são utilizados para lavouras. Entre 60 e 70 há uma nítida tendência de substituição das lavouras permanentes, ou seja, do café, por lavouras temporárias. Aqueles 31,0% de lavouras em 60 subdividem-se em 14,9% de lavouras permanentes e 16,1% de lavouras temporárias, enquanto que, em 70, os 33,7% repartem-se em somente 9,3% de lavouras permanentes e 24,4% de temporárias (tabela A.4-16). É então importante verificar qual tem sido o comportamento das principais culturas temporárias do Estado quais sejam: soja, trigo, algodão, cana-de-açúcar, arroz, milho e feijão.

Pela tabela A.4-17 nota-se que em 70, em termos de área colhida, com exceção da cana-de-açúcar e da soja, as demais culturas, inclusive o café, se concentram nos pequenos e médios estabelecimentos. Assim, percebe-se que há uma relação, dentro dessa faixa de pequenos e médios estabelecimentos, entre menores estabelecimentos e produtos alimentares, e maiores estabelecimentos e produtos voltados à indústria e comércio exportador.

No período entre 60 e 70, também em termos de área colhida, o maior acréscimo absoluto ocorreu na soja, como se pode verificar através das variações percentuais 60/70 das principais culturas temporárias do Estado, obtidas através dos dados absolutos referentes à evolução dos produtos para 60, 70, 72 e 73:

Esse acréscimo é bem significativo, ultrapassando bastante o aumento havido nas demais culturas.

TABELA 4.3-02 - PARANÁ - PRINCIPAIS CULTURAS TEMPORÁRIAS - VARI-
 AÇÃO PERCENTUAL 60/70

| Produtos | Variação % |
|----------------|------------|
| Feijão | 106,6 |
| Milho | 123,2 |
| Arroz | 123,6 |
| Cana-de-açúcar | 148,9 |
| Algodão | 194,5 |
| Trigo | 248,6 |
| Soja | 5.913,3 |

FONTE: Tabelas A.4-18, A.4-19, A.4-20, A.4-21, A.4-22, A.4-23 e
 A.4-24

No período entre 70 e 72, as culturas soja e trigo ain-
 da detêm as maiores variações:

TABELA 4.3-03 - PARANÁ - PRINCIPAIS CULTURAS TEMPORÁRIAS - VA-
 RIAÇÃO PERCENTUAL - 70/72

| Produtos | Variação % |
|----------------|------------|
| Algodão | - 20,7 |
| Arroz | - 1,9 |
| Milho | 5,9 |
| Feijão | 7,1 |
| Cana-de-açúcar | 16,3 |
| Trigo | 38,1 |
| Soja | 48,8 |

FONTE: Tabelas A.4-18, A.4-19, A.4-20, A.4-21, A.4-22, A.4-23 e
 A.4-24.

No intervalo menor, entre 72 e 73 é a seguinte a ordem

das variações percentuais:

TABELA 4.3-04 - PARANÁ - PRINCIPAIS CULTURAS TEMPORÁRIAS - VARIACÃO PERCENTUAL 72/73.

| Produtos | Variação % |
|----------------|------------|
| Milho | - 18,8 |
| Algodão | - 16,9 |
| Feijão | - 16,2 |
| Trigo | - 14,2 |
| Arroz | 4,2 |
| Cana-de-açúcar | 9,8 |
| Soja | 80,6 |

FONTE: Tabelas A.4-18, A.4-19, A.4-20, A.4-21, A.4-22, A.4-23 e A.4-24.

A soja então permanece durante todo o período como a cultura temporária que mais cresce em termos de área colhida. O trigo permanece em 2º lugar, de 60 a 72, perdendo posição entre 72 e 73. A cana-de-açúcar tem um aumento num ritmo importante durante todo o período e o arroz, de 72 e 73 ganha uma importante posição, ficando entre as três únicas culturas que nesse intervalo tiveram acréscimo na área colhida. De qualquer modo, de maneira geral, é possível concluir que de 60 a 73 as culturas que mais cresceram em termos de área colhida foram aquelas mais tipicamente comerciais.

4.3.2 - Análise da Produção a Nível dos Agregados Regionais

a - Paraná Tradicional

O agregado Paraná Tradicional é de 60 a 75, uma região muito inexpressiva em termos de lavouras. Os percentuais da área ocupada com lavouras, por área mínima, em relação ao total da área de lavouras do Estado, demonstram que isso é mais marcante para lavouras permanentes que para temporárias. Estas têm certa importância em algumas áreas mínimas tais como Curitiba, Colonial de Irati e Alto Ivaí. Porém esses percentuais são decrescentes no período 60/70 em quase todas as áreas mínimas da região. Assim, a participação percentual da área de lavouras temporárias do Paraná Tradicional que em 60 era 34,0% cai para 19,1% em 70 e 19,0% em 75 (tabelas A.4-25, A.4-26 e A.4-27).

É interessante notar que, com relação às lavouras permanentes, embora durante todo o período o Paraná Tradicional detenha percentuais pequenos, de 70 a 75 esse percentual do agregado sobe bastante, sendo a principal responsável por isso, o litoral Paranaense.

TABELA 4.3-05 - PARANÁ TRADICIONAL (AGREGADO) - ÁREA DAS LAVOURAS PERMANENTES E TEMPORÁRIAS - 60/70/75.

| | Área de Lavouras Permanentes | | Área de Lavouras Temporárias | |
|------|------------------------------|---------------------------------|------------------------------|---------------------------------|
| | Dados Absolutos | Percentual em Relação ao Estado | Dados Absolutos | Percentual em Relação ao Estado |
| 1960 | 28.879 | 1,7 | 607.960 | 34,0 |
| 1970 | 21.090 | 1,6 | 650.138 | 19,1 |
| 1975 | 99.298 | 8,7 | 837.463 | 19,0 |

FONTE: Tabelas A.4-25, A.4-26 e A.4-27

Então, comparando a evolução dos dados de área de um e outro tipo de lavouras, pode-se dizer que de 60 a 75 o agregado Paraná Tradicional, no que se refere à área de lavouras temporárias, não acompanhou o ritmo de crescimento do restante do Estado, e superou esse ritmo no tocante à área de lavouras permanentes, uma vez que a maioria das regiões perdeu área deste tipo de lavouras entre 70/75.

Esse agregado é muito mais uma região de pastagens, principalmente naturais, que de lavouras. É muito expressiva sua participação percentual na área de pastagens naturais do Estado. No entanto, esse percentual diminuiu um pouco: de 70,6% em 60 para 65,9% em 70. O percentual de área de pastagens plantadas também decresce nesse intervalo de 7,7% para 6,2% (tabelas A.4-28 e A.4-29).

Aqui o agregado Paraná Tradicional fica novamente atrás das outras regiões. Verificando as variações percentuais de área de pastagens plantadas entre 60 e 70, para todas as regiões do Estado, encontra-se para o Paraná Tradicional uma variação positiva muito pequena, a 2.^a menor do Estado, ficando abaixo dele apenas o Norte Velho (calculado a partir da tabela A.4-25). Portanto, o aumento absoluto da área de pastagens plantadas foi muito pequeno se comparado com o que houve nas outras regiões. Isso quer dizer que a tendência de certa forma "modernizadora", que a adoção de pastagens plantadas significa, tem no Paraná Tradicional um ritmo muito mais lento que nas outras regiões. Não há dados relativos a pastagens em 75, não sendo possível por isso ver as tendências do período 70/75.

Quando à área de florestas, os dados de 60 a 70 mostram que o percentual de área de florestas plantadas do Paraná Tradicional é nos dois anos maior que o de "florestas naturais" chegando em 70 a 63,8% do total de florestas plantadas do Estado calculado a partir da tabela A.4-26.

Quando à área de terras incultas há um acréscimo absoluto entre 60 e 70, como acontece para a maioria das regiões do Estado. A participação percentual no Estado também aumenta. Pode-se deduzir que nesta região predominam as áreas de terras apropriadas ao cultivo, mas com pouca utilização, quando poderia se supor, dada a sua antiguidade, maior diversificação da produção.

- Principais Culturas Temporárias do Agregado Paraná Tradicional — A principal cultura do agregado Paraná Tradicional é o trigo, em termos de participação percentual na área colhida e quantidade produzida do total da produção de trigo do Estado. Estes percentuais são decrescentes no decorrer do período 60/70/72/73, apesar dos acréscimos absolutos. Somente entre 72 e 73 é que há um decréscimo absoluto na área colhida.

As demais culturas que na região detêm participações relativamente expressivas são: milho, feijão, arroz e cana-de-açúcar. A cana-de-açúcar e o milho também apresentam participações percentuais decrescentes em todo o período e decréscimos absolutos a partir de 72 e 73 respectivamente. O arroz, cujos dados absolutos são crescentes durante todo o período, decresce de 60 a 72, aumentando daí a 73. O feijão tem uma participação decrescente de 60 a 70 aumentando de 70 a 73.

Com exceção do trigo até 72, as outras culturas do Paraná Tradicional apresentam em outras regiões participações percentuais mais expressivos.

O agregado Paraná Tradicional além de não ser uma região de lavouras tem uma participação decrescente no Estado mesmo em relação às culturas mais predominantes na região.

b - Campos de Guarapuava

Campos de Guarapuava tem uma participação percentual no Estado praticamente nula no que se refere à área de lavouras, especialmente lavouras permanentes. Enquanto os dados absolutos dessas lavouras são decrescentes de 60 a 75, para lavouras temporárias há um acréscimo nesse período, o que não assegura um aumento em termos percentuais.

Também com relação a pastagens os Campos de Guarapuava representam muito pouco no Estado. A área de pastagens naturais decresce em termos absolutos, e não se altera sua participação percentual. De 60 a 70 a área de pastagens plantadas tem seu percentual um pouco diminuído, apesar de acréscimo absoluto. Como no agregado Paraná Tradicional, esse aumento é pequeno se comparado com os das outras regiões.

Quanto às matas e florestas, tanto a participação percentual no Estado como os dados absolutos, ambos decrescem para área de florestas plantadas e aumentam para áreas de florestas naturais de 60 a 70. Nesse período diminui a participação nas terras incultas do Estado embora tenha havido um acréscimo

absoluto.

- Principais Culturas Temporárias dos Campos de Guarapuava — Os Campos de Guarapuava, que já se verificou não ser região típica de lavouras, tem também o trigo como principal cultura. Os percentuais em relação ao Estado apresentam um acréscimo apenas de 60 a 70. De 70 até 73 eles diminuem.

O arroz, o milho e a soja, esta a partir de 1970, têm alguma importância na região. O arroz, com pequenas oscilações, aumenta a participação percentual nessa região de 60 a 73 o mesmo acontecendo com o milho. A soja sofre um acréscimo na sua participação entre 70 e 72, diminuindo no período seguinte.

Estas são as culturas mais expressivas em Guarapuava, culturas que em outras regiões do Estado apresentam participações percentuais muito mais significativas.

c - Médio Iguaçu

A participação da área de lavouras do Médio Iguaçu no Estado não é grande. Os percentuais de lavouras são decrescentes durante todo o período, passando de 4,7% em 60 a 1,8% em 75 (tabelas A.4-28 e A.4-30). Também em termos absolutos os dados acusam decréscimo, com exceção do período 70/75, para lavouras temporárias.

Com relação à área de pastagens naturais o Médio Iguaçu tem uma participação grande no Estado. Essa participação decresce um pouco entre 60 e 70 quando também se verifica uma que-

da em termos absolutos.

A porcentagem da região na área de pastagens plantadas do Estado é pequena mas crescente nesse período, tanto em termos percentuais como absolutos. Esse acréscimo absoluto supera os acréscimos ocorridos no agregado Paranã Tradicional, nos Campos de Guarapuava e no Estado, como se pode verificar através das variações percentuais ocorridas entre 60 e 70 nessas regiões:

TABELA 4.3-06 - AGREGADO PARANÃ TRADICIONAL, CAMPOS DE GUARAPUAVA, MÉDIO IGUAÇU E ESTADO - ÁREA DE PASTAGENS PLANTADAS - VARIAÇÃO PERCENTUAL - 60/70.

| Regiões | Valores Absolutos | | Variação Percentual 60/70 |
|----------------------|-------------------|-----------|------------------------------|
| | 1960 | 1970 | |
| Paraná Tradicional | 60.310 | 166.138 | 175,5 |
| Campos de Guarapuava | 8.319 | 25.465 | 206,1 |
| Médio Iguaçu | 3.498 | 19.203 | 449,0 |
| Estado | 781.947 | 2.700.282 | 245,3 |

FONTE: Tabela A.4-25 e A.4-26

Quanto a matas e florestas, são mais ou menos significativas as participações percentuais da região no Estado. Há acréscimos absolutos tanto para matas naturais como para plantadas, embora esse número seja pequeno. Entre 60 e 70 diminui um pouco o percentual de matas plantadas e aumenta o de matas naturais em relação ao Estado.

Médio Iguaçu não apresenta, em relação a nenhuma cultura, participações percentuais no Estado que mereçam muita atenção. Entre essas participações tão pouco expressivas, o arroz, o milho, o feijão e a soja são as que apresentam os maiores percentuais da região. De todos eles o arroz é a única cultura com percentuais crescentes durante todo o período.

d - Norte Velho

O Norte Velho tem, em 60, uma participação importante na área de lavouras do Estado, principalmente na área de lavouras permanentes. Dentro dessa região, o Norte Velho de Jacarezinho, é nessa forma de utilizar a terra, a área mínima com percentuais mais significativos em relação ao Estado, perdendo posição, no entanto, durante todo o período. Esses percentuais da região decrescem de 60 a 70 e de 70 a 75 nos dois tipos de lavouras. O decréscimo, no caso de área de lavouras permanentes, é acompanhado por uma queda em termos absolutos. Já a área de lavouras temporárias sofre aumento absoluto no período todo e, uma vez que isso não chega a acarretar acréscimo percentual, pode-se dizer que em termos de lavouras em geral o Norte Velho vem perdendo importância dentro do Estado, de 60 a 75.

Houve acréscimo absoluto na área de pastagens naturais e plantadas dessa região entre 60 e 70. Em termos de participação no Estado os percentuais aumentam para pastagens naturais e diminuem para pastagens plantadas.

A área de matas e florestas dessa região não representa muito dentro do Estado, e tanto os dados percentuais como os

absolutos são decrescentes entre 60 e 70.

- Principais Culturas Temporárias do Norte Velho — As participações percentuais do Norte Velho no Estado são mais expressivas em relação à cana-de-açúcar, algodão, feijão, arroz e milho.

Esse percentual no caso da cana-de-açúcar se mantém sem grandes alterações durante o período. Em relação ao algodão há uma queda significativa entre 60 e 70 e daí a 73 ocorre um pequeno aumento.

Quanto aos outros produtos, feijão, milho e arroz, as participações percentuais relativas a eles são decrescentes de 60 a 73.

A esses decréscimos percentuais nem sempre correspondem decréscimos absolutos. Entre 60 e 70, por exemplo, todos esses produtos tiveram uma evolução positiva em termos absolutos, porém, somente a cana-de-açúcar teve um acréscimo percentual.

e - Norte Novo

O Norte Novo apresenta-se durante todo o período como região típica de lavouras, principalmente permanentes, embora de 60 a 75 sua participação do Estado seja decrescente.

Nesse intervalo, essa região do Norte paranaense perde área de lavouras permanentes em termos absolutos e sua participação no Estado que em 60 era de 62,9%, cai para 53,9% em 70

e 46,1% em 75 (calculado a partir das tabelas A.4-25, A.4-27). Os dados absolutos de lavouras temporárias são decrescentes durante todo o período.

Dessa forma, seja por uma perda absoluta, seja por acréscimo absoluto pequeno, o Norte Novo perde a cada intervalo sua posição de região mais característica de lavouras dentro do Estado, especialmente em relação a lavouras permanentes. Essa participação no caso do Norte Novo de Londrina, que em 60 e 70 era a mais importante, é em 75, superada pelo Norte Novíssimo de Umuarama.

É bem pequena a participação da região na área de pastagens naturais do Estado e essa participação decresce de 60 a 70 apesar de um decréscimo absoluto. Já o percentual de área de pastagens plantadas é o maior do Estado, mas decresce entre 60 e 70 em função de um aumento absoluto não muito significativo.

- Principais Culturas Temporárias do Norte Novo — Com exceção do trigo, todas as outras lavouras temporárias tem, no Norte Novo, uma participação percentual importante.

A cana-de-açúcar, mais uma vez, como também ocorreu no Norte Velho, é a única cultura que confere à região uma participação percentual no Estado crescente de 60 a 73.

O quadro a seguir pode dar uma idéia da crescente importância do produto nessas duas regiões:

TABELA 4.3-07 - NORTE VELHO E NORTE NOVO - EVOLUÇÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NO ESTADO - 60/70/72/73

| Evolução da Cana-de- Açúcar Regiões | 60 | | 70 | | 72 | | 73 | |
|--|------|-----------------------|------|-----------------------|------|-----------------------|------|-----------------------|
| | Área | Quantidade Produzida. |
| Norte Velho | 31,6 | 35,6 | 38,1 | 41,8 | 35,5 | 39,9 | 37,4 | 31,4 |
| Norte Novo | 36,8 | 36,1 | 36,0 | 40,0 | 43,0 | 45,5 | 43,2 | 51,9 |
| Norte Novo e Norte Velho | 68,4 | 71,7 | 74,1 | 81,8 | 78,5 | 85,4 | 80,6 | 83,3 |

FONTE: Tabela A.4-31

Comparando-se os acréscimos obtidos nos menores intervalos, 70 a 72 e 72 a 73, com os verificados entre 60 e 70, nota-se que em um ou em dois anos houve crescimentos relativamente maiores que o ocorrido em dez anos. Apesar de não se poder medir por esses dados quanto da área do Norte Velho e do Norte Novo vem sendo a cada intervalo mais utilizada para o plantio de cana, os aumentos absolutos de área colhida e quantidade produzida, e os crescentes aumentos das participações percentuais no Estado, levam a crer que essa lavoura vem realmente ganhando importância nessas regiões.

Em 60, o Norte Novo era a região com maior participação na área colhida e quantidade produzida de soja do Estado. Apesar de durante todo o período ter havido aumento absoluto, as participações percentuais decrescem, o que significa que outras regiões tiveram aumento em proporção maior.

As demais culturas com participação expressiva, algodão, milho, arroz e feijão têm esses percentuais decrescentes de 60 a 73 e em termos absolutos, de modo geral, só há acréscimo entre 60 e 70.

Isso sugere que talvez esteja havendo no Norte Novo um processo de substituição das lavouras temporárias mais tradicionais por um tipo de lavoura temporária tipicamente comercial, como a cana-de-açúcar e a soja.

f - Norte Novíssimo de Umuarama

No decorrer do período 60/70, o Norte Novíssimo de U-

muarama se define como região de lavouras, essencialmente de lavouras permanentes. Há um incremento absoluto na área desse tipo de lavoura e o percentual em relação ao Estado aumenta de 11,2% para 20,2%. Entre 70 e 75 há perda absoluta de área como ocorre para a maioria das regiões, mas o percentual ainda sobe para 22,2%, pois outras regiões perderam mais que Umuarama (tabela A.4-28, A.4-29 e A.4-30).

A área de lavouras temporárias aumenta entre 60/70 e diminui entre 70 e 75, sendo que os percentuais acompanham esse comportamento.

Já em 60, essa região apresenta uma importante participação na área de pastagens plantadas do Estado, dobrando essa participação em 70. O aumento absoluto que houve foi o maior do Estado, ao lado do que também ocorreu em Pitanga.

Não é significativa a participação percentual de matas e florestas e há perda absoluta tanto para florestas naturais como para plantadas.

Assim, enquanto no Norte Novo há uma perda absoluta e relativa na área de lavouras permanentes do Estado, no caso, na área de cultivo de café, no Norte Novíssimo há um acréscimo muito significativo. E também entre 60 e 70 que as pastagens plantadas assumem ainda mais importância em Umuarama que então se caracteriza como uma das regiões agropecuárias mais importantes do Estado.

Quanto a terras incultas, há um aumento da participação

da região no Estado e um acréscimo absoluto.

- Principais Culturas Temporárias no Norte Novíssimo de Umuarama — As participações percentuais mais expressivas do Norte Novíssimo no Estado são as participações nas lavouras de algodão, feijão, arroz, milho e soja, esta última a partir de 70.

Todas essas culturas apresentam acréscimos importantes entre 60 e 70, tanto em relação à participação percentual da região no Estado como em termos absolutos.

É a soja o produto que mais cresce na região em termos de área colhida.

TABELA 4.3-08 - NORTE NOVÍSSIMO DE UMUARAMA - ÁREA COLHIDA DAS PRINCIPAIS CULTURAS TEMPORÁRIAS - VARIAÇÃO PERCENTUAL - 60/70

| Produtos | Variação Percentual |
|----------|---------------------|
| Feijão | 80,0% |
| Algodão | 172,0% |
| Arroz | 1.009,1% |
| Milho | 1.344,5% |
| Soja | 68.642,2% |

FONTE: Tabelas A.4-18, A.4-19, A.4-20, A.4-22 e A.4-24.

A participação percentual da região em relação à soja dá um salto importante nesse intervalo, mas decresce no restante do período, apesar de em termos absolutos só ter havido um pequeno decréscimo entre 70 e 72.

De 70 em diante há decréscimo absoluto na área colhida de milho, arroz, algodão e feijão depois de 72. A partir daquele ano as participações percentuais desses produtos mais ou menos se mantêm ou decrescem um pouco. O feijão é a única cultura cujas participações percentuais são crescentes no período todo. O trigo apesar de ter uma participação percentual inexpressiva apresenta dados absolutos e relativos crescentes de 60 a 73.

O Norte Novíssimo apresenta então um comportamento um pouco menos desfavorável em relação às lavouras temporárias mais tradicionais do que o Norte Novo, pois os decréscimos absolutos dessas lavouras não chegam a atingir muito os percentuais da região no Estado.

g - Campo Mourão

Essa região possui uma participação percentual razoável na área de lavouras do Estado. Os percentuais dos dois tipos de lavouras aumentam entre 60 e 70, apesar de ter havido um decréscimo absoluto em lavouras permanentes. Esse decréscimo continua entre 70 e 75 quando então há uma queda no percentual. Nesse período, apesar de um acréscimo absoluto na área de lavouras temporárias, ocorre uma queda percentual. De 60 a 75 a participação em lavouras temporárias é mais importante que em lavouras permanentes.

Não é significativa a porcentagem de área de pastagens naturais. Já em pastagens plantadas, Campo Mourão tem uma participação inferior às mais expressivas, quais sejam as das regiões

do Norte, porém mais importante que as das regiões chamadas tradicionais. Ambos os percentuais são crescentes entre 60 e 70 bem como os dados absolutos.

É importante a participação da região na área de matas, principalmente naturais. Porém os dois percentuais decrescem no período 60/70 acompanhados por um decréscimo absoluto.

É pequeno o percentual de terras incultas. Esse percentual decresce entre 60 e 70, embora tenha havido um incremento absoluto.

- Principais Culturas Temporárias de Campo Mourão — Ex-
cetando-se a cana-de-açúcar, as demais culturas temporárias conferem à região uma participação relativamente importante no Estado, embora não chegue a ser uma participação tão significativa como as do Norte, no caso de certas culturas, ou do Extremo Oeste e Sudoeste no caso de outras.

De modo geral, pode-se dizer que os percentuais crescentes durante todo o período são referentes a arroz, feijão e algodão. O milho, após um aumento entre 60 e 70, não sofre grandes alterações daí em diante.

A não ser em relação ao algodão, Campo Mourão apresenta-se como região típica de lavouras temporárias, porém sem deter uma posição de destaque no Estado.

h - Pitanga

A participação da área de lavouras da região na área de lavouras do Estado é mínima. Em termos absolutos há um acréscimo para área de lavouras temporárias durante o período todo, mas, apesar disso, o percentual decresce entre 60 e 70 e permanece o mesmo de 70 a 75. A participação percentual na área de lavouras permanentes é constante de 60 a 75, embora tenha ocorrido um decréscimo absoluto entre 60 e 70 seguido de um aumento entre 70 e 75.

É também muito pequena a participação na área de pastagens. Tanto os dados absolutos como os relativos são crescentes para os dois tipos de pastagens entre 60 e 70.

Igualmente irrelevante é a percentagem relativa à área de matas e florestas do Estado. Essa participação percentual é decrescente de 60 a 70, bem como os dados absolutos.

É uma das maiores do Estado a participação percentual dessa região na área de terras incultas do Paraná. Em termos absolutos e relativos há um decréscimo entre 60 e 70.

Pitanga não apresenta importância alguma em nenhuma forma de utilizar a terra. É uma região bem inexpressiva em termos agrícolas.

- Principais Culturas Temporárias de Pitanga - Em relação a nenhum produto encontra-se Pitanga numa posição importante no Estado.

Cabe apenas ressaltar que em 60, a participação da re-

gião em lavouras temporárias tinha uma certa expressividade, porém, entre 60 e 70 ocorre uma queda absoluta e percentual gritante e de 70 em diante os dados permanecem mais ou menos constantes com níveis muito baixos.

i - Extremo Oeste Paranaense

O Extremo Oeste Paranaense é uma região que de 60 a 75 apresenta uma importância crescente em relação à área de lavouras do Paraná, principalmente de lavouras temporárias e é a única região do Estado cuja área de lavouras permanentes sofre um incremento absoluto durante todo o período.

A área de lavouras temporárias também sofre acréscimo absoluto de 60 a 75. Em termos percentuais a evolução das participações da região na área de lavouras do Estado é a seguinte:

TABELA 4.3-09 - EXTREMO OESTE PARANAENSE - ÁREA DE LAVOURAS PERMANENTES E TEMPORÁRIAS - 60/70/75.

| Ano | Áreas de Lavouras Permanentes | Temporárias |
|------|-------------------------------|-------------|
| 1960 | 1,3 | 6,3 |
| 1970 | 4,5 | 17,6 |
| 1975 | 6,2 | 22,9 |

FONTE: Tabelas A.4-28, A.4-29 e A.4-30.

Por esse quadro pode-se notar que esta é uma região típica de culturas temporárias. Desde 70, o percentual do Extremo Oeste relativo à participação na área de lavouras temporárias é o maior do Estado.

De 60 para 70 dobra a participação percentual da região na área de pastagens plantadas em função de uma variação percentual muito expressiva, aliás, também a maior de todo o Estado.

Quanto a matas, tanto os percentuais como os dados absolutos são crescentes no período, o mesmo acontecendo para terras incultas.

O Extremo Oeste Paranaense apresenta então nesse período características de uma região em plena expansão quanto ao aproveitamento das terras para atividades agropecuárias. O ritmo desse crescimento no caso de lavouras temporárias deve ser devido essencialmente ao cultivo de soja.

- Principais Culturas Temporárias do Extremo Oeste Paranaense — As culturas temporárias que conferem ao Extremo Oeste as maiores participações percentuais no Estado são a soja, o trigo e o milho.

Essas participações eram, em 60, principalmente no caso do milho e do trigo, muito pequenas. As participações do Norte e do agregado Paraná Tradicional é que se destacavam. A partir de 70 esses percentuais são crescentes no Extremo Oeste que em 73 é a região em maior participação relativa para essas lavouras, com 38,2% da área colhida de soja, 34,8% da de trigo e 22,9% da do milho (tabelas A.4-32, A.4-33 e A.4-34).

O arroz e o feijão apesar de apresentarem participações menos expressivas que as outras culturas, não deixam de ter im-

portância nessa região, que apresenta percentuais crescentes em relação a esses produtos.

Para se ter uma base da importância da soja no Extremo Oeste, a partir de 70, observa-se a distância que existe entre a variação percentual 60/70 da área colhida deste produto e a variação das demais.

TABELA 4.3-10 - EXTREMO OESTE PARANAENSE - ÁREA COLHIDA DAS PRINCIPAIS CULTURAS TEMPORÁRIAS - VARIAÇÃO PERCENTUAL - 60/70

| Produtos | Variação % |
|----------------|------------|
| Cana-de-açúcar | 23,3% |
| Algodão | 87,5% |
| Milho | 2.118,4% |
| Arroz | 2.252,8% |
| Feijão | 2.516,8% |
| Trigo | 3.474,7% |
| Soja | 23.019,8% |

FONTE: Tabelas A.4-18, A.4-19, A.4-20, A.4-21, A.4-22, A.4-23, A.4-24.

É possível inferir que realmente foi a soja a principal responsável pelo acréscimo da área de lavouras temporárias na região.

j - Sudoeste Paranaense

O Sudoeste Paranaense também é uma região muito característica de lavouras temporárias. O comportamento dos percen-

tuais mostra que de 60 a 70 é que houve um grande crescimento em termos de participação na área de lavouras temporárias do Estado. De 70 a 75 esse acréscimo já ocorre num ritmo mais lento, não só em termos percentuais como em termos absolutos.

É pouco significativo a participação da região quanto à pastagens.

Os percentuais e os dados absolutos indicam um decréscimo em relação à área de matas e florestas: em 60 essas participações eram de 12,3% para florestas naturais e 8,9% para florestas plantadas, caindo para, respectivamente 9,1% e 3,7% em 70 (tabelas A.4-28 e A.4-29).

Há um acréscimo absoluto e relativo na participação de terras incultas do Estado.

- Principais Culturas Temporárias do Sudoeste Paranaense — Da mesma forma que no Extremo Oeste, as maiores participações relativas de culturas temporárias da região são as de soja, milho, trigo e feijão. Porém, no Sudoeste, a Cultura da soja, em 60, já tinha um peso importante. Essa importância no Estado vai diminuindo relativamente até 72.

A participação do milho aumenta entre 60 e 70 e a partir daí se mantém com pequenas oscilações.

O feijão tem uma participação importante e crescente durante todo o período.

O maior detalhamento na análise da produção agrícola deve-se à possibilidade desta variável demonstrar, a nível, mais aparente, as possíveis transformações que se processaram nas atividades agropecuárias. O pressuposto contido neste objetivo é que o desenvolvimento de cada tipo de cultura traz implícita uma forma de produção diferenciada. Como forma de produção, neste caso, está se entendendo, num sentido restrito, apenas a combinação diferenciada que as pessoas podem realizar dos meios necessários para a produção (terra, tecnologia, insumos etc). Não se está fazendo nenhuma vinculação da natureza ou causas determinantes destas situações concretas.

A análise dos dados evidenciaram duas linhas de produtos. A produção diretamente voltada para o mercado e uma linha de produtos extremamente simples, basicamente uma produção de bens alimentícios. Evidentemente, os pequenos produtores realizam esta linha de produtos dado que seu período de maturação é relativamente curto exigindo menor quantidade de riqueza disponível. Enquanto que a produção para mercado pressupõe uma magnitude de capital que apenas certas camadas dos produtores possuem.

O acréscimo na área de pastagens plantadas, que a nível de Estado tem uma importância bem significativa, pareceu ser uma tendência comum à várias regiões do Estado, presente inclusive naquelas regiões onde a lavoura é a forma predominante de utilização da terra. Isso fica ainda mais claro observando-se os dados do quadro seguinte que mostra os percentuais da área de lavouras, de pastagens e do total da área utilizada em relação à área total dos estabelecimentos de cada região:

TABELA 4.3-11 - UTILIZAÇÃO DAS TERRAS SEGUNDO REGIÕES

| Regiões | Área de Lavouras | | Área de Pastagens | | Área Total Utilizada | |
|----------------|------------------|------|-------------------|------|----------------------|------|
| | 1960 | 1970 | 1960 | 1970 | 1960 | 1970 |
| Par. Trad. | 16,2 | 15,8 | 35,1 | 31,8 | 51,3 | 47,6 |
| N. Velho | 40,9 | 44,8 | 22,8 | 35,3 | 63,7 | 80,1 |
| N. Novo | 54,3 | 41,6 | 18,4 | 45,0 | 72,7 | 86,6 |
| N. Novíssimo | 43,4 | 45,7 | 12,5 | 32,3 | 55,9 | 78,0 |
| Oeste-Sudoeste | 21,9 | 37,5 | 10,3 | 16,8 | 32,2 | 54,3 |
| Centro-Sul | 14,7 | 13,0 | 32,9 | 26,1 | 47,6 | 39,1 |
| TOTAL | 30,2 | 32,3 | 23,7 | 30,8 | 53,9 | 63,1 |

FONTE: Tabelas A.4-35 e A.4-36

Para o pequeno produtor esse tipo de tendência que se manifesta no Estado não se apresenta como algo promissor, por um lado porque a pastagem é uma atividade característica de estabelecimentos acima de 50 ha como já se teve oportunidade de verificar, e por outro porque requer uma intensa disponibilidade de recursos, o que o coloca completamente à margem do processo.

Com relação ao comportamento das lavouras temporárias, não se apreendeu nenhuma tendência que indicasse um crescimento significativo da produção voltada para o consumo alimentar. Pelo contrário, as lavouras que mais chamaram atenção pelo seu crescimento no Estado foram lavouras temporárias, como a soja e a cana-de-açúcar que não são culturas típicas de pequeno estabelecimento rural.

Assim, a situação do pequeno produtor não parece ter si-

do favorecida em nenhum aspecto pelas tendências relativas à utilização das terras e evolução dos produtos do Paraná.

4.4 - DISTRIBUIÇÃO DA POSSE DA TERRA

Verifica-se, no Paraná, a importância da condição de proprietários sobre as demais categorias de produtores. Esta importância expressa-se tanto em termos quantitativos como pelas suas melhores condições em termos de extensão da propriedade; a área média dos estabelecimentos é relativamente maior às das demais categorias de produtores, como se pode observar na Tabela abaixo.

TABELA 4.4-01 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DE CADA PRODUTOR EM RELAÇÃO AO TOTAL DE PRODUTORES DO ESTADO E ÁREA MÉDIA DOS ESTABELECEMENTOS - PARANÁ.

| | 1960 | | 1970 | | 1975 | |
|---------------|------------|---------------|------------|---------------|------------|---------------|
| | % = 100 | Área Média | % = 100 | Área Média | % = 100 | Área Média |
| Proprietários | 66,5 | 53,2 | 56,4 | 38,9 | 62,2 | 46,3 |
| Arrendatários | 7,9 | 13,9 | 12,4 | 9,4 | 10,7 | 12,5 |
| Parceiros | 13,1 | 14,3 | 22,2 | 8,7 | 17,3 | 9,1 |
| Ocupantes | 12,6 | 31,4 | 9,0 | 15,0 | 9,8 | 13,2 |

FONTE: Tabelas A.4-40, A.4-41, A.4-42 e A.4-43

Do mesmo modo, a área ocupada com estabelecimentos não próprios, isto é, na condição de parceiros e arrendatários e mesmo ocupantes, sempre foi muito insignificante em relação ao conjunto total da área ocupada com estabelecimentos agrícolas.

Do ano de 1960 até 1970, o acréscimo de área ocupada por parceiros não se deu relativamente em detrimento da área de proprietários, mas sim, dos ocupantes. E até 1975 os proprietários continuaram ocupando áreas num ritmo mais rápido, como pode ser observado na Tabela abaixo.

TABELA 4.4-02 - ÁREA OCUPADA SEGUNDO A CONDIÇÃO DO PRODUTOR

| | 1960* | 1970 | 1975 | Percentual | | |
|--------------|------------|------------|------------|------------|-------|-------|
| | | | | 1960 | 1970 | 1975 |
| Proprietário | 9.528.714 | 12.161.285 | 13.730.969 | 83,7 | 83,2 | 87,2 |
| Arrendatário | 292.781 | 646.763 | 641.300 | 2,6 | 4,4 | 4,1 |
| Parceiro | 501.413 | 1.067.146 | 750.947 | 4,4 | 7,3 | 4,8 |
| Ocupante | 1.062.026 | 750.342 | 618.816 | 9,3 | 5,1 | 3,9 |
| TOTAL | 11.384.934 | 14.625.544 | 15.742.032 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

FONTE: Tabelas A.4-40, A.4-41, A.4-42, A.4-44, A.4-45 e A.4-46.

* Somados os valores de Proprietário e Administrador.

Neste ano, 1975, as demais categorias de produtores ocupavam apenas 10% da área agrícola do Estado, sendo a menor participação do período de 1960 a 1975. Este dado é importante, pois mostra que no período os pequenos produtores, no caso não proprietários, foram sendo expulsos da terra.

Pode-se verificar que o Paraná realmente se caracterizou como uma frente de colonização do período de 1940 até praticamente 1970, na medida que estas terras significaram o "eldorado" do produtor independente.

No período de 1960 a 1970, o decréscimo relativo das categorias de ocupantes e proprietários foi compensado pelo aumento de arrendatários e principalmente de parceiros.

A perda de participação dos ocupantes pode significar que o processo de ocupação extensivo da terra até 1970 tenha levado este tipo de produtor, quando possível, a legalizar a situação de suas terras. Por outro lado, provavelmente, muitos perderam a condição de posse e tenham se tornado simplesmente trabalhadores por não poder realizar, seja por motivos de ordem econômica, de poder, ou mesmo cultural, a legalização das terras. Enquanto a diminuição relativa dos proprietários não significou que estes tenham perdido suas propriedades. Pelo contrário, ocorreu uma "distribuição" de pequenas parcelas da propriedade a arrendatários e parceiros.

O aumento significativo de parceiros, principalmente na condição de pequeno produtor, é muito típico para a situação de frente de expansão. É um sistema onde a manutenção do trabalhador é relativamente barata ao proprietário da terra. Estes ao mesmo tempo que "desbravam" ou destocam a terra mantêm uma produção que garante parte da sua subsistência. Depois, quando os proprietários os dispensam, eles deixam a terra preparada, muitas vezes plantada e com alguns benefícios.

No período até 1975, a condição de proprietário voltou a se concentrar relativamente às demais. Provavelmente ocorreu um processo seletivo onde só tenham se mantido enquanto produtores alguns arrendatários e parceiros que se encontravam em melhores condições. Tal hipótese deriva do fato destes terem re-

lativamente aumentado a área média de suas propriedades em relação ao ano anterior ao mesmo tempo que perderam participação percentual no conjunto de produtores do Estado.

4.4.1 - Paraná Tradicional, Campos de Guarapuava e Médio Iguaçu

Como foi mostrado no item referente à estrutura fundiária, a região do Paraná Tradicional concentrava em 1960, 24,9% do total de estabelecimentos do Estado e 34,4% da área respectivamente ocupada. Até 1975 estes números reduziram, significativamente (19,3% para estabelecimentos e 29,8% para área), o que mostra um acréscimo relativo importante para as demais regiões (calculado a partir das tabelas A.4-11 e A.4-13).

A participação dos proprietários em relação as demais condições de produtores é sempre majoritária no período de 1960 a 1975. Do total de estabelecimentos desta região, 85,3% pertencia a proprietários em 1960, chegando a 68,0% em 1975. O acréscimo relativo mais importante do período foi de parceiros que atingiu 5,8% do total de produtores em 1975. Até 1975, a categoria de arrendatários tinha a segunda participação e representava 11,2% do total. No entanto, quando se considera a área ocupada pelos estabelecimentos, verifica-se o grande monopólio dos proprietários em relação aos demais produtores. Em 1975, apesar do decréscimo relativo dos estabelecimentos próprios, eles ainda detinham 90,6% da área do total de estabelecimentos, enquanto os arrendatários e parceiros possuíam somente 3,6% e 1,1%, respectivamente. O restante de estabelecimentos e área pertenciam aos ocupantes. Cabe lembrar que estes repre-

sentam parcela insignificante do total do Estado (tabelas A.4-40 e A.4-42).

A região de Campos de Guarapuava já apresenta um comportamento diferenciado. A participação dos proprietários tendeu a aumentar no período de 1960/70, ao contrário do comportamento da região anterior. Representavam 61,0%, 82,4% e 78,1%, respectivamente, para os três anos. Do mesmo modo a área ocupada tendeu a concentrar para os estabelecimentos próprios, atingindo 91,6% em 1975. O produtor que mais perdeu terreno relativamente foi o ocupante, tanto em área como para os estabelecimentos. A região do Médio Iguaçu é a que apresenta maior estabilidade no período. Decresce a participação dos proprietários apenas três pontos percentuais em relação ao total de 1960 (82,5%). Do mesmo modo, os arrendatários perdem participação relativa no período, sendo os parceiros que, em parte, têm um acréscimo em relação ao total de produtores da região (tabelas A.4-40, A.4-41 e A.4-42).

Pode-se verificar que houve uma redistribuição dos produtores de forma diferenciada para cada região, que acompanha de perto as modificações na estrutura fundiária. Na região do Paraná Tradicional, enquanto tendência no período 1960 a 1975, diminui a área média dos estabelecimentos, simultaneamente diminui a participação relativa dos proprietários e aumentou a dos parceiros e ocupantes. Houve portanto uma fragmentação dos estabelecimentos em parceria, o que não pode ser confundido com fragmentação de propriedade. O processo ocorrido pode ser resultado da subdivisão de uma grande propriedade em vários estabelecimentos em parceria. Quanto aos ocupantes, apesar da sua

pouca representatividade em termos absolutos, pode-se levantar outra hipótese, considerando-se seu acréscimo relativo na região. A esse acréscimo em relação ao total de estabelecimentos ocupados do Estado, que ocorre notadamente no Paraná Tradicional, além de outras áreas, corresponde um decréscimo muito significativo dessa mesma porcentagem principalmente no Sudoeste Paranaense. Provavelmente isso indica que no momento em que a legalização das terras então valorizadas do Sudoeste, ocorre a expulsão de alguns elementos que se redistribuem em outras áreas já mais decadentes, entre elas o Paraná Tradicional.

O comportamento que apresenta a região de Campos de Guapuva é inverso à descrição anterior. Enquanto tendência do período, pode-se perceber que nesta região houve maior estabilidade na área média dos estabelecimentos, ao passo que a participação dos proprietários relativamente aos demais produtores foi sempre crescente. Estes dados podem significar a concentração da propriedade pela eliminação destes produtores que de fato não possuíam a terra, mas era a sua condição de sobrevivência.

É interessante observar que os produtores que aumentam a participação relativa no período em toda esta região são os parceiros, inclusive no Médio Iguaçu. Isto pode significar que também existem cada vez menos produtores que podem pagar a renda da terra, o que confirma seu preço cada vez mais elevado. A relação de trabalho com a parceria pode estar significando a única alternativa, onde estes pagam cada vez com mais trabalho a condição de usar a terra dos fazendeiros. Deve-se considerar ainda que estes, apesar de aumentarem numericamente, trabalham

em áreas cada vez menores, o que significa que as condições de sobrevivência vão se deteriorando dentro deste processo.

4.4.2 - Norte do Paraná

Esta região como um todo distingue-se das demais pela elevada concentração de produtores não proprietários, em relação às demais regiões do Estado, principalmente na categoria de parceiros.

Pode-se pensar que a relação de trabalho de parceria tenha sido fundamental para o tipo de desenvolvimento que a cultura do café teve no Paraná. Pelos dados, é possível observar mesmo que ela acompanhou o roteiro do café na região Norte do Estado.

Observando-se a participação de parceiros no total de produtores na região do Norte Velho do Estado, verifica-se que eles representam uma parcela inferior comparativamente à participação relativa dos parceiros nas regiões do Norte Novo e Novíssimo de Umuarama; do mesmo modo que a área ocupada por seus estabelecimentos era bem mais reduzida. No período até 1970, o incremento de parceiros tendeu a acentuar-se na região Norte como um todo. No entanto, a diferença da participação destes no Norte Novo e Novíssimo tendeu a acentuar-se em relação ao Norte Velho. A participação de parceiros no Norte Novíssimo é um pouco mais reduzida que no Norte Novo, devido à expansão de outras atividades nesta região, como a pecuária. O incremento relativo de parceiros foi tão acentuado que a participação destes tendeu a igualar-se à participação dos proprietários em relação ao to-

tal de produtores das regiões, em 1970, como pode-se observar pelos dados abaixo.

TABELA 4.4-03 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA ÁREA E ESTABELECIMENTOS DE PROPRIETÁRIOS E PARCEIROS NO TOTAL DE PRODUTORES - NORTE NOVO E NORTE NOVÍSSIMO DE U-MUARAMA - 1970.

| | Estabelecimentos | | Área | |
|---------------|------------------|-----------------|------------|-----------------|
| | Norte Novo | Norte Novíssimo | Norte Novo | Norte Novíssimo |
| Proprietários | 46,1 | 43,7 | 78,6 | 73,7 |
| Parceiros | 42,6 | 35,8 | 16,3 | 16,9 |

FONTE: Tabela A.4-41

Mas a ressalva fundamental que deve ser feita é em relação à área que dominam os proprietários comparativamente aos demais produtores. A Tabela acima pode indicar quão pequenas devem ser as terras em posse dos parceiros, da mesma forma que para os arrendatários.

Examinando-se a organização de uma fazenda de café, verifica-se que a cultura desta planta não é realizada coletivamente. Não há divisão do trabalho, nem especialização. Os cafezais podem ser divididos em parcelas, não exigindo grandes unidades produtoras. Uma fazenda de café pode ser a soma de pequenas unidades entregues aos cuidados de um trabalhador e sua família, reunidas sob a direção de um proprietário.

No entanto, o fundamental da adoção desta relação de tra-

balho, é a forma encontrada pelo proprietário para rebaixar os custos da produção além de dividir com os parceiros os riscos do empreendimento.

Os arrendatários não tiveram um acréscimo muito importante nas várias regiões. Somente no Norte Novíssimo sua participação foi crescente no período de 1960 a 1975, no entanto, a área ocupada pelos estabelecimentos não acompanhou o ritmo de crescimento das unidades produtoras.

Em síntese, no período de 1960 a 1970, ocorreu um processo de expansão de estabelecimentos na região. Somando-se o incremento absoluto de estabelecimentos arrendados e de parceiros, observa-se que estes cresceram mais que estabelecimentos próprios, porém, a área acrescida aos estabelecimentos próprios ultrapassava o somatório dos demais produtores. No período seguinte, somente os estabelecimentos, próprios incorporaram mais área.

No período 70/75 há um processo de eliminação de estabelecimentos em todas as condições do produtor. No total cresceram quase a metade do incremento absoluto do período 60/70 e o crescimento de área foi quase três vezes menor que o ocorrido no mesmo período.

Estas ocorrências no Norte do Paraná e no Estado como um todo, neste período, são indicadoras das transformações que estão se processando na agricultura paranaense, entre elas a eliminação dos pequenos estabelecimentos. A área destes estabelecimentos dirigidos pelo pequeno produtor (arrendatário, pe-

queno proprietário e parceiro), e que são reincorporados nos grandes estabelecimentos agrícolas, seria indicador também de que a fronteira agrícola do Paraná está num processo de esgotamento, por um menor ritmo de área incorporada em relação ao período anterior.

4.4.3 - Oeste e Sudoeste Paranaense

O que especifica o comportamento desta região em relação às demais do Estado é a acentuada participação das ocupantes enquanto categoria de produtores. Em 1960, o Extremo Oeste e principalmente o Sudoeste concentravam uma porcentagem significativa deles, que representam 70,7% do total de produtores do Sudoeste e detêm 60,0% da área. No Extremo Oeste Paranaense a proporção é 34,0% para estabelecimentos e 34,4% para área (tabela A.4-40).

A concentração de ocupantes no Sudoeste e Extremo Oeste pode ser explicada pela existência, ainda em 1960, de grandes extensões de terras devolutas que eram ocupadas por posseiros.

Entretanto, no período de 1960 a 1975, eles sofreram uma substancial redução, definindo-se a liderança do proprietário em relação aos demais. É bem provável que essa tendência seja reflexo de um processo de expulsão dos ocupantes quando a propriedade da terra na região passa a ser adquirida legamente.

Em 1970 no Sudoeste, os produtores passam enquanto proprietários a concentrar 88,7% da área ocupada dos estabelecimentos agrícolas. No Extremo Oeste a permanência da liderança

dos proprietários é agora acompanhada por um crescimento significativo de arrendatários (tabela A.4-4.1).

Entre 1970 e 1975 permanece nessas regiões a concentração dos estabelecimentos em mãos de proprietários. Ao lado disso observa-se um acréscimo de área e principalmente de estabelecimentos arrendados no Sudoeste Paranaense e em parceira no Extremo Oeste.

O processo que ocorre nessas regiões, a expulsão de ocupantes, a consolidação da liderança dos proprietários e o aumento da participação de arrendatários e parceiros é característico de regiões de ocupação recente, cuja agricultura ainda está num processo de consolidação econômica.

O acréscimo dessas categorias de produtores em pequenos estabelecimentos é tendência compatível com a que se verificou em estrutura fundiária, quando se observou serem essas regiões as mais representativas em termos de estabelecimentos com área até 50 ha.

Em Campo Mourão observa-se na década de 1960 uma tendência de reduzir o número de proprietários. Porém a área desses estabelecimentos próprios decresce numa proporção menor. Simultaneamente há um acréscimo de estabelecimentos e área dirigidas por parceiros.

Entre 1970 e 1975 somente a categoria proprietários é que apresenta um acréscimo relativo na região.

Pitanga apresenta entre 1960 e 1970 em acréscimo significativo de proprietários, sendo que parceiros tendem a aumentar sua participação na região durante todo o período.

Procurando-se captar o processo que vem ocorrendo na agricultura paranaense em termos das relações de produção, a parte as características específicas observadas em determinadas regiões, tem-se que a tendência dominante entre 1970 e 1975 é a da crescente liderança do proprietário em relação aos demais produtores.

Define-se mais claramente que a parceria é a segunda categoria de produtores, em termos de participação no total de produtores. Da mesma forma, as extensões de terras sempre são relativamente pequenas em relação às parcelas que cabem aos proprietários.

O que pode significar uma eliminação de pequenos estabelecimentos agrícolas tradicionais, comparativamente ao crescimento em ritmo acelerado de novas unidades produtivas com produção de larga escala.

4.5 - PESSOAL OCUPADO NA AGRICULTURA PARANAENSE

Inicialmente será realizada a análise do pessoal ocupado por estabelecimento segundo estrato de área que possibilitará situar em que estrato se concentra a mão-de-obra, principalmente por categoria familiar, isto é, membros não remunerados da família e assalariados; assim como obter uma versão mais global das transformações que se processaram nas relações de

trabalho e de produção na década de 1960 a 1970.

É necessário, em primeiro lugar, fazer algumas considerações referentes às mudanças que ocorreram na agricultura paranaense, com base na análise da Estrutura Fundiária.

Na década de 1960 a 1970, depara-se no Estado com um processo de expansão de pequenos estabelecimentos agrícolas, de menos de 50 ha, que apresentam incremento absoluto de 282.783 estabelecimentos Tabela A.4- . Simultaneamente, verifica-se que houve incremento de 902.044 responsáveis e membros não remunerados da família nos estratos de menos de 50 ha Tabela A.4-47 e A.4-48. Enquanto que os estratos acima de 50 ha tiveram relativamente uma queda absoluta não só de responsáveis e membros não remunerados da família, como de trabalhadores permanentes, temporários, parceiros e outra condição.

A expansão de pequenos estabelecimentos e incremento de responsáveis e membros não remunerados da família no estrato de menos de 50 ha apresenta-se como sendo decorrente de deslocamento da fronteira agrícola paranaense e também da fragmentação dos médios e grandes estabelecimentos, possuidores de áreas ociosas que foram ocupadas por novos pequenos produtores, como mostram os dados da expansão de arrendatários, parceiros ou ocupantes.

O deslocamento da fronteira agrícola e a fragmentação de estabelecimentos motivou a proliferação de pequenos estabelecimentos no Paraná na década de 60/70, principalmente daqueles com menos de 10 ha. É muito significativa sua expansão na

forma de pequenos arrendamentos e parceria nota-se o incremento relativo destes estabelecimentos no Estado, onde os arrendados apresentam variação relativa de 225,3%, os de parceiros 249,3%, os de proprietários 74,7% e os de ocupantes 48,1%. E ainda, nesse período, a redução da área média.

Analisando-se a distribuição de pessoal ocupado por estrato de área, observa-se que nos estratos de menos de 50 ha se concentra a grande maioria da população ocupada do Estado: 67,8% em 1960 e 85,8% em 1970. Esta se constituía basicamente de responsáveis e membros não remunerados da família, 83,1% em 1960, passando a somar em 1970 92,5% devido ao incremento elevado de estabelecimentos agrícolas neste estrato de área, no período analisado Tabela A.4-49.

A maior relevância é dada ao estrato de menos de 10 ha, que cresceu 21,8 pontos percentuais no total de pessoal ocupado em relação ao total do Estado e 18,7 pontos percentuais em responsáveis e membros não remunerados da família. Calculado segundo Tabela A.4-49.

Nos estratos de menos de 50 ha, há poucos trabalhadores assalariados. O pequeno produtor de poucos recursos financeiros não tem condições de arcar com os custos do trabalho assalariado. A utilização do trabalho familiar por parte do pequeno produtor é uma forma de não dispender capital no pagamento de mão-de-obra assalariada.

Entretanto, os custos sociais de não se contratar mão-de-obra assalariada são bem penosos, pois implicam em estender

em mais horas a jornada de trabalho familiar. E ainda, usar o trabalho inclusive de filhos menores que deixam de realizar o mínimo em termos da educação formal oferecida. Pode-se supor que o pequeno produtor tende a obter o máximo da produtividade da terra que as suas condições de produção podem permitir, explorando-a com baixa produtividade do trabalho dada a precária tecnologia; produzindo para manter sua própria subsistência, e os excedentes para o mercado de alimentos.

No Paraná, a produção de alimentos básicos (milho, feijão, arroz) é feita nas pequenas unidades produtivas, o que lhes confere importância significativa na agricultura do Estado. Os trabalhadores assalariados permanentes e temporários, assim como os parceiros se concentram nos médios e grandes estratos de área, isto é, nos estabelecimentos voltados à produção de mercadorias para o mercado industrial (soja, café, algodão, cana-de-açúcar), cujos índices de produtividade e valor da produção, supõe-se que sejam altos, suficientes para que possam arcar com os custos da mão-de-obra assalariada. Nestes estratos a participação relativa da mão-de-obra familiar é baixa.

Os grandes produtores possuem maiores possibilidades de aumentar a produtividade do trabalho, já que são os que mais têm acesso aos financiamentos bancários. Isto ocorre porque possuem a garantia da propriedade da terra. O pequeno produtor por sua vez explora a terra que não lhe pertence, ou ainda possui pequenas extensões que não se enquadram dentro do mínimo exigido pelas entidades oficiais, e por isso mesmo não pode obter financiamento com o fim de aumentar a produtividade, tendendo cada vez mais ao empobrecimento progressivo.

4.5.1 - Análise de Pessoal Ocupado a Nível dos agregados Microrregionais

Será feita uma segunda análise de pessoal ocupado a nível microrregional, afim de situar as regiões que mais sofreram as alterações na composição de pessoal ocupado.

Na década de 1960, a população agrícola paranaense apresenta acréscimo percentual de 54,2%. As frentes de expansão recentes foram as regiões responsáveis pelo aumento da população ocupada. O incremento de pessoal ocupado nestas regiões pode ser sentido pela variação relativa: Extremo Oeste Paranaense 492,0%, Norte Novíssimo de Umuarama 139,6%, Campo Mourão 162,9%, Sudoeste Paranaense 129,2% e Pitanga 81,6% (tabela A.4-50).

O Paraná Tradicional, Médio Iguaçu e Campos de Guarapua-va apresentaram relativamente a menor variação de pessoal ocupado.

O Norte Velho e o Norte Novo, tradicionais regiões produtoras do Estado, juntamente com Paraná Tradicional, em 1960 absorviam 71,3% da população ocupada do Estado (tabela A.4-51).

O café, cultura que até então encontrava dificuldades no processo de mecanização, exigia um contingente razoavelmente grande de trabalhadores (permanentes) no estabelecimento, o que explica a concentração de população ocupada no Norte Velho ser superior às demais regiões produtoras. Na década de 1960/1970, depara-se com um processo de exclusão de população agrícola nestas duas regiões, que apresentam queda relativa de 19,4% no total de

pessoal ocupado do Estado. Embora em 1970, ainda absorverem um número bastante significativo de população ocupada do Estado, 32,8% (Tabela A.4-51).

É tendência geral do Estado o aumento de responsáveis e membros não remunerados da família, única categoria de trabalhadores com incremento absoluto em todas as regiões do Estado, principalmente nas que se caracterizam como frentes de expansão, as quais crescem em participação relativa no Estado.

O aumento de responsáveis e membros não remunerados da família, nestas regiões pode ser sentido pela variação relativa: Norte Novíssimo de Umuarama 210,3%, Campo Mourão 205,0%, Extremo Oeste Paranaense 528,0% que é a região que melhor se caracteriza como frente de expansão, e Sudoeste Paranaense 130,9%. A variação percentual destas regiões ultrapassou a do Estado que foi de 112,7%.

Quanto às demais categorias de pessoal ocupado, estas tiveram variações percentuais negativas no total do Estado: trabalhadores permanentes 31,6%, trabalhadores temporários 30,1% e parceiros 74,2%. Isto ocorreu porque as regiões que apresentaram incremento de pessoal nestas categorias não conseguiram compensar a nível estadual o decréscimo ocorrido em outras regiões produtoras do Estado.

As regiões do Paraná Tradicional, Norte Velho, Norte Novo, Campos de Guarapuava e Médio Iguaçu, são as que menos apresentam incremento relativo de responsáveis e membros não remunerados da família e as que perdem participação relativa no Es-

tado (tabela A.4-51).

As regiões do Norte do Paraná são as que mais contribuem para a queda absoluta e relativa de trabalhadores permanentes, temporários, parceiros e outra condição no total do Estado. São as que apresentam o maior decréscimo relativo em todas as categorias de pessoal ocupado do Estado, correspondendo ao Norte Novo os decréscimos mais elevados, principalmente da mão-de-obra familiar e de parceiros.

No Norte Velho e Norte Novo, o incremento absoluto de responsáveis e membros não remunerados da família não foi suficiente para compensar as perdas relativas das outras categorias de trabalhadores, repercutindo negativamente no total de pessoal ocupado a nível regional, ao contrário do que aconteceu nas outras regiões produtoras.

Pode-se atribuir o êxodo de trabalhadores no Norte Velho e Norte Novo principalmente à política de erradicação do café, implantada no Estado após o ano de 1960 e a substituição desta cultura por áreas de pastagens. O café foi substituído por outras culturas como a soja e principalmente pelas pastagens plantadas. As tradicionais regiões produtoras de café do Estado, Norte Velho de Jacarezinho, Norte Novo de Londrina e Norte Novo de Maringá foram as que mais expulsaram trabalhadores agrícolas na década de 1960, dado o coeficiente mais baixo de homem por hectare de terra que as novas atividades passaram exigir.

Entre 1960/1970, embora liberando pessoal ocupado ob-

serva-se que o Norte Velho e o Norte Novo são as regiões que no conjunto do Estado ainda detêm o maior percentual de assalariados e parceiros, sendo também significativa a utilização do trabalho familiar. Provavelmente esta é a mão-de-obra utilizada por parceiros pois, como foi mostrado, estes possuem pequenas extensões de terras para serem trabalhadas.

Por outro lado, a concentração mais significativa de assalariados explica-se por estas duas regiões possuírem culturas, em relação às demais regiões, essencialmente voltadas para o mercado industrial (algodão, café, cana-de-açúcar).

Nestas duas regiões, havia certa proporcionalidade entre o trabalho familiar, o assalariado e parceiros, isto pode ser indicador de que são as regiões mais consolidadas em termos de agricultura e que já atingiram um certo grau de capitalização no campo.

Atendo-se ao fato do incremento de responsáveis e membros não remunerados da família não ter sido suficiente para equilibrar o êxodo de trabalhadores da região Norte do Estado, já radicados na região, e que partir de 60/70 são liberados da agricultura, deduz-se que isto possa ser um indicador da consolidação da propriedade da terra e de que a fronteira agrícola, já na década de 1960, havia se esgotado. A expansão da atividade agrícola paranaense de novos produtores desloca-se em direção ao Extremo Oeste Paranaense.

Segundo o que se nota pela análise de estrutura fundiária e pessoal ocupado do Norte Novíssimo de Umuarama, Campo Mou-

rão, Extremo Oeste Paranaense e Sudoeste foram as regiões que no conjunto do Estado tiveram o maior incremento de pequenos estabelecimentos. A mão-de-obra assalariada e de parceiros não é significativa nestas regiões, predominando o trabalho familiar.

Pela análise de pessoal ocupado na década de 1960, pode-se concluir que o Estado apresenta-se com regiões já consolidadas em termos de agricultura (Norte Velho e Norte Novo), com regiões que ainda estavam num processo de expansão agrícola, cuja absorção de mão-de-obra predominante é a familiar, apresentando pouco assalariamento (Norte Novíssimo de Umuarama, Extremo Oeste, Campo Mourão e Sudoeste) e regiões de relativa estabilidade em termos de alteração nas relações de trabalho: Pitanga, Campos de Guarapuava e Médio Iguaçu, e o Paraná Tradicional o que também se constatou na análise da estrutura fundiária e condição do produtor.

4.5.2 - Tendências de Transformação Tecnológica na Agricultura

A análise da utilização de instrumentos, máquinas e insumos na agropecuária tem como fim detectar as transformações tecnológicas ocorridas na agricultura paranaense na década de 1960. Ainda, averiguar as tendências de modernização das unidades produtivas, considerando principalmente a localização regional: Paraná Tradicional, Norte do Paraná e as regiões de ocupação crescente: Norte Novíssimo de Umuarama, Campo Mourão, Extremo Oeste e Sudoeste Paranaense.

O incremento de tratores e adubação química foi tomado

como indicador do grau de capitalização no campo, isto é, como uma tendência de modernização que tende a alterar as relações de trabalho atualmente predominantes na agricultura. São os grandes empresários agrícolas, que produzem em escala comercial que poderão adotar uma tecnologia avançada. Este empreendimento em si, significa um processo de diferenciação social para os pequenos produtores que se expressa na medida que nem todos possuem riqueza acumulada que permita alterar suas condições de produção.

Por outro lado, a introdução de tecnologia nas atividades agropecuárias não deverá somente dispensar pessoal ocupado, mas, necessariamente, alterar a condição do trabalhador, isto é, subordiná-lo de forma diferenciada. A modernização de certas fases do processo de produção, além de liberar o trabalhador permanente, devido ao alto custo de mantê-lo na propriedade enquanto aguarda trabalho nos períodos de entressafras, eleva o nível da produtividade do trabalho.

Os grandes produtores além de possuir maior poder aquisitivo que lhes possibilita arcar com os custos de uma tecnologia sofisticada, têm acesso aos financiamentos bancários, podendo ampliar ainda mais a produtividade da terra e do trabalho.

Os pequenos produtores (pequenos proprietários, arrendatários e parceiros) têm poucas possibilidades de adotar técnicas agrícolas mais avançadas, em função de algumas limitações: escassos recursos financeiros acumulados, não acesso à créditos bancários, pequenas extensões de terra. Estas condições não lhes permitem sequer melhorar a própria condição de vida, empobre-

cendo-o gradativamente, empedindo-o, dentro de um certo limite de tempo, se reproduzir como uma categoria social.

Nas últimas décadas o Paraná tem apresentado um incremento na utilização de tecnologia, principalmente a partir de 1970, o que não ocorre uniformemente em todo o Estado. O avanço na utilização de tratores reflete-se num incremento relativo de 265,5%, enquanto o de arados atinge 224,3%, devendo-se este incremento ao aumento de arados de tração animal (de alveca) (Tabela A.4-55). Lembrando que na década de 1960 houve uma grande expansão de pequenos estabelecimentos no Estado, considera-se que estes sejam os responsáveis pela intensificação do uso dessa tecnologia de caráter rudimentar.

No entanto, o ritmo de crescimento dos demais insumos agrícolas, inclusive o incremento de tratores, permite vislumbrar que na atual década a configuração do padrão tecnológico da agropecuária estadual se orienta para aumentar a rentabilidade da terra e intensificar a produtividade do trabalho.

A análise das transformações na utilização de tecnologia, a nível dos agregados regionais, fornecerá um panorama do processo do desenvolvimento da agropecuária paranaense, considerando-se, no entanto, que estes processos de mudança não são tão simples, nem uniformes.

Os dados das tabelas, de Máquinas e Instrumentos Agrários e Adubação Química indicam que na década de 1960, no Paraná Tradicional ocorreu um aumento na utilização de adubação segundo os estabelecimentos, principalmente nas áreas de Curitiba,

Colonial de Irati, Campos de Ponta Grossa e da Lapa. Coincidentemente são as mesmas áreas que elevaram, incluindo-se Campos de Jaguariaíva, a incorporação de tratores e arados. Campos de Ponta Grossa, Campos de Jaguariaíva e Alto Ivaí são as únicas regiões do Paraná Tradicional que aumentam a utilização de força humana, que se vê reduzida nas demais regiões do agregado. Isso mostra que não necessariamente existe uma relação direta entre intensificação do uso de tecnologia de mão-de-obra.

Apesar dos acréscimos absolutos verificados em algumas regiões do agregado, o Paraná Tradicional como um todo perde sensivelmente participação relativa no Estado, e seu processo de modernização ocorre mais lentamente que em outras regiões.

O Norte do Paraná é o agregado regional que apresenta as tendências mais acentuadas de modernização agrícola, dado o crescimento paralelo de intensificação tecnológica e incremento maior no número de trabalhadores assalariados do Estado.

O Norte Velho e o Norte Novo possuem respectivamente, em 1960, 69,0% dos tratores do Estado, destacando-se o Norte Velho de Jacarezinho, 21,3% e o Norte Novo de Londrina 15,8%, na década de 1960 essas duas áreas mínimas, juntamente com o Norte Novo de Maringá apresentam significativo incremento absoluto de tratores, somando 42,2% do total do Estado em 1970 (Tabelas A.4-56 e A.4-57).

No Norte do Paraná, assim como no Paraná Tradicional o arado dominava em números absolutos, aumentado expressivamente na década de 1960.

Antes da década de 1960, a adubação química era pouco empregada no Norte do Paraná, possivelmente as potencialidades minerais do solo ainda não havia se esgotado, dispensando o uso de fertilizantes. Observa-se que a partir de 1960, há aumento significativo no uso de adubos nas regiões produtoras de café do Norte Velho e Norte Novo, principais responsáveis pelo incremento de insumos no Estado e que foi de 499,7% (cálculo efetuado segundo a Tabela A.4-56).

Provavelmente a substituição do café por outras culturas e pastagens plantadas, implicava na restituição da fertilidade natural do solo, via adubação química, antes de iniciar novas culturas.

Cabe ressaltar o emprego de força humana no Norte do Paraná, que em 1960 detinha 51,1% do total do Estado (Tabela A.4-58). A partir de 1960, observa-se que reduz sensivelmente o emprego da força humana nesta região face ao processo de expulsão da população foi ocupada, que conseqüente tanto da mecanização como da substituição de culturas, como o café, erradicado grande parte na década, por pastagens.

Enquanto no Norte do Paraná há liberação de força humana, nas regiões de ocupação recente, principalmente no Extremo Oeste, estava havendo um processo de absorção de força humana, em conseqüência do incremento do número de estabelecimentos na década de 1960.

Atendo-se ao incremento de tratores nestas regiões, observa-se principalmente no Extremo Oeste um incremento relativo

de 2.426,3; Campo Mourão de 1.047,4% (cálculo a partir da Tabela A.4-55). Esse aumento expressivo de tratores é entendido pelo fato de que nessas regiões, na década anterior a 1960 não havia ocorrido grandes transformações. Isto é, não havia instrumentos agrícolas sendo usados em escala. Quando após ter se expandido aceleradamente a ocupação da região, os poucos instrumentos adquiridos significaram um crescimento relativamente acentuado. Atualmente, aliado ao significativo aumento de trabalhadores assalariados permanentes e temporários, em relação ao Estado, permite constatar o crescimento de uma agricultura tipicamente comercial nestas duas regiões.

Quanto a arados, observa-se que as regiões de ocupação recente foram as que mais aumentaram seu emprego na década de 1960. Portanto persistiu o uso de uma tecnologia rudimentar paralelamente a uma tecnologia mais avançada, constituindo o reflexo da expansão de pequenos e grandes estabelecimentos agrícolas nestas regiões, na década de 1960. Estas regiões ainda estavam num processo de ampliação de fronteira agrícola, segundo se constatou na análise de Estrutura Fundiária e Pessoal Ocupado. Foram as regiões que no conjunto do Estado mais absorveram população ocupada, sendo membros não Remunerados da Família a categoria de trabalhadores que mais aumentou. O aumento dessa categoria, em decorrência da expansão da fronteira agrícola aliado à presença de uma tecnologia rudimentar expressa as condições e tipo de produção destes produtores.

O avanço tecnológico no Extremo Oeste Paranaense, região de ocupação recente que mais tende a se modernizar, está expresso no seu percentual de força mecânica em relação ao Estado,

que de 34,2% atingiu 43,5% em 1970 (Tabela A.4-58).

Segundo as tabelas analisadas ficou bastante claro que no conjunto do Estado as regiões com maiores tendências a se modernizar são: Norte Velho de Jacarezinho, Norte Novo de Londrina, Norte Novo de Maringá, Campo Mourão, Extremo Oeste Paranaense e algumas regiões do Paraná Tradicional, cuja produção está voltada para o mercado industrial, Campos de Ponta Grossa, Curitiba, Campos de Jaguariaíva e Colonial de Irati.

O tipo de desenvolvimento da agropecuária paranaense se caracteriza pela coexistência tanto a nível regional quanto estadual de uma agricultura mais avançada e outra atrasada, em termos tanto de técnicas utilizadas como de relação de produção.

4.6 - PROCESSO DE MUDANÇA DO SETOR RURAL. CARACTERIZAÇÃO INICIAL

Em linhas gerais, pode-se observar que a estrutura de produção agropecuária do Estado vem sofrendo algumas alterações. Verifica-se a ocorrência de um processo de intensificação da produção de tipo capitalista. Isto é, está ocorrendo um aprofundamento do desenvolvimento capitalista para alguns setores da agricultura e não na sua extensão. Basicamente dois setores são responsáveis pela modernização nas suas condições e produção: a soja e a pecuária, incrementada principalmente na região Norte do Estado.

O padrão tecnológico de produção da soja, dado internacionalmente, exige dos produtores um montante de capital dispo-

nível, que permita uma produção nas condições que assegurem o retorno da taxa de lucro vigente.

Do mesmo modo, o desenvolvimento da pecuária apresenta características, principalmente de pastagens plantada, que permite identificá-la como um dos setores da agricultura que exigem grande disponibilidade de recursos para o investimento. Isto porque, do mesmo modo que a soja, além do capital, a terra é um fator de produção muito importante. Para os dois tipos de produtos exige-se um tamanho relativamente grande das propriedades. E, estas culturas, devem absorver os trabalhadores assalariados volantes, que vêm sofrendo crescimento acelerado relativamente às demais categorias de trabalhadores.

Como foi afirmado, estes dois ramos de produção agropecuária que representam o maior avanço em termos de transformações tecnológicas e subordinação de trabalhadores assalariados assumem gradativamente maior expansão da área plantada, relativamente aos demais produtos do Estado.

Apesar de não se observar de forma imediatamente visível as transformações nas condições de produção, principalmente dos produtores de alimentos, não significa que os camponeses responsáveis por este tipo de produção estejam em condições de sobrevivência asseguradas. Os dados evidenciaram a redução, tanto em termos absolutos, como relativos dos estabelecimentos que se enquadravam nos menores estratos de área, e, ainda vinha ocorrendo no tempo uma redução da área média dos estabelecimentos menores, inversamente à situação dos maiores.

O que se quer mostrar é que a expansão capitalista de alguns ramos da produção agropecuária no Paraná se dão de forma a expandir a área das propriedades, o que pode estar significando um processo de concentração da propriedade em detrimento das áreas de pequenos produtores de alimentos.

Verificou-se na análise do item 3 os demais fatores que podem estar levando a um gradativo processo de empobrecimento dos pequenos produtores paranaenses. Um dado concreto, no entanto, é que a renda bruta "per capita" anual disponível para as pessoas que trabalham nos estabelecimentos com até 50 ha não atingiu em 1970, o mínimo estabelecido institucionalmente (Salário Mínimo). Como foi evidenciado, não se considerou as demais despesas necessárias realizadas pelos produtores, isto é, tomou-se a renda bruta.

De qualquer modo, o tipo de desenvolvimento que vem sofrendo a agropecuária paranaense não vem estabelecendo de forma generalizada, benefícios para a população trabalhadora rural. Pela tabela a seguir, pode-se verificar, seguindo o mesmo raciocínio, que em poucas regiões do Estado o pessoal ocupado auferiu rendimentos anuais superiores ao mínimo estabelecido institucionalmente em 1970 (Cr\$ 1.950,00*).

As microrregiões de Campos de Ponta Grossa, Campos de Guarapuava e Médio Iguaçu, além de possuírem relativamente as menores densidades de trabalhadores e os valores da produção são comparativamente mais altas. No entanto, este valor é gerado

* Verificar os cálculos realizados na tabela 3.02

principalmente por economias extrativas. Desta já se têm referências que se caracterizam como "economias de inclave", o que significa que o valor gerado não é distribuído como se pressupõe teoricamente.

O peso de propriedades de tipo camponesa e o fato de aproximadamente 85,0% da força de trabalho total estar concentrada nos estabelecimentos com até 50 ha revela uma situação generalizada de precárias condições de produção de subsistência dos trabalhadores. Estas situações são resultado das formas de articulação deste tipo de produção e economia como um todo: formas de comercialização, créditos, preços etc.. E, como mostra a tabela a seguir, as regiões que mais concentram pequenos produtores possuem menores rendas "per capita". Apesar do valor da produção gerado ser relativamente alto, estas regiões concentram o maior montante de força de trabalho, pois a unidade de produção típica é a familiar; é o caso principalmente do Norte Novíssimo de Umuarama, Campo Mourão, Extremo Oeste e Sudoeste Paranaense.

Este pode ser um traçado do tipo de desenvolvimento que vem sofrendo a agropecuária do Estado. É contraditório em si, pois ao mesmo tempo que gera um valor de produção total elevado, está condicionando uma parcela significativa da população a condições socialmente precárias de produção e vida.

TABELA 4.6-01 - PARANÁ - VALOR DA PRODUÇÃO E PESSOAL OCUPADO SEGUNDO MICRORREGIÕES DO PARANÁ - VALORES ABSOLUTOS - 1970.

| Micro-Regiões do Paraná | Valor da Produção e Pessoal ocupado | Valor da Produção (Mil Cruzeiros)* | Pessoal Ocupado | Valor Prod./Pessoal Ocupado |
|-------------------------|-------------------------------------|------------------------------------|-----------------|-----------------------------|
| | Pr- | | | |
| | | - | - | - |
| | Pr- | 3 082 873 | 1 981 471 | 1 556 |
| 1 | | 86 254 | 50 436 | 1 710 |
| 2 | | 9 765 | 7 237 | 1 349 |
| 3 | | 10 995 | 11 072 | 993 |
| 4 | | 13 811 | 17 219 | 802 |
| 5 | | 32 151 | 21 374 | 1 504 |
| 6 | | 94 353 | 26 910 | 3 506 |
| 7 | | 18 638 | 13 559 | 1 375 |
| 8 | | 24 058 | 17 407 | 1 382 |
| 9 | | 59 526 | 51 866 | 1 148 |
| 10 | | 43 541 | 45 335 | 960 |
| 11 | | 87 452 | 66 058 | 1 324 |
| 12 | | 230 530 | 100 975 | 2 283 |
| 13 | | 62 997 | 36 810 | 1 711 |
| 14 | | 233 178 | 158 703 | 1 469 |
| 15 | | 93 889 | 67 090 | 1 399 |
| 16 | | 126 089 | 80 142 | 1 573 |
| 17 | | 164 879 | 150 084 | 1 099 |
| 18 | | 237 971 | 223 219 | 1 066 |
| 19 | | 261 743 | 194 593 | 1 345 |
| 20 | | 52 255 | 47 781 | 1 094 |
| 21 | | 431 224 | 309 372 | 1 394 |
| 22 | | 235 918 | 195 330 | 1 208 |
| 23 | | 230 738 | 51 231 | 4 504 |
| 24 | | 240 919 | 37 668 | 6 396 |

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário do Paraná

*: Valor da Produção Total (Tabela 296).

5 - PROBLEMÁTICA TEÓRICA E CONCLUSÕES

A análise do pequeno estabelecimento rural no Paraná encontrou, em princípio, limites de definição tanto empíricos como teóricos. Isto porque, entendia-se que somente a área ocupada pelo estabelecimento não permitiria classificá-lo como pequeno. Por outro lado, dentro de uma perspectiva sociológica o "objeto" de interesse de pesquisa deveria ser o responsável pela produção; a categoria social que o indivíduo deveria pertencer dentro de uma estrutura social, numa formação social concreta. Deste modo, a análise deveria centrar-se no pequeno produtor.

Encontra-se apresentado, na Introdução deste estudo, o referencial teórico que norteou o entendimento da situação social do pequeno produtor.

Mediante a observação empírica elegeu-se como principal critério de definição do pequeno produtor o respectivo montante da produção. Tentou-se não perder de vista os determinantes econômicos-sociais responsável pela criação e reprodução desta categoria social. Este era o objetivo fundamental que se colocava para o estudo: avaliar as condições de sobrevivência e reprodução destes produtores. A questão se colocou por se entender que as formas de produção de "tipo camponês" (pequeno

produtor) encontram-se numa situação de transição numa sociedade cuja tendência é a dessiminação da produção empresarial, isto é, capitalista.

Um dos limites do estudo foi ter como fundamentação empírica somente dados secundários. Por um lado pode-se observar as tendências gerais de substituição da pequena produção pela grande. Mas por outro, não permitiu avaliar os vários momentos e as formas pelas quais estas mudanças estão se realizando. Para tanto seria necessário maiores informações extraídas mediante uma pesquisa de campo que poderia concretizar os dados sobre a situação de comercialização, créditos e outras transações realizadas pelos produtores.

Outra consideração refere-se à forma como foi desenvolvido o estudo. Como já foi evidenciado, este apresenta-se praticamente, dividido em duas partes. A introdução de um item específico sobre a ocupação populacional do Estado que tinha como objetivo entender o tipo de produtor rural que historicamente se instalou no Paraná. E ainda, a relação destes movimentos de população com o tipo e padrão de desenvolvimento econômico do Estado e do país. Desta forma já se tinha estabelecido um objetivo por demais abrangente e que poderia somente ser resultado de pesquisas específicas. Tal colocação, no entanto, não significa que não se tenha parcialmente alcançado os objetivos. Muitos dos resultados apreendidos abriram novas perspectivas de compreensão do desenvolvimento sócio-econômico paranaense. No entanto, ocorreu uma descontinuidade entre o tipo de informações e o estilo de análise deste item e o que caracteriza a evolução do setor rural em momentos mais recentes.

Na primeira parte foi possível realizar, simultaneamente, a observação dos dados, o entendimento deles dentro de uma determinada postura teórica. Enquanto, na segunda, o resultado da observação apresenta um grau acentuado de análise empiricista. Dois fatores principais podem ser apontados como determinantes dos resultados. Um, é a própria amplitude do escopo do trabalho que não permitiu, no tempo disponível, refletir profundamente sobre a situação empírica apreendida. O segundo motivo apresenta-se bastante relacionado com o primeiro. Decorre basicamente da proposição de se tentar entender uma situação sócio-econômica da perspectiva do desenvolvimento do capitalismo que apresenta em situações sociais concretas uma diversidade de matizes. O capital submeteu à sua dominação todas as formas de propriedade e produção agrícola empregando uma variedade de métodos e técnicas. Tais situações concretas exigem do pesquisador informações e dados levantados dentro de determinados critérios, isto é, as técnicas e informações devem estar coerentes com a teoria mais geral. E, exigem a disponibilidade do pesquisador repensar os resultados da pesquisa reelaborando a teoria de compreensão da realidade que se havia colocado, anteriormente, ao iniciar o processo de pesquisa.

O caso do Paraná pareceu um tanto complexo no que se refere à identificação das formas de produção e principalmente as relações que estas estabelecem com todo complexo produtiva da economia. Numa primeira aproximação, verificou-se a predominância dos pequenos produtores com economia de tipo familiar, sobre a produção capitalista.

Concluiu-se sobre a possibilidade de se caracterizar a

grande maioria dos produtores paranaenses como pequenos, dados as seguintes condições:

a) A pequena extensão das propriedades ou áreas sob responsabilidade de parceiros e arrendatários, aliadas à pequena extensão da área cultivada onde predomina a policultura. Isto significa uma produção diversificada muito importante para o Estado que é resultado do somatório de pequenos montantes produzidos em cada estabelecimento. Em síntese, estes produtores, além de possuir pequenos estabelecimentos são responsáveis por pequenas quantidades produzidas.

Os dados disponíveis mostraram que os estabelecimentos com área menor que 50 ha (que representavam, em 1970, 92,6% de todos os estabelecimentos rurais do Paraná e ocupavam 41,7% da área total) contribuíram com cerca de 61% do valor da produção agropecuária do Estado (Tabela 1). Em outras palavras, aproximadamente 3/5 do valor da produção do setor primário do Paraná foi gerado, em 1970, por inúmeros pequenos empreendimentos.

Os estabelecimentos rurais com menos de 50 ha contribuíam, em 1970, com partes significativa da área dedicada à produção das principais culturas alimentares no Paraná (Tabela 2). Cerca de 81% da área dedicada ao cultivo do arroz, 87% do feijão, 79% do milho e até 50% da área dedicada ao cultivo do café no Paraná encontravam-se nos estabelecimentos com área total inferior a 50 ha.

b) estes pequenos estabelecimentos utilizam uma tecnologia rudimentar como arados de alveca e enxadas. Insumos e

fertilizantes são utilizados em pequenas quantidades. Estas condições caracterizam um nível bastante baixo de despesas desta natureza, sendo que os maiores gastos revertem no pagamento ou aluguel da terra;

c) as duas situações acima permitem e condicionam que o trabalho agrícola seja movido pelo responsável e sua família. A maior parte destes estabelecimentos utilizava apenas o trabalho humano como principal força produtiva. Esta força representava nos estabelecimentos com até 50 ha a ocupação para 80% da população rural ativa do Estado, em 1970, e se compunha quase exclusivamente, do responsável e membros não remunerados da família.

Esta caracterização das condições de produção não está levando em conta os determinantes econômicos mais gerais que reproduzem, no tempo e no espaço, estas categorias sociais de produtores em situações de sobrevivência socialmente precárias. O valor da produção, apesar dos baixos níveis de despesas, mal chegam a cobrir as necessidades de reposição da força de trabalho. Por outro lado, o incremento da produção não resulta da maior produtividade do trabalho, mas do aumento de horas trabalhadas.

Pode-se observar que até fins da década de 1960 predominou nas atividades agrícolas do Paraná formas de produção de pequenos produtores. A forma histórica de produção, seja de pequenos proprietários, parceiros ou arrendatários tinham como condição fundamental de produção a terra que ainda se caracterizava por pequenas extensões. Os produtos alimentares (arroz,

feijão, milho) participavam em grande parte da área plantada. Isto pode se deduzir dado que, em 1960, não havia na agricultura do Estado outro produto comercial do porte do café e este representava 42,6% da área colhida. Deve-se considerar ainda que grande parte do café era plantado por parceiros em pequenas áreas. E, nesta década houve um ritmo maior de expansão de diferentes culturas temporárias que configuraram novas alternativas de produção e ampliaram os limites da fronteira agrícola.

Cabe acentuar, como já foi demonstrado, que os produtos como milho, feijão, batata, arroz destinados ao mercado interno, garantem ao Estado os níveis mais altos no total da produção brasileira. Isto é, o papel social desempenhado por estes produtores foi, e é, fundamental para o funcionamento da estrutura produtiva global que pressupõe a existência destas formas de produção para manter uma estrutura de baixos preços de alimentos.

O início da década de 1970 marca um novo momento em termos de transformação na estrutura de utilização da terra. Pode-se perceber a expansão da produção de tipo capitalista que se apresenta basicamente responsável pelos produtos essencialmente comerciais, como soja, trigo, algodão, cana-de-açúcar e parte da pecuária de leite. A característica fundamental deste tipo de produção é o uso mais intensivo de capital tanto para compra de insumos, máquinas e terras, como na contratação de trabalhadores que entram no processo produtivo com apenas sua força de trabalho recebendo somente o salário como remuneração. O volume de produção passa ser determinado pela incorporação de novas áreas de terra e técnicas de cultivo que aumentam a ren-

tabilidade do solo e produtividade do trabalho.

O ritmo de expansão das economias comerciais tendem a modificar numa primeira instância a estrutura fundiária e a posse da terra. Parece que no Paraná a expansão de tipo capitalista seu deu transformando a estrutura de posse da terra onde predominavam pequenos estabelecimentos e produtores, para propriedades de maiores extensões que possibilitem o cultivo de produtos como soja, trigo e pecuária extensiva.

Este tipo de desenvolvimento configura-se de forma distinta para as regiões do Estado que até fins da década de 1960 não havia sofrido grandes alterações em sua respectiva estrutura fundiária, relações de trabalho ou tipos de produção. Esta década pode ser considerada como a que encerrou as fronteiras agrícolas do Estado. Pelo menos não será possível a ocupação do solo resultantes de grandes fluxos migratórios como já havia ocorrido. Pode-se supor a propriedade privada de particulares sobre a maioria das terras agriculturáveis do Estado condicionando a reutilização agora em novas bases.

É interessante observar que a região do Paraná Tradicional pouco alterou, neste período, sua estrutura de produção. A expansão de pastagem plantada, até 1970, pouco tem haver com a redução de posto natural. Poderia ter acontecido que a região mais antiga, em termos de povoamento, hoje estivesse sendo a mais explorada com tecnologias que aumentassem a produtividade do trabalho e da terra. No entanto, a análise mostrou a relativa estabilidade da estrutura de posse e uso. Tudo faz crer que a apropriação prévia de grandes áreas por particula-

res tenha retardado sua utilização comparativamente às demais regiões.

A disponibilidade de terras na região Norte do Estado permitiu seu povoamento através de uma colonização dirigida com fins bem determinados em termos de produção de tipo comercial. Atualmente observa-se ser uma região mais flexível considerando o processo de diversificação da linha de produção. No entanto, estas transformações se dão principalmente alterando a situação dos pequenos proprietários e parceiros de café que não podem concorrer no desenvolvimento das pastagens plantadas, soja, cana-de-açúcar; produções diretamente voltada para mercado que supõe um uso intensivo da terra não permitindo que, simultaneamente, o produtor a utilize com culturas para sua subsistência.

Em relação ao Oeste e Sudoeste, observou-se que a região foi ocupada por um processo de migração espontânea. Pode ser considerada a região que vem sofrendo o maior impacto em termos de mudanças. Percebeu-se que foram as regiões que sofreram os maiores aumentos de áreas de lavouras. Mas trata-se da expansão da soja em detrimento dos tradicionais produtos alimentares.

Em síntese, o acréscimo verificado por culturas como algodão, soja, trigo e mesmo cana-de-açúcar pode ser admitido como indício de diversificação com contornos bem delineados a partir de 1970.

Como foi afirmado, esta descrição resume uma primeira observação do fenômeno de expansão de culturas comerciais em

detrimento da produção de alimentos de responsabilidades de pequenos produtores. É necessário, no entanto, não confundir uma situação empírica aparente e situar-se que estas transformações refletem uma articulação a nível da estrutura econômica-política.

O próprio fato de se aumentar o uso do solo com produtos de altos preços no mercado nacional/internacional implica no aumento do preço da terra. O que impede que a terra seja utilizada para outros fins que não o da produção de mercadorias para se obter o maior retorno possível sobre o investimento. Este é um dos fatores que deve estar colocando limites a coexistência de culturas "pobres" e "ricas" no Paraná. A comparação realizada sobre o preço da terra no Paraná com o dos demais Estados da Federação demonstrou que este aqui se apresenta como o mais alto. Deve-se considerar que conjuntamente outros fatores levam à compras de terras para garanti-las como reserva de valor.

Outros estudos deverão apontar outras condições específicas que estão movimentando o processo de transformação da produção e diferenciação social dos produtores. Deve-se levantar o papel desempenhado pelo crédito rural, preços mínimos, cooperativas de produção, armazenagem e comercialização. Cabe-ria entender como estas alternativas políticas-econômicas podem impedir ou acelerar o processo de empobrecimento do pequeno produtor.

Considerando os preços pagos aos produtores de produtos alimentares, verificou-se que comparativamente aos dos de-

mais Estados, os paranaenses recebem os menores preços. Deste modo, estes produtores parecem estar muito próximo de uma situação limite de sobrevivência, enquanto uma categoria social, pois se encontram numa relação de perda que se estabelece tanto de forma estrutural como conjuntural. A primeira é reflexa da sua própria situação enquanto grupo social que se articula de forma específica com os demais setores produtivos. Está implícito no entendimento desta hipótese que uma das condições que determinam o empobrecimento dos pequenos produtores é a quantidade de trabalho não pago ao vender seus produtos. Isto é, o preço de mercadoria geralmente não cobre o valor dos produtos pela predominância de trabalho vivo, comparativamente, os ganhos de produtividades da produção capitalista.

E a situação conjuntural é reflexa tanto do tipo desenvolvimento agropecuário do Paraná em relação aos demais estados, isto é, aproxima-se uma situação em que os custos de produção devem estar se elevando, principalmente, pelo aumento do preço da terra. É ainda mais, os aumentos de custos que estão sendo dados, genericamente, para os produtores pelas mudanças nas políticas de financiamentos, subsídios etc. Deste modo, os preços estabelecidos de fora da produção destes produtos, isto é, dados socialmente, não podem assegurar as condições de subsistência desses produtores.

Assim, tentou-se indicar que principalmente a partir de 1970, a agricultura destinada essencialmente ao mercado vem desarticulando as bases das pequenas unidades de produção. Deve-se reafirmar que hoje estas são responsáveis pela geração de 60% do valor total produzido na agricultura. Pode-se supor que o de-

desenvolvimento de culturas empresariais geram tanto ou mais valor para economia, no entanto, deve-se pensar também que este tipo de produção vem tornando relativamente "excedentes" um grande contingente populacional.

6 - ANEXO ESTADÍSTICO

TABELA A.3 - 01 - PARANÁ - EMPREGO DE FORÇA E FERTILIZANTES NOS ESTABELECIMENTOS SEGUNDO GRUPOS DE ÁREA - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL - 1970.

| Estab. por empr. de força e uso de fertil. GRUPOS DE ÁREA TOTAL | EMPREGO DE FORÇA | | | | TOTAL | USO DE FERTILIZANTES |
|---|-------------------|-------------------|-----------------|----------------------|--------------------|-------------------------|
| | Humana | Animal | Mecânica | Animal e Mecânica | | |
| MENOS DE 10 | 57,8 | 37,0 | 2,5 | 2,7 | 100,0 (295 272) | 12,1 (35 637) |
| 10 A MENOS DE 20 | 36,8 | 54,0 | 2,4 | 6,8 | 100,0 (127 021) | 17,0 (21 582) |
| 20 A MENOS DE 50 | 28,6 | 57,5 | 2,9 | 11,0 | 100,0 (91 604) | 17,4 (15 949) |
| 50 A MENOS DE 100 | 28,3 | 52,6 | 5,0 | 14,1 | 100,0 (22 311) | 19,6 (4 376) |
| 100 A MENOS DE 500 | 35,5 | 40,0 | 9,8 | 14,7 | 100,0 (15 608) | 23,3 (3 650) |
| 500 A MENOS DE 1000 | 34,6 | 24,6 | 18,6 | 22,2 | 100,0 (1 550) | 30,3 (470) |
| 1000 E MAIS | 28,3 | 18,0 | 26,3 | 27,4 | 100,0 (1 087) | 36,3 (395) |
| SEM DECLARAÇÃO | (30) | (2) | (2) | (1) | (35) | - |
| TOTAL | 46,2 (256 243) | 45,0 (249 333) | 2,9 (16 285) | 5,9 (32 627) | 100,0 (554 488) | 14,8 (82 059) |

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário do Paraná - 1970 - Tabela 2.2.

TABELA A.3-02 - PARANÁ - CATEGORIAS DE DESPESAS SEGUNDO GRUPOS DE ÁREA - VALORES ABSOLUTOS - 1970.

| GRUPOS DE ÁREA TOTAL | Categorias de Despesas | Total | Salários + Quota Parte | Arrendamento Terras | Adubos + Sementes + Inseticidas + Fungicidas | Alimentação e Trato de Animais | Empreitada | Outras |
|-------------------------|------------------------|------------------|------------------------|---------------------|--|--------------------------------|----------------|----------------|
| MENOS DE 10 | | 286.411 | 26.169 | 84.327 | 41.271 | 45.151 | 14.541 | 74.952 |
| 10 A MENOS DE 20 | | 217.936 | 31.205 | 36.341 | 41.178 | 37.388 | 17.560 | 54.264 |
| 20 A MENOS DE 50 | | 251.140 | 50.842 | 16.860 | 49.171 | 48.874 | 27.304 | 58.089 |
| 50 A MENOS DE 100 | | 127.656 | 32.133 | 4.773 | 25.758 | 21.946 | 17.123 | 25.923 |
| 100 A MENOS DE 200 | | 111.988 | 34.889 | 2.747 | 25.237 | 14.108 | 16.456 | 18.549 |
| 200 A MENOS DE 500 | | 147.275 | 49.176 | 2.519 | 35.732 | 14.594 | 23.159 | 22.095 |
| 500 A MENOS DE 1000 | | 79.808 | 28.606 | 623 | 19.742 | 6.137 | 11.377 | 13.324 |
| 1000 E MAIS | | 131.949 | 46.286 | 822 | 25.949 | 8.122 | 30.540 | 20.231 |
| SEM DECLARAÇÃO | | 315 | 74 | 1 | - | 15 | 135 | 90 |
| TOTAL * | | 1.354.478 | 299.380 | 149.013 | 264.038 | 196.335 | 158.195 | 287.517 |

FONTE: Censo Agropecuário do Paraná - 1970 - Tabela 3.1

* OBS: Os Valores da Tabela não conferem com os do Censo por erro deste.

TABELA A.3-03 - PARANÁ - CATEGORIAS DE DESPESAS SEGUNDO GRUPOS DE ÁREA - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL - 1970

| GRUPOS DE ÁREA TOTAL | Capital Circulante (Despesas) | Total | Salários mais Quota Parte | Arrendamentos Terras | Adubos mais se- mentes mais In- seticidas mais Fungicidas | Alimentação e Trato Animais | Empreitadas | Outros |
|-------------------------|----------------------------------|-------|------------------------------|-------------------------|--|--------------------------------|-------------|--------|
| MENOS DE 10 | | 100,0 | 9,1 | 29,4 | 14,4 | 15,8 | 5,1 | 26,2 |
| 10 A MENOS DE 20 | | 100,0 | 14,3 | 16,7 | 18,9 | 17,2 | 8,0 | 24,9 |
| 20 A MENOS DE 50 | | 100,0 | 20,2 | 6,7 | 19,6 | 19,5 | 10,9 | 23,1 |
| 50 A MENOS DE 100 | | 100,0 | 25,2 | 3,7 | 20,2 | 17,2 | 13,4 | 20,3 |
| 100 A MENOS DE 200 | | 100,0 | 31,2 | 2,4 | 22,5 | 12,6 | 14,7 | 16,6 |
| 200 A MENOS DE 500 | | 100,0 | 33,4 | 1,7 | 24,3 | 9,9 | 15,7 | 15,7 |
| 500 A MENOS DE 1000 | | 100,0 | 35,8 | 0,8 | 24,7 | 7,7 | 14,3 | 16,7 |
| 1000 E MAIS | | 100,0 | 35,1 | 0,6 | 19,7 | 6,2 | 23,1 | 15,3 |
| SEM DECLARAÇÃO | | 100,0 | 23,5 | 0,3 | - | 4,8 | 42,8 | 28,6 |
| TOTAL | | 100,0 | 22,1 | 11,0 | 19,5 | 14,5 | 11,7 | 21,2 |

FONTE: Tabela: A.3-02

TABELA A.3-04 - PARANÁ - PESSOAL OCUPADO NA AGROPECUÁRIA POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL - 1960, 1970, 1975

| GRUPOS DE ÁREA TOTAL | 1960 | | 1970 | | Variação Absoluta 1960/1970 | 1975 | | Variação Absoluta 1970/1975 |
|----------------------|-----------|-------------|-----------|-------------|-----------------------------|-----------|-------------|-----------------------------|
| | Valores | | Valores | | | Valores | | |
| | Absolutos | Percentuais | Absolutos | Percentuais | | Absolutos | Percentuais | |
| | | | | | | | | |
| MENOS DE 5 | 119.232 | 9,3 | 387.416 | 19,5 | 268.184 | 366.133 | 17,1 | - 21.283 |
| 5 A MENOS DE 10 | 139.815 | 11,0 | 441.980 | 22,3 | 302.165 | 432.380 | 20,2 | - 9.600 |
| 10 A MENOS DE 20 | 244.752 | 19,0 | 484.728 | 24,5 | 239.976 | 495.682 | 23,2 | 10.954 |
| 20 A MENOS DE 50 | 363.287 | 28,3 | 387.497 | 19,6 | 24.210 | 442.180 | 20,6 | 54.683 |
| 50 A MENOS DE 100 | 139.492 | 10,8 | 107.928 | 5,4 | - 31.564 | 151.242 | 7,1 | - 43.314 |
| 100 A MENOS DE 200 | 93.763 | 7,3 | 59.946 | 3,0 | - 33.817 | 91.015 | 4,2 | 31.069 |
| 200 A MENOS DE 500 | 91.008 | 7,1 | 52.822 | 2,7 | - 38.186 | 83.599 | 3,9 | 30.777 |
| 500 A MENOS DE 1.000 | 38.582 | 3,0 | 24.992 | 1,3 | - 13.590 | 34.455 | 1,6 | 9.463 |
| 1.000 E MAIS | 54.379 | 4,2 | 34.097 | 1,7 | - 20.282 | 42.817 | 2,0 | 8.720 |
| SEM DECLARAÇÃO | 388 | ... | 65 | ... | - 323 | 1.556 | 0,1 | 1.491 |
| TOTAL | 1.284.698 | 100,0 | 1.981.471 | 100,0 | 696.773 | 2.141.059 | 100,0 | 159.588 |

FONTE: IBGE - Censo Agrícola do Paraná - 1960 - Tabela 09

Censo Agropecuário do Paraná - 1970 - Tabela 17

Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário do Paraná - Volume XI - 1975 - Tabela 06.

TABELA A.3-05 - PARANÁ - PERCENTAGEM ACUMULADA DA QUANTIDADE E ÁREA DAS PRINCIPAIS CULTURAS POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL - 1970.

| Culturas GRUPOS DE ÁREA TOTAL (ha) | CAFÉ | | ALGODÃO | | FEIJÃO | | MILHO | | SOJA | | ARROZ | | Área Total dos Estabelecimentos |
|--|------------------------------|--------------|------------------------------|--------------|------------------------------|--------------|------------------------------|--------------|------------------------------|--------------|------------------------------|--------------|------------------------------------|
| | Quantida de Tone- lada | Área (Ha) | |
| MENOS DE 5 | 5,6 | 4,6 | 9,7 | 11,2 | 19,0 | 18,1 | 12,6 | 12,5 | 8,8 | 9,5 | 12,0 | 12,7 | 3,7 |
| 5 A MENOS DE 10 | 17,7 | 17,4 | 30,4 | 33,3 | 43,3 | 41,5 | 31,2 | 31,2 | 26,8 | 29,0 | 32,0 | 34,2 | 10,8 |
| 10 A MENOS DE 20 | 32,8 | 35,2 | 55,8 | 59,2 | 68,2 | 66,2 | 54,7 | 54,8 | 51,8 | 56,3 | 56,6 | 60,4 | 22,9 |
| 20 A MENOS DE 50 | 46,0 | 50,4 | 77,1 | 79,7 | 88,1 | 86,9 | 79,4 | 79,2 | 74,4 | 79,7 | 78,2 | 81,6 | 41,8 |
| 50 A MENOS DE 100 | 53,6 | 57,8 | 86,6 | 87,9 | 94,2 | 93,5 | 87,9 | 87,7 | 81,0 | 85,8 | 85,5 | 88,6 | 52,5 |
| 100 A MENOS DE 200 | 63,2 | 66,9 | 92,2 | 93,1 | 97,1 | 96,8 | 92,8 | 92,7 | 87,1 | 90,4 | 90,0 | 92,0 | 61,8 |
| 200 A MENOS DE 500 | 76,1 | 80,1 | 96,8 | 97,1 | 98,9 | 98,8 | 96,9 | 96,9 | 94,6 | 95,9 | 95,0 | 36,1 | 73,9 |
| 500 A MENOS DE 1000 | 84,2 | 88,2 | 98,4 | 98,5 | 99,6 | 99,5 | 98,5 | 98,5 | 97,5 | 98,5 | 97,3 | 98,0 | 81,3 |
| 1000 E MAIS | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |

FONTE: Tabela: A.4.17

TABELA A.3 - 06 - PARANÁ - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL - 1960, 1970 e 1975

| ESTABELECIMENTOS GRUPOS DE ÁREA TOTAL (ha) | NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS | | | VALORES RELATIVOS | | | DIFERENÇA | |
|--|----------------------------|---------|---------|-------------------|------|------|-----------|-----------|
| | 1960 | 1970 | 1975 | 1960 | 1970 | 1975 | 1960/1970 | 1970/1975 |
| MENOS DE 5 | 48.800 | 156.483 | 123.700 | 18,1 | 28,2 | 25,8 | 10,1 | - 2,4 |
| 5 A MENOS DE 10 | 44.677 | 138.789 | 114.165 | 16,6 | 25,0 | 23,8 | 8,4 | - 1,2 |
| 10 A MENOS DE 20 | 63.422 | 127.021 | 109.204 | 23,6 | 22,9 | 22,8 | - 0,7 | - 0,1 |
| 20 A MENOS DE 50 | 74.215 | 91.604 | 85.278 | 27,6 | 16,5 | 17,8 | -11,1 | - 1,3 |
| 50 A MENOS DE 100 | 21.450 | 22.311 | 33.979 | 8,0 | 4,0 | 5,0 | - 4,0 | 1,0 |
| 100 A MENOS DE 200 | 9.363 | 9.816 | 11.295 | 3,5 | 1,8 | 2,4 | - 1,7 | 0,6 |
| 200 A MENOS DE 500 | 4.988 | 5.792 | 6.926 | 1,8 | 1,0 | 1,4 | - 0,8 | 0,4 |
| 500 A MENOS DE 1000 | 1.216 | 1.550 | 1.974 | 0,5 | 0,3 | 0,4 | - 0,2 | 0,1 |
| 1000 E MAIS | 915 | 1.087 | 2.336 | 0,3 | 0,2 | 0,5 | - 0,1 | 0,3 |
| TOTAL | 269.046 | 554.453 | 478.857 | 100,0 | 99,9 | 99,9 | - | - |

FONTE: IBGE - Censo Agrícola do Paraná - 1960 - Tabela: 14.

IBGE - Censo Agropecuário do Paraná - 1970 - Tabela: 11

FIBGE - Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário do Paraná - Vol. XI - Tabela: 13.

TABELA A.3-07 - PARANÁ - ÁREA OCUPADA PELOS ESTABELECIMENTOS POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL - 1960, 1970, 1975

| ÁREA DOS ESTABE- LECIMENTOS GRUPOS DE ÁREA TOTAL (ha) | ÁREAS DOS ESTABELECIMENTOS | | | NÚMEROS RELATIVOS | | | DIFERENÇA | |
|--|----------------------------|------------|------------|-------------------|------|-------|-----------|-----------|
| | 1960 | 1970 | 1975 | 1960 | 1970 | 1975 | 1960/1970 | 1970/1975 |
| MENOS DE 5 | 176.505 | 536.987 | 430.293 | 1,5 | 3,6 | 2,7 | - 2,1 | - 0,9 |
| 5 A MENOS DE 10 | 347.387 | 1.038.037 | 858.987 | 3,0 | 7,1 | 5,4 | 4,1 | - 1,7 |
| 10 A MENOS DE 20 | 895.479 | 1.769.431 | 156.445 | 7,9 | 12,1 | 9,8 | 4,2 | - 2,3 |
| 20 A MENOS DE 50 | 2.308.050 | 2.767.110 | 2.618.563 | 20,3 | 18,9 | 16,6 | - 1,4 | - 2,3 |
| 50 A MENOS DE 100 | 1.537.852 | 1.560.825 | 1.673.543 | 13,5 | 10,7 | 10,6 | - 2,8 | - 0,1 |
| 100 A MENOS DE 200 | 1.291.998 | 1.358.902 | 1.566.774 | 11,4 | 9,3 | 10,0 | - 2,1 | 0,7 |
| 200 A MENOS DE 500 | 1.528.408 | 1.772.230 | 2.127.536 | 13,4 | 12,1 | 13,5 | - 1,3 | 1,4 |
| 500 A MENOS DE 1000 | 864.221 | 1.089.617 | 1.387.514 | 7,6 | 7,4 | 8,8 | - 0,2 | 1,4 |
| 1000 E MAIS | 2.435.034 | 2.732.390 | 3.555.081 | 21,4 | 18,7 | 22,6 | - 2,7 | 3,9 |
| TOTAL | 11.384.934 | 14.625.530 | 15.754.736 | 100,0 | 99,9 | 100,0 | | |

FORNTE: IBGE - Censo Agrícola do Paraná - 1960 - Tabela: 14

IGGE - Censo Agropecuário do Paraná - 1970 - Tabela: 11

FIBGE - Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário do Paraná - Vol. XI - 1975 - Tabela: 13

TABELA A.3-08 - PARANÁ - QUANTIDADE DE TERRA CULTIVADA POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL - 1960, 1970

| TERRA CULTIVADA GRUPOS DE ÁREA TOTAL (ha) | TERRA DA LAVOURAS (HA) | | NÚMEROS RELATIVOS | | AUMENTOS/ REMUNERAÇÃO |
|---|------------------------|------------|-------------------|-------|--------------------------|
| | 1960 | 1970 | 1960 | 1970 | 1960/1970 |
| MENOS DE 5 | 154.165 | 460.009 | 4,5 | 9,8 | - 5,3 |
| 5 A MENOS DE 10 | 264.357 | 804.714 | 7,7 | 17,0 | 9,3 |
| 10 A MENOS DE 20 | 542.779 | 1.079.092 | 15,8 | 22,9 | 7,1 |
| 20 A MENOS DE 50 | 967.210 | 1.089.638 | 28,5 | 23,1 | - 5,0 |
| 50 A MENOS DE 100 | 445.062 | 402.385 | 12,9 | 8,5 | - 4,4 |
| 100 A MENOS DE 200 | 323.615 | 280.820 | 9,4 | 6,0 | - 3,4 |
| 200 A MENOS DE 500 | 352.197 | 295.079 | 10,2 | 6,2 | - 4,0 |
| 500 A MENOS DE 1000 | 162.987 | 143.768 | 4,7 | 3,0 | - 1,7 |
| 1000 E MAIS | 228.599 | 163.101 | 6,7 | 3,5 | - 3,2 |
| TOTAL | 3.440.971 | 4.718.606* | 100,0 | 100,0 | |

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário do Paraná - 1970 - Tabela: 09.

* Somatório de Área de Lavouras Permanentes e Temporárias.

TABELA A.4 - 01 - PARANÁ - NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL NOS AGREGADOS REGIONAIS - VARIÇÃO ABSOLUTA - 1960/1970.
(continua...)

| GRUPOS DE AGREGADOS REGIONAIS. ÁREA TOTAL. | TOTAL | | MENOS DE 10 | | 10 A MENOS DE 100 | |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|-------------------|------------------|
| | Estabelecimentos | Área (ha.) | Estabelecimentos | Área (ha.) | Estabelecimentos | Área (ha.) |
| PARANÁ TRADICIONAL | 35 062 | 335 283 | 25 452 | 111 937 | 9 609 | 152 424 |
| NORTE VELHO | 17 552 | -40 698 | 14 233 | 74 941 | 3 521 | 47 576 |
| NORTE NOVO | 48 447 | 431 474 | 40 472 | 219 401 | 7 456 | 33 826 |
| N. NOVISSÍMO DE UMUARAMA | 48 891 | 656 143 | 36 329 | 189 202 | 11 950 | 214 982 |
| CAMPO MOURÃO | 34 763 | 379 994 | 26 695 | 140 732 | 7 810 | 127 403 |
| PITANGA | 4 153 | 24 605 | 2 520 | 15 158 | 1 694 | -986 |
| EXTREMO OESTE PARAN. | 68 585 | 995 702 | 39 352 | 211 385 | 28 746 | 579 056 |
| SUDOESTE PARANAENSE | 24 345 | 260 190 | 19 830 | 80 211 | 9 483 | 171 189 |
| CAMPOS DE GUARAPUAVA | 1 820 | 126 439 | 678 | 3 908 | 1 066 | 17 873 |
| MÉDIO IGUAÇU | 1 724 | 71 476 | 1 197 | 4 260 | 514 | 12 645 |
| TOTAL | 285 342 | 3 240 608 | 201 795 | 1 051 135 | 81 849 | 1 355 990 |

FONTE: Tabelas A.4-11 e A.4-12.

TABELA A.4 - 01 - PARANÁ - NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL NOS AGREGADOS REGIONAIS - VARIAÇÃO ABSOLUTA - 1960/1970.

(continuação)

| GRUPOS DE AGREGADOS REGIONAIS. / ÁREA TOTAL | 100 A MENOS DE 1000 | | 1000 a menos de 10.000 | | 10.000 e MAIS | | Estabelecimentos sem Declaração |
|---|---------------------|----------------|------------------------|----------------|------------------|----------------|---------------------------------|
| | Estabelecimentos | Área (ha.) | Estabelecimentos | Área (ha.) | Estabelecimentos | Área (ha.) | |
| PARANÁ TRADICIONAL | -34 | 41 105 | 45 | 97 159 | -3 | -67 342 | -7 |
| NORTE VELHO | -157 | -43 259 | -44 | -100 596 | - | - | 0 |
| NORTE NOVO | 515 | 156 784 | 55 | 80 718 | -3 | -59 255 | - |
| N. NOVISSÍMO DE UMUARAMA | 529 | 141 634 | 58 | 110 323 | - | - | 25 |
| CAMPO MOURÃO | 239 | 66 980 | 19 | 38 208 | 0 | 6 671 | - |
| PITANGA | -72 | -12 433 | 11 | 22 866 | - | - | - |
| EXTREMO OESTE PARAN. | 455 | 129 794 | 34 | 89 467 | - | - | -1 |
| SUDOESTE PARANAENSE | -8 | 146 158 | 3 | 2 939 | - | - | - |
| CAMPOS DE GUARAPUAVA | 77 | 236 271 | -2 | -11 040 | 1 | 92 071 | - |
| MÉDIO IGUAÇU | 47 | 26 041 | 1 | 36 170 | -1 | -7 640 | - |
| TOTAL | 1 591 | 536 124 | 180 | 366 214 | -8 | -68 855 | -65 |

TABELA A.4 - 02 - PARANÁ - NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL ATÉ MENOS DE 50 ha. NOS AGREGADOS REGIONAIS - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL - 1960, 1970.

(continua...)

| GRUPOS DE AGRE- GADOS RE- GIONAIS. | TOTAL DO ESTADO | | | | MENOS DE 10 | | | |
|---|------------------|-------|------------|-------|------------------|------|------------|------|
| | Estabelecimentos | | Área (ha.) | | Estabelecimentos | | Área (ha.) | |
| | 1960 | 1970 | 1960 | 1970 | 1960 | 1970 | 1960 | 1970 |
| PARANÁ TRADICIONAL | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 33,3 | 46,8 | 2,9 | 5,3 |
| NORTE VELHO | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 47,4 | 59,3 | 6,5 | 12,5 |
| NORTE NOVO | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 36,5 | 55,9 | 6,2 | 13,0 |
| N. NOVISSÍMO DE UMUARAMA | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 43,2 | 65,2 | 11,2 | 21,2 |
| CAMPO MOURÃO | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 47,0 | 66,8 | 8,0 | 19,9 |
| PITANGA | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 32,0 | 41,8 | 2,7 | 6,1 |
| EXTREMO OESTE PARAN. | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 18,1 | 50,7 | 2,4 | 14,0 |
| SUDOESTE PARANAENSE | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 20,7 | 39,9 | 4,2 | 10,6 |
| CAMPOS DE GUARAPUAVA | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 12,5 | 21,5 | 1,3 | 1,9 |
| MÉDIO IGUAÇU | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 17,1 | 25,7 | 4,9 | 2,1 |
| TOTAL | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 34,7 | 53,3 | 4,6 | 10,8 |

FONTE: Tabela A.4 - 05.

TABELA A.4 - 02 - PARANÁ - NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL ATÉ MENOS DE 50 ha. NOS AGREGADOS REGIONAIS - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL - 1960, 1970. (continuação)

| GRUPOS DE AGRE- GADOS RE- GIONAIS. | DE ÁREA TO- TAL. | 10 A MENOS DE 20 | | | | 20 A MENOS DE 50 | | | |
|---|------------------------|------------------|------|------------|------|------------------|------|------------|------|
| | | Estabelecimentos | | Área (ha.) | | Estabelecimentos | | Área (ha.) | |
| | | 1960 | 1970 | 1960 | 1970 | 1960 | 1970 | 1960 | 1970 |
| PARANÁ TRADICIONAL | | 19,0 | 19,1 | 4,8 | 6,6 | 27,7 | 21,1 | 15,2 | 15,8 |
| NORTE VELHO | | 21,8 | 20,5 | 8,0 | 11,6 | 19,2 | 13,5 | 15,4 | 16,5 |
| NORTE NOVO | | 28,4 | 25,2 | 11,3 | 14,2 | 25,1 | 25,9 | 18,7 | 15,9 |
| N.NOVISSÍMO DE UMUARAMA | | 33,5 | 23,5 | 18,3 | 19,0 | 17,4 | 8,0 | 20,7 | 13,8 |
| CAMPO MOURÃO | | 20,9 | 19,2 | 9,2 | 14,9 | 21,2 | 9,7 | 21,0 | 16,2 |
| PITANGA | | 8,1 | 17,7 | 2,4 | 7,0 | 31,4 | 25,0 | 22,0 | 22,9 |
| EXTREMO OESTE PARAM. | | 20,4 | 25,6 | 6,2 | 18,0 | 42,7 | 18,9 | 28,6 | 28,2 |
| SUDOESTE PARANAENSE | | 27,11 | 28,7 | 12,7 | 19,5 | 41,4 | 25,3 | 40,7 | 35,9 |
| CAMPOS DE GUARAPUAVA | | 17,3 | 21,5 | 3,7 | 4,4 | 39,5 | 35,9 | 18,9 | 16,2 |
| MÉDIO IGUAÇU | | 20,3 | 18,8 | 13,6 | 4,4 | 42,1 | 37,5 | 19,4 | 18,3 |
| TOTAL | | 23,6 | 22,9 | 7,9 | 12,1 | 27,6 | 16,5 | 20,3 | 18,9 |

TABELA A.4 - 03 - PARANÁ - NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL NOS AGREGADOS REGIONAIS - VARIACÃO ABSOLUTA - 1970/1975.

(continua...)

| GRUPOS DE AGREGADOS REGIONAIS. / ÁREA TOTAL. | TOTAL | | MENOS DE 10 | | 10 A MENOS DE 100 | |
|--|------------------|------------------|------------------|-----------------|-------------------|-----------------|
| | Estabelecimentos | Área (ha.) | Estabelecimentos | Área (ha.) | Estabelecimentos | Área (ha.) |
| PARANÁ TRADICIONAL | -9 472 | 440 665 | -6 196 | -18 376 | -4 022 | -71 643 |
| NORTE VELHO | -10 135 | 69 084 | -8 257 | -40 398 | -2 173 | -35 640 |
| NORTE NOVO | -34 625 | 121 714 | -26 935 | -156 358 | -8 682 | -58 846 |
| N. NOVISSÍMO DE UMUARAMA | -19 065 | 176 555 | -17 292 | -85 499 | -2 326 | 4 520 |
| CAMPO MOURÃO | -14 053 | 42 958 | -11 615 | -58 166 | -2 822 | -31 960 |
| PITANGA | 2 422 | 49 265 | 2 890 | 12 063 | -581 | -30 684 |
| EXTREMO OESTE PARAN. | 8 606 | 179 887 | 8 421 | 50 829 | -478 | 6 727 |
| SUDOESTE PARANAENSE | 1 792 | 27 684 | 2 020 | 11 251 | -629 | 20 479 |
| CAMPOS DE GUARAPUAVA | 166 | -26 401 | 156 | 837 | -7 | -1 639 |
| MÉDIO IGUAÇU | -1 267 | 47 780 | -602 | -1 937 | -755 | -15 719 |
| TOTAL | -75 631 | 1 129 191 | -57 407 | -285 748 | 22 475 | -268 819 |

FONTE: Tabelas A.4-12 e A.4-13.

TABELA A.4 - 03 - PARANÁ - NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL NOS AGREGADOS REGIONAIS - VARIÇÃO
ABSOLUTA - 1970/1975. (continuação)

| GRUPOS DE AGRE- GADOS RE- GIONAIS. | 100 A MENOS DE 1000 | | 1000 A MENOS DE 10.000 | | 10.000 e MAIS | | Estabelecimentos sem declaração. |
|---|---------------------|----------------|------------------------|----------------|-----------------|----------------|--|
| | Estabelecimentos | Área (ha.) | Estabelecimento | Área (ha.) | Estabelecimento | Área (ha.) | |
| PARANÁ TRADICIONAL | 266 | 122 106 | 68 | 124 359 | 12 | 284 219 | 400 |
| NORTE VELHO | 260 | 73 227 | 34 | 71 894 | - | - | 1 |
| NORTE NOVO | 934 | 235 351 | 50 | 108 109 | 0 | -6 543 | 5 |
| N. NOVISSÍMO DE UMUARAMA | 538 | 146 359 | 38 | 93 348 | 1 | 17 827 | -24 |
| CAMPO MOURÃO | 360 | 95 011 | 15 | 51 521 | 0 | -13 447 | 9 |
| PITANGA | 75 | 41 702 | 18 | 26 174 | - | - | 20 |
| EXTREMO OESTE PARAN. | 420 | 102 359 | 12 | 23 193 | -1 | 10 234 | 230 |
| SUDOESTE PARANAENSE | 137 | 28 346 | 2 | 8 568 | - | - | 262 |
| CAMPOS DE GUARAPUAVA | -4 | -512 | 6 | 8 702 | 1 | -33 789 | 14 |
| MÉDIO IGUAÇU | 51 | 17 122 | 33 | 53 157 | 0 | -4 840 | 6 |
| TOTAL | 3 037 | 861 073 | 276 | 569 026 | 15 | 253 661 | 923 |

TABELA A.4 - 04 - PARANÁ - NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL NOS AGREGADOS REGIONAIS - VARIACÃO PERCENTUAL - 1970/1975.

| AGREGADOS REGIONAIS. | GRUPOS DE ÁREA TOTAL. | TOTAIS | | MENOS DE 10 | | 10 A MENOS DE 100 | | 100 A MENOS DE 1000 | | 1000 A MENOS DE 10.000 | | 10.000 E MAIS | | Estabelecimentos sem declaração. |
|--------------------------|-----------------------|--------|------------|-------------|------------|-------------------|------------|---------------------|------------|------------------------|------------|---------------|------------|----------------------------------|
| | | Estab. | Área (ha.) | Estab. | Área (ha.) | Estab. | Área (ha.) | Estab. | Área (ha.) | Estab. | Área (ha.) | Estab. | Área (ha.) | |
| PARANÁ TRADICIONAL | | -9,3 | 10,4 | -13,0 | -8,1 | 8,4 | -4,9 | 4,6 | 8,7 | 16,4 | 13,4 | 171,4 | 115,2 | 6.666,7 |
| NORTE VELHO | | -19,4 | 5,3 | -27,0 | -25,1 | -11,1 | -8,0 | 15,0 | 16,4 | 33,3 | 38,3 | - | - | 100,0 |
| NORTE NOVO | | -29,4 | 4,2 | -41,0 | -42,2 | -18,0 | -5,3 | 26,3 | 25,4 | 22,3 | 24,7 | - | -25,0 | - |
| N. NOVISSÍMO DE UMUARAMA | | -27,6 | 15,2 | -30,4 | -34,7 | -10,2 | -1,0 | 49,3 | 51,3 | 43,2 | 53,3 | - | - | -96,0 |
| CAMPO MOURÃO | | -26,8 | 4,6 | -33,2 | -31,4 | -17,2 | 8,4 | 37,4 | 39,2 | 30,6 | 55,8 | - | 40,4 | - |
| PITANGA | | 19,9 | 11,6 | 57,0 | 46,3 | -9,2 | -14,6 | 10,0 | 27,0 | 100,0 | 75,1 | - | - | - |
| EXTREMO OESTE PARAN. | | 10,4 | 11,1 | 20,1 | 22,5 | -1,2 | -0,7 | 31,5 | 33,8 | 17,6 | 13,8 | - | - | 7 666,7 |
| SUDOESTE PARANAENSE | | 3,5 | 2,6 | 9,9 | 9,8 | -2,1 | -2,7 | 17,3 | 17,4 | 10,0 | 18,9 | - | - | - |
| CAMPOS DE GUARAPUAVA | | 3,3 | -7,6 | 14,6 | 18,5 | -0,2 | -1,4 | -1,0 | -0,5 | 75,0 | 74,6 | 50,0 | -30,5 | - |
| MÉDIO IGUAÇU | | -12,1 | 7,2 | -22,4 | -14,2 | -10,9 | -7,0 | 7,0 | 8,8 | 39,8 | 25,2 | - | 25,0 | - |
| TOTAL | | -13,6 | 7,7 | -19,4 | -18,1 | -9,3 | -4,4 | 17,7 | 20,4 | 25,7 | 24,8 | 115,3 | 58,0 | 2.637,1 |

FONTE: Tabelas A.4-12 e A.4-13.

TABELA A.4 - 05 - PARANÁ - NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL ATÉ MENOS DE 50 ha. NOS AGREGADOS REGIONAIS
VALORES ABSOLUTOS - 1960, 1970.

(continua...)

| AGRE- GADOS REGIO- NAIS. | GRUPOS DE ÁREA TO- TAL | TOTAL | | | | MENOS DE 10 | | | |
|-----------------------------------|------------------------------|-----------------|----------------|-------------------|-------------------|-----------------|----------------|----------------|------------------|
| | | ESTABELECIMENTO | | ÁREA (ha.) | | ESTABELECIMENTO | | ÁREA (ha.) | |
| | | 1960 | 1970 | 1960 | 1970 | 1960 | 1970 | 1960 | 1970 |
| PARANÁ TRADICIONAL | | 66 932 | 101 994 | 3 919 123 | 4 254 406 | 22 318 | 47 770 | 113 553 | 225 490 |
| NORTE VELHO | | 34 548 | 52 100 | 1 331 263 | 1 290 565 | 16 391 | 30 624 | 86 055 | 160 996 |
| NORTE NOVO | | 69 269 | 117 716 | 2 431 697 | 2 863 171 | 25 279 | 65 748 | 151 383 | 370 784 |
| N. NOVISSÍMO DE UMUARAMA | | 20 245 | 69 136 | 505 690 | 1 161 833 | 8 745 | 45 074 | 56 804 | 246 006 |
| CAMPO MOURÃO | | 17 602 | 87 128 | 551 467 | 1 311 455 | 8 267 | 61 617 | 44 364 | 325 828 |
| PITANGA | | 8 003 | 12 156 | 400 257 | 424 862 | 2 560 | 5 080 | 10 899 | 26 057 |
| EXTREMO OESTE PARAN. | | 13 985 | 151 155 | 621 023 | 2 612 427 | 2 526 | 81 230 | 14 820 | 476 942 |
| SUDOESTE PARANAENSE | | 26 692 | 75 382 | 812 293 | 1 332 673 | 5 511 | 35 251 | 33 854 | 194 276 |
| CAMPOS DE GUARAPUAVA | | 3 152 | 4 272 | 220 508 | 346 947 | 393 | 1 071 | 2 805 | 6 713 |
| MÉDIO IGUAÇU | | 8 718 | 10 442 | 591 613 | 663 039 | 1 487 | 2 684 | 9 355 | 13 615 |
| TOTAL | | 269 146 | 554 488 | 11 384 934 | 14 625 542 | 93 477 | 295 272 | 523 892 | 1 575 027 |

FONTE: Censo Agrícola do Paraná - 1960 - Tabela 14.

Censo Agropecuário do Paraná - 1970 - Tabela 63.

TABELA A.4 - 05 - PARANÁ - NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL ATÉ MENOS DE 50 ha. NOS AGREGADOS REGIONAIS
VALORES ABSOLUTOS - 1960, 1970.

(continuação)

| GRUPOS DE AGRE- GADOS RE- GIONAIS. | 10 A MENOS DE 20 | | | | 20 A MENOS DE 50 | | | |
|---|------------------|----------------|----------------|------------------|------------------|---------------|------------------|------------------|
| | ESTABELECIMENTO | | ÁREA (ha.) | | ESTABELECIMENTO | | ÁREA (ha) | |
| | 1960 | 1970 | 1960 | 1970 | 1960 | 1970 | 1960 | 1970 |
| PARANÁ TRADICIONAL | 12 690 | 19.433 | 187 027 | 280 610 | 18 543 | 21 551 | 597 374 | 672 997 |
| NORTE VELHO | 7 534 | 10 685 | 106 213 | 149 507 | 6 641 | 7 013 | 204 970 | 212 712 |
| NORTE NOVO | 19 682 | 29 661 | 273 650 | 405 996 | 17 401 | 15 126 | 531 792 | 454 507 |
| N. NOVISSÍMO DE UMUARAMA | 6 784 | 16 265 | 92 585 | 220 764 | 3 520 | 5 537 | 104 690 | 160 700 |
| CAMPO MOURÃO | 3 672 | 16 412 | 50 877 | 226 213 | 3 738 | 6 432 | 115 877 | 186 147 |
| PITANGA | 650 | 2 153 | 9 587 | 29 811 | 2 516 | 3 040 | 88 213 | 97 369 |
| EXTREMO OESTE PARAN. | 2 855 | 39 401 | 38 378 | 542 418 | 5 963 | 25 303 | 177 760 | 732 592 |
| SUDOESTE PARANAENSE | 7 238 | 22 008 | 103 026 | 315 650 | 10 982 | 14 852 | 330 930 | 439 330 |
| CAMPOS DE GUARAPUAVA | 546 | 1 068 | 8 073 | 15 388 | 1 244 | 1 783 | 41 700 | 56 338 |
| MÉDIO IGUAÇU | 1 771 | 1 963 | 26 063 | 29 075 | 3 667 | 3 919 | 114 744 | 121 169 |
| TOTAL | 63 422 | 127 021 | 895 479 | 1 769 432 | 74 215 | 91 604 | 2 308 050 | 2 767 110 |

TABELA A.4 - 06 - PARANÁ - ÁREA MÉDIA (em ha.) DOS ESTABELECIMENTOS POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL NOS AGREGADOS REGIONAIS - 1960, 1970, 1975.

(continua...)

| GRUPOS DE AGRE- GADOS RE- GIONAIS. | DE ÁREA TO- TAL | TOTAL | | | MENOS DE 10 ha. | | | 10 A MENOS DE 100 ha. | | |
|---|-----------------------|-------|------|------|-----------------|------|------|-----------------------|------|------|
| | | ANO | | | ANO | | | ANO | | |
| | | 1960 | 1970 | 1975 | 1960 | 1970 | 1975 | 1960 | 1970 | 1975 |
| PARANÁ TRADICIONAL | | 58,5 | 41,7 | 50,7 | 5,0 | 4,7 | 4,9 | 33,7 | 30,1 | 31,3 |
| NORTE VELHO | | 38,5 | 24,7 | 32,3 | 5,2 | 5,2 | 5,3 | 27,8 | 25,2 | 26,3 |
| NORTE NOVO | | 35,1 | 24,3 | 35,9 | 5,9 | 5,6 | 5,5 | 26,1 | 22,8 | 26,3 |
| N. NOVISSÍMO DE UMUARAMA | | 24,9 | 16,8 | 26,7 | 6,4 | 5,4 | 5,7 | 22,0 | 19,9 | 22,4 |
| CAMPO MOURÃO | | 31,3 | 17,7 | 25,4 | 5,3 | 5,2 | 5,4 | 29,2 | 23,0 | 25,5 |
| PITANGA | | 50,0 | 34,9 | 32,5 | 4,2 | 5,1 | 4,7 | 45,6 | 33,2 | 31,2 |
| EXTREMO OESTE PARAN. | | 44,4 | 19,5 | 19,7 | 5,8 | 5,4 | 5,5 | 32,2 | 23,3 | 23,5 |
| SUDOESTE PARANAENSE | | 30,4 | 21,0 | 20,8 | 6,1 | 5,5 | 5,5 | 25,1 | 24,1 | 24,9 |
| CAMPOS DE GUARAPUAVA | | 69,9 | 69,7 | 62,3 | 7,1 | 6,2 | 6,1 | 40,1 | 32,9 | 32,5 |
| MÉDIO IGUAÇU | | 67,8 | 63,5 | 77,4 | 6,2 | 5,0 | 5,6 | 32,8 | 32,2 | 33,6 |
| TOTAL | | 42,3 | 26,3 | 32,9 | 5,6 | 5,3 | 5,4 | 29,8 | 25,3 | 26,6 |

FONTE: Tabelas A.4-11, A.4-12 e A.4-13.

TABELA A.4 - 06 - PARANÁ - ÁREA MÉDIA (em ha.) DOS ESTABELECIMENTOS POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL NOS AGREGADOS REGIONAIS - 1960, 1970, 1975.

(continuação)

| GRUPOS DE AGREGADOS REGIONAIS. ÁREA TOTAL | 100 A MENOS DE 1.000 ha. | | | 1.000 A MENOS DE 10.000 ha. | | | 10.000 MAIS DE ha. | | |
|---|--------------------------|--------------|--------------|-----------------------------|----------------|----------------|--------------------|-----------------|-----------------|
| | ANO | | | ANO | | | ANO | | |
| | 1960 | 1970 | 1975 | 1960 | 1970 | 1975 | 1960 | 1970 | 1975 |
| PARANÁ TRADICIONAL | 234,5 | 243,0 | 252,5 | 2.259,5 | 2.248,6 | 2.189,4 | 31.413,4 | 3.525,6 | 27.947,9 |
| NORTE VELHO | 258,5 | 257,0 | 260,2 | 1.973,5 | 1.838,6 | 1.907,6 | 19.360,0 | - | - |
| NORTE NOVO | 252,6 | 260,1 | 258,4 | 2.115,3 | 1.956,3 | 1.993,8 | 17.298,0 | 13.617,5 | 10.346,0 |
| N. NOVISSÍMO DE UMUARAMA | 254,9 | 261,1 | 264,7 | 2.162,9 | 1.991,0 | 2.131,4 | - | - | 17.827,0 |
| CAMPO MOURÃO | 242,6 | 252,0 | 255,2 | 1.805,5 | 1.885,1 | 2.248,3 | 26.620,0 | 33.291,0 | 19.844,0 |
| PITANGA | 203,5 | 206,4 | 238,3 | 1.702,9 | 1.935,0 | 1.694,5 | - | - | - |
| EXTREMO OESTE PARAN. | 197,0 | 227,1 | 231,1 | 2.309,9 | 2.470,6 | 2.389,9 | 14.000,0 | - | 10.234,0 |
| SUDOESTE PARANAENSE | 196,5 | 205,9 | 206,1 | 2.489,8 | 2.263,3 | 2.447,0 | - | - | - |
| CAMPOS DE GUARAPUAVA | 217,8 | 233,1 | 234,1 | 2.269,7 | 1.457,1 | 1.454,2 | 18.876,0 | 55.473,5 | 25.719,3 |
| MÉDIO IGUAÇU | 249,8 | 269,6 | 273,9 | 2.128,7 | 2.538,8 | 2.274,8 | 13.500,0 | 19.360,0 | 14.520,0 |
| TOTAL | 236,6 | 245,9 | 251,6 | 2.157,2 | 2.136,6 | 2.121,3 | 24.118,0 | 33.663,4 | 24.688,7 |

TABELA A.4 - 07 - PARANÁ - NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL NOS AGREGADOS REGIONAIS - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL - 1960.

| GRUPOS DE AGRE- GADOS RE- GIONAIS. | TOTAL | | Menos de 10 | | 10 a menos de 100 | | 100 a menos de 1000 | | 1000 a menos de 10.000 | | 10.000 e mais. | | Estabeleci- mentos sem declaração |
|---|--------|-----------|-------------|----------|----------------------|----------|------------------------|----------|---------------------------|----------|-------------------|----------|---|
| | Estab. | Área(ha.) | Estab. | Área(ha) | Estab. | Área(ha) | Estab. | Área(ha) | Estab. | Área(ha) | Estab. | Área(ha) | |
| PARANÁ TRADICIONAL | 24,9 | 34,4 | 23,9 | 21,7 | 24,2 | 27,4 | 37,2 | 36,9 | 41,3 | 43,2 | 47,6 | 62,0 | 13,0 |
| NORTE VELHO | 12,8 | 11,7 | 17,5 | 16,4 | 10,1 | 9,5 | 12,1 | 13,3 | 16,3 | 14,9 | 4,7 | 3,8 | 1,0 |
| NORTE NOVO | 25,7 | 21,4 | 27,0 | 28,9 | 25,6 | 22,5 | 19,6 | 20,9 | 18,9 | 18,5 | 23,8 | 17,1 | 45,0 |
| N.NOVISSÍMO DE UMUARAMA | 7,5 | 4,5 | 9,4 | 10,8 | 6,9 | 5,1 | 3,6 | 3,9 | 3,4 | 3,4 | - | - | - |
| CAMPO MOURÃO | 6,5 | 4,8 | 8,9 | 8,5 | 5,4 | 5,3 | 4,6 | 4,7 | 3,3 | 2,8 | 4,8 | 5,3 | - |
| PITANGA | 3,0 | 3,5 | 2,7 | 2,1 | 2,9 | 4,4 | 5,3 | 4,5 | 0,8 | 0,6 | - | - | - |
| EXTREMO OESTE PARAN. | 5,2 | 5,5 | 2,7 | 2,8 | 6,6 | 7,2 | 5,7 | 4,7 | 3,8 | 4,1 | 4,8 | 2,8 | 4,0 |
| SUDOESTE PARANAENSE | 9,9 | 7,1 | 5,9 | 6,5 | 12,8 | 12,2 | 5,1 | 4,3 | 1,9 | 2,2 | - | - | 3,0 |
| CAMPOS DE GUARAPUAVA | 1,2 | 1,9 | 0,4 | 0,5 | 1,5 | 2,0 | 2,4 | 2,2 | 1,1 | 1,2 | 4,8 | 3,7 | - |
| MÉDIO IGUAÇU | 3,3 | 5,2 | 1,6 | 1,8 | 4,0 | 4,5 | 4,4 | 4,6 | 9,2 | 9,1 | 9,5 | 5,3 | 34,0 |
| TOTAL | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

FONTE: Tabela A.4-11.

TABELA A.4 - 08 - PARANÁ - NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL NOS AGREGADOS REGIONAIS - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL - 1970.

| AGREGADOS REGIONAIS. | GRUPOS DE ÁREA TOTAL. | | TOTAL | | Menos de 10 | | 10 a menos de 100 | | 100 a menos de 1000 | | 1000 a menos de 10.000 | | 10.000 e mais. | | Estabelecimentos sem declaração. |
|-------------------------|-----------------------|----------|--------|----------|-------------|----------|-------------------|----------|---------------------|----------|------------------------|----------|----------------|----------|----------------------------------|
| | Estab. | Área(ha) | Estab. | Área(ha) | Estab. | Área(ha) | Estab. | Área(ha) | Estab. | Área(ha) | Estab. | Área(ha) | Estab. | Área(ha) | |
| PARANÁ TRADICIONAL | 18,4 | 29,1 | 16,2 | 14,3 | 19,9 | 23,8 | 33,5 | 33,2 | 38,5 | 40,6 | 53,8 | 56,4 | 17,1 | | |
| NORTE VELHO | 9,4 | 8,8 | 10,4 | 10,2 | 8,2 | 8,1 | 10,1 | 10,6 | 9,5 | 8,2 | - | - | 2,9 | | |
| NORTE NOVO | 21,2 | 19,6 | 22,2 | 23,5 | 20,0 | 18,1 | 20,7 | 21,9 | 20,8 | 19,1 | 15,4 | 6,2 | - | | |
| N.NOVISSÍMO DE UMUARAMA | 12,5 | 7,9 | 15,3 | 15,6 | 9,5 | 7,5 | 6,4 | 6,8 | 8,2 | 7,6 | - | - | 71,4 | | |
| CAMPO MOURÃO | 9,4 | 6,4 | 11,8 | 11,8 | 6,8 | 6,2 | 5,6 | 5,7 | 4,7 | 4,0 | 7,7 | 7,6 | - | | |
| PITANGA | 2,2 | 2,9 | 1,7 | 1,7 | 2,6 | 3,4 | 4,3 | 3,6 | 1,7 | 1,5 | - | - | - | | |
| EXTREMO OESTE PARAN. | 14,9 | 11,1 | 14,2 | 14,4 | 16,3 | 15,1 | 7,8 | 7,2 | 6,3 | 7,3 | - | - | 8,6 | | |
| SUDOESTE PARANAENSE | 9,2 | 7,3 | 6,9 | 7,2 | 12,4 | 12,3 | 4,6 | 3,9 | 1,9 | 2,0 | - | - | - | | |
| CAMPOS DE GUARAPUAVA | 0,9 | 2,4 | 0,4 | 0,4 | 1,4 | 1,8 | 2,6 | 2,5 | 0,7 | 0,5 | 15,4 | 25,4 | - | | |
| MÉDIO IGUAÇU | 1,9 | 4,5 | 0,9 | 0,9 | 2,9 | 3,7 | 4,4 | 4,6 | 7,7 | 9,2 | 7,7 | 4,4 | - | | |
| TOTAL | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | | |

FONTE: Tabela A.4-12.

TABELA A.4-09 - PARANÁ - ÁREA MÉDIA (em ha) DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS, POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL, ATÉ MENOS DE 50 ha. NOS AGREGADOS REGIONAIS - 1960, 1970.

| GRUPOS DE AGRE-ÁREA TO- GADOS RE- TAL. GIONAIS. | TOTAL DO ESTADO | | MENOS DE 10 ha. | | 10 A MENOS DE 20 ha. | | 20 A MENOS DE 50 ha. | |
|--|-----------------|------|-----------------|------|----------------------|------|----------------------|------|
| | 1960 | 1970 | 1960 | 1970 | 1960 | 1970 | 1960 | 1970 |
| PARANÁ TRADICIONAL | 58,6 | 41,7 | 5,1 | 4,7 | 14,7 | 14,4 | 32,2 | 31,2 |
| NORTE VELHO | 38,5 | 24,8 | 5,3 | 5,2 | 14,1 | 14,0 | 30,9 | 30,3 |
| NORTE NOVO | 35,1 | 24,3 | 6,0 | 5,6 | 13,9 | 13,7 | 30,6 | 30,1 |
| N. NOVISSÍMO DE UNUARANA | 25,0 | 16,8 | 6,5 | 5,5 | 13,7 | 13,6 | 29,7 | 29,0 |
| CAMPO MOURÃO | 31,3 | 17,8 | 5,4 | 5,3 | 13,9 | 13,8 | 31,0 | 29,7 |
| PITANGA | 50,0 | 35,0 | 4,3 | 2,4 | 14,8 | 13,9 | 35,1 | 32,0 |
| EXTREMO OESTE PARAM. | 44,4 | 19,6 | 5,9 | 5,4 | 13,4 | 13,7 | 29,8 | 29,1 |
| SUDOESTE PARANAENSE | 30,4 | 21,0 | 6,1 | 5,6 | 14,2 | 14,3 | 30,1 | 29,8 |
| CAMPOS DE GUARAPUAVA | 70,0 | 69,8 | 7,1 | 6,3 | 14,8 | 14,4 | 33,5 | 31,6 |
| MÉDIO IGUAÇU | 67,9 | 63,5 | 6,3 | 5,1 | 14,7 | 14,8 | 31,3 | 30,9 |
| TOTAL | 42,3 | 26,4 | 5,6 | 5,3 | 14,1 | 13,9 | 31,1 | 30,2 |

FONTE: Tabela A.4-05.

TABELA A.4 - 10 - PARANÁ - NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL NOS AGREGADOS REGIONAIS -
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL- 1975.

| GRUPOS DE AGRE- GADOS RE- GIONAIS. | ÁREA TO- TAL. | TOTAIS | | Menos de 10 | | 10 a menos de 100 | | 100 a menos de 1000 | | 1000 a menos de 10.000 | | 10.000 e mais | | Estabele- cimentos sem decla- ração. |
|---|------------------|--------|----------|-------------|----------|----------------------|----------|------------------------|----------|---------------------------|----------|------------------|----------|---|
| | | Estab. | Área(ha) | Estab. | Área(ha) | Estab. | Área(ha) | Estab. | Área(ha) | Estab. | Área(ha) | Estab. | Área(ha) | |
| PARANÁ TRADICIONAL | | 100,0 | 100,0 | 44,9 | 4,4 | 47,6 | 29,4 | 6,5 | 32,4 | 0,5 | 22,5 | 0,1 | 11,3 | 0,4 |
| NORTE VELHO | | 100,0 | 100,0 | 53,3 | 8,9 | 41,6 | 33,9 | 4,7 | 38,1 | 0,3 | 19,1 | - | - | 0,1 |
| NORTE NOVO | | 100,0 | 100,0 | 46,7 | 7,2 | 47,5 | 34,9 | 5,4 | 38,9 | 0,3 | 18,3 | 0,1 | 0,7 | - |
| N. NOVISSÍMO DE UMUARAMA | | 100,0 | 100,0 | 55,4 | 12,0 | 41,0 | 34,4 | 3,2 | 32,2 | 0,2 | 20,1 | 0,1 | 1,3 | 0,1 |
| CAMPO MOURÃO | | 100,0 | 100,0 | 60,9 | 13,0 | 35,4 | 35,5 | 3,4 | 34,6 | 0,1 | 14,7 | 0,1 | 2,0 | 0,1 |
| PITANGA | | 100,0 | 100,0 | 54,7 | 8,0 | 39,3 | 37,7 | 5,6 | 41,4 | 0,3 | 12,9 | - | - | 0,1 |
| EXTREMO OESTE PARAN. | | 100,0 | 100,0 | 55,1 | 15,4 | 42,6 | 50,8 | 1,9 | 22,6 | 0,1 | 10,6 | 0,1 | 0,6 | 0,2 |
| SUDOESTE PARANAENSE | | 100,0 | 100,0 | 42,4 | 11,4 | 55,3 | 66,3 | 1,7 | 17,4 | 0,1 | 4,9 | - | - | 0,5 |
| CAMPOS DE GUARAPUAVA | | 100,0 | 100,0 | 23,8 | 2,4 | 66,9 | 34,9 | 8,6 | 32,3 | 0,3 | 6,3 | 0,1 | 24,1 | 0,3 |
| MÉDIO IGUAÇU | | 100,0 | 100,0 | 22,7 | 1,7 | 67,5 | 29,3 | 8,4 | 29,8 | 1,2 | 37,1 | 0,1 | 2,1 | 0,1 |
| TOTAL | | 100,0 | 100,0 | 49,6 | 8,2 | 45,6 | 37,0 | 4,2 | 32,2 | 0,3 | 18,2 | 0,1 | 4,4 | 0,2 |

Fonte: Tabela A.4 - 13.

TABELA A.4 - 11 - PARANÁ - NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL NOS AGREGADOS REGIONAIS -
VALORES ABSOLUTOS - 1960.

(continua...)

| GRUPOS DE AGRE-ÁREA TO- GADOS RE-TAL GIONAIS. | TOTAIS | | MENOS DE 10 | | 10 A MENOS DE 100 | |
|--|------------------|-------------------|------------------|----------------|-------------------|------------------|
| | Estabelecimentos | Área (ha.) | Estabelecimentos | Área (ha.) | Estabelecimentos | Área (ha.) |
| PARANÁ TRADICIONAL | 66 932 | 3 919 123 | 22 318 | 113 553 | 38 424 | 1 297 697 |
| NORTE VELHO | 34 548 | 1 331 263 | 16 391 | 86 055 | 16 118 | 448 786 |
| NORTE NOVO | 69 269 | 2 431 697 | 25 279 | 151 383 | 40 725 | 1 066 762 |
| N.NOVISSÍMO DE UMUARAMA | 20 245 | 505 690 | 8 745 | 56 804 | 10 907 | 240 477 |
| CAMPO MOURÃO | 17 602 | 551 467 | 8 267 | 44 364 | 8 581 | 250 847 |
| PITANGA | 8 003 | 400 257 | 2 560 | 10 899 | 4 616 | 210 503 |
| EXTREMO OESTE PARAN. | 13 985 | 621 023 | 2 526 | 14 820 | 10 540 | 340 221 |
| SUDOESTE PARANAENSE | 26 692 | 812 293 | 5 511 | 33 854 | 20 362 | 579 032 |
| CAMPOS DE GUARAPUAVA | 3 152 | 220 508 | 393 | 2 805 | 2 378 | 95 534 |
| MÉDIO IGUAÇU | 8 718 | 591 613 | 1 487 | 9 355 | 6 436 | 211 522 |
| TOTAL | 269 146 | 11 384 934 | 93 477 | 523 892 | 159 087 | 4 741 381 |

FONTE: IBGE - Censo Agrícola do Paraná 1960 - Tabela 14.

TABELA A.4 - 11 - PARANÁ - NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL NOS AGREGADOS REGIONAIS -
VALORES ABSOLUTOS - 1960. (continuação)

| GRUPOS DE AGRE- GADOS RE- GIONAIS. | 100 A MENOS DE 1000 | | 1000 A MENOS DE 10.000 | | 10.000 E MAIS | | Estabelecimento sem declaração |
|---|---------------------|------------|------------------------|------------|------------------|------------|--------------------------------------|
| | Estabelecimento | Área (ha.) | Estabelecimentos | Área (ha.) | Estabelecimentos | Área (ha.) | |
| PARANÁ TRADICIONAL | 5 798 | 1 359 960 | 369 | 833 779 | 10 | 314 134 | 13 |
| NORTE VELHO | 1 891 | 488 920 | 146 | 288 142 | 1 | 19 360 | 1 |
| NORTE NOVO | 3 046 | 769 568 | 169 | 357 494 | 5 | 86 490 | 45 |
| N.NOVISSÍMO DE UMUARAMA | 563 | 143 522 | 30 | 64 887 | - | - | - |
| CAMPO MOURÃO | 723 | 175 471 | 30 | 54 165 | 1 | 26 620 | - |
| PITANGA | 820 | 166 890 | 7 | 11 965 | - | - | - |
| EXTREMO OESTE PARAN. | 880 | 173 443 | 34 | 78 539 | 1 | 14 000 | 4 |
| SUDOESTE PARANAENSE | 799 | 157 079 | 17 | 42 328 | - | - | 3 |
| CAMPOS DE GUARAPUAVA | 370 | 80 596 | 10 | 22 697 | 1 | 18 876 | - |
| MÉDIO IGUAÇU | 677 | 169 178 | 82 | 174 558 | 2 | 27 000 | 34 |
| TOTAL | 15 567 | 3 684 627 | 894 | 1 928 554 | 21 | 506 480 | 100 |

TABELA A.4 - 12 - NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL NOS AGREGADOS REGIONAIS - VALORES ABSOLUTOS - 1970.

(continua...)

| GRUPOS DE AGRE- GADOS RE- GIONAIS. | TOTAIS | | MENOS DE 10 | | 10 A MENOS DE 100 | |
|---|-----------------|-------------------|-----------------|------------------|-------------------|------------------|
| | Estabelecimento | Área (ha.) | Estabelecimento | Área (ha.) | Estabelecimento | Área (ha.) |
| PARANÁ TRADICIONAL | 101 994 | 4 254 406 | 47 770 | 225 490 | 48 033 | 1 450 121 |
| NORTE VELHO | 52 100 | 1 290 565 | 30 624 | 160 996 | 19 639 | 496 362 |
| NORTE NOVO | 117 716 | 2 863 171 | 65 751 | 370 784 | 48 181 | 1 100 588 |
| N. NOVISSÍMO DE UMUARAMA | 69 136 | 1 161 833 | 45 074 | 246 006 | 22 857 | 455 459 |
| CAMPO MOURÃO | 52 365 | 931 461 | 34 962 | 185 096 | 16 391 | 378 250 |
| PITANGA | 12 156 | 424 862 | 5 080 | 26 057 | 6 310 | 209 517 |
| EXTREMO OESTE PARAN. | 82 570 | 1 616 725 | 41 878 | 226 205 | 39 286 | 919 277 |
| SUDOESTE PARANAENSE | 51 037 | 1 072 483 | 20 381 | 114 065 | 29 845 | 750 221 |
| CAMPOS DE GUARAPUAVA | 4 972 | 346 947 | 1 071 | 6 713 | 3 444 | 113 407 |
| MÉDIO IGUAÇU | 10 442 | 663 089 | 2 684 | 13 615 | 6 950 | 224 167 |
| TOTAL | 554 488 | 14 625 542 | 295 272 | 1 575 027 | 240 936 | 6 097 371 |

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário do Paraná - 1970 - Tabela 63.

TABELA A.4 - 12 - NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL NOS AGREGADOS REGIONAIS - VALORES ABSOLUTOS - 1970.

(continuação)

| GRUPOS DE AGRE- GADOS RE- GIONAIS. | 100 A MENOS DE 1000 | | 1000 A MENOS DE 10.000 | | 10.000 E MAIS | | Estabelecimentos sem Declaração. |
|---|---------------------|------------|------------------------|------------|------------------|------------|--|
| | Estabelecimentos | Área (ha.) | Estabelecimentos | Área (ha.) | Estabelecimentos | Área (ha.) | |
| PARANÁ TRADICIONAL | 5 764 | 1 401 065 | 414 | 930 938 | 7 | 246 792 | 6 |
| NORTE VELHO | 1 734 | 445 661 | 102 | 187 546 | - | - | 1 |
| NORTE NOVO | 3 561 | 926 352 | 224 | 438 212 | 2 | 27 235 | - |
| N. NOVISSÍMO DE UMUARAMA | 1 092 | 285 156 | 88 | 175 210 | - | - | 25 |
| CAMPO MOURÃO | 962 | 242 451 | 49 | 92 373 | 1 | 33 291 | - |
| PITANGA | 748 | 154 457 | 18 | 34 831 | - | - | - |
| EXTREMO OESTE PARAN. | 1 335 | 303 237 | 68 | 168 006 | - | - | 3 |
| SUDOESTE PARANAENSE | 791 | 162 930 | 20 | 45 267 | - | - | - |
| CAMPOS DE GUARAPUAVA | 447 | 104 223 | 8 | 11 657 | 2 | 110 947 | - |
| MÉDIO IGUAÇU | 724 | 195 219 | 83 | 210 728 | 1 | 19 360 | - |
| TOTAL | 17 158 | 4 220 751 | 1 074 | 2 294 768 | 13 | 437 625 | 35 |

TABELA A.4 - 13 - PARANÁ - NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL NOS AGREGADOS REGIONAIS -
VALORES ABSOLUTOS - 1975.

(continua...)

| GRUPOS DE AGRE- GADOS RE- GIONAIS. | TOTALS | | MENOS DE 10 | | 10 A MENOS DE 100 | | 100 A MENOS DE 1000 | |
|---|----------------|------------------|----------------|------------------|-------------------|------------------|---------------------|------------------|
| | Estab. | Área (ha.) | Estab. | Área (ha.) | Estab. | Área (ha.) | Estab. | Área (ha.) |
| PARANÁ TRADICIONAL | 92 522 | 4 695 071 | 41 574 | 207 114 | 44 011 | 1 378 478 | 6 030 | 1 523 171 |
| NORTE VELHO | 41 965 | 1 359 649 | 22 367 | 120 598 | 17 466 | 460 722 | 1 994 | 518 888 |
| NORTE NOVO | 83 091 | 2 984 885 | 38 816 | 214 426 | 39 499 | 1 041 742 | 4 495 | 1 161 703 |
| N. NOVISSÍMO DE UMUARAMA | 50 071 | 1 338 388 | 27 782 | 160 507 | 20 531 | 459 979 | 1 630 | 431 515 |
| CAMPO MOURÃO | 38 312 | 974 419 | 23 347 | 126 930 | 13 569 | 346 290 | 1 322 | 337 462 |
| PITANGA | 14 578 | 474 127 | 7 970 | 38 120 | 5 729 | 178 833 | 832 | 196 159 |
| EXTREMO OESTE PARAN. | 91 176 | 1 796 612 | 50 299 | 277 034 | 38 808 | 912 550 | 1 755 | 405 596 |
| SUDOESTE PARANAENSE | 52 829 | 1 100 167 | 22 401 | 125 316 | 29 216 | 729 742 | 928 | 191 276 |
| CAMPOS DE GUARAPUAVA | 5 138 | 320 546 | 1 227 | 7 550 | 3 437 | 111 768 | 443 | 103 711 |
| MÉDIO IGUAÇU | 9 175 | 710 869 | 2 082 | 11 678 | 6 195 | 208 448 | 775 | 212 341 |
| TOTAL | 478 857 | 1 575 733 | 237 865 | 1 289 279 | 218 461 | 5 828 552 | 20 195 | 5 081 824 |

FONTE: IBGE - Sinopse preliminar do Censo Agropecuário do Paraná - Volume XI - 1975 - Tabela 13.

TABELA A.4 - 13 - PARANÁ - NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL NOS AGREGADOS REGIONAIS -
VALORES ABSOLUTOS - 1975.

(continuação)

| GRUPOS DE AGRE- GADOS RE- GIONAIS. | 1000 A MENOS DE 10.000 | | 10.000 E MAIS | | Estabelecimentos sem declaração | Obs.-Os resultados não conferem. Resultados Adquiridos. |
|---|------------------------|------------|---------------|------------|---------------------------------------|--|
| | Estab. | Área (ha.) | Estab. | Área (ha.) | | |
| PARANÁ TRADICIONAL | 482 | 1 055 297 | 19 | 531 011 | 406 | 737 238 |
| NORTE VELHO | 136 | 259 440 | - | - | 2 | 24 354 |
| NORTE NOVO | 274 | 546 321 | 2 | 20 692 | 5 | 1 022 040 |
| N.NOVISSÍMO DE UMUARAMA | 126 | 268 558 | 1 | 17 827 | 1 | - |
| CAMPO MOURÃO | 64 | 143 894 | 1 | 19 844 | 9 | 974 420 |
| PITANGA | 36 | 61 005 | - | - | 20 | 474 127 |
| EXTREMO OESTE PARAN. | 80 | 191 199 | 1 | 10 234 | 233 | - |
| SUDOESTE PARANAENSE | 22 | 53 835 | - | - | 262 | 1 100 169 |
| CAMPOS DE GUARAPUAVA | 14 | 20 359 | 3 | 77 188 | 14 | - |
| MÉDIO IGUAÇU | 116 | 263 885 | 1 | 14 520 | 6 | - |
| TOTAL | 1 350 | 2 863 794 | 28 | 691 286 | 958 | - |

TABELA A.4 - 14 - PARANÁ - NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL ATÉ MENOS DE 50 ha. NOS AGREGADOS REGIONAIS - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL - 1960, 1970.

(continua...)

| GRUPOS DE AGRE- GADOS RE- GIONAIS. | TOTAL | | | | MENOS DE 10 | | | |
|---|------------------|-------|------------|-------|------------------|-------|------------|-------|
| | ESTABELECIMENTOS | | ÁREA (ha.) | | ESTABELECIMENTOS | | ÁREA (ha.) | |
| | 1960 | 1970 | 1960 | 1970 | 1960 | 1970 | 1960 | 1970 |
| PARANÁ TRADICIONAL | 24,9 | 18,4 | 34,4 | 29,1 | 23,9 | 16,2 | 21,7 | 14,3 |
| NORTE VELHO | 12,9 | 9,4 | 11,7 | 8,8 | 17,5 | 10,5 | 16,4 | 10,2 |
| NORTE NOVO | 25,7 | 21,2 | 21,4 | 19,6 | 27,1 | 22,3 | 28,9 | 23,5 |
| N. NOVISSÍMO DE UMUARAMA | 7,5 | 12,5 | 4,5 | 7,9 | 9,4 | 15,2 | 10,8 | 15,6 |
| CAMPO MOURÃO | 6,5 | 9,4 | 4,8 | 6,4 | 8,8 | 11,8 | 8,5 | 11,8 |
| PITANGA | 3,0 | 2,2 | 3,5 | 2,9 | 2,7 | 1,7 | 2,1 | 1,7 |
| EXTREMO OESTE PARAN. | 5,2 | 14,9 | 5,5 | 11,1 | 2,7 | 14,1 | 2,8 | 14,4 |
| SUDOESTE PARANAENSE | 9,9 | 9,2 | 7,1 | 7,3 | 5,9 | 6,9 | 6,5 | 7,2 |
| CAMPOS DE GUARAPUAVA | 1,7 | 0,9 | 1,9 | 2,4 | 0,4 | 0,4 | 0,5 | 0,4 |
| MÉDIO IGUAÇU | 3,2 | 1,9 | 1,9 | 4,5 | 1,6 | 0,9 | 1,8 | 0,9 |
| TOTAL | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

FONTE: Tabela A.4-05.

TABELA A.4 - 15 - PARANÁ - NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL NOS AGREGADOS REGIONAIS - VARIAÇÃO PERCENTUAL - 1960/1970.

| AGREGADOS REGIONAIS. | GRUPOS DE ÁREA TOTAL. | | TOTAIS | | Menos de 10 | | 10 a menos de 100 | | 100 a menos de 1000 | | 1000 a menos de 10.000 | | 10.000 e mais | | Estabelecimentos sem declaração. |
|--------------------------|-----------------------|----------|---------|----------|-------------|----------|-------------------|----------|---------------------|----------|------------------------|----------|---------------|----------|----------------------------------|
| | Estab. | Área(ha) | Estab. | Área(ha) | Estab. | Área(ha) | Estab. | Área(ha) | Estab. | Área(ha) | Estab. | Área(ha) | Estab. | Área(ha) | |
| PARANÁ TRADICIONAL | 52,4 | 8,6 | 114,0 | 98,6 | 25,0 | 11,7 | -0,6 | 3,0 | 12,2 | 11,6 | -30,0 | -21,4 | -53,8 | | |
| NORTE VELHO | 50,8 | -3,1 | 86,8 | 87,1 | 21,8 | 10,6 | -8,3 | -8,8 | -30,1 | -34,9 | - | - | - | | |
| NORTE NOVO | 69,9 | 17,7 | 160,1 | 144,9 | 18,3 | 3,2 | 16,9 | 20,4 | 32,5 | 22,6 | 60,0 | 68,5 | - | | |
| N. NOVISSÍMO DE UMUARAMA | 241,5 | 129,7 | 415,4 | 333,1 | 109,6 | 89,4 | 94,0 | 98,6 | 193,3 | 170,0 | - | - | - | | |
| CAMPO MOURÃO | 197,5 | 68,9 | 322,9 | 317,2 | 91,0 | 50,8 | 33,1 | 38,2 | 63,3 | 70,5 | - | 25,1 | - | | |
| PITANGA | 51,9 | 6,2 | 98,4 | 139,1 | 36,7 | 0,5 | -8,8 | -7,4 | 157,1 | 191,1 | - | - | - | | |
| EXTREMO OESTE PARAM. | 490,4 | 160,3 | 1.557,9 | 1.426,3 | 272,7 | 170,2 | -84,8 | 74,8 | 100,0 | 113,9 | - | - | 25,0 | | |
| SUDOESTE PARANAENSE | 91,2 | 32,0 | 269,8 | 236,9 | 46,6 | 29,6 | -1,0 | 3,7 | 17,6 | 6,9 | - | - | - | | |
| CAMPOS DE GUARAPUAVA | 57,7 | 57,3 | 172,5 | 139,3 | 44,8 | 18,7 | 20,8 | 29,3 | -20,0 | -48,6 | 100,0 | 487,8 | - | | |
| MÉDIO IGUAÇU | 19,8 | 12,1 | 80,5 | 45,5 | 8,0 | 6,0 | 6,9 | 15,4 | 1,2 | 20,7 | -50,0 | -28,3 | - | | |
| TOTAL | 106,0 | 28,5 | 215,9 | 200,6 | 51,4 | 28,6 | 10,2 | 14,5 | 20,1 | 19,0 | -38,1 | -13,6 | 65,0 | | |

FONTE: Tabelas A.4-11 e A.4-12.

TABELA A.4 - 16 - PARANÁ - PERCENTUAL DE UTILIZAÇÃO DAS TERRAS, SEGUNDO GRUPOS DE ÁREA TOTAL - 1960 e 1970.

| ANOS UTILIZAÇÃO GRUPOS DE ÁREA TOTAL (ha) | Área Total | 1960 | | | | | | | 1970 | | | | | | | Terras em descanço não pro- dutoras. |
|--|---------------|----------|-------|-----------|--------|-------|---------|--------------------------|---------------|----------|-------|-----------|--------|---------------|--------|---|
| | | LAVOURAS | | PASTAGENS | | MATAS | | TERRAS INCUL- TAS. | Área Total | LAVOURAS | | PASTAGENS | | MATAS E FLOR. | | |
| | | Perman. | Temp. | Nat. | Artif. | Nat. | Reflor. | | | Perman. | Temp. | Nat. | Plant. | Nat. | Plant. | |
| MENOS DE 5 | 100,0 | 25,3 | 62,6 | 4,3 | 2,6 | 2,1 | 0,3 | 2,8 | 100,0 | 17,0 | 72,8 | 2,8 | 3,1 | 2,0 | 0,1 | 2,2 |
| 5 A MENOS DE 10 | 100,0 | 32,2 | 44,7 | 5,6 | 5,3 | 5,8 | 0,5 | 5,9 | 100,0 | 23,8 | 57,8 | 3,3 | 7,0 | 3,8 | 0,2 | 4,5 |
| 10 A MENOS DE 20 | 100,0 | 28,5 | 33,0 | 7,4 | 7,3 | 12,4 | 0,9 | 10,5 | 100,0 | 19,3 | 44,5 | 5,2 | 11,5 | 8,9 | 0,3 | 10,3 |
| 20 A MENOS DE 50 | 100,0 | 18,5 | 24,4 | 9,4 | 6,6 | 21,2 | 1,3 | 18,6 | 100,0 | 9,0 | 32,3 | 8,4 | 14,3 | 14,8 | 0,4 | 20,8 |
| 50 A MENOS DE 100 | 100,0 | 12,6 | 17,1 | 12,4 | 6,3 | 23,7 | 1,7 | 26,2 | 100,0 | 5,7 | 21,3 | 12,1 | 18,6 | 15,3 | 0,6 | 26,4 |
| 100 A MENOS DE 200 | 100,0 | 12,9 | 12,9 | 16,4 | 6,9 | 23,5 | 1,6 | 25,8 | 100,0 | 6,6 | 14,9 | 14,6 | 23,7 | 15,2 | 0,8 | 24,2 |
| 200 A MENOS DE 500 | 100,0 | 14,4 | 9,2 | 19,1 | 8,3 | 27,8 | 1,5 | 19,7 | 100,0 | 6,7 | 10,6 | 16,8 | 30,0 | 16,3 | 1,3 | 18,3 |
| 500 A MENOS DE 1000 | 100,0 | 13,2 | 6,2 | 24,3 | 9,7 | 29,3 | 1,4 | 15,9 | 100,0 | 5,6 | 8,1 | 19,8 | 32,5 | 19,6 | 1,8 | 12,6 |
| 1000 E MAIS | 100,0 | 6,6 | 3,1 | 31,2 | 6,8 | 39,3 | 2,9 | 10,1 | 100,0 | 2,9 | 3,3 | 22,5 | 23,1 | 33,1 | 4,8 | 10,3 |
| TOTAL | 100,0 | 14,9 | 16,1 | 17,3 | 7,1 | 25,6 | 1,7 | 17,3 | 100,0 | 9,3 | 24,4 | 12,9 | 19,3 | 16,9 | 1,5 | 15,7 |

FONTE: IBGE - Censo Agrícola do Paraná - 1960 - Tabela 06.

Censo Agropecuário do Paraná - 1970 - Tabela 09.

TABELA A.4 - 17 - PARANÁ - ÁREA COLHIDA DAS PRINCIPAIS CULTURAS POR ESTRATO DE ÁREA - VALORES ABSOLUTOS - 1970 - (em ha.)

| CULTURAS ESTRATOS DE ÁREA | Arroz | Algodão | Café | Cana de Açúcar | Feijão | Milho | Soja | Trigo |
|---------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------------|----------------|------------------|----------------|----------------|
| MENOS DE 2 | 2 527 | 1 140 | 304 | 18 | 7 453 | 11 435 | 978 | 475 |
| 2 A MENOS DE 5 | 53 797 | 40 633 | 16 384 | 180 | 160 259 | 254 418 | 36 376 | 10 695 |
| 5 A MENOS DE 10 | 94 946 | 82 544 | 46 089 | 578 | 217 333 | 395 317 | 77 310 | 22 794 |
| 10 A MENOS DE 20 | 115 449 | 96 785 | 64 359 | 1 607 | 228 473 | 501 097 | 107 855 | 42 811 |
| 20 A MENOS DE 50 | 93 843 | 76 476 | 54 825 | 3 099 | 192 028 | 517 720 | 92 489 | 63 434 |
| 50 A MENOS DE 100 | 28 406 | 30 656 | 26 681 | 1 908 | 61 425 | 180 213 | 24 429 | 27 431 |
| 100 A MENOS DE 200 | 17 301 | 19 382 | 32 935 | 2 178 | 29 720 | 105 300 | 17 957 | 22 968 |
| 200 A MENOS DE 500 | 18 106 | 14 730 | 47 413 | 5 822 | 19 386 | 89 728 | 21 948 | 29 117 |
| 500 A MENOS DE 1000 | 7 972 | 5 486 | 29 262 | 6 061 | 6 487 | 33 510 | 9 998 | 18 315 |
| 1000 A " DE 10000 | 2 297 | 5 455 | 42 646 | 8 587 | 4 396 | 31 401 | 6 144 | 12 173 |
| 10000 E MAIS | - | - | - | - | 15 | 1 067 | - | - |
| TOTAL | 441 645 | 441 645 | 360 896 | 30 038* | 926 975 | 2 121 206 | 395 484 | 250 213 |

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário do Paraná - 1970 - Tabelas 55 e 56 (* 0 censo traz 30035)

TABELA A.4 - 18 - PARANÁ - ÁREA COLHIDA E QUANTIDADE PRODUZIDA DO FEIJÃO NOS AGREGADOS REGIONAIS - VALORES ABSOLUTOS - 1960, 1970 a 1973.

| AGREGA- DOS REGIO- NAIS. | 1960 | | 1970 | | 1972 | | 1973 | |
|--------------------------------|----------------------|-------------------------|------------|-------------------------|------------|-------------------------|------------|-------------------------|
| | FEIJÃO Área (ha.) | Quantidade Produzida | Área (ha.) | Quantidade Produzida | Área (ha.) | Quantidade Produzida | Área (ha.) | Quantidade Produzida |
| PARANÁ TRADICIONAL | 61 817 | 47 574 | 103 770 | 69 941 | 111 025 | 70 293 | 101 347 | 59 436 |
| NORTE VELHO | 114 821 | 93 187 | 169 008 | 147 133 | 170 960 | 136 772 | 135 845 | 87 013 |
| NORTE NOVO | 161 866 | 110 171 | 240 746 | 208 748 | 235 811 | 261 812 | 153 155 | 91 087 |
| N. NOVISSÍMO DE UMUARAMA | 2 772 | 3 484 | 49 880 | 50 876 | 54 557 | 56 666 | 51 322 | 42 048 |
| CAMPO MOURÃO | 2 140 | 2 868 | 52 900 | 68 762 | 60 275 | 71 038 | 55 208 | 48 587 |
| PITANGA | 3 335 | 2 280 | 11 750 | 14 100 | 14 700 | 17 640 | 19 888 | 17 617 |
| EXTREMO OESTE PARAN. | 2 347 | 2 860 | 61 440 | 72 558 | 84 593 | 91 636 | 71 649 | 52 654 |
| SUDOESTE PARANAENSE | 17 583 | 24 592 | 70 908 | 72 943 | 78 212 | 81 721 | 87 849 | 52 860 |
| CAMPOS DE GUARAPUAVA | 7 269 | 2 835 | 16 080 | 15 322 | 19 500 | 18 840 | 17 556 | 12 942 |
| MÉDIO IGUAÇU | 8 538 | 8 929 | 13 657 | 9 310 | 16 300 | 11 255 | 15 455 | 7 835 |
| TOTAL | 382 488 | 298 790 | 790 139 | 729 693 | 845 933 | 817 673 | 709 274 | 472 079 |

FONTE: IPARDES: Estatísticas Agrícolas do Paraná - Subsetor lavouras - 1960/1970 a 1973.

TABELA A.4 - 19 - PARANÁ - ÁREA COLHIDA E QUANTIDADE PRODUZIDA DO MILHO NOS AGREGADOS REGIONAIS - VALORES ABSOLUTOS - 1960, 1970, 1972, 1973.

| AGREGA- DOS REGIO- NAIS. | ANOS MILHO | 1960 | | 1970 | | 1972 | | 1973 | |
|--------------------------------|---------------|------------|----------------------|------------|----------------------|------------|----------------------|------------|----------------------|
| | | Area (ha.) | Quantidade Produzida |
| PARANÁ TRADICIONAL | | 198 707 | 298 951 | 305 476 | 439 762 | 319 294 | 446 014 | 254 540 | 344 831 |
| NORTE VELHO | | 215 750 | 320 640 | 249 335 | 512 077 | 252 160 | 541 463 | 194 512 | 365 699 |
| NORTE NOVO | | 254 424 | 363 332 | 408 302 | 700 331 | 395 565 | 713 235 | 260 538 | 471 454 |
| N. NOVISSÍMO DE UMUARAMA | | 7 510 | 17 825 | 108 480 | 162 130 | 104 515 | 184 844 | 88 805 | 173 046 |
| CAMPO MOURÃO | | 21 560 | 65 713 | 89 900 | 214 572 | 100 977 | 217 911 | 83 840 | 173 628 |
| PITANGA | | 10 406 | 15 480 | 80 500 | 169 050 | 100 000 | 210 000 | 88 010 | 182 517 |
| EXTREMO OESTE PARAN. | | 14 490 | 37 268 | 321 450 | 746 514 | 386 050 | 878 874 | 371 470 | 753 089 |
| SUDOESTE PARANAENSE | | 54 939 | 117 651 | 181 292 | 394 185 | 187 699 | 405 480 | 162 045 | 354 838 |
| CAMPOS DE GUARAPUAVA | | 40 804 | 29 784 | 88 600 | 158 700 | 97 720 | 175 050 | 80 135 | 141 742 |
| MÉDIO IGUAÇU | | 25 342 | 29 915 | 49 974 | 62 044 | 50 640 | 56 670 | 36 105 | 36 156 |
| TOTAL | | 843 932 | 1 296 559 | 1 883 309 | 3 559 365 | 1 994 620 | 3 829 541 | 1 620 000 | 2 997 000 |

FONTE: IPARDES - Estatísticas Agrícolas - Subsetor lavouras - 1960/1970 a 1973

TABELA A.4 - 20 - PARANÁ - ÁREA COLHIDA E QUANTIDADE PRODUZIDA DO ARROZ NOS AGREGADOS REGIONAIS - VALORES ABSOLUTOS - 1960, 1970, 1972, 1973.

| AGRE- GADOS RE- GIONAIS. | 1960 | | 1970 | | 1972 | | 1973 | |
|--------------------------------|------------|----------------------|------------|----------------------|----------------------|----------------------|------------|----------------------|
| | Área (ha.) | Quantidade Produzida | Área (ha.) | Quantidade Produzida | Área (ha.) | Quantidade Produzida | Área (ha.) | Quantidade Produzida |
| PARANÁ TRADICIONAL | 22 505 | 37 540 | 32 412 | 45 960 | 33 923 | 49 870 | 44 877 | 71 549 |
| NORTE VELHO | 38 830 | 51 296 | 67 850 | 101 539 | 66 893 | 100 806 | 65 834 | 89 792 |
| NORTE NOVO | 118 797 | 139 877 | 220 031 | 234 632 | 206 476 | 273 619 | 201 801 | 238 374 |
| N. NOVISSÍMO DE UMUARAMA | 3 530 | 4 689 | 39 150 | 36 841 | 36 505 | 64 745 | 33 090 | 51 938 |
| CAMPO MOURÃO | 6 390 | 8 147 | 29 028 | 47 074 | 31 995 | 53 938 | 36 777 | 59 569 |
| PITANGA | 2 057 | 1 188 | 1 175 | 1 763 | 1 500 | 2 481 | 1 580 | 2 370 |
| EXTREMO OESTE PARAN. | 1 267 | 3 123 | 29 810 | 54 525 | 29 895 | 56 658 | 39 305 | 61 488 |
| SUDOESTE PARANAENSE | 2 304 | 3 568 | 14 994 | 26 877 | 16 259 | 29 339 | 15 916 | 29 047 |
| CAMPOS DE GUARAPUAVA | 8 752 | 14 671 | 20 160 | 28 411 | 21 760 | 32 607 | 23 684 | 43 593 |
| MÉDIO IGUAÇU | 2 262 | 4 271 | 7 581 | 12 616 | 8 275 | 9 836 | 9 475 | 13 464 |
| TOTAL | 206 694 | 268 370 | 462 191 | 590 238 | 453 471 (453 481) | 673 899 | 472 339 | 661 184 |

FONTE: IPARDES: Estatísticas Agrícolas - Subsetor lavouras - 1960/1970 a 1973.

TABELA A.4 - 21 - PARANÁ - ÁREA COLHIDA E QUANTIDADE PRODUZIDA DA CANA-DE-AÇÚCAR NOS AGREGADOS REGIONAIS - VALORES ABSOLUTOS - 1960, 1970, 1972, 1973.

| CANA-DE- AGRE- GADOS RE- GIONAIS. | 1960 | | 1970 | | 1972 | | 1973 | |
|--|------------|--------------------------|------------|--------------------------|------------|----------------------|------------|----------------------|
| | Área (ha.) | Quantidade Produzida | Área (ha.) | Quantidade Produzida | Área (ha.) | Quantidade Produzida | Área (ha.) | Quantidade Produzida |
| PARANÁ TRADICIONAL | 2 645 | 90 770 | 2 799 | 96 637 | 2 579 | 91 508 | 2 241 | 80 312 |
| NORTE VELHO | 7 799 | 518 220 | 14 021 | 963 670 | 15 194 | 1 071 790 | 17 558 | 731 341 |
| NORTE NOVO | 9 074 | 525 339 | 13 244 | 922 671 | 18 413 | 1 222 275 | 20 318 | 1 209 651 |
| N.NOVISSÍMO DE UMUARAMA | 50 | 3 300 | 784 | 25 485 | 1 036 | 38 915 | 1 083 | 41 040 |
| CAMPO MOURÃO | 136 | 8 305 | 427 | 25 470 | 478 | 25 595 | 290 | 11 874 |
| PITANGA | 1 693 | 141 500 | 101 | 4 554 | 115 | 5 175 | 125 | 6 300 |
| EXTREMO OESTE PARAN. | 1 254 | 48 810 | 1 545 | 61 788 | 1 545 | 58 950 | 1 683 | 72 758 |
| SUDOESTE PARANAENSE | 1 333 | 93 720 | 3 177 | 174 098 | 2 719 | 143 520 | 2 876 | 145 669 |
| CAMPOS DE GUARAPUAVA | 354 | 12 700 | 405 | 16 770 | 396 | 16 368 | 509 | 20 874 |
| MÉDIO IGUAÇU | 354 | 13 535 | 275 | 13 495 | 312 | 15 240 | 304 | 12 750 |
| TOTAL | 24 692 | 1 456 379 (1 456 199) | 36 778 | 2 304 629 (2 304 638) | 42 787 | 2 689 336 | 46 987 | 2 332 569 |

FONTE: IPARDES: Estatísticas Agrícolas - Subsetor lavouras - 1960/1970 a 1973.

TABELA A.4 - 22 - PARANÁ - ÁREA COLHIDA E QUANTIDADE PRODUZIDA DO ALGODÃO NOS AGREGADOS REGIONAIS - VALORES ABSOLUTOS - 1960, 1970, 1972, 1973.

| AGRE- GADOS RE- GIONAIS. | 1960 | | 1970 | | 1972 | | 1973 | |
|--------------------------------|----------------|----------------------|----------------|----------------------|----------------|----------------------|----------------|----------------------|
| | Área (ha.) | Quantidade Produzida |
| PARANÁ TRADICIONAL | 78 | 69 | - | - | - | - | - | - |
| NORTE VELHO | 84 690 | 97 030 | 104 175 | 151 026 | 81 160 | 150 656 | 75 760 | 133 727 |
| NORTE NOVO | 55 979 | 48 105 | 152 318 | 163 011 | 121 874 | 137 377 | 82 867 | 93 711 |
| N.NOVISSÍMO DE UMJARAMA | 2 730 | 3 837 | 140 330 | 130 217 | 87 460 | 102 482 | 74 270 | 106 921 |
| CAMPO MOURÃO | 1 582 | 2 816 | 36 450 | 59 363 | 50 190 | 107 092 | 46 953 | 64 253 |
| PITANGA | - | - | 1 240 | 2 790 | 1 680 | 3 780 | 1 990 | 4 478 |
| EXTREMO OESTE PARAN. | 6 880 | 2 955 | 12 900 | 19 366 | 12 504 | 18 323 | 13 070 | 16 785 |
| SUDOESTE PARANAENSE | - | - | - | - | - | - | - | - |
| CAMPOS DE GUARAPUAVA | - | - | - | - | - | - | - | - |
| MÉDIO IGUAÇU | - | - | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL | 151 939 | 154 912 | 447 413 | 525 773 | 354 868 | 519 710 | 294 910 | 419 875 |

FONTE: IPARDES - Estatísticas Agrícolas - Subsetor lavouras - 1960/1970 a 1973

TABELA A.4 - 23 - PARANÁ - ÁREA COLHIDA E QUANTIDADE PRODUZIDA DO TRIGO NOS AGREGADOS REGIONAIS - VALORES ABSOLUTOS - 1960, 1970, 1972, 1973.

| AGREGADOS REGIONAIS. / ANOS | 1960 | | 1970 | | 1972 | | 1973 | |
|-----------------------------|------------|----------------------|------------|----------------------|------------|----------------------|------------|----------------------|
| | Área (ha.) | Quantidade Produzida |
| PARANÁ TRADICIONAL | 41 838 | 32 560 | 74 881 | 77 827 | 86 699 | 78 683 | 69 552 | 84 579 |
| NORTE VELHO | 382 | 373 | 16 446 | 15 197 | 32 908 | 21 856 | 30 600 | 46 388 |
| NORTE NOVO | 2 549 | 1 958 | 21 870 | 20 757 | 36 064 | 30 478 | 28 613 | 31 438 |
| N. NOVISSÍMO DE UMUARAMA | 230 | 288 | 1 705 | 1 569 | 2 970 | 1 629 | 4 406 | 3 750 |
| CAMPO MOURÃO | 1 995 | 2 908 | 17 470 | 13 333 | 34 115 | 21 264 | 25 431 | 26 744 |
| PITANGA | 1 405 | 905 | 2 300 | 1 656 | 3 150 | 2 520 | 2 663 | 2 272 |
| EXTREMO OESTE PARAN. | 1 519 | 1 883 | 54 300 | 48 364 | 99 195 | 47 554 | 118 568 | 128 889 |
| SUDOESTE PARANAENSE | 17 364 | 16 412 | 50 551 | 41 988 | 40 661 | 20 773 | 31 285 | 25 293 |
| CAMPOS DE GUARAPUAVA | 5 830 | 5 004 | 40 490 | 57 008 | 36 280 | 21 982 | 24 900 | 31 632 |
| MÉDIO IGUAÇU | 9 383 | 5 627 | 7 585 | 5 611 | 25 290 | 9 828 | 4 997 | 3 729 |
| TOTAL | 82 495 | 67 918 | 287 598 | 283 310 | 397 332 | 256 567 | 341 015 | 384 713 |

FONTE: IPARDES - Estatísticas Agrícolas - Subsetor lavouras - 1960/1970 a 1973.

TABELA A.4 - 24 - PARANÁ - ÁREA COLHIDA E QUANTIDADE PRODUZIDA DA SOJA NOS AGREGADOS REGIONAIS - VALORES ABSOLUTOS - 1960, 1970, 1972, 1973.

| AGRE- GADOS RE- GIONAIS. | 1960 | | 1970 | | 1972 | | 1973 | | |
|--------------------------------|------|--------------|----------------------|----------------|----------------------|----------------|----------------------|----------------|----------------------|
| | SOJA | Área (ha.) | Quantidade Produzida | Área (ha.) | Quantidade Produzida | Área (ha.) | Quantidade Produzida | Área (ha.) | Quantidade Produzida |
| PARANÁ TRADICIONAL | | 116 | 57 | 7 174 | 8 606 | 18 511 | 28 004 | 45 767 | 81 611 |
| NORTE VELHO | | - | - | 9 553 | 17 120 | 23 665 | 51 621 | 41 145 | 62 114 |
| NORTE NOVO | | 2 547 | 2 739 | 56 103 | 71 071 | 77 905 | 112 166 | 110 039 | 174 663 |
| N. NOVISSÍMO DE UMUARAMA | | 52 | 94 | 35 748 | 33 820 | 31 700 | 54 936 | 60 070 | 78 568 |
| CAMPO MOURÃO | | 360 | 528 | 25 100 | 32 724 | 24 505 | 33 960 | 69 897 | 111 394 |
| PITANGA | | - | - | - | - | 350 | 525 | 600 | 900 |
| EXTREMO OESTE PARAN. | | 484 | 1 307 | 111 900 | 131 130 | 187 400 | 252 648 | 312 595 | 533 573 |
| SUDOESTE PARANAENSE | | 1 500 | 2 639 | 46 487 | 55 789 | 54 657 | 93 547 | 131 685 | 204 903 |
| CAMPOS DE GUARAPUAVA | | - | - | 10 500 | 15 750 | 20 250 | 43 605 | 30 100 | 54 050 |
| MÉDIO IGUAÇU | | - | - | 1 646 | 1 996 | 13 749 | 17 146 | 15 917 | 25 642 |
| TOTAL | | 5 059 | 7 364 | 304 211 | 368 006 | 452 692 | 688 158 | 817 815 | 1 327 418 |

FONTE: IPARDES - Estatísticas Agrícolas - Subsetor lavouras - 1960/1970 a 1973.

TABELA A.4 - 25 - PARANÁ - UTILIZAÇÃO DAS TERRAS NOS AGREGADOS REGIONAIS - VALORES ABSOLUTOS - 1960.

(continua...)

| UTILIZAÇÃO AGRE- GADOS RE- GIONAIS. | TOTAL | | LAVOURAS | | | | PASTAGENS | | | |
|--|----------------|-------------------|----------------|------------------|----------------|------------------|---------------|------------------|---------------|----------------|
| | | | PERMANENTES | | TEMPORÁRIAS | | NATURAIS | | PLANTADAS | |
| | Estab. | Área (ha.) | Estab. | Área (ha.) | Estab. | Área (ha.) | Estab. | Área (ha.) | Estab. | Área (ha.) |
| PARANÁ TRADICIONAL | 66 932 | 3 919 123 | 7 589 | 28 879 | 63 915 | 607 960 | 36 841 | 1 316 274 | 2 569 | 60 310 |
| NORTE VELHO | 34 548 | 1 331 263 | 15 821 | 306 658 | 27 614 | 238 366 | 9 886 | 145 533 | 9 181 | 157 355 |
| NORTE NOVO | 62 269 | 1 800 148 | 53 225 | 1 043 497 | 36 093 | 271 634 | 6 554 | 68 603 | 34 996 | 368 970 |
| N. NOVISSÍMO DE UMUARAMA | 20 245 | 505 690 | 15 883 | 185 860 | 12 855 | 72 217 | 664 | 3 838 | 9 439 | 62 517 |
| CAMPO MOURÃO | 17 602 | 551 467 | 6 357 | 82 828 | 13 993 | 113 253 | 832 | 9 986 | 5 025 | 44 633 |
| PITANGA | 8 003 | 400 257 | 183 | 2 390 | 7 542 | 65 049 | 3 509 | 28 634 | 945 | 7 164 |
| EXTREMO OESTE PARAM. | 13 985 | 621 023 | 4 290 | 21 622 | 13 162 | 111 811 | 1 986 | 19 163 | 6 025 | 32 454 |
| SUDOESTE PARANAENSE | 26 692 | 812 293 | 483 | 8 692 | 26 218 | 192 105 | 10 532 | 64 382 | 10 075 | 36 727 |
| CAMPOS DE GUARAPUAVA | 3 152 | 220 508 | 134 | 899 | 3 110 | 38 201 | 2 000 | 20 230 | 1 239 | 8 319 |
| MÉDIO IGUAÇU | 8 718 | 591 613 | 2 107 | 7 214 | 8 141 | 73 271 | 6 460 | 235 438 | 457 | 3 498 |
| TOTAL | 269 146 | 11 384 934 | 110 420 | 1 657 104 | 212 643 | 1 783 867 | 79 264 | 1 912 081 | 79 951 | 781 947 |

FONTE: IBGE - Censo Agrícola do Paraná - 1960 - Tabela 13.

TABELA A.4 - 25 - PARANÁ - UTILIZAÇÃO DAS TERRAS NOS AGREGADOS REGIONAIS - VALORES ABSOLUTOS - 1960.

(continuação)

| UTILIZAÇÃO AGRE- GADOS RE- GIONAIS. | MATAS | | | | TERRAS INCULTAS | | TERRAS IRRIGADAS | |
|--|---------------|------------------|--------------|----------------|-----------------|------------------|------------------|--------------|
| | NATURAIS | | PLANTADAS | | Estab. | Área (ha.) | Estab. | Área (ha.) |
| | Estab- | Área (ha.) | Estab. | Área (ha.) | | | | |
| PARANÁ TRADICIONAL | 17 045 | 714 041 | 2 344 | 92 512 | 31 412 | 932 986 | 52 | 242 |
| NORTE VELHO | 6 305 | 171 596 | 1 239 | 15 710 | 10 196 | 266 302 | 24 | 166 |
| NORTE NOVO | 17 796 | 558 399 | 2 964 | 24 974 | 7 920 | 93 875 | 47 | 647 |
| N. NOVISSÍMO DE UMUARAMA | 6 951 | 164 498 | 424 | 2 099 | 2 374 | 12 381 | 2 | 15 |
| CAMPO MOURÃO | 7 068 | 259 922 | 325 | 6 816 | 917 | 28 200 | 5 | 89 |
| PITANGA | 2 227 | 65 338 | 42 | 2 550 | 4 481 | 213 667 | 2 | 4 |
| EXTREMO OESTE PARAN. | 9 533 | 331 762 | 510 | 9 875 | 4 229 | 88 195 | 145 | 1 338 |
| SUDOESTE PARANAENSE | 19 345 | 347 919 | 1 302 | 16 670 | 10 035 | 126 058 | 336 | 1 814 |
| CAMPOS DE GUARAPUAVA | 1 281 | 40 212 | 229 | 7 951 | 2 228 | 97 549 | 1 | 7 |
| MÉDIO IGUAÇU | 4 107 | 185 471 | 234 | 8 918 | 3 362 | 59 741 | 3 | 22 |
| TOTAL | 91 658 | 2 839 158 | 9 613 | 188 075 | 77 154 | 1 918 954 | 617 | 4 344 |

TABELA A.4 - 26 - UTILIZAÇÃO DAS TERRAS NOS AGREGADOS REGIONAIS - VALORES ABSOLUTOS - 1970

(continua...)

| UTILIZAÇÃO AGREGA- DOS REGIO- NAIS. | TOTAL | | LAVOURAS | | | | PASTAGENS | | | |
|--|----------------------|------------|-------------|------------|-------------|------------|-----------|--------------------------|----------------------|------------|
| | Estab. | Área (ha.) | PERMANENTES | | TEMPORÁRIAS | | NATURAIS | | PLANTADAS | |
| | | | Estab. | Área (ha.) | Estab. | Área (ha.) | Estab. | Área (ha.) | Estab. | Área (ha.) |
| PARANÁ TRADICIONAL | 101 976 | 4 254 406 | 7 144 | 21 090 | 89 179 | 650 138 | 45 767 | 1 186 507 | 6 973 | 166 138 |
| NORTE VELHO | 52 100 | 1 290 564 | 13 003 | 165 792 | 46 876 | 413 056 | 13 406 | 165 556 | 11 349 | 290 093 |
| NORTE NOVO | 117 716 | 2 863 168 | 68 746 | 704 676 | 76 771 | 533 824 | 8 071 | 73 363 | 53 277 | 1 138 320 |
| N. NOVISSÍMO DE UMUARAMA | 69 136 | 1 161 833 | 37 609 | 263 434 | 45 832 | 238 984 | 1 532 | 15 392 | 33 367 | 438 954 |
| CAMPO MOURÃO | 52 365 | 931 459 | 10 870 | 82 081 | 47 007 | 345 130 | 2 211 | 20 416 | 16 646 | 217 146 |
| PITANGA | 12 156 | 424 860 | 387 | 719 | 11 251 | 116 303 | 4 450 | 35 111 | 3 819 | 41 773 |
| EXTREMO OESTE PARAN. | 82 570 | 1 616 724 | 17 484 | 59 398 | 78 522 | 599 111 | 3 894 | 20 069 | 40 350 | 228 251 |
| SUDOESTE PARANAENSE | 51 037 | 1 072 483 | 10 325 | 7 232 | 50 629 | 386 611 | 12 253 | 64 426 | 27 490 | 134 939 |
| CAMPOS DE GUARAPUAVA | 4 972 | 346 948 | 158 | 226 | 4 938 | 61 577 | 1 875 | 18 649 | 2 366 | 25 465 |
| MÉDIO IGUAÇU | 10 442 | 663 087 | 433 | 1 576 | 9 250 | 67 649 | 6 439 | 199 941 | 2 012 | 19 203 |
| TOTAL * | 554 488 (554 470) | 14 625 532 | 166 159 | 1 306 224 | 460 255 | 3 412 383 | 99 898 | 1 809 430 (1 799 430) | 197 648 (197 649) | 2 700 282 |

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário do Paraná - 1970 - Tabela 62

* Por questões de arredondamento de área nem sempre os totais correspondem à soma das parcelas.

TABELA A.4 - 26 - UTILIZAÇÃO DAS TERRAS NOS AGREGADOS REGIONAIS - VALORES ABSOLUTOS - 1970.

(continuação)

| UTILIZAÇÃO AGRE- GADOS RE- GIONAIS. | MATAS E FLORESTAS | | | | TERRAS INCULTAS | | TERRAS IRRIGADAS | |
|--|----------------------|--------------------------|-----------|------------|----------------------|------------|------------------|------------|
| | NATURAIS | | PLANTADAS | | Estab. | Área (ha.) | Estab. | Área (ha.) |
| | Estab. | Área (ha.) | Estab. | Área (ha.) | | | | |
| PARANÁ TRADICIONAL | 34 207 | 742 333 | 1 842 | 130 958 | 53 683 | 1 096 619 | 150 | 1 583 |
| NORTE VELHO | 7 233 | 76 962 | 2 267 | 9 621 | 10 535 | 120 188 | 988 | 2 645 |
| NORTE NOVO | 10 672 | 216 334 | 5 570 | 13 410 | 10 792 | 97 794 | 467 | 2 742 |
| N. NOVISSÍMO DE UMJARAMA | 6 349 | 136 386 | 445 | 1 882 | 4 897 | 29 185 | 71 | 1 159 |
| CAMPO MOURÃO | 6 900 | 141 673 | 446 | 5 166 | 8 408 | 89 718 | 11 | 28 |
| PITANGA | 1 620 | 24 657 | 63 | 2 318 | 7 051 | 185 569 | 1 | 1 |
| EXTREMO OESTE PARAN. | 34 959 | 472 686 | 784 | 22 341 | 15 655 | 150 621 | 126 | 847 |
| SUDOESTE PARANAENSE | 26 429 | 215 510 | 1 054 | 7 547 | 29 845 | 210 459 | 29 | 121 |
| CAMPOS DE GUARAPUAVA | 1 582 | 117 526 | 64 | 2 946 | 3 738 | 107 369 | - | - |
| MÉDIO IGUAÇU | 5 932 | 222 331 | 275 | 8 975 | 8 712 | 116 203 | 11 | 48 |
| TOTAL * | 135 882 (135 883) | 2 365 399 (2 366 398) | 12 810 | 205 164 | 153 317 (153 316) | 2 203 725 | 1 851 (1 854) | 9 174 |

* Por questões de arredondamentos de área nem sempre os totais correspondem à soma das parcelas.

TABELA A.4 - 27 - PARANÁ - ÁREA TOTAL E ÁREA DAS LAVOURAS PERMANENTES E TEMPORÁRIAS NOS AGREGADOS REGIONAIS - VALORES ABSOLUTOS 1975.

| ÁREA TOTAL E DE LAVOURA AGREGADOS REGIONAIS | TOTAIS | | TOTAL | | PERMANENTES | | TEMPORÁRIOS | |
|--|------------------|-------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | Estabelecimentos | Área (ha.) | Estabelecimentos | Área (ha.) | Estabelecimentos | Área (ha.) | Estabelecimentos | Área (ha.) |
| PARANÁ TRADICIONAL | 92 522 | 4 695 071 | 88 093 | 937 761 | 6 752 | 99 298 | 86 855 | 837 463 |
| NORTE VELHO | 41 965 | 1 359 649 | 40 618 | 576 940 | 8 291 | 117 510 | 38 549 | 459 630 |
| NORTE NOVO | 83 091 | 2 984 885 | 77 984 | 1 156 872 | 41 105 | 523 454 | 171 628 | 633 418 |
| N.NOVISSÍMO DE UMUARAMA | 50 071 | 1 338 388 | 46 799 | 435 910 | 30 615 | 251 986 | 26 685 | 183 924 |
| CAMPO MOURÃO | 31 312 | 974 419 | 37 564 | 503 275 | 7 296 | 64 263 | 34 661 | 432 012 |
| PITANGA | 14 578 | 474 127 | 14 167 | 150 266 | 403 | 1 508 | 14 032 | 148 758 |
| EXTREMO OESTE PARAN. | 91 176 | 1 796 612 | 90 218 | 1 080 406 | 15 680 | 70 626 | 86 406 | 1 009 780 |
| SUDOESTE PARANAENSE | 52 829 | 1 100 167 | 52 228 | 535 014 | 6 369 | 4 710 | 52 184 | 530 304 |
| CAMPOS DE GUARAPUAVA | 5 138 | 320 546 | 5 094 | 83 393 | 41 | 140 | 5 093 | 83 253 |
| MÉDIO IGUAÇU | 9 175 | 710 869 | 8 446 | 85 396 | 302 | 1 110 | 8 425 | 84 286 |
| TOTAL | 478 857 | 15 754 733 | 461 211 | 5 545 233 | 116 834 | 1 135 405 | 409 518 | 4 409 828 |

FONTE:

FIBGE - Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário - Paraná 1975 - Tabela 11.

TABELA A.4 - 28 - PARANÁ - UTILIZAÇÃO DAS TERRAS E ÁREAS IRRIGADAS NAS ÁREAS MÍNIMAS DE COMPARAÇÃO - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL - 1960

(continua ...)

| UTILIZAÇÃO ÁREAS DAS TER- MÍNIMAS DE COMPARA- ÇÃO. | TOTAL | | LAVOURAS | | | | PASTAGENS | | | |
|--|--------|------------|-------------|------------|-------------|------------|-----------|------------|-----------|------------|
| | Estab. | Área (ha.) | PERMANENTES | | TEMPORÁRIOS | | NATURAIS | | PLANTADAS | |
| | | | Estab. | Área (ha.) | Estab. | Área (ha.) | Estab. | Área (ha.) | Estab. | Área (ha.) |
| 268/1 CURITIBA | 7,2 | 4,8 | 2,3 | 0,2 | 8,8 | 7,8 | 12,5 | 6,4 | 0,9 | 0,7 |
| 269/2 LITORAL PARAN. | 0,6 | 1,0 | 1,1 | 0,5 | 0,7 | 1,4 | 1,5 | 0,1 | 1,2 | 0,4 |
| 270/3 ALTO RIBEIRA | 0,6 | 1,1 | 0,2 | ... | 0,7 | 0,8 | 1,1 | 0,3 | 0,2 | 0,2 |
| 271/4 ALTO RIO NEG. PARAN | 0,4 | 0,4 | ... | ... | 0,5 | 0,6 | 1,0 | 0,6 | ... | ... |
| 272/5 CAMPOS DA LAPA | 1,9 | 2,5 | 0,4 | 0,4 | 2,3 | 2,6 | 3,7 | 7,2 | 0,1 | 0,9 |
| 273/6 CAMPOS DE P. G. | 1,9 | 6,6 | 0,6 | ... | 2,3 | 2,3 | 4,5 | 19,0 | 0,5 | 2,2 |
| 274/7 C. DE JAGUARIAÍVA | 0,5 | 2,2 | 0,1 | ... | 0,7 | 0,7 | 0,9 | 6,4 | 0,2 | 1,0 |
| 275/8 SÃO MATEUS DO SUL | 1,4 | 1,2 | ... | ... | 1,4 | 1,1 | 2,5 | 2,7 | 0,1 | 0,1 |
| 276/9 COLONIAL DO IRATI | 7,6 | 10,9 | 1,1 | 0,2 | 9,4 | 12,7 | 15,6 | 22,9 | 0,6 | 1,6 |
| 277/10 ALTO IVAÍ | 2,6 | 3,7 | 0,3 | 0,3 | 3,2 | 5,0 | 4,1 | 3,3 | 0,4 | 0,6 |
| 278/11 N. VELHO DE V. BRÁS | 5,6 | 4,9 | 4,5 | 2,9 | 6,2 | 5,3 | 8,2 | 4,1 | 2,6 | 4,4 |
| 279/12 N. V. DE JACAREZ. | 4,7 | 5,9 | 7,0 | 13,7 | 4,4 | 6,4 | 4,0 | 3,4 | 6,3 | 14,3 |
| 280/13 ALGOD. DE ASSAÍ | 2,5 | 0,7 | 2,8 | 1,9 | 2,4 | 1,7 | 0,3 | 0,1 | 2,5 | 1,4 |
| 281/14 N. N. DE LONDRINA | 8,1 | 7,8 | 16,0 | 25,6 | 5,1 | 5,4 | 2,7 | 1,4 | 16,8 | 22,5 |
| 282/15 N. N. DE MARINGÁ | 6,4 | 4,0 | 14,3 | 16,7 | 3,6 | 2,4 | 1,5 | 0,3 | 12,2 | 7,5 |
| 283/16 N. NOV. DE PARANAVÁ | 6,2 | 6,7 | 11,6 | 13,5 | 3,6 | 3,1 | 0,9 | 0,9 | 8,0 | 12,0 |
| 284/17 N. N. DE APUCARANA | 5,1 | 3,3 | 6,3 | 5,4 | 4,7 | 4,4 | 3,1 | 0,9 | 6,7 | 5,2 |
| 285/18 N. NOV. DE UMUARAMA | 7,5 | 4,4 | 14,4 | 11,2 | 6,0 | 4,0 | 0,8 | 0,2 | 11,8 | 8,0 |
| 286/19 CAMPO MOURÃO | 6,5 | 4,8 | 5,8 | 5,0 | 6,6 | 6,3 | 1,1 | 0,5 | 6,3 | 5,7 |
| 287/20 PITANGA | 3,0 | 3,5 | 0,2 | 0,1 | 3,5 | 3,6 | 4,4 | 1,5 | 1,2 | 0,9 |
| 288/21 EXT. OESTE PARAN. | 5,2 | 5,4 | 3,9 | 1,3 | 6,2 | 6,3 | 2,5 | 1,0 | 7,5 | 4,1 |
| 289/22 SUDOESTE PARAN. | 9,9 | 7,1 | 4,4 | 0,5 | 12,3 | 10,8 | 13,3 | 3,4 | 12,6 | 4,7 |
| 290/23 C. DE GUARAPUAVA | 1,2 | 1,9 | 0,1 | ... | 1,5 | 2,1 | 2,5 | 1,1 | 1,5 | 1,1 |
| 291/24 MÉDIO IGUAÇU | 3,2 | 5,2 | 1,9 | 0,4 | 3,8 | 4,1 | 8,2 | 12,3 | 0,6 | 0,4 |
| TOTAL | 99,8 | 100,0 | 99,8 | 99,8 | 99,9 | 99,9 | 99,9 | 100,0 | 99,8 | 99,9 |

FONTE: IBGE - Censo Agrícola do Paraná - 1960 - Tabela 13.

TABELA A.4 - 28 - PARANÁ - UTILIZAÇÃO DAS TERRAS E ÁREAS IRRIGADAS NAS ÁREAS MÍNIMAS DE COMPARAÇÃO - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL - 1960
(continuação)

| UTILIZAÇÃO ÁREAS DAS TER- MÍNIMAS RAS. COMPARAÇÃO | MATAS E FLORESTAS | | | | TERRAS INCULTAS | | TERRAS IRRIGADAS | |
|---|-------------------|------------|-----------|------------|-----------------|------------|------------------|------------|
| | NATURAIS | | PLANTADAS | | Estab. | Área (ha.) | Estab. | Área (ha.) |
| | Estab. | Área (ha.) | Estab. | Área (ha.) | | | | |
| 268/1 CURITIBA | 4,9 | 2,0 | 14,3 | 16,0 | 10,0 | 8,1 | 6,0 | 2,1 |
| 269/2 LITORAL PARAN. | 1,4 | 2,9 | 0,6 | 0,3 | 0,9 | 0,4 | 0,2 | ... |
| 270/3 ALTO RIBEIRA | 0,5 | 1,1 | 0,3 | 0,3 | 1,8 | 3,5 | - | - |
| 271/4 ALTO RIO NEG. PARAN | 0,5 | 0,4 | 0,8 | 0,3 | 0,4 | 0,3 | 0,3 | 0,2 |
| 272/5 CAMPOS DA LAPA | 1,2 | 1,0 | 1,3 | 0,5 | 3,1 | 3,1 | 0,2 | 0 |
| 273/6 CAMPOS DE P. G. | 2,1 | 4,8 | 1,0 | 22,4 | 3,3 | 4,7 | 0,8 | 2,9 |
| 274/7 C. DE JAGUARIAÍVA | 0,4 | 1,8 | 0,4 | 2,4 | 0,9 | 2,3 | - | - |
| 275/8 SÃO MATEUS DO SUL | 0,8 | 0,7 | ... | ... | 1,9 | 1,7 | 0,2 | 0,1 |
| 276/9 COLONIAL DO IRATI | 4,7 | 6,9 | 4,1 | 4,2 | 13,9 | 17,2 | 0,6 | ... |
| 277/10 ALTO IVAÍ | 1,9 | 3,5 | 1,5 | 2,7 | 4,3 | 7,3 | 0,2 | ... |
| 278/11 N. VELHO DE V. BRÁS | 3,3 | 2,7 | 4,6 | 3,4 | 9,0 | 11,2 | 2,1 | 0,9 |
| 279/12 N. V. DE JACAREZ. | 2,9 | 3,2 | 5,9 | 4,7 | 3,3 | 2,4 | 1,1 | 1,2 |
| 280/13 ALGOD. DE ASSAÍ | 0,6 | 0,1 | 2,4 | 0,3 | 0,9 | 0,2 | 0,6 | 1,7 |
| 281/14 N. N. DE LONDRINA | 4,6 | 4,2 | 11,6 | 4,9 | 3,3 | 1,7 | 4,7 | 6,5 |
| 282/15 N. N. DE MARINGÁ | 4,5 | 2,1 | 7,6 | 2,7 | 2,3 | 0,5 | 1,4 | 3,2 |
| 283/16 N. NOV. DE PARANAVÁ | 6,1 | 9,9 | 2,9 | 2,4 | 1,4 | 0,6 | 0,6 | 5,1 |
| 284/17 N. N. DE APUCARANA | 4,3 | 3,5 | 8,7 | 3,3 | 3,3 | 2,0 | 0,8 | 0,2 |
| 285/18 N. NOV. DE UMUARAMA | 7,6 | 5,8 | 4,4 | 1,1 | 3,1 | 0,6 | 0,3 | 0,4 |
| 286/19 CAMPO MOURÃO | 7,7 | 9,2 | 3,4 | 3,6 | 1,2 | 1,5 | 0,8 | 2,1 |
| 287/20 PITANGA | 2,4 | 2,3 | 0,4 | 1,4 | 5,8 | 11,1 | 0,3 | ... |
| 288/21 EXT. OESTE PARAN. | 10,4 | 11,7 | 5,3 | 5,3 | 5,5 | 4,6 | 23,5 | 30,8 |
| 289/22 SUDOESTE PARAN. | 21,1 | 12,3 | 13,5 | 8,9 | 13,0 | 6,6 | 54,4 | 41,8 |
| 290/23 C. DE GUARAPUAVA | 1,4 | 1,4 | 2,4 | 4,2 | 2,9 | 5,1 | 0,2 | 0,2 |
| 291/24 MÉDIO IGUAÇU | 4,5 | 6,5 | 2,4 | 4,7 | 4,3 | 3,1 | 0,5 | 0,5 |
| TOTAL | 99,8 | 100,0 | 99,8 | 100,0 | 99,8 | 99,8 | 99,8 | 99,8 |

TABELA A.4 - 29 - PARANÁ - UTILIZAÇÃO DAS TERRAS E ÁREAS IRRIGADAS NAS ÁREAS MÍNIMAS DE COMPARAÇÃO - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL - 1970. (continua...)

| UTILIZAÇÃO DAS TER- RAS. ÁREAS MÍNIMAS DE COMPARAÇÃO | TOTAL | | LAVOURAS | | | | PASTAGENS | | | |
|---|--------|------------|-------------|------------|-------------|------------|-----------|------------|-----------|------------|
| | Estab. | Área (ha.) | PERMANENTES | | TEMPORÁRIAS | | NATURAIS | | PLANTADAS | |
| | | | Estab. | Área (ha.) | Estab. | Área (ha.) | Estab. | Área (ha.) | Estab. | Área (ha.) |
| 268/1 CURITIBA | 3,9 | 3,7 | 1,3 | 0,2 | 4,4 | 3,5 | 12,7 | 7,6 | 0,2 | 0,4 |
| 269/2 LITORAL PARAN. | 0,4 | 0,5 | 0,9 | 0,5 | 0,4 | 0,2 | 0,6 | 0,3 | 0,1 | ... |
| 270/3 ALTO RIBEIRA | 0,5 | 0,7 | 0,2 | 0,1 | 0,6 | 0,4 | 1,3 | 0,4 | 0,1 | 0,2 |
| 271/4 ALTO RIO NEG. PARAN | 0,5 | 0,2 | ... | ... | 0,5 | 0,3 | 0,7 | 0,4 | ... | ... |
| 272/5 CAMPOS DA LAPA | 1,2 | 2,0 | 0,1 | 0,1 | 1,4 | 1,3 | 3,2 | 5,9 | 0,1 | 0,1 |
| 273/6 CAMPOS DE P. G. | 1,4 | 6,3 | 0,4 | 0,2 | 1,5 | 2,0 | 4,8 | 18,6 | 0,7 | 1,6 |
| 274/7 C. DE JAGUARIAÍVA | 0,7 | 2,2 | 0,1 | 0,1 | 0,7 | 0,9 | 1,3 | 5,3 | 0,2 | 0,9 |
| 275/8 SÃO MATEUS DO SUL | 0,9 | 0,9 | ... | ... | 0,6 | 0,8 | 1,4 | 0,9 | ... | ... |
| 276/9 COLONIAL DO IRATI | 6,0 | 9,1 | 0,8 | 0,1 | 5,8 | 6,5 | 15,3 | 22,9 | 1,1 | 1,3 |
| 277/10 ALTO IVAÍ | 3,0 | 3,5 | 0,5 | 0,3 | 3,5 | 3,2 | 4,5 | 3,6 | 1,0 | 1,7 |
| 278/11 N. VELHO DE V. BRÁS | 4,8 | 3,7 | 3,4 | 3,1 | 5,2 | 4,7 | 8,1 | 4,6 | 2,0 | 3,7 |
| 279/12 N. V. DE JACAREZ. | 3,9 | 4,5 | 3,8 | 9,0 | 4,2 | 6,1 | 4,7 | 4,4 | 3,1 | 6,3 |
| 280/13 ALGOD. DE ASSAÍ | 0,7 | 0,6 | 0,6 | 0,7 | 0,8 | 1,3 | 0,6 | 0,2 | 0,7 | 0,7 |
| 281/14 N. N. DE LONDRINA | 5,3 | 6,6 | 11,5 | 21,2 | 3,9 | 5,4 | 3,7 | 2,3 | 6,8 | 12,7 |
| 282/15 N. N. DE MARINGÁ | 5,4 | 3,4 | 13,2 | 14,4 | 3,9 | 3,2 | 1,9 | 0,7 | 7,5 | 4,8 |
| 283/16 N. NOV. DE PARANAVÁ | 4,1 | 6,2 | 8,1 | 11,0 | 2,5 | 2,4 | 0,2 | 0,4 | 5,5 | 19,8 |
| 284/17 N. N. DE APUCARANA | 6,4 | 3,4 | 8,7 | 7,3 | 6,4 | 4,6 | 2,3 | 0,7 | 7,2 | 4,9 |
| 285/18 N. NOV. DE UMUARAMA | 12,5 | 7,9 | 22,6 | 20,2 | 9,9 | 7,0 | 1,5 | 0,9 | 16,9 | 16,3 |
| 286/19 CAMPO MOURÃO | 9,4 | 6,4 | 6,5 | 6,3 | 10,2 | 10,1 | 2,2 | 1,1 | 8,4 | 8,0 |
| 287/20 PITANGA | 2,2 | 2,9 | 0,2 | 0,1 | 2,4 | 3,4 | 4,5 | 1,9 | 1,9 | 1,5 |
| 288/21 EXT. OESTE PARAN. | 14,8 | 11,1 | 10,5 | 4,5 | 17,1 | 17,6 | 3,9 | 1,1 | 20,4 | 8,5 |
| 289/22 SUDOESTE PARAN. | 9,4 | 7,3 | 6,2 | 0,5 | 11,0 | 11,3 | 12,3 | 3,6 | 13,9 | 5,0 |
| 290/23 C. DE GUARAPUAVA | 0,8 | 2,4 | 0,1 | ... | 1,1 | 1,8 | 1,9 | 1,1 | 1,2 | 0,9 |
| 291/24 MÉDIO IGUAÇU | 1,8 | 4,5 | 0,3 | 0,1 | 2,0 | 2,0 | 6,4 | 11,1 | 1,0 | 0,7 |
| TOTAL | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário do Paraná - 1970 - Tabela 62.

TABELA A.4-30 - PARANÁ - ÁREA TOTAL E ÁREA DAS LAVOURAS PERMANENTES E TEMPORÁRIAS NAS ÁREAS MÍNIMAS DE COMPARAÇÃO - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL - 1975.

| ÁREA TOTAL E ÁREAS MÍNIMAS DE COMPARAÇÃO | TOTAIS | | ÁREAS DE LAVOURAS | | | | | |
|---|-----------------------|--------------|-----------------------|--------------|-----------------------|--------------|-----------------------|--------------|
| | Estabeleci- mentos | Área (HA) | TOTAL | | PERMANENTES | | TEMPORÁRIAS | |
| | | | Estabeleci- mentos | Área (HA) | Estabeleci- mentos | Área (HA) | Estabeleci- mentos | Área (HA) |
| 268/1 CURITIBA | 3,7 | 3,3 | 3,7 | 1,9 | 2,1 | 0,4 | 4,1 | 2,4 |
| 269/2 LITORAL PARAN. | 0,5 | 1,5 | 0,5 | 1,6 | 1,3 | 7,5 | 0,5 | 0,1 |
| 270/3 ALTO RIBEIRA | 0,7 | 0,7 | 0,8 | 0,3 | 0,4 | 0,1 | 0,8 | 0,3 |
| 271/4 ALTO RIO NEG. PARAN | 0,3 | 0,3 | 0,3 | 0,2 | | | 0,3 | 0,2 |
| 272/5 CAMPOS DA LAPA | 1,1 | 2,0 | 1,1 | 1,1 | 0,4 | 0,1 | 1,3 | 1,4 |
| 273/6 CAMPOS DE P. G. | 1,7 | 6,0 | 1,6 | 2,4 | 0,2 | | 1,8 | 3,0 |
| 274/7 C. DE JAGUARIAÍVA | 0,9 | 2,6 | 0,9 | 0,9 | 0,1 | 0,1 | 1,0 | 1,2 |
| 275/8 SÃO MATEUS DO SUL | 0,7 | 0,9 | 0,7 | 0,6 | ... | ... | 0,8 | 0,7 |
| 276/9 COLONIAL DO IRATI | 5,5 | 9,0 | 5,2 | 5,0 | 0,5 | 0,1 | 5,9 | 6,2 |
| 277/10 ALTO IVAÍ | 4,3 | 3,7 | 4,4 | 2,9 | 0,9 | 0,6 | 4,8 | 3,5 |
| 278/11 N. VELHO DE V. BRÁS | 5,1 | 3,9 | 5,1 | 4,0 | 3,9 | 3,5 | 5,5 | 4,1 |
| 279/12 N. V. DE JACAREZ. | 3,1 | 4,2 | 3,1 | 5,5 | 2,7 | 6,3 | 3,3 | 5,3 |
| 280/13 ALGOD. DE ASSAÍ | 0,6 | 0,5 | 0,6 | 0,9 | 0,5 | 0,5 | 0,6 | 1,0 |
| 281/14 N. N. DE LONDRINA | 4,2 | 6,3 | 4,0 | 8,0 | 9,9 | 18,4 | 3,1 | 5,3 |
| 282/15 N. N. DE MARINGÁ | 3,9 | 3,2 | 3,9 | 5,6 | 8,5 | 10,5 | 3,1 | 4,3 |
| 283/16 N. NOV. DE PARANAVÁ | 3,1 | 6,1 | 2,7 | 2,9 | 8,3 | 10,7 | 1,3 | 0,9 |
| 284/17 N. N. DE APUCARANA | 6,2 | 3,2 | 6,3 | 4,4 | 8,5 | 6,5 | 6,3 | 3,9 |
| 285/18 N. NOV. DE UMUARAMA | 10,4 | 8,5 | 10,1 | 7,9 | 26,2 | 22,2 | 6,5 | 4,2 |
| 286/19 CAMPO MOURÃO | 8,0 | 6,2 | 8,1 | 9,1 | 6,3 | 5,7 | 8,5 | 9,9 |
| 287/20 PITANGA | 3,0 | 3,0 | 3,1 | 2,7 | 0,3 | 0,1 | 3,4 | 3,4 |
| 288/21 EXT. OESTE PARAN. | 19,0 | 11,4 | 19,6 | 19,5 | 13,4 | 6,2 | 21,1 | 22,9 |
| 289/22 SUDOESTE PARAN. | 11,0 | 7,0 | 11,3 | 9,6 | 5,4 | 0,4 | 12,7 | 12,0 |
| 290/23 C. DE GUARAPUAVA | 1,1 | 2,0 | 1,1 | 1,5 | ... | ... | 1,2 | 1,9 |
| 291/24 MÉDIO IGUAÇU | 1,9 | 4,5 | 1,8 | 1,5 | 0,2 | 0,1 | 2,1 | 1,9 |
| TOTAL | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

FONTE: FIBGE - SINOPSE PRELIMINAR DO CENSO AGROPECUÁRIO - PARANÁ - 1975 - TABELA 11

TABELA A.4 - 31 - PARANÁ - ÁREA COLHIDA E QUANTIDADE PRODUZIDA DA CANA-DE-AÇÚCAR NOS AGREGADOS REGIONAIS - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL - 1960, 1970, 1972, 1973.

| ANOS AGREGA- DOS REGIO- NAIS. | 1960 | | 1970 | | 1972 | | 1973 | |
|--|------------|----------------------|------------|----------------------|------------|----------------------|------------|----------------------|
| | Área (ha.) | Quantidade Produzida |
| PARANÁ TRADICIONAL | 10,7 | 6,2 | 7,6 | 4,2 | 6,0 | 3,4 | 4,8 | 3,4 |
| NORTE VELHO | 31,6 | 35,6 | 38,1 | 41,8 | 35,5 | 39,9 | 37,4 | 31,4 |
| NORTE NOVO | 36,8 | 36,1 | 36,0 | 40,0 | 43,0 | 45,5 | 43,2 | 51,9 |
| N. NOVISSÍMO DE UMUARAMA | 0,2 | 0,2 | 2,1 | 1,1 | 2,4 | 1,4 | 2,3 | 1,8 |
| CAMPO MOURÃO | 0,55 | 0,6 | 1,2 | 1,1 | 1,1 | 0,9 | 0,6 | 0,5 |
| PITANGA | 6,9 | 9,7 | 0,3 | 0,2 | 0,3 | 0,2 | 0,3 | 0,3 |
| EXTREMO OESTE PARAN. | 5,1 | 3,4 | 4,2 | 2,7 | 3,6 | 2,2 | 3,6 | 3,1 |
| SUDOESTE PARANAENSE | 5,4 | 6,4 | 8,6 | 7,6 | 6,4 | 5,3 | 6,1 | 6,2 |
| CAMPOS DE GUARAPUAVA | 1,4 | 0,9 | 1,1 | 0,7 | 1,0 | 0,6 | 1,1 | 0,9 |
| MÉDIO IGUAÇU | 1,4 | 0,9 | 0,8 | 0,6 | 0,7 | 0,6 | 0,6 | 0,5 |
| TOTAL | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

FONTE: Tabela A.4 - 21

TABELA A.4 - 32 - PARANÁ - ÁREA COLHIDA E QUANTIDADE PRODUZIDA DA SOJA NOS AGREGADOS REGIONAIS - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL - 1960, 1970, 1972, 1973.

| AGREGA- DOS REGIO- NAIS. | ANOS SOJA | 1960 | | 1970 | | 1972 | | 1973 | |
|--------------------------------|--------------|------------|----------------------|------------|----------------------|------------|----------------------|------------|----------------------|
| | | Área (ha.) | Quantidade Produzida |
| PARANÁ TRADICIONAL | | 2,3 | 0,8 | 2,4 | 2,3 | 4,1 | 4,1 | 5,6 | 6,1 |
| NORTE VELHO | | - | - | 3,1 | 4,6 | 5,2 | 7,5 | 5,0 | 4,7 |
| NORTE NOVO | | 50,6 | 37,2 | 18,4 | 19,3 | 17,2 | 16,3 | 13,4 | 13,2 |
| N. NOVISSÍMO DE UMUARAMA | | 1,0 | 1,3 | 11,8 | 9,2 | 7,0 | 8,0 | 7,3 | 5,9 |
| CAMPO MOURÃO | | 7,1 | 7,2 | 8,2 | 8,9 | 5,4 | 4,9 | 8,6 | 8,4 |
| PITANGA | | - | - | - | - | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0,1 |
| EXTREMO OESTE PARAN. | | 9,6 | 17,75 | 36,8 | 35,6 | 41,4 | 36,7 | 38,2 | 40,2 |
| SUDOESTE PARANAENSE | | 29,7 | 35,8 | 15,3 | 15,2 | 12,1 | 13,6 | 16,1 | 15,4 |
| CAMPOS DE GUARAPUAVA | | - | - | 3,4 | 4,3 | 4,5 | 6,3 | 3,7 | 4,1 |
| MÉDIO IGUAÇU | | - | - | 0,6 | 0,6 | 3,0 | 2,5 | 2,0 | 1,9 |
| TOTAL | | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

PONTE: Tabela A.4 - 24

TABELA A.4 - 33 - PARANÁ - ÁREA COLHIDA E QUANTIDADE PRODUZIDA DO TRIGO NOS AGREGADOS REGIONAIS - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL - 1960
1970, 1972, 1973.

| AGREGA- DOS REGIO- NAIS. | 1960 | | 1970 | | 1972 | | 1973 | | |
|--------------------------------|-------|------------|----------------------|------------|----------------------|------------|----------------------|------------|----------------------|
| | TRIGO | Área (ha.) | Quantidade Produzida |
| PARANÁ TRADICIONAL | | 50,7 | 47,9 | 26,0 | 27,5 | 21,8 | 30,7 | 20,4 | 22,0 |
| NORTE VELHO | | 0,5 | 0,5 | 5,7 | 5,4 | 8,3 | 8,5 | 9,0 | 12,0 |
| NORTE NOVO | | 3,1 | 2,9 | 7,6 | 7,3 | 9,1 | 11,9 | 8,4 | 8,2 |
| N. NOVISSÍMO DE UMUARAMA | | 0,3 | 0,4 | 0,6 | 0,5 | 0,7 | 0,6 | 1,3 | 1,0 |
| CAMPO MOURÃO | | 2,4 | 4,3 | 6,1 | 4,7 | 8,6 | 8,3 | 7,4 | 6,9 |
| PITANGA | | 1,7 | 1,3 | 0,8 | 0,6 | 0,8 | 1,0 | 0,8 | 0,6 |
| EXTREMO OESTE PARAN. | | 1,8 | 2,8 | 18,9 | 17,1 | 25,0 | 18,5 | 34,8 | 33,5 |
| SUDOESTE PARANAENSE | | 21,0 | 24,2 | 17,6 | 14,8 | 10,2 | 8,1 | 9,2 | 6,6 |
| CAMPOS DE GUARAPUAVA | | 7,1 | 7,4 | 14,1 | 20,1 | 9,1 | 8,6 | 7,3 | 8,2 |
| MÉDIO IGUAÇU | | 11,4 | 8,3 | 2,6 | 2,0 | 6,4 | 3,8 | 1,4 | 1,0 |
| TOTAL | | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

FONTE: Tabela A.4 - 23.

TABELA A.4 - 34 - PARANÁ - ÁREA COLHIDA E QUANTIDADE PRODUZIDA DO MILHO NOS AGREGADOS REGIONAIS - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL - 1960, 1970, 1972, 1973.

| AGRE- GADOS RE- GIONAIS. | 1960 | | 1970 | | 1972 | | 1973 | |
|--------------------------------|------------|----------------------|------------|----------------------|------------|----------------------|------------|----------------------|
| | Área (ha.) | Quantidade Produzida |
| PARANÁ TRADICIONAL | 23,5 | 23,1 | 16,2 | 12,4 | 16,0 | 11,6 | 15,7 | 11,5 |
| NORTE VELHO | 25,6 | 24,7 | 13,2 | 14,4 | 12,6 | 14,1 | 12,0 | 12,2 |
| NORTE NOVO | 30,2 | 28,0 | 21,7 | 19,7 | 19,8 | 18,6 | 16,1 | 15,7 |
| N.NOVISSÍMO DE UMUARAMA | 0,9 | 1,4 | 5,8 | 4,5 | 5,2 | 4,8 | 5,5 | 5,8 |
| CAMPO MOURÃO | 2,6 | 5,1 | 4,8 | 6,0 | 5,1 | 5,7 | 5,2 | 5,8 |
| PITANGA | 1,2 | 1,2 | 4,3 | 4,7 | 5,0 | 5,5 | 5,4 | 6,1 |
| EXTREMO OESTE PARAN. | 1,7 | 2,9 | 17,1 | 21,0 | 19,4 | 23,0 | 22,9 | 25,1 |
| SUDOESTE PARANAENSE | 6,5 | 9,0 | 9,6 | 11,1 | 9,4 | 10,6 | 10,0 | 11,9 |
| CAMPOS DE GUARAPUAVA | 4,8 | 2,3 | 4,7 | 4,5 | 4,9 | 4,6 | 5,0 | 4,7 |
| MÉDIO IGUAÇU | 3,0 | 2,3 | 2,6 | 1,7 | 2,6 | 1,5 | 2,2 | 1,2 |
| TOTAL | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

FONTE: Tabela A.4 - 19

TABELA A.4 - 35 - PARANÁ - UTILIZAÇÃO DAS TERRAS NOS AGREGADOS REGIONAIS - VALORES ABSOLUTOS E PERCENTUAIS - 1960

| UTILIZAÇÃO DAS TERRAS AGREGADOS REGIONAIS * | TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS | | LAVOURA | | PASTAGENS | | TOTAL UTILIZADO | | LAVOURA / TOTAL | PASTAGENS / TOTAL | ÁREA UTILIZADA / TOTAL |
|--|-------------------------------|-------|-----------|-------|-----------|-------|-----------------|-------|-----------------------|-------------------------|---------------------------------|
| | ÁREA ha | % | ÁREA ha | % | ÁREA ha | % | ÁREA ha | % | | | |
| PARANÁ TRAD. | 3 919 123 | 34,4 | 636 839 | 18,5 | 1 376 584 | 51,1 | 2 013 423 | 32,8 | 16,2 | 35,1 | 51,4 |
| NORTE NOVO | 1 331 263 | 11,7 | 545 024 | 15,8 | 302 888 | 11,2 | 847 912 | 13,8 | 40,9 | 22,8 | 63,7 |
| NORTE VELHO | 2 056 586 | 18,1 | 1 116 375 | 32,4 | 379 196 | 14,1 | 1 495 571 | 24,4 | 54,3 | 18,4 | 72,7 |
| NORTE NOVISS. | 1 432 268 | 12,6 | 621 479 | 18,1 | 179 351 | 6,7 | 800 830 | 13,1 | 43,4 | 12,5 | 55,9 |
| OESTE/SUDOESTE | 1 833 573 | 16,1 | 401 669 | 11,7 | 188 524 | 7,0 | 590 193 | 9,6 | 21,9 | 10,3 | 32,2 |
| CENTRO SUL | 812 121 | 7,1 | 119 585 | 3,5 | 267 485 | 9,9 | 387 070 | 6,3 | 14,7 | 32,9 | 47,7 |
| TOTAL | 11 384 934 | 100,0 | 3 440 971 | 100,0 | 2 694 028 | 100,0 | 6 134 999 | 100,0 | 30,2 | 23,7 | 53,9 |

FONTE: IBGE - Censo Agrícola do Paraná - 1960 - Tabela 13.

* Formados pelas seguintes áreas mínimas:

Paraná Tradicional: de 1 a 10

Norte Velho : de 11 a 13

Norte Novo : de 14 a 16

Norte Novíssimo : de 17 a 19

Oeste-Sudoeste : de 20 a 22

Centro-Sul : de 23 e 24.

TABELA A.4 - 36 - PARANÁ - UTILIZAÇÃO DAS TERRAS NOS AGREGADOS REGIONAIS - VALORES ABSOLUTOS E PERCENTUAIS - 1970.

| UTILIZAÇÃO DAS TERRAS AGREGADOS REGIONAIS *2 | TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS | | LAVOURA | | PASTAGENS | | TOTAL UTILIZADO | | LAVOURA / TOTAL | PASTAGENS / TOTAL | ÁREA UTILIZADA / TOTAL | | | | |
|---|-------------------------------|----|---------|-----------|-----------|------|-----------------|----|-----------------------|-------------------------|---------------------------------|------|------|------|------|
| | ÁREA | ha | % | ÁREA | ha | % | ÁREA | ha | | | | % | | | |
| PARANÁ TRAD. | 4 254 406 | | 29,1 | 671 228 | | 14,2 | 1 352 645 | | 30,0 | 2 023 873 | | 21,9 | 15,8 | 38,8 | 47,6 |
| NORTE NOVO | 1 290 564 | | 8,8 | 578 848 | | 12,3 | 455 649 | | 10,1 | 1 034 497 | | 11,2 | 44,9 | 35,3 | 80,2 |
| NORTE VELHO | 2 370 951 | | 16,2 | 986 401 | | 20,9 | 1 067 378 | | 23,7 | 2 053 779 | | 22,3 | 41,6 | 45,0 | 86,6 |
| NORTE NOVISS. | 2 585 509 | | 17,7 | 1 181 728 | | 25,0 | 836 213 | | 18,5 | 2 017 941 | | 21,9 | 45,7 | 32,3 | 78,0 |
| OESTE/SUDOESTE | 3 114 067 | | 21,3 | 1 169 374 | | 24,8 | 524 569 | | 11,6 | 1 693 943 | | 18,4 | 37,6 | 16,8 | 54,4 |
| CENTRO SUL | 1 010 035 | | 6,9 | 131 028 | | 2,8 | 263 258 | | 5,8 | 394 286 | | 4,3 | 13,0 | 26,1 | 39,0 |
| TOTAL * | 14 625 532 | | | 4 718 607 | | | 4 509 712 | | | 9 228 319 | | | 32,3 | 30,8 | 63,1 |

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário do Paraná - 1970 - Tabela 62.

*1 Por questões de arredondamento de área nem sempre os totais correspondem à soma das parcelas

*2 Formados pelas seguintes áreas mínimas:

Paraná Tradicional: de 1 a 10
 Norte Velho : de 11 a 13
 Norte Novo : de 14 a 16
 Norte Novíssimo : de 17 a 19
 Oeste-Sudoeste : de 20 a 22
 Centro-Sul : de 23 e 24.

TABELA A.4 - 37 - PARANÁ - ÁREA COLHIDA E QUANTIDADE PRODUZIDA DO ARROZ NOS AGREGADOS REGIONAIS - DISTRIBUIÇÃO PERCNETUAL - 1960
1970, 1972, 1973.

| AGRE- GADOS RE- GIONAIS. | 1960 | | 1970 | | 1972 | | 1973 | |
|--------------------------------|------------|----------------------|------------|----------------------|------------|----------------------|------------|----------------------|
| | Área (ha.) | Quantidade Produzida |
| PARANÁ TRADICIONAL | 10,9 | 14,0 | 7,0 | 7,8 | 7,5 | 7,4 | 9,5 | 10,8 |
| NORTE VELHO | 18,8 | 19,1 | 14,7 | 17,2 | 14,8 | 15,0 | 14,0 | 13,6 |
| NORTE NOVO | 57,5 | 52,1 | 47,6 | 39,8 | 45,5 | 40,6 | 42,7 | 36,0 |
| N. NOVISSÍMO DE UMJARAMA | 1,7 | 1,8 | 8,5 | 6,2 | 8,0 | 9,6 | 7,0 | 7,0 |
| CAMPO MOURÃO | 3,1 | 3,0 | 6,3 | 8,0 | 7,1 | 8,0 | 7,8 | 9,0 |
| PITANGA | 1,0 | 0,4 | 0,3 | 0,3 | 0,3 | 0,4 | 0,3 | 0,4 |
| EXTREMO OESTE PARAN. | 0,6 | 1,2 | 6,4 | 9,2 | 6,6 | 8,4 | 8,3 | 9,3 |
| SUDOESTE PARANAENSE | 1,1 | 1,3 | 3,2 | 4,6 | 3,6 | 4,3 | 3,4 | 4,4 |
| CAMPOS DE GUARAPUAVA | 4,2 | 5,5 | 4,4 | 4,8 | 4,8 | 4,8 | 5,0 | 6,6 |
| MÉDIO IGUAÇU | 1,1 | 1,6 | 1,6 | 2,1 | 1,8 | 1,5 | 2,0 | 2,0 |
| TOTAL | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

FONTE: Tabela A.4 - 20

TABELA A.4 - 38 - PARANÁ - ÁREA COLHIDA E QUANTIDADE PRODUZIDA DO FEIJÃO NOS AGREGADOS REGIONAIS - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL - 1960, 1970, 1972, 1973.

| AGRE- GADOS RE- GIONAIS. | 1960 | | 1970 | | 1972 | | 1973 | |
|--------------------------------|----------------------|-------------------------|------------|-------------------------|------------|-------------------------|------------|-------------------------|
| | FEIJÃO Área (ha.) | Quantidade Produzida | Área (ha.) | Quantidade Produzida | Área (ha.) | Quantidade Produzida | Área (ha.) | Quantidade Produzida |
| PARANÁ TRADICIONAL | 16,2 | 15,9 | 13,1 | 9,6 | 13,1 | 8,6 | 14,3 | 12,6 |
| NORTE VELHO | 30,0 | 31,2 | 21,4 | 20,2 | 20,2 | 16,7 | 19,1 | 18,4 |
| NORTE NOVO | 42,3 | 36,9 | 30,5 | 28,6 | 27,9 | 32,0 | 21,6 | 19,3 |
| N. NOVISSÍMO DE UMUARAMA | 0,7 | 1,2 | 6,3 | 7,0 | 6,5 | 6,9 | 7,2 | 8,9 |
| CAMPO MOURÃO | 0,6 | 1,0 | 6,7 | 9,4 | 7,1 | 8,7 | 7,8 | 10,3 |
| PITANGA | 0,9 | 0,8 | 1,5 | 1,9 | 1,7 | 2,2 | 2,8 | 3,7 |
| EXTREMO OESTE PARAN. | 0,6 | 1,9 | 7,8 | 9,9 | 10,0 | 11,2 | 10,1 | 11,2 |
| SUDOESTE PARANAENSE | 4,6 | 8,2 | 9,0 | 10,0 | 9,3 | 10,0 | 12,4 | 11,2 |
| CAMPOS DE GUARAPUAVA | 1,9 | 0,95 | 2,0 | 2,1 | 2,3 | 2,3 | 2,5 | 2,7 |
| MÉDIO IGUAÇU | 2,2 | 3,0 | 1,7 | 1,3 | 1,9 | 1,4 | 2,2 | 1,7 |
| TOTAL | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

FONTE: TABELA A.4 - 18.

TABELA A.4 - 39 - PARANÁ - ÁREA COLHIDA E QUANTIDADE PRODUZIDA DO ALGODÃO NOS AGREGADOS REGIONAIS - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL - 1960, 1970, 1972, 1973.

| ANOS AGRE- GADOS RE- GIONAIS. ALGODÃO | 1960 | | 1970 | | 1972 | | 1973 | |
|---|------------|----------------------|------------|----------------------|------------|----------------------|------------|-----------------------|
| | Área (ha.) | Quantidade Produzida | Área (ha.) | Quantidade Produzida | Área (ha.) | Quantidade Produzida | Área (ha.) | Quantidade Produzida. |
| PARANÁ TRADICIONAL | 0,1 | 0,0 | - | - | - | - | - | - |
| NORTE VELHO | 55,7 | 62,7 | 23,3 | 28,7 | 22,9 | 29,1 | 25,7 | 31,8 |
| NORTE NOVO | 36,8 | 31,1 | 34,0 | 31,0 | 34,3 | 26,4 | 28,1 | 22,3 |
| N. NOVISSÍMO DE UMUARAMA | 1,8 | 2,5 | 31,4 | 24,8 | 24,7 | 19,7 | 25,2 | 25,5 |
| CAMPO MOURÃO | 1,0 | 1,8 | 8,1 | 11,3 | 14,1 | 20,6 | 15,9 | 15,3 |
| PITANGA | - | - | 0,3 | 0,5 | 0,5 | 0,7 | 0,7 | 1,1 |
| EXTREMO OESTE PARAN. | 4,6 | 1,9 | 2,9 | 3,7 | 3,5 | 3,5 | 4,4 | 4,0 |
| SUDOESTE PARANAENSE | - | - | - | - | - | - | - | - |
| CAMPOS DE GUARAPUAVA | - | - | - | - | - | - | - | - |
| MÉDIO IGUAÇU | - | - | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

FONTE: Tabela A.4 - 22.

TABELA A.4 - 40 - PARANÁ - NÚMERO DE ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS SEGUNDO A CONDIÇÃO DO PRODUTOR NOS AGREGADOS REGIONAIS - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL - 1960.

| CONDIÇÃO AGRE- DO PRO- GADOS RE- DUTOR GIONAIS. | PROPRIETÁRIOS | | ARRENDATÁRIOS | | PARCEIROS | | OCUPANTES | | TOTAL | |
|--|-----------------------|------------|-----------------------|------------|-----------------------|------------|-----------------------|------------|-----------------------|------------|
| | Estabeleci- mento. | Área (ha.) | Estabele- cimento. | Área (ha.) | Estabeleci- mento. | Área (ha.) | Estabele- cimento. | Área (ha.) | Estabele- cimento. | Área (ha.) |
| PARANÁ TRADICIONAL | 85,3 | 95,4 | 9,5 | 2,3 | 2,0 | 0,8 | 3,2 | 1,6 | 100,0 | 100,0 |
| NORTE VELHO | 63,4 | 90,2 | 13,6 | 3,0 | 18,3 | 4,3 | 4,7 | 2,5 | 100,0 | 100,0 |
| NORTE NOVO | 69,3 | 85,6 | 4,6 | 2,4 | 25,1 | 11,0 | 1,0 | 0,9 | 100,0 | 100,0 |
| N. NOVISSÍMO DE UMUARAMA | 61,0 | 75,6 | 6,5 | 4,3 | 28,9 | 17,6 | 3,7 | 2,5 | 100,0 | 100,0 |
| CAMPO MOURÃO | 59,9 | 85,3 | 15,4 | 5,1 | 20,6 | 7,1 | 4,1 | 2,5 | 100,0 | 100,0 |
| PITANGA | 48,5 | 64,7 | 20,2 | 1,9 | 0,5 | 0,4 | 30,7 | 32,9 | 100,0 | 100,0 |
| EXTREMO OESTE PARAN. | 61,1 | 63,7 | 2,3 | 0,9 | 2,6 | 1,1 | 34,0 | 34,4 | 100,0 | 100,0 |
| SUDOESTE PARANAENSE | 28,3 | 39,3 | 0,4 | 0,3 | 0,6 | 0,4 | 70,7 | 60,0 | 100,0 | 100,0 |
| CAMPOS DE GUARAPUAVA | 61,0 | 73,0 | 4,1 | 0,6 | 0,4 | 1,2 | 34,4 | 25,1 | 100,0 | 100,0 |
| MÉDIO IGUAÇU | 82,5 | 88,0 | 8,1 | 6,3 | 1,3 | 0,6 | 8,1 | 5,0 | 100,0 | 100,0 |
| TOTAL | 66,5 | 83,7 | 7,9 | 2,6 | 13,1 | 4,4 | 12,6 | 9,3 | 100,0 | 100,0 |

FONTE: Tabela A.4 - 44.

TABELA A.4 - 41 - PARANÁ - NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS SEGUNDO A CONDIÇÃO DO PRODUTOR NOS AGREGADOS REGIONAIS - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL - 1970.

| CONDIÇÃO DO AGREGADOS REGIONAIS. / PRODUTOR | PROPRIETÁRIOS | | ARRENDATÁRIOS | | PARCEIROS | | OCUPANTES | | TOTAL | |
|---|------------------|------------|------------------|------------|------------------|------------|------------------|------------|------------------|------------|
| | Estabelecimentos | Área (ha.) |
| PARANÁ TRADICIONAL | 71,2 | 98,0 | 14,9 | 3,4 | 3,2 | 1,0 | 11,5 | 5,1 | 100,0 | 100,0 |
| NORTE VELHO | 47,0 | 81,4 | 19,5 | 7,7 | 25,7 | 7,9 | 7,8 | 3,0 | 100,0 | 100,0 |
| NORTE NOVO | 46,1 | 78,6 | 6,6 | 3,3 | 42,6 | 16,3 | 4,7 | 1,9 | 100,0 | 100,0 |
| N. NOVISSÍMO DE UMUARAMA | 43,7 | 73,7 | 13,3 | 5,9 | 35,8 | 16,9 | 7,2 | 3,4 | 100,0 | 100,0 |
| CAMPO MOURÃO | 39,7 | 73,9 | 24,0 | 10,8 | 28,0 | 11,6 | 8,2 | 3,8 | 100,0 | 100,0 |
| PITANGA | 66,1 | 88,2 | 8,7 | 2,0 | 8,9 | 2,4 | 16,3 | 7,4 | 100,0 | 100,0 |
| EXTREMO OESTE PARAN. | 59,0 | 77,9 | 12,3 | 6,1 | 14,3 | 5,8 | 14,3 | 10,2 | 100,0 | 100,0 |
| SUDOESTE PARANAENSE | 81,8 | 88,7 | 3,9 | 2,2 | 6,9 | 3,8 | 7,4 | 5,2 | 100,0 | 100,0 |
| CAMPOS DE GUARAPUAVA | 82,4 | 94,6 | 3,4 | 0,9 | 1,8 | 0,9 | 12,4 | 3,6 | 100,0 | 100,0 |
| MÉDIO IGUAÇU | 79,1 | 83,3 | 5,8 | 2,4 | 2,1 | 1,4 | 13,0 | 13,0 | 100,0 | 100,0 |
| TOTAL | 56,4 | 83,2 | 12,4 | 4,4 | 22,2 | 7,3 | 9,0 | 5,1 | 100,0 | 100,0 |

FONTE: Tabela A.4 - 45

TABELA A.4 - 42 - PARANÁ - NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS SEGUNDO A CONDIÇÃO PRODUTOR NOS AGREGADOS REGIONAIS - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL - 1975.

| AGRE- GADOS RE- GIONAIS. | CONDICÃO DO PRODUTOR | | PROPRIETÁRIOS | | ARRENDATÁRIOS | | PARCEIROS | | OCUPANTES | | TOTAL | |
|--------------------------------|-------------------------|------------|-----------------------|-----------|-----------------------|------------|-----------------------|-----------|-----------------------|-----------|-----------------------|------------|
| | Estabele- cimentos | Área (ha.) | Estabele- cimentos | Área (ha) | Estabele- cimentos | Área (ha.) | Estabele- cimentos | Área (ha) | Estabele- cimentos | Área (ha) | Estabele- cimentos | Área (ha.) |
| PARANÁ TRADICIONAL | 68,0 | 90,6 | 11,2 | 3,6 | 5,8 | 1,1 | 14,9 | 4,7 | 100,0 | 100,0 | | |
| NORTE VELHO | 52,5 | 86,2 | 16,9 | 5,8 | 20,9 | 5,6 | 9,8 | 2,8 | 100,0 | 100,0 | | |
| NORTE NOVO | 63,1 | 88,9 | 4,8 | 2,5 | 27,4 | 7,1 | 4,7 | 1,5 | 100,0 | 100,0 | | |
| N. NOVISSÍMO DE UMUARAMA | 57,6 | 85,0 | 10,0 | 3,5 | 25,1 | 8,5 | 7,3 | 2,9 | 100,0 | 100,0 | | |
| CAMPO MOURÃO | 46,1 | 81,4 | 19,9 | 7,7 | 25,6 | 7,9 | 8,3 | 3,0 | 100,0 | 100,0 | | |
| PITANGA | 55,3 | 87,9 | 10,2 | 3,4 | 18,5 | 3,7 | 16,0 | 5,0 | 100,0 | 100,0 | | |
| EXTREMO OESTE PARAN. | 58,4 | 79,9 | 12,3 | 6,4 | 18,8 | 7,9 | 10,5 | 5,8 | 100,0 | 100,0 | | |
| SUDOESTE PARANAENSE | 77,4 | 88,0 | 7,8 | 4,0 | 6,7 | 3,4 | 8,2 | 4,6 | 100,0 | 100,0 | | |
| CAMPOS DE GUARAPUAVA | 78,1 | 91,6 | 3,3 | 2,6 | 2,1 | 0,6 | 16,5 | 5,4 | 100,0 | 100,0 | | |
| MÉDIO IGUAÇU | 79,1 | 86,9 | 3,2 | 2,4 | 3,3 | 3,5 | 14,3 | 7,2 | 100,0 | 100,0 | | |
| TOTAL | 62,2 | 87,2 | 10,7 | 4,1 | 17,3 | 4,8 | 9,8 | 3,9 | 100,0 | 100,0 | | |

FONTE: Tabela A.4 - 46.

TABELA A.4 - 43 - PARANÁ - ÁREA MÉDIA (em ha.) DOS ESTABELECIMENTOS SEGUNDO A CONDIÇÃO DO PRODUTOR NOS AGREGADOS REGIONAIS - 1960, 1970, 1975.

| CONDICÃO DO PRODUTOR AGREGADOS REGIONAIS | PROPRIETÁRIOS | | | ARRENDATÁRIOS | | | PARCEIROS | | | OCUPANTES | | | TOTAL | | |
|---|---------------|------|------|---------------|------|------|------------|------|------|------------|------|------|------------|------|------|
| | Área Média | | | Área Média | | | Área Média | | | Área Média | | | Área Média | | |
| | 1960 | 1970 | 1975 | 1960 | 1970 | 1975 | 1960 | 1970 | 1975 | 1960 | 1970 | 1975 | 1960 | 1970 | 1975 |
| PARANÁ TRADICIONAL | 65,4 | 53,4 | 67,7 | 14,0 | 9,0 | 16,5 | 23,5 | 11,7 | 9,3 | 28,9 | 17,2 | 16,0 | 58,6 | 38,8 | 50,9 |
| NORTE VELHO | 54,8 | 42,9 | 53,3 | 8,5 | 9,7 | 11,1 | 9,0 | 7,7 | 8,7 | 20,6 | 9,6 | 9,4 | 38,5 | 24,8 | 32,4 |
| NORTE NOVO | 43,3 | 41,5 | 50,6 | 18,7 | 11,9 | 19,0 | 15,4 | 9,3 | 9,3 | 33,8 | 10,0 | 11,5 | 35,1 | 24,3 | 35,9 |
| N. NOVISSÍMO DE UMUARAMA | 30,9 | 28,3 | 39,5 | 16,5 | 7,5 | 9,4 | 15,2 | 7,9 | 9,1 | 17,3 | 8,0 | 10,8 | 25,0 | 16,8 | 26,8 |
| CAMPO MOURÃO | 44,6 | 33,1 | 44,9 | 10,4 | 8,0 | 9,9 | 10,7 | 7,3 | 7,9 | 19,1 | 8,2 | 9,2 | 31,3 | 17,8 | 25,5 |
| PITANGA | 66,7 | 46,6 | 51,7 | 4,8 | 8,2 | 11,0 | 41,9 | 9,4 | 6,4 | 53,6 | 15,8 | 10,2 | 50,0 | 35,0 | 32,5 |
| EXTREMO OESTE PARAN. | 46,2 | 25,8 | 27,0 | 16,7 | 9,8 | 10,2 | 19,0 | 7,9 | 8,3 | 44,9 | 13,9 | 10,9 | 44,4 | 19,6 | 19,7 |
| SUDOESTE PARANAENSE | 42,3 | 22,8 | 23,7 | 25,0 | 12,1 | 10,7 | 20,1 | 11,6 | 10,6 | 25,8 | 14,8 | 11,8 | 30,4 | 21,0 | 20,8 |
| CAMPOS DE GUARAPUAVA | 83,7 | 80,1 | 73,2 | 10,8 | 19,1 | 46,3 | 192,3 | 34,2 | 16,7 | 51,0 | 20,1 | 20,4 | 70,0 | 69,8 | 62,4 |
| MÉDIO IGUAÇU | 72,4 | 66,9 | 85,3 | 53,1 | 25,8 | 58,9 | 31,5 | 42,2 | 81,8 | 42,1 | 63,2 | 38,9 | 67,9 | 63,5 | 77,7 |
| TOTAL | 53,2 | 38,9 | 46,3 | 13,9 | 9,4 | 12,5 | 14,3 | 8,7 | 9,1 | 31,4 | 15,0 | 13,2 | 42,3 | 26,4 | 33,0 |

FONTE: Tabelas A.4 - 44, A.4 - 45 e A.4 - 46.

TABELA A.4 - 44 - PARANÁ - NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS SEGUNDO A CONDIÇÃO DO PRODUTOR NOS AGREGADOS REGIONAIS - VALORES ABSOLUTOS - 1960.

| AGRE- GADOS RE- GIONAIS. CONDICÃO DO PRODUTOR | PROPRIETÁRIOS* | | ARRENDATÁRIOS | | PARCEIROS | | OCUPANTES | | TOTAL | |
|---|----------------------|------------|-----------------------|------------|----------------------|------------|----------------------|------------|-----------------------|------------|
| | Estabele- cimento | Área (ha.) | Estabele- cimentos | Área (ha.) | Estabele- cimento | Área (ha.) | Estabele- cimento | Área (ha.) | Estabele- cimento. | Área (ha.) |
| PARANÁ TRADICIONAL | 57 108 | 3 737 134 | 6 378 | 89 537 | 1 306 | 30 708 | 2 140 | 61 744 | 66 932 | 3 919 123 |
| NORTE VELHO | 21 910 | 1 201 430 | 4 682 | 39 622 | 6 325 | 56 682 | 1 631 | 33 529 | 34 548 | 1 331 263 |
| NORTE NOVO | 48 032 | 2 081 847 | 3 159 | 59 043 | 17 408 | 268 140 | 670 | 22 667 | 69 269 | 2 431 697 |
| N. NOVISSÍMO DE UMUARAMA | 12 346 | 2 824 420 | 1 318 | 21 746 | 5 842 | 88 758 | 739 | 12 766 | 20 245 | 505 690 |
| CAMPO MOURÃO | 10 541 | 470 586 | 2 712 | 28 177 | 3 629 | 38 949 | 720 | 13 755 | 17 602 | 551 467 |
| PITANGA | 3 881 | 258 975 | 1 620 | 7 791 | 43 | 1 800 | 2 459 | 131 691 | 8 003 | 400 257 |
| EXTREMO OESTE PARAN. | 8 549 | 395 350 | 323 | 5 387 | 361 | 6 873 | 4 752 | 213 413 | 13 985 | 621 023 |
| SUDOESTE PARANAENSE | 7 549 | 319 218 | 106 | 2 649 | 155 | 3 126 | 18 882 | 487 300 | 26 692 | 812 293 |
| CAMPOS DE GUARAPUAVA | 1 924 | 161 073 | 129 | 1 389 | 14 | 2 692 | 1 085 | 55 354 | 3 152 | 220 508 |
| MÉDIO IGUAÇU | 7 188 | 520 681 | 705 | 37 440 | 117 | 3 685 | 708 | 29 807 | 8 718 | 591 613 |
| TOTAL | 179 028 | 9 528 714 | 21 132 | 292 781 | 35 200 | 501 413 | 33 786 | 1 062 026 | 269 146 | 11 384 934 |

FONTE: IBGE - Censo Agrícola do Paraná - 1960 - Tabela 12.

* Somados os valores de proprietário e administrador.

TABELA A.4 - 45 - PARANÁ - NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS SEGUNDO A CONDIÇÃO DO PRODUTOR NOS AGREGADOS REGIONAIS - VALORES ABSOLUTOS - 1970.

| CONDIÇÃO DO PRODUTOR AGREGADOS REGIONAIS | PROPRIETÁRIOS | | ARRENDATÁRIOS | | PARCEIROS | | OCUPANTES | | TOTAL | |
|---|------------------|-------------|------------------|------------|------------------|------------|------------------|------------|------------------|------------|
| | Estabelecimentos | Área (ha.) | Estabelecimentos | Área (ha.) | Estabelecimentos | Área (ha.) | Estabelecimentos | Área (ha.) | Estabelecimentos | Área (ha.) |
| PARANÁ TRADICIONAL | 72 094 | 3 850 668 | 15 048 | 135 317 | 3 222 | 37 826 | 11 630 | 200 598 | 101 244 | 3 930 317 |
| NORTE VELHO | 24 501 | 1 050 191 | 10 151 | 98 763 | 13 377 | 102 544 | 4 071 | 39 069 | 52 100 | 1 290 567 |
| NORTE NOVO | 54 222 | 2 249 596 | 7 816 | 93 091 | 50 166 | 465 282 | 5 512 | 55 202 | 117 716 | 2 863 171 |
| N. NOVISSÍMO DE UMUARAMA | 30 240 | 856 565 | 9 165 | 68 552 | 24 783 | 196 929 | 4 948 | 39 788 | 69 136 | 1 161 834 |
| CAMPO MOURÃO | 20 799 | 688 329 | 12 583 | 100 264 | 14 675 | 107 673 | 4 308 | 35 194 | 52 365 | 931 460 |
| PITANGA | 8 041 | 374 776 | 1 057 | 8 640 | 1 078 | 10 167 | 1 980 | 31 276 | 12 156 | 424 859 |
| EXTREMO OESTE PARAN. | 48 748 | 1 259 100 | 10 171 | 99 371 | 11 823 | 93 697 | 11 828 | 164 558 | 82 570 | 1 616 726 |
| SUDOESTE PARANAENSE | 41 764 | 951 614 | 1 975 | 23 887 | 3 506 | 40 764 | 3 792 | 56 221 | 51 037 | 1 072 486 |
| CAMPOS DE GUARAPUAVA | 4 097 | 328 259 | 170 | 3 249 | 88 | 3 013 | 617 | 12 424 | 4 972 | 346 945 |
| MÉDIO IGUAÇU | 8 256 | 552 197 | 605 | 15 629 | 219 | 9 249 | 1 362 | 86 012 | 10 442 | 663 087 |
| TOTAL | 312 762 | *12 161 285 | 68 741 | 646 763 | 122 937 | 1 067 146 | 50 048 | 750 342 | 554 488 | 14 625 544 |

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário do Paraná - 1970 - Tabela 59.

* O total do Estado dado pelo Censo é diferente da soma dos municípios..

TABELA A.4 - 46 - PARANÁ - NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS SEGUNDO CONDIÇÃO DO PRODUTOR NOS AGREGADOS REGIONAIS - VALORES ABSOLUTOS - 1975.

| CONDICÃO DO PRODUTOR AGREGADOS REGIONAIS | PROPRIETÁRIOS | | ARRENDATÁRIOS | | PARCEIROS | | OCUPANTES | | TOTAL | |
|---|------------------|------------|------------------|------------|------------------|------------|------------------|------------|------------------|------------|
| | Estabelecimentos | Área (ha.) |
| PARANÁ TRADICIONAL | 62 723 | 4 249 361 | 10 357 | 170 665 | 5 330 | 49 655 | 13 781 | 221 088 | 92 191 | 4 691 225 |
| NORTE VELHO | 21 972 | 1 171 308 | 7 070 | 78 827 | 8 753 | 76 292 | 4 090 | 38 442 | 41 885 | 1 358 869 |
| NORTE NOVO | 52 420 | 2 653 413 | 3 956 | 75 330 | 22 777 | 210 761 | 3 867 | 44 405 | 83 020 | 2 983 909 |
| N. NOVISSÍMO DE UMUARAMA | 28 763 | 1 136 766 | 5 011 | 46 955 | 12 517 | 114 211 | 3 635 | 39 121 | 49 926 | 1 337 053 |
| CAMPO MOURÃO | 17 644 | 792 433 | 7 630 | 75 247 | 9 796 | 76 936 | 3 190 | 29 335 | 38 260 | 973 951 |
| PITANGA | 8 059 | 416 583 | 1 484 | 16 284 | 2 698 | 17 326 | 2 336 | 23 925 | 14 577 | 474 118 |
| EXTREMO OESTE PARAN. | 53 069 | 1 433 963 | 11 192 | 114 424 | 17 089 | 142 109 | 9 511 | 103 229 | 90 861 | 1 793 725 |
| SUDOESTE PARANAENSE | 40 803 | 966 620 | 4 107 | 43 922 | 3 511 | 37 151 | 4 303 | 50 987 | 52 724 | 1 098 680 |
| CAMPOS DE GUARAPUAVA | 4 010 | 293 530 | 170 | 7 865 | 107 | 1 791 | 849 | 17 352 | 5 136 | 320 538 |
| MÉDIO IGUAÇU | 7 229 | 616 992 | 294 | 17 325 | 302 | 24 715 | 1 309 | 50 932 | 9 134 | 709 964 |
| TOTAL | 296 692 | 13 730 969 | 51 271 | 641 300* | 82 880 | 750 947 | 46 871 | 618 816 | 477 714 | 15 742 032 |

FONTE: Sinopse preliminar do Censo Agropecuário do Paraná - Volume XI - 1975 - Tabela 12.

*A soma dos municípios não bate com o total do Estado dado pelo Censo (641.299)

TABELA A.4 - 47 - PARANÁ - PESSOAL OCUPADO NA AGROPECUÁRIA POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL - 1960

| GRUPOS DE ÁREA TOTAL | PESSOAL OCUPADO | Respons.e membros não remunerados | Empregados permanentes | Empregados temporários | Parceiros | Outra Condição | TOTAL |
|----------------------|-----------------|-----------------------------------|------------------------|------------------------|---------------|----------------|------------------|
| MENOS DE 10 | | 229 803 | 7 623 | 14 706 | 3 808 | 3 107 | 259 047 |
| 10 A MENOS DE 20 | | 159 819 | 14 039 | 18 578 | 12 583 | 3 733 | 244 752 |
| 20 A MENOS DE 50 | | 242 394 | 38 932 | 40 207 | 35 061 | 6 693 | 363 287 |
| 50 A MENOS DE 100 | | 71 653 | 24 335 | 24 866 | 15 332 | 3 306 | 139 492 |
| 100 A MENOS DE 200 | | 31 791 | 24 759 | 20 288 | 12 729 | 4 196 | 93 763 |
| 200 A MENOS DE 500 | | 17 813 | 36 296 | 22 717 | 10 413 | 3 769 | 91 008 |
| 500 A MENOS DE 1000 | | 4 461 | 18 383 | 10 696 | 3 551 | 1 491 | 38 582 |
| 1000 E MAIS | | 3 497 | 28 629 | 18 351 | 2 081 | 1 821 | 54 379 |
| SEM DECLARAÇÃO | | 386 | 2 | - | - | - | 388 |
| TOTAL | | 797 617 | 192 998 | 170 409 | 95 558 | 28 116 | 1 284 698 |

FONTE: Censo Agrícola do Paraná - 1960 - Tabela 9.

TABELA A.4 - 48 - PARANÁ - PESSOAL OCUPADO NA AGROPECUÁRIA SEGUNDO GRUPOS DE ÁREA TOTAL - 1970

| GRUPOS DE ÁREA TOTAL | PESSOAL OCUPADO | Respons. e membros não remunerados | Empregados Permanentes | Empregados Temporários | Parceiros | Outra Condição | TOTAL |
|----------------------|-----------------|------------------------------------|------------------------|------------------------|-----------|----------------|-----------|
| MENOS DE 10 | | 794 430 | 9 586 | 21 718 | 1 868 | 1 794 | 829 396 |
| 10 A MENOS DE 20 | | 446 169 | 12 495 | 20 439 | 3 850 | 1 775 | 484 728 |
| 20 A MENOS DE 50 | | 329 461 | 22 344 | 25 115 | 8 144 | 2 433 | 387 497 |
| 50 A MENOS DE 100 | | 76 810 | 13 618 | 12 595 | 4 044 | 861 | 107 928 |
| 100 A MENOS DE 200 | | 29 036 | 15 932 | 11 391 | 2 922 | 665 | 59 946 |
| 200 A MENOS DE 500 | | 14 812 | 21 793 | 12 686 | 2 501 | 1 030 | 52 822 |
| 500 A MENOS DE 1000 | | 3 299 | 14 535 | 6 253 | 675 | 230 | 24 992 |
| 1000 E MAIS | | 2 228 | 21 745 | 8 928 | 603 | 593 | 34 097 |
| SEM DECLARAÇÃO | | 39 | 25 | 1 | - | - | 65 |
| TOTAL | | 1 696 284 | 132 073 | 119 126 | 24 607 | 9 381 | 1 981 471 |

FONTE : IBGE - Censo Agropecuário do Paraná - 1970 - Tabela 16.

TABELA A.4 - 49 - PARANÁ - PESSOAL OCUPADO POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL - 1960, 1970.

| PESSOAL OCUPADO GRUPOS DE ÁREA TOTAL | Respons. e membros não remunerados | | Empregados Permanentes | | Empregados Temporários | | Parceiros | | Outra condição | | TOTAL | |
|--|---------------------------------------|-------|---------------------------|-------|---------------------------|-------|-----------|-------|----------------|-------|-------|-------|
| | 1960 | 1970 | 1960 | 1970 | 1960 | 1970 | 1960 | 1970 | 1960 | 1970 | 1960 | 1970 |
| MENOS DE 10 | 28,1 | 46,8 | 3,9 | 7,2 | 8,6 | 18,2 | 4,0 | 7,6 | 11,1 | 19,2 | 20,0 | 41,8 |
| 10 A MENOS DE 20 | 24,6 | 26,3 | 7,2 | 9,4 | 10,9 | 17,1 | 13,1 | 15,6 | 13,3 | 18,9 | 19,0 | 24,4 |
| 20 A MENOS DE 50 | 30,4 | 19,4 | 20,2 | 16,9 | 23,6 | 21,0 | 36,7 | 33,1 | 23,8 | 25,9 | 28,8 | 19,6 |
| 50 A MENOS DE 100 | 8,9 | 4,5 | 12,6 | 10,3 | 14,6 | 10,6 | 16,0 | 16,4 | 11,7 | 9,2 | 10,8 | 5,4 |
| 100 A MENOS DE 200 | 4,0 | 1,7 | 12,8 | 12,0 | 11,9 | 9,6 | 13,3 | 11,8 | 14,9 | 7,1 | 7,2 | 3,0 |
| 200 A MENOS DE 500 | 2,2 | 0,9 | 18,8 | 16,6 | 13,3 | 10,6 | 10,9 | 10,1 | 13,4 | 10,9 | 7,0 | 2,6 |
| 500 A MENOS DE 1000 | 0,6 | 0,1 | 9,5 | 11,0 | 6,3 | 5,2 | 3,7 | 2,7 | 5,3 | 2,4 | 3,0 | 1,3 |
| 1000 E MAIS | 0,4 | 0,1 | 14,8 | 16,4 | 10,7 | 7,5 | 2,2 | 2,4 | 6,5 | 6,3 | 4,2 | 1,7 |
| SEM DECLARAÇÃO | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

FORNTE: Tabelas A.4 - 47 e A.4 - 48

TABELA A.4 - 50 - PARANÁ - PESSOAL OCUPADO NOS AGREGADOS REGIONAIS - VARIAÇÃO PERCENTUAL - 1960/1970.

| PESSOAL OCUPADO AGREGADOS REGIONAIS | TOTAIS | Responsáveis e Membros não Remu- nerados. | Empregados Permanentes | Empregados Temporários | Parceiros | Outra Condição |
|--|-------------|---|---------------------------|---------------------------|--------------|----------------|
| PARANÁ TRADICIONAL | 26,1 | 52,2 | 25,8 | -64,3 | -24,6 | -67,2 |
| NORTE VELHO | -6,0 | 44,8 | -41,4 | -46,0 | -64,1 | -88,9 |
| NORTE NOVO | -1,2 | 56,8 | -45,7 | -18,7 | -82,4 | -87,1 |
| NORTE NOVO UMUARAMA | 139,6 | 210,3 | -31,3 | -7,9 | -87,7 | -51,2 |
| CAMPO MOURÃO | 162,9 | 205,0 | 25,4 | -82,9 | -50,4 | -47,7 |
| PITANGA | 81,6 | 124,3 | 45,0 | -56,9 | -29,8 | -50,9 |
| EXTREMO OESTE PARAN. | 492,0 | 528,0 | 430,6 | 89,3 | 751,7 | 848,6 |
| SUDOESTE PARAN. | 129,2 | 130,9 | 102,2 | 48,6 | 91,9 | 917,8 |
| CAMPOS DE GUARAP. | 51,3 | 88,0 | -1,4 | -73,2 | -100,0 | -98,5 |
| MÉDIO IGUAÇU | 25,0 | 22,5 | 208,2 | -12,4 | -6,4 | 322,0 |
| TOTAL | 54,2 | 112,7 | -31,6 | -30,1 | -74,2 | -66,6 |

FONTE: Tabela A.4 - 53.

TABELA A.4 - 51 - PARANÁ - PESSOAL OCUPADO NOS AGREGADOS REGIONAIS - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL - 1960, 1970.

| PESSOAL OCUPADO AGREGADOS REGIONAIS | PERCENTUAIS DAS VARIÁVEIS EM RELAÇÃO AO ESTADO | | | | | | | | | | | |
|--|--|-------|---------------------------------------|-------|---------------------------|-------|---------------------------|-------|-----------|-------|----------------|-------|
| | TOTALIS | | Respons. e membros não remunerados | | Empregados Permanentes | | Empregados Temporários | | Parceiros | | Outra condição | |
| | 1960 | 1970 | 1960 | 1970 | 1960 | 1970 | 1960 | 1970 | 1960 | 1970 | 1960 | 1970 |
| PARANÁ TRADICIONAL | 19,2 | 15,7 | 22,9 | 16,4 | 5,6 | 10,3 | 28,3 | 14,5 | 1,6 | 4,7 | 12,2 | 12,1 |
| NORTE VELHO | 16,9 | 10,3 | 12,4 | 8,4 | 31,5 | 27,0 | 21,7 | 16,7 | 13,6 | 19,0 | 26,6 | 8,9 |
| NORTE NOVO | 35,2 | 22,5 | 27,0 | 20,0 | 50,6 | 40,1 | 30,0 | 34,8 | 78,1 | 53,3 | 48,2 | 18,7 |
| NORTE NOVO UMUARAMA | 7,5 | 11,6 | 8,5 | 12,4 | 6,3 | 6,4 | 6,3 | 8,3 | 3,8 | 1,8 | 6,2 | 8,8 |
| CAMPO MOURÃO | 5,5 | 9,4 | 6,7 | 9,6 | 3,8 | 7,0 | 4,5 | 11,9 | 1,9 | 3,6 | 4,0 | 6,2 |
| PITANGA | 1,8 | 2,1 | 2,1 | 2,2 | 0,4 | 0,8 | 2,9 | 1,8 | - | 0,1 | 0,2 | 0,3 |
| EXTREMO OESTE PARAN. | 4,1 | 15,6 | 5,8 | 17,0 | 0,7 | 5,1 | 2,6 | 6,9 | 0,4 | 13,8 | 0,7 | 21,2 |
| SUDOESTE PARAN. | 6,7 | 10,0 | 10,2 | 11,0 | 0,6 | 1,9 | 1,7 | 3,6 | 0,5 | 3,6 | 0,6 | 18,9 |
| CAMPOS DE GUARAP. | 0,9 | 0,9 | 1,1 | 1,0 | 0,2 | 0,3 | 1,2 | 0,4 | 0,1 | - | 1,0 | - |
| MÉDIO IGUAÇÚ | 2,2 | 1,9 | 3,3 | 2,0 | 0,3 | 1,1 | 0,8 | 1,1 | - | 0,1 | 0,4 | 4,9 |
| TOTAL | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

FONTE: Tabela A.4 - 53.

TABELA A.4 - 52 - PARANÁ - PESSOAL OCUPADO POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL - VARIÇÃO ABSOLUTA 60/70.

| GRUPOS DE ÁREA TOTAL \ PESSOAL OCUPADO | Respons. e membros não remunerados | Empregados Permanentes | Empregados Temporários | Parceiros | Outra condição | TOTAL |
|--|------------------------------------|------------------------|------------------------|----------------|----------------|----------------|
| MENOS DE 10 | 564 627 | 1 963 | 7 012 | -1 940 | -1 313 | 570 349 |
| 10 A MENOS DE 20 | 250 350 | -1 544 | 1 861 | -8 733 | -1 958 | 239 976 |
| 20 A MENOS DE 50 | 87 067 | -16 588 | -15 092 | -26 917 | -4 260 | 24 210 |
| 50 A MENOS DE 100 | 5 157 | -10 717 | -12 271 | -11 288 | -2 445 | -31 564 |
| 100 A MENOS DE 200 | -2 755 | -8 827 | -8 897 | -9 807 | -3 531 | -33 817 |
| 200 A MENOS DE 500 | -3 001 | -14 503 | -10 031 | -7 912 | -2 739 | -38 186 |
| 500 A MENOS DE 1000 | -1 162 | -3 848 | -4 443 | -2 876 | -1 261 | -13 590 |
| 1000 E MAIS | -1 269 | -6 884 | -9 423 | -1 478 | -1 228 | -20 282 |
| SEM DECLARAÇÃO | -347 | 23 | 1 | - | - | -323 |
| TOTAL | 398 667 | -60 925 | -51 283 | -70 951 | -18 735 | 696 773 |

FONTE: IBGE - Censo Agrícola do Paraná - 1960 - Tabela 9

IBGE - Censo Agropecuária do Paraná - 1970 - Tabela 16.

TABELA A.5 - 53 - PARANÁ - PESSOAL OCUPADO NOS AGREGADOS REGIONAIS - 1960 e 1970.

| AGREGADOS REGIONAIS | PESSOAL OCUPADO | | TOTAIS | | Responsáveis e membros não remunerados | | Trabalhadores permanentes | | Trabalhadores temporários | | Parceiros | | Outra condição | |
|----------------------|------------------|------------------|----------------|------------------|--|----------------|---------------------------|----------------|---------------------------|---------------|---------------|--------------|----------------|------|
| | 1960 | 1970 | 1960 | 1970 | 1960 | 1970 | 1960 | 1970 | 1960 | 1970 | 1960 | 1970 | 1960 | 1970 |
| PARANÁ TRADICIONAL | 246 660 | 311 118 | 182 622 | 277 937 | 10 779 | 13 667 | 48 287 | 17 236 | 1 519 | 1 145 | 3 453 | 1 133 | | |
| NORTE VELHO | 216 844 | 203 843 | 98 528 | 142 697 | 60 871 | 35 694 | 36 926 | 19 942 | 13 039 | 4 677 | 7 480 | 833 | | |
| NORTE NOVO | 452 125 | 446 810 | 215 204 | 337 430 | 97 694 | 53 016 | 51 069 | 41 499 | 74 605 | 13 113 | 13 553 | 1 752 | | |
| NORTE NOVO UMUARAMA | 96 252 | 230 663 | 68 034 | 211 146 | 12 226 | 8 404 | 10 681 | 9 842 | 3 617 | 444 | 1 694 | 827 | | |
| CAMPO MOURÃO | 71 175 | 187 149 | 53 236 | 162 363 | 7 335 | 9 202 | 7 719 | 14 122 | 1 773 | 880 | 1 112 | 582 | | |
| PITANGA | 22 971 | 41 712 | 17 143 | 38 453 | 716 | 1 038 | 5 010 | 2 161 | 47 | 33 | 55 | 27 | | |
| EXTREMO OESTE PARAN. | 52 254 | 309 372 | 46 020 | 289 017 | 1 263 | 6 702 | 4 361 | 8 254 | 400 | 3 407 | 210 | 1 992 | | |
| SUDOESTE PARAN. | 86 100 | 197 326 | 81 405 | 187 993 | 1 202 | 2 430 | 2 861 | 4 253 | 458 | 879 | 174 | 1 771 | | |
| CAMPOS DE GUARAP. | 11 770 | 17 806 | 8 955 | 16 836 | 425 | 419 | 2 045 | 547 | 69 | - | 276 | 4 | | |
| MÉDIO IGUAÇÚ | 28 544 | 35 672 | 26 467 | 32 412 | 487 | 1 501 | 1 450 | 1 270 | 31 | 29 | 109 | 460 | | |
| TOTAL | 1 284 695 | 1 981 471 | 797 614 | 1 696 284 | 192 998 | 132.073 | 170 409 | 119 126 | 95 558 | 24 607 | 28 116 | 9 381 | | |

FONTE: IBGE - Censo Agrícola do Paraná - 1960 - Tabela 16

Censo Agropecuário do Paraná - 1970 - Tabela 69.

TABELA A.4 - 54 - PARANÁ - PESSOAL OCUPADO NOS AGREGADOS REGIONAIS - VARIAÇÃO ABSOLUTA - 1960/1970.

| PESSOAL OCUPADO AGREGADOS REGIONAIS | TOTAIS | Respons. e Membros não remunerados | Empregados Permanente | Empregados Temporários | Parceiros | Outra Condição |
|--|----------------|---------------------------------------|--------------------------|---------------------------|----------------|----------------|
| PARANÁ TRADICIONAL | 64 458 | 95 310 | 2 888 | -31 051 | -374 | -2 320 |
| NORTE VELHO | -13 001 | 44 169 | -25 177 | -16 984 | -8 362 | -6 647 |
| NORTE NOVO | -5 315 | 122 226 | -44 678 | -9 570 | -61 492 | -11 801 |
| NORTE NOVO UMUARAMA | 134 411 | 143 112 | -3 822 | -839 | -3 173 | -867 |
| CAMPO MOURÃO | 115 974 | 109 127 | 1 867 | 6 403 | -893 | -530 |
| PITANGA | 18 741 | 21 310 | 322 | -2 849 | -14 | - 28 |
| EXTREMO OESTE PARAN. | 257 118 | 242 997 | 5 439 | 3 893 | 3 007 | 1 782 |
| SUDOESTE PARAN. | 111 226 | 106 588 | 1 228 | 1 392 | 421 | 1 597 |
| CAMPOS DE GUARAP. | 6 036 | 7 881 | -6 | -1 498 | - | -272 |
| MÉDIO IGUAÇÚ | 7 128 | 5 945 | 1 014 | -180 | -2 | 351 |
| TOTAL | 696 776 | 898 670 | -60 925 | -51 283 | -70 951 | -18 735 |

FONTE: TABELA A.4 - 53

TABELA A.4 - 55 - PARANÁ - ESTABELECIMENTOS COM DECLARAÇÃO DE MÁQUINAS E INSTRUMENTOS AGRÁRIOS E ADUBAÇÃO NOS AGREGADOS REGIONAIS
VALORES ABSOLUTOS - 1960, 1970.

| MAQUINAS E INSTRUMENTOS AGRÁRIOS AGREGADOS REGIONAIS. | Estabelecimento com adubação química | | Estabelecimentos com calagem | | Estabelecimentos com tratores | | Estabelecimentos com arados | |
|---|--------------------------------------|---------------|------------------------------|--------------|-------------------------------|---------------|-----------------------------|----------------|
| | 1960 | 1970 | 1960 | 1970 | 1960 | 1970 | 1960 | 1970 |
| PARANÁ TRADICIONAL | 9 023 | 24 229 | 1 986 | 2 124 | 826 | 1 971 | 29 972 | 38 487 |
| NORTE VELHO | 939 | 4 093 | 146 | 591 | 1 592 | 3 505 | 13 518 | 30 692 |
| NORTE NOVO | 1 263 | 23 909 | 284 | 2 175 | 1 101 | 5 040 | 6 805 | 44 699 |
| N. NOVISSÍMO DE UMUARAMA | 57 | 10 584 | 5 | 300 | 91 | 592 | 415 | 21 369 |
| CAMPO MOURÃO | 2 | 2 340 | 6 | 227 | 97 | 1 113 | 387 | 17 223 |
| PITANGA | - | 17 | 1 | 2 | 9 | 50 | 756 | 2 762 |
| EXTREMO OESTE PARAN. | 6 | 2 411 | 56 | 277 | 57 | 1 440 | 2 654 | 26 047 |
| SUDOESTE PARANAENSE | 32 | 442 | 55 | 188 | 70 | 376 | 8 120 | 32 880 |
| CAMPOS DE GUARAPUAVA | 5 | 52 | - | 17 | 17 | 41 | 1 208 | 2 909 |
| MÉDIO IGUAÇU | 115 | 475 | 152 | 182 | 47 | 150 | 4 448 | 4 352 |
| TOTAL | 11 442 | 68 552 | 2 691 | 6 083 | 3 907 | 14 278 | 68 283 | 221 420 |

FONTE: IBGE - Censo Agrícola do Paraná - 1960 - Tabelas 21 e 22

Censo Agropecuário do Paraná - 1970 - Tabelas 68, 72 e 73.

TABELA A.4-56 - PARANÁ - ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS COM DECLARAÇÃO DE MÁQUINAS E INSTRUMENTOS AGRÁRIOS E ADUBAÇÃO NAS ÁREAS MÍNIMAS DE COMPARAÇÃO - VALORES ABSOLUTOS - 1960 e 1970.

| MÁQUINAS E INSTRUMENTOS AGRÁRIOS ÁREAS MÍNIMAS DE COMPARAÇÃO | Estabelecimentos com adubação química | | Estabelecimentos com calagem | | Estabelecimentos com tratores | | Estabelecimentos com arados. | |
|---|---------------------------------------|--------|------------------------------|-------|-------------------------------|--------|------------------------------|---------|
| | 1960 | 1970 | 1960 | 1970 | 1960 | 1970 | 1960 | 1970 |
| 268/1 CURITIBA | 6.494 | 11.713 | 1.250 | 490 | 187 | 517 | 9.453 | 10.540 |
| 269/2 LITORAL PARAN. | 27 | 133 | 10 | 15 | 19 | 66 | 50 | 101 |
| 270/3 ALTO RIBEIRA | - | 13 | 2 | 2 | 2 | 6 | 6 | 31 |
| 271/4 ALTO RIO NEG. PARAN | 142 | 1.091 | - | 28 | 6 | 12 | 676 | 744 |
| 272/5 CAMPOS DA LAPA | 928 | 2.866 | 181 | 292 | 67 | 191 | 3.218 | 4.334 |
| 273/6 CAMPOS DE P. G. | 362 | 1.357 | 91 | 386 | 203 | 490 | 2.008 | 3.263 |
| 274/7 C. DE JAGUARIAÍVA | 29 | 117 | 7 | 51 | 20 | 115 | 596 | 1.490 |
| 275/8 SÃO MATEUS DO SUL | 184 | 868 | 2 | 14 | 10 | 24 | 2.227 | 2.215 |
| 276/9 COLONIAL DO IRATI | 843 | 5.681 | 437 | 809 | 297 | 467 | 10.140 | 12.508 |
| 277/10 ALTO IVAÍ | 14 | 390 | 6 | 37 | 15 | 83 | 1.598 | 3.261 |
| 278/11 N. VELHO DE V. BRÁS | 207 | 1.270 | 70 | 124 | 284 | 465 | 6.390 | 14.162 |
| 279/12 N. V. DE JACAREZ. | 559 | 1.971 | 55 | 295 | 835 | 2.086 | 4.357 | 13.550 |
| 280/13 ALGOD. DE ASSAÍ | 173 | 852 | 21 | 172 | 473 | 954 | 2.771 | 2.980 |
| 281/14 N. N. DE LONDRINA | 647 | 8.246 | 178 | 1.081 | 617 | 2.598 | 4.087 | 15.683 |
| 282/15 N. N. DE MARINGÁ | 338 | 7.449 | 56 | 476 | 151 | 1.343 | 933 | 13.190 |
| 283/16 N. NOV. DE PARANAVÁ | 182 | 5.674 | 20 | 263 | 179 | 539 | 1.159 | 8.611 |
| 284/17 N. N. DE APUCARANA | 96 | 2.540 | 30 | 355 | 154 | 560 | 626 | 7.215 |
| 285/18 N. NOV. DE UMUARAMA | 57 | 10.584 | 5 | 300 | 91 | 592 | 415 | 21.369 |
| 286/19 CAMPO MOURÃO | 2 | 2.340 | 6 | 227 | 97 | 1.113 | 387 | 17.223 |
| 287/20 PITANGA | - | 17 | 1 | 2 | 9 | 50 | 756 | 2.762 |
| 288/21 EXT. OESTE PARAN. | 6 | 2.411 | 56 | 277 | 57 | 1.440 | 2.654 | 26.047 |
| 289/22 SUDOESTE PARAN. | 32 | 442 | 55 | 188 | 70 | 376 | 8.120 | 32.880 |
| 290/23 C. DE GUARAPUAVA | 5 | 52 | - | 17 | 17 | 41 | 1.208 | 2.909 |
| 291/24 MÉDIO IGUAÇU | 115 | 475 | 152 | 182 | 47 | 150 | 4.448 | 4.352 |
| TOTAL | 11.442 | 68.552 | 2.691 | 6.083 | 3.907 | 14.278 | 68.283 | 221.420 |

FONTE: Censo Agrícola do Paraná - 1960 - Tabelas: 21 e 22. *Adubação Química + Adubação Química e Orgânica.

IBGE: Censo Agropecuário do Paraná - 1970 - Tabelas: 1968, 1972 e 1973.

TABELA A.4 - 57 - PARANÁ - ESTABELECIMENTOS COM DECLARAÇÃO DE MÁQUINAS E INSTRUMENTOS AGRÁRIOS E ADUBAÇÃO NOS AGREGADOS REGIONAIS
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL - 1960 e 1970.

| MÁQUINAS E INSTRUMENTOS AGRÁRIOS AGREGADOS REGIONAIS. | Estabelecimentos com adubação química. | | Estabelecimentos com calagem | | Estabelecimentos com tratores | | Estabelecimentos com arados. | |
|--|--|-------|------------------------------|-------|-------------------------------|-------|------------------------------|-------|
| | 1960 | 1970 | 1960 | 1970 | 1960 | 1970 | 1960 | 1970 |
| PARANÁ TRADICIONAL | 78,9 | 35,3 | 73,8 | 34,9 | 21,1 | 13,8 | 43,9 | 17,4 |
| NORTE VELHO | 8,2 | 6,0 | 5,4 | 9,7 | 40,8 | 24,5 | 19,8 | 13,9 |
| NORTE NOVO | 11,0 | 34,9 | 10,6 | 35,8 | 28,2 | 35,3 | 10,0 | 20,2 |
| N. NOVISSÍMO DE UMUARAMA | 0,5 | 15,5 | 0,2 | 4,9 | 2,3 | 4,2 | 0,6 | 9,6 |
| CAMPO MOURÃO | ... | 3,4 | 0,2 | 3,7 | 2,5 | 7,8 | 0,5 | 7,8 |
| PITANGA | - | ... | ... | ... | 0,2 | 0,4 | 1,1 | 1,2 |
| EXTREMO OESTE PARAN. | 0,1 | 3,5 | 2,1 | 4,6 | 1,5 | 10,1 | 3,9 | 11,8 |
| SUDOESTE PARANAENSE | 0,3 | 0,6 | 2,0 | 3,1 | 1,8 | 2,6 | 1,9 | 14,8 |
| CAMPOS DE GUARAPUAVA | ... | 0,1 | - | 0,3 | 0,4 | 0,3 | 1,8 | 1,3 |
| MÉDIO IGUAÇU | 1,0 | 0,7 | 5,7 | 3,0 | 1,2 | 1,0 | 6,5 | 2,0 |
| TOTAL | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

FONTE: Tabela A.4 - 55.

TABELA A.4 - 58 - PARANÁ - ESTABELECIMENTOS SEGUNDO A FORÇA UTILIZADA NOS AGREGADOS REGIONAIS - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL - 1960 e 1970.

| EMPREGO DE AGRE- GADOS RE- GIONAIS. | EMPREGO DE FORÇA NOS TRABALHOS AGRÁRIOS | | | | | EMPREGO DE FORÇA NOS TRABALHOS AGRÁRIOS | | | | |
|--|---|--------|----------|------------|-------|---|--------|----------|------------|-------|
| | 1960 | | | | | 1970 | | | | |
| | Humana | Animal | Mecânica | Anim.+Mec. | TOTAL | Humana | Animal | Mecânica | Anim.+Mec. | TOTAL |
| PARANÁ TRADICIONAL | 18,3 | 43,9 | 15,1 | 28,2 | 24,9 | 15,1 | 23,8 | 12,6 | 5,6 | 18,4 |
| NORTE VELHO | 9,9 | 19,6 | 32,8 | 44,9 | 12,8 | 5,5 | 11,5 | 7,7 | 25,3 | 9,4 |
| NORTE NOVO | 31,2 | 10,1 | 35,6 | 18,5 | 25,8 | 24,4 | 18,1 | 24,0 | 19,0 | 21,2 |
| N. NOVISSÍMO DE UMUARAMA | 10,0 | 0,7 | 3,4 | 0,9 | 7,5 | 16,5 | 10,3 | 3,0 | 2,8 | 12,5 |
| CAMPO MOURÃO | 8,7 | 0,5 | 3,3 | 1,1 | 6,5 | 11,9 | 7,5 | 7,1 | 5,7 | 9,4 |
| PITANGA | 3,7 | 1,1 | 0,2 | 0,5 | 3,0 | 1,9 | 2,9 | 0,2 | 0,6 | 2,2 |
| EXTREMO OESTE PARAN. | 5,7 | 3,9 | 3,4 | 2,1 | 5,2 | 17,1 | 9,3 | 43,5 | 26,3 | 14,9 |
| SUDOESTE PARANAENSE | 9,4 | 11,9 | 3,8 | 1,8 | 9,9 | 5,8 | 12,8 | 1,1 | 12,4 | 9,2 |
| CAMPOS DE GUARAPUAVA | 1,0 | 1,8 | 0,8 | 0,5 | 1,2 | 0,4 | 1,4 | 0,1 | 0,9 | 0,9 |
| MÉDIO IGUAÇU | 2,1 | 6,5 | 1,6 | 1,4 | 3,2 | 1,4 | 2,4 | 0,7 | 1,4 | 1,9 |
| TOTAL | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

FONTE: Tabela A.4 - 59

TABELA A.4 - 59 - PARANÁ - ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS SEGUNDO A FORÇA UTILIZADA NAS ÁREAS MÍNIMAS DE COMPARAÇÃO - VALORES ABSOLUTOS - 1960 e 1970.

| FORÇA UTILIZADA ÁREAS MÍNIMAS DE COMPARAÇÃO | TRABALHOS AGRÁRIOS | | | | | TRABALHOS AGRÁRIOS | | | | |
|---|--------------------|--------|----------|------------|---------|--------------------|---------|----------|------------|---------|
| | 1960 | | | | | 1970 | | | | |
| | Humana | Animal | Mecânica | Anim.+Mec. | Total | Humana | Animal | Mecânica | Anim.+Mec. | Total |
| 268/1 CURITIBA | 9.406 | 9.755 | 74 | 166 | 19.401 | 1.519 | 16.220 | 364 | 639 | 21.742 |
| 269/2 LITORAL PARAN. | 1.648 | 36 | 13 | 6 | 1.703 | 2.011 | 68 | 69 | 9 | 2.157 |
| 270/3 ALTO RIBEIRA | 1.607 | 4 | - | 2 | 1.613 | 2.917 | 48 | 9 | 3 | 2.977 |
| 271/4 ALTO RIO NEG. PARAN | 436 | 706 | 4 | 5 | 1.151 | 539 | 1.835 | 8 | 126 | 2.508 |
| 272/5 CAMPOS DA LAPA | 1.842 | 3.228 | 30 | 42 | 5.142 | 1.209 | 5.336 | 98 | 266 | 6.909 |
| 273/6 CAMPOS DE P. G. | 2.960 | 1.817 | 87 | 130 | 4.994 | 3.847 | 2.957 | 509 | 199 | 7.512 |
| 274/7 C. DE JAGUARIAÍVA | 871 | 587 | 11 | 10 | 1.479 | 1.811 | 1.731 | 91 | 84 | 3.717 |
| 275/8 SÃO MATEUS DO SUL | 1.537 | 2.230 | 5 | 10 | 3.782 | 850 | 3.883 | 18 | 32 | 4.783 |
| 276/9 COLONIAL DO IRATI | 10.202 | 10.027 | 65 | 265 | 20.559 | 9.871 | 22.206 | 821 | 394 | 33.292 |
| 277/10 ALTO IVAÍ | 5.483 | 1.608 | 12 | 5 | 7.108 | 11.120 | 5.109 | 72 | 96 | 16.397 |
| 278/11 N. VELHO DE V. BRÁS | 8.527 | 6.355 | 80 | 233 | 15.195 | 8.722 | 16.767 | 138 | 795 | 26.422 |
| 279/12 N. V. DE JACAREZ. | 7.567 | 4.282 | 420 | 446 | 12.715 | 4.954 | 10.268 | 767 | 5.909 | 21.898 |
| 280/13 ALGOD. DE ASSAÍ | 3.409 | 2.733 | 155 | 341 | 6.638 | 361 | 1.537 | 340 | 1.542 | 3.780 |
| 281/14 N. N. DE LONDRINA | 16.862 | 4.204 | 383 | 262 | 21.711 | 11.237 | 14.003 | 1.616 | 2.611 | 29.467 |
| 282/15 N. N. DE MARINGÁ | 16.186 | 925 | 112 | 47 | 17.270 | 12.803 | 13.785 | 1.149 | 2.254 | 29.991 |
| 283/16 N. NOV. DE PARANAVÁ | 15.262 | 1.133 | 116 | 47 | 16.558 | 12.252 | 9.365 | 386 | 635 | 22.638 |
| 284/17 N. N. DE APUCARANA | 12.955 | 611 | 100 | 64 | 13.730 | 26.234 | 7.918 | 764 | 704 | 35.620 |
| 285/18 N. NOV. DE UMUARAMA | 19.711 | 445 | 69 | 20 | 20.245 | 42.148 | 25.608 | 484 | 896 | 69.136 |
| 286/19 CAMPO MOURÃO | 17.149 | 362 | 66 | 25 | 17.602 | 30.578 | 18.780 | 1.850 | 1.850 | 52.365 |
| 287/20 PITANGA | 7.232 | 756 | 4 | 11 | 8.003 | 4.752 | 7.173 | 31 | 200 | 12.156 |
| 288/21 EXT. OESTE PARAN. | 11.207 | 2.662 | 68 | 48 | 13.985 | 43.803 | 23.094 | 7.086 | 8.587 | 82.570 |
| 289/22 SUDOESTE PARAN. | 18.432 | 8.142 | 77 | 41 | 26.692 | 14.801 | 32.001 | 177 | 4.058 | 51.037 |
| 290/23 C. DE GUARAPUAVA | 1.903 | 1.222 | 15 | 12 | 3.152 | 1.146 | 3.528 | 11 | 287 | 4.972 |
| 291/24 MÉDIO IGUAÇU | 4.183 | 4.471 | 32 | 32 | 8.718 | 3.758 | 6.113 | 120 | 451 | 10.442 |
| TOTAL | 196.577 | 68.301 | 1.998 | 2.270 | 269.146 | 256.243 | 249.333 | 16.285 | 32.627 | 554.488 |

FONTE: IBGE - Censo Agrícola do Paraná - 1960 - Tabela: 17
 IBGE - Censo Agropecuário do Paraná - 1970 - Tabela: 68

TABELA A.4 - 60 - PARANÁ - ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS SEGUNDO A FORÇA UTILIZADA NOS AGREGADOS REGIONAIS - VALORES ABSOLUTOS - 1960 e 1970.

| EMPREGO DE FORÇA AGREGA- DOS REGIO- NAIS. | EMPREGO DE FORÇA NOS TRABALHOS AGRÁRIOS | | | | | EMPREGO DE FORÇA NOS TRABALHOS AGRÁRIOS | | | | |
|--|---|---------------|--------------|--------------|----------------|---|----------------|---------------|---------------|----------------|
| | 1960 | | | | | 1970 | | | | |
| | Humana | Animal | Mecânica | Anim.+Mec. | TOTAL | Humana | Animal | Mecânica | Anim.+Mec. | TOTAL |
| PARANÁ TRADICIONAL | 35 992 | 29 998 | 301 | 641 | 66 932 | 38 694 | 59 393 | 2 059 | 1 848 | 101 994 |
| NORTE VELHO | 19 503 | 13 370 | 655 | 1 020 | 34 548 | 14 037 | 28 572 | 1 245 | 8 246 | 52 100 |
| NORTE NOVO | 61 265 | 6 873 | 711 | 420 | 69 269 | 62 526 | 45 071 | 3 915 | 6 204 | 117 716 |
| N.NOVISSÍMO DE UMUARAMA | 19 711 | 445 | 69 | 20 | 20 245 | 42 148 | 25 608 | 484 | 896 | 69 136 |
| CAMPO MOURÃO | 17 149 | 362 | 66 | 25 | 17 602 | 30 578 | 18 780 | 1 157 | 1 850 | 52 365 |
| PITANGA | 7 232 | 756 | 4 | 11 | 8 003 | 4 752 | 7 173 | 31 | 200 | 12 156 |
| EXTREMO OESTE PARAN. | 11 207 | 2 662 | 68 | 48 | 13 985 | 43 803 | 23 094 | 7 086 | 8 587 | 82 570 |
| SUDOESTE PARANAENSE | 18 432 | 8 142 | 77 | 41 | 26 692 | 14 801 | 32 001 | 177 | 4 058 | 51 037 |
| CAMPOS DE GUARAPUAVA | 1 903 | 1 222 | 15 | 12 | 3 152 | 1 146 | 3 528 | 11 | 287 | 4 972 |
| MÉDIO IGUAÇU | 4 183 | 4 471 | 32 | 32 | 8 718 | 3 758 | 6 113 | 120 | 451 | 10 442 |
| TOTAL | 196 577 | 68 301 | 1 998 | 2 270 | 269 146 | 256 243 | 249 333 | 16 285 | 32 627 | 554 488 |

FONTE: IBGE - Censo Agrícola do Paraná - 1960 - Tabela 17.

IBGE - Censo Agropecuário do Paraná - 1970 - Tabela 68.

TABELA A.4 - 61 - PARANÁ - ESTABELECIMENTOS COM DECLARAÇÃO DE MÁQUINAS E INSTRUMENTOS AGRÁRIOS NAS ÁREAS MÍNIMAS DE COMPARAÇÃO - VALORES ABSOLUTOS - 1960 e 1970

| MÁQUINAS E INSTRUMENTOS AGRÁRIOS ÁREAS MÍNIMAS DE COMPARAÇÃO | TRATORES | | | | ARADOS | | |
|---|----------|---------|------------|-----------|--------|-----------|----------|
| | TOTAL | - 10 CV | 10 - 50 CV | 50 CV e + | TOTAL | DE AIVECA | DE DISCO |
| 268/1 CURITIBA | 231 | 43 | 151 | 37 | 10.866 | 9.760 | 1.106 |
| 269/2 LITORAL PARAN. | 24 | 1 | 20 | 3 | 66 | 21 | 45 |
| 270/3 ALTO RIBEIRA | 2 | - | 2 | - | 7 | 3 | 4 |
| 271/4 ALTO RIO NEG. PARAN | 9 | - | - | 9 | 815 | 766 | 49 |
| 272/5 CAMPOS DA LAPA | 86 | 11 | 61 | 14 | 3.892 | 3.479 | 413 |
| 273/6 CAMPOS DE P. G. | 370 | 21 | 292 | 57 | 2.313 | 1.913 | 400 |
| 274/7 C. DE JAGUARIAÍVA | 30 | - | 25 | 5 | 698 | 628 | 70 |
| 275/8 SÃO MATEUS DO SUL | 14 | - | 13 | 1 | 2.502 | 2.424 | 78 |
| 276/9 COLONIAL DO IRATI | 395 | 50 | 312 | 33 | 11.337 | 10.739 | 598 |
| 277/10 ALTO IVAÍ | 15 | 1 | 11 | 3 | 1.696 | 1.647 | 49 |
| 278/11 N. VELHO DE V. BRÁS | 336 | 27 | 249 | 60 | 7.614 | 6.934 | 680 |
| 279/12 N. V. DE JACAREZ. | 1.130 | 98 | 938 | 94 | 6.533 | 4.765 | 1.768 |
| 280/13 ALGOD. DE ASSAÍ | 534 | 33 | 470 | 31 | 3.679 | 2.995 | 684 |
| 281/14 N. N. DE LONDRINA | 855 | 142 | 626 | 87 | 5.554 | 4.350 | 1.204 |
| 282/15 N. N. DE MARINGÁ | 218 | 61 | 129 | 28 | 1.119 | 771 | 348 |
| 283/16 N. NOV. DE PARANAVÁ | 225 | 42 | 153 | 30 | 1.417 | 1.287 | 130 |
| 284/17 N. N. DE APUCARANA | 212 | 64 | 127 | 21 | 759 | 474 | 285 |
| 285/18 N. NOV. DE UMUARAMA | 143 | 18 | 117 | 8 | 483 | 413 | 70 |
| 286/19 CAMPO MOURÃO | 127 | 19 | 92 | 16 | 460 | 356 | 104 |
| 287/20 PITANGA | 10 | - | 5 | 5 | 773 | 511 | 262 |
| 288/21 EXT. OESTE PARAN. | 67 | 11 | 41 | 15 | 2.965 | 2.680 | 285 |
| 289/22 SUDOESTE PARAN. | 79 | 13 | 13 | 53 | 9.089 | 8.759 | 330 |
| 290/23 C. DE GUARAPUAVA | 18 | 3 | 6 | 9 | 1.303 | 1.109 | 194 |
| 291/24 MÉDIO IGUAÇU | 51 | 8 | 32 | 11 | 4.729 | 4.394 | 335 |
| TOTAL | 5.181 | 666 | 3.885 | 630 | 80.669 | 71.172 | 9.491 |

FONTE: IBGE - Censo Agrícola do Paraná - 1960 - Tabela: 21

TABELA A.4-62 - PARANÁ - ESTABELECIMENTOS COM DECLARAÇÃO DE MÁQUINAS E INSTRUMENTOS AGRÁRIOS NAS ÁREAS MÍNIMAS DE COMPARAÇÃO - VALORES ABSOLUTOS - 1960 e 1970.

| MÁQUINAS E INSTRUMENTOS AGRÁRIOS ÁREAS MÍNIMAS DE COMPARAÇÃO | TRATORES | | | | ARADOS | | |
|---|---------------|---------------|---------------------|--------------|----------------|----------------|---------------|
| | TOTAL | Menos de 10CV | 10 a Menos de 50 CV | 50 CV e Mais | TOTAL | De Alveca | De Disco |
| 258/1 CURITIBA | 615 | 211 | 271 | 133 | 14.070 | 13.609 | 461 |
| 269/2 LITORAL PARAN. | 85 | 30 | 48 | 7 | 127 | 68 | 59 |
| 270/3 ALTO RIBEIRA | 7 | 3 | 3 | 1 | 33 | 28 | 5 |
| 271/4 ALTO RIO NEG. PARAN | 12 | 9 | 1 | 2 | 870 | 864 | 6 |
| 272/5 CAMPOS DA LAPA | 243 | 10 | 164 | 69 | 5.465 | 5.227 | 238 |
| 273/6 CAMPOS DE P. G. | 1.022 | 35 | 583 | 404 | 4.513 | 3.581 | 932 |
| 274/7 C. DE JAGUARIAÍVA | 191 | 1 | 71 | 119 | 2.171 | 2.014 | 157 |
| 275/8 SÃO MATEUS DO SUL | 33 | 8 | 14 | 11 | 2.660 | 2.636 | 24 |
| 276/9 COLONIAL DO IRATI | 829 | 33 | 331 | 465 | 14.703 | 13.991 | 712 |
| 277/10 ALTO IVAÍ | 124 | 11 | 68 | 45 | 3.570 | 3.465 | 105 |
| 278/11 N. VELHO DE V. BRÁS | 587 | 50 | 383 | 154 | 19.179 | 18.543 | 636 |
| 279/12 N. V. DE JACAREZ. | 2.968 | 159 | 1.656 | 1.153 | 24.863 | 21.105 | 3.758 |
| 280/13 ALGOD. DE ASSAÍ | 1.206 | 81 | 887 | 238 | 6.429 | 4.934 | 1.495 |
| 281/14 N. N. DE LONDRINA | 3.280 | 502 | 1.776 | 1.002 | 25.016 | 21.481 | 3.535 |
| 282/15 N. N. DE MARINGÁ | 1.603 | 407 | 635 | 561 | 16.696 | 15.307 | 1.389 |
| 283/16 N. NOV. DE PARANAVÁ | 628 | 80 | 331 | 217 | 12.880 | 12.330 | 550 |
| 284/17 N. N. DE APUCARANA | 687 | 129 | 362 | 196 | 8.654 | 8.013 | 641 |
| 285/18 N. NOV. DE UMUARAMA | 670 | 102 | 286 | 282 | 27.973 | 27.259 | 714 |
| 286/19 CAMPO MOURÃO | 1.414 | 174 | 610 | 630 | 24.229 | 22.819 | 1.410 |
| 287/20 PITANGA | 56 | 5 | 18 | 33 | 2.970 | 2.923 | 47 |
| 288/21 EXT. OESTE PARAN. | 1.725 | 353 | 653 | 719 | 33.004 | 31.519 | 1.485 |
| 289/22 SUDOESTE PARAN. | 412 | 129 | 142 | 141 | 42.977 | 42.619 | 358 |
| 290/23 C. DE GUARAPUAVA | 46 | 8 | 19 | 19 | 3.363 | 3.315 | 48 |
| 291/24 MÉDIO IGUAÇU | 176 | 37 | 83 | 56 | 5.683 | 5.565 | 118 |
| TOTAL | 18.619 | 2.567 | 9.395 | 6.657 | 302.098 | 283.215 | 18.883 |

FONTE: IBGE: Censo Agropecuário do Paraná - 1970 - Tabela: 72

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

01. ANTUNIASI, Maria Helena Rocha. Contribuição ao estudo das relações de produção no meio rural. Botucatu, Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu, 1976. Trabalho apresentado na II Reunião Nacional sobre Mão-de-Obra Volante na Agricultura, Botucatu, 3 dez. 1976.
02. _____. Renovação tecnológica e relações de trabalho. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1977. Curso de Mestrado em Desenvolvimento Agrícola.
03. BALAN, Jorge. Migrações e desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio de interpretação histórica comparativa. Estudos Cebrap, (5), jul., ago., set., 1973.
04. BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. História do Paraná. 2.ed. Curitiba, Grafipar, 1969. Iv.
05. BAPTISTA FILHO, Olavo. A fazenda de café em São Paulo. Rio de Janeiro, Serviço de Informação Agrícola, 1952. (Vida Rural, 2).
06. BARTHELMESS, Artur. Ocupação e organização do Paraná Velho. Boletim Paranaense de Geografia, (617), 1962.
07. BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. O problema das frentes pioneiras no Paraná. Revista Brasileira de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, (3), 1953.
08. BERNARDES, Nilo. Expansão do zoneamento no Estado do Paraná. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, out., dez., 1952.
09. BRANT, Vinicius Caldeira. Desenvolvimento agrícola e excedentes populacionais na América Latina. Estudos Cebrap, (14), out., nov., dez., 1975.
10. O CAFÉ fez o Paraná. Revista Referência em Planejamento. Curitiba, (4), 1976.
11. CARDOSO, Fernando H. & MILLER, G. Amazônia: expansão do capitalismo. São Paulo, Estudos Cebrap, 1977.
12. UM CICLO devastador. Revista Referência em Planejamento. Curitiba, 1(3), 1976.
13. COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná. /Londrina/, 1975. 225 p. ilustr.
14. CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL - CODESUL. Subdivisão, posse e uso da terra no Paraná. /Curitiba/, 1976.
15. CORREA, Roberto et alii. Cidade e região no sudoeste paranaense. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, 1970.

16. CORREA, Roberto et alii. O sudoeste paranaense antes da colonização. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, 32(1): 87-98; jan., mar., 1970.
17. DUARTE, João Carlos & QUEDA, Oriowaldo. Agricultura e acumulação. Revista de Ciências Sociais, (2), jan., jun., 1974. (Debate e Crítica, 2).
18. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, Rio de Janeiro, 1959.
19. IRMÃO, José Ferreira. Modo de produção, emprego e relações de trabalho; breves notas sobre a agricultura nordestina. s.l., Fundação Getúlio Vargas. Curso de Mestrado em Desenvolvimento Agrícola.
20. LEMOS, Renato Luiz do Couto Neto. O café no norte do Paraná. Revista do Comércio de café. Rio de Janeiro, 58(628): 17-28; out., 1977.
21. LOUREIRO, Maria Rita Garcia. Parceria e capitalismo; estudo de caso. São Paulo, USP, 1975. 115 f.
22. MACK, Reinhard. Geografia física do Estado do Paraná. Curitiba, Badep, 1968.
23. MAGALHÃES FILHO, Francisco. Evolução histórica da economia paranaense. Curitiba, Diretório Acadêmico Rocha Pombo do Paraná, 1972.
24. _____. Perspectivas industriais do Paraná. Curitiba, Diretório Acadêmico Rocha Pombo do Paraná, 1972.
25. _____. Uma sucessão de economias. Revista Referência em Planejamento, Curitiba, 1(3), 1976.
26. MARTINS, José de Souza. Capitalismo e tradicionalismo. São Paulo, Pioneira, 1975.
27. MEDEIROS, Laudelino T. O processo de urbanização no Rio Grande do Sul. São Paulo, 1968.
28. MELLO, João Manuel Cardoso de. O capitalismo tardio. Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1975. (Tese).
29. NICHOLS, William H. A fronteira agrícola na história recente do Brasil: o Estado do Paraná 1920/65. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, set./out., 1971.
30. OLIVEIRA, Francisco. A economia brasileira crítica à razão dualista. Estudos Cebrap, São Paulo, (2), 1972.
31. PADIS, Pedro Calil. Formação de uma economia periférica; o caso paranaense. São Paulo, PUCSP, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento, 1970. 346 p. (Tese).
32. PRADO JÚNIOR, Caio. Contribuição para a análise da questão a-

- grária no Brasil. Revista Brasiliense, São Paulo, (28).
33. PRADO JÚNIOR, Caio. Problemas do povoamento e a divisão da propriedade rural. São Paulo, 1946. Conferência pronunciada: Instituto de Organização Racional do Trabalho.
34. QUEDA, Oriowaldo. Agricultura de subsistência; ou de como viver auto-expropriando-se. Botucatu, Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas, 1976. Trabalho apresentado no Curso de Extensão Universitária, Botucatu, jul. 1976.
35. SÁ JÚNIOR, Francisco. O desenvolvimento da agricultura nordestina e a função das atividades de subsistência. Estudos Cebrap, São Paulo, (3), 1972.
36. SILVA, Sergio. Formas de acumulação e desenvolvimento do capitalismo no campo; capital e trabalho no campo. São Paulo, Hucitec, 1977. (Coleção de Estudos Brasileiros, 7).
37. VINHA, Valéria Gonçalves da. Cidades mortas: consequência da erradicação de cafezais. Revista do Comércio de Café, Rio de Janeiro, 58(628): 39-46; out. 1977.
38. WACHOWICZ, Ruy Christovam. O comércio da madeira e a atuação da Brasil Railway no Sul do Brasil. s.n.t. Separata dos Anais do V Simpósio Nacional de Professores Universitários de História, Campinas, 1971.
39. WESTPHALEN, Cecília Maria et alii. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. Boletim da Universidade Federal do Paraná-Depto. de História, Curitiba, (7): 1-51, 1968.

EQUIPE TÉCNICA

COORDENADORA

NÁDIA ZAICZUK RAGGIO

- SOCIÓLOGA

LEONOR CIRINO

- SOCIÓLOGA

RAQUEL RIBAS CHAVES INDJAIAN

**- ACADEMICA DE
CIENCIAS SOCIAIS**